UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA

SIMONE RIBEIRO DE AVILA VELOSO

**Polêmicas discursivas na perspectiva bakhtiniana: embates entre vozes de
cientistas e outras vozes na arena do *Roda Viva***

São Paulo

2011

**Versão corrigida após sessão de defesa realizada em 08 de dezembro de 2011
Exemplar original encontra-se disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica
(CAPH) da FFLCH**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**Polêmicas discursivas na perspectiva bakhtiniana: embates entre vozes de
cientistas e outras vozes na arena do *Roda Viva***

Simone Ribeiro de Avila Veloso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Termo de Acordo

Eu, Sheila Vieira de Camargo Grillo, professora doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Universidade de São Paulo, declaro estar **de acordo** com as correções efetuadas nessa tese realizadas segundo os pareceres dos professores que compuseram a banca de defesa de doutorado oficializada em 08 de dezembro de 2011.

Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo
Orientadora

São Paulo

2011

Versão corrigida após sessão de defesa realizada em 08 de dezembro de 2011
Exemplar original encontra-se disponível no Centro de Apoio à Pesquisa Histórica
(CAPH) da FFLCH

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisabeth Brait

Prof. Dr. Geraldo Tadeu Souza

Profa. Dra. Maria Bernadete Fernandes de Oliveira

Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva

*Aos meus pais Adília e Benedito
pelo imenso carinho.*

*Ao meu marido Nilson,
companheiro de todos os
momentos.*

*Ao meu filho Thiago, luz da minha
vida.*

Agradecimentos

Sempre presente com uma refinada disciplina, a Dra. Sheila Grillo configurou-se em uma voz de extrema relevância para essa pesquisa. Desde as primeiras indicações bibliográficas a partir de objetivos nebulosamente - por mim - traçados nos primeiros meses de pesquisa, até a definição de contornos teórico-metodológicos mais precisos que resultaram em avanços nas análises, os diálogos que entabulamos sempre foram regidos pelo princípio da autonomia, ou seja, uma interação configurada pelo respeito mútuo à condição de vozes plenivalentes: entre orientadora que questiona a coerência e a validade de minhas proposições analíticas e minhas reflexões posteriores sempre acrescidas de novas descobertas. A ela meu especial agradecimento.

Inerente a essa trajetória de pesquisa, ressalto as fundamentais observações da Profa. Dra Beth Brait que, durante o exame de qualificação, soube, generosamente, pontuar aspectos ainda obscuros e conferir estímulo aos trabalhos, a despeito da evidente necessidade de aprimoramento. Agradeço muitíssimo a ela.

Devo igualmente destacar a presença do Prof. Dr. Geraldo Tadeu Souza, cujos trabalhos de pesquisa, desenvolvidos em nível de mestrado e doutorado, caracterizaram-se como uma das bases de reflexão acerca de conceitos que permeiam o complexo conjunto teórico do Círculo de Bakhtin. Além, sem

dúvida, de seu olhar avaliativo em relação a essa pesquisa quando a propósito do referido exame. Meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas orientandos da Dra. Sheila Grillo que durante encontros, congressos, conversas de corredor, instigaram novos olhares, perspectivas diversas acerca de conceitos mobilizados no decorrer de nossos trabalhos: Flávia, Arlete, Ana Paula, Luiz, Artur, Michele, Karina e Inty. Um abraço de agradecimento a cada um(a)! Assim como aos demais colegas orientandos de outros professores que, em diálogos informais ou em sessões de comunicação, viabilizaram um aprofundamento de diálogos com outras correntes teóricas. Muito obrigada!

À CAPES cujo fomento financeiro permitiu o afastamento temporário de meu trabalho como professora de educação básica da rede pública de ensino. A inexistência desse estímulo tornaria o percurso mais árido, considerando as condições do ofício de mestre no Brasil. Também agradeço à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP pelos auxílios financeiros concedidos para participação em congressos.

*C*ompreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação a mim na singularidade do existir-evento: o que pressupõe a minha participação responsável, e não a minha abstração. (Bakhtin, 2010 [1920-24], pg. 66)

RESUMO:

Parte integrante do projeto chamado *Divulgação científica: linguagem, esferas e gêneros* vinculado à linha de pesquisa *Estudos do Discurso em Língua Portuguesa* do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, esta pesquisa tem por objetivo investigar as refrações discursivas presentes em um *corpus* formado por edições do programa de entrevistas denominado *Roda Viva*, produzido e veiculado, desde setembro de 1986, pela TV Cultura, emissora pública paulista. Entendemos por “refrações discursivas” os fenômenos caracterizados pelas *polêmicas aberta e velada*, bem como *réplicas dialógicas dos telespectadores*. Defendemos a tese de que *os discursos oficiais são predominantemente refratados por meio da polêmica velada com tons de polêmica aberta tendo em vista a esfera de especialização do entrevistado no contexto do gênero de entrevistas Roda Viva*. Nossa contribuição a esse projeto configura-se na análise diacrônica de edições realizadas com entrevistados cientistas e acadêmicos no período compreendido pelas décadas de 80, 90 e 2000, mais precisamente, desde o início das transmissões até maio de 2009. Dessa forma, a partir de um total de 160 edições, distribuídas em seis áreas científicas, selecionamos um *corpus* de 6, por meio do qual ressaltamos as recorrências que evidenciam cientificamente os fenômenos mencionados. Por outro lado, nosso percurso investigativo prevê analisá-los tendo em vista a noção bakhtiniana de *gênero discursivo*. Tal orientação exige uma abordagem de estudo que considere cada edição como um enunciado concreto. Em outras palavras, interessa-nos observar as três dimensões, necessariamente imbricadas, que possibilitam uma análise da concretude de cada edição: *o horizonte social amplo, o gênero discursivo* propriamente dito e as *formas da língua*. Assim, optamos por um estudo qualitativo de três edições representativas de cada uma das décadas citadas, o que implica considerá-las a partir de um viés sociológico, que compreende as esferas de produção, circulação e recepção de cada enunciado, bem como, um viés dialógico que observa as contraposições discursivas em uma relação espaço-temporal que ultrapassa os limites do diálogo face-a-face. Além dessas três edições, consideramos ainda um *corpus* de outras três com vistas a uma análise dos fenômenos discursivos recorrentes. Os resultados sinalizam a instauração de polêmicas entre os discursos de entrevistados e discursos de *supradestinatários* como o poder público instituído em cada uma das três décadas. Em relação às réplicas dialógicas, identificamos, na edição dos anos 80, uma clara dicotomia entre dois posicionamentos axiológicos: *conservador*, afinado ao regime de exceção, por um lado e de outro, *contestador*, alinhado ao discurso de esquerda. Já em relação às demais décadas, observamos que tais posicionamentos se arrefecem, concentrando-se em temas que circulam mais frequentemente na esfera da ideologia do cotidiano.

Palavras-chave: polêmicas discursivas; réplicas dialógicas; gênero discursivo; entrevista.

ABSTRACT:

Part of the project called *Scientific Vulgarization: languages, spheres and genres* linked to the research line studies of speech of Portuguese, of the program of Philosophy and Portuguese of *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* of USP, this research aims to investigate the discursive refractions present in a *corpus* constituted by the editions of a program called *Roda Viva*, produced and released since September 1986, by TV Cultura, a public broadcaster. By “discursive refractions”, we refer to the phenomenon characterized by open and covert polemics, as well as replicas of viewers. We defend the thesis that the official discourses are predominantly refracted through the controversy veiled with shades of open polemic, in view of the sphere of expertise of the interviewee. Our contributions to this project set in the diachronic analyses of editions held with scientists and academics in the period between the 1980, 1990 e 2000. More precisely from the start of transmissions to May 2009. Thus, from a total of 160 editions, distributed in six scientific fields, we selected a *corpus* of six through which we highlight the scientific phenomenon mentioned. On the other hand, our route provides investigative analysis in view of the Bakhtinian notion of speech genre. Such a perspective requires an approach that considers each edition like a concrete utterance. In others words, we are interested in observing the three dimensions necessarily intertwined that enable an analysis of concreteness of each edition: the wider social horizon, the genre of discourse and the forms of languages. So we chose a qualitative study of three editions representing each decade cited, which implies considering them from a sociological view which holds spheres of production, circulation and reception of each utterance, as well as a dialogical perspective that note the positions in a discursive space-time relationship that goes beyond the limits of dialogue face to face. In addition to these three issues we consider a *corpus* of three other for the purpose of a discursive analysis of the recurring phenomenon. The results indicate the establishment of polemics between the interviews’ discourses and destitatory speeches as the government set up in each decade. In relation to the dialogical replicas, we identified in the edition of year 1980, a clear dichotomy between two axiological positions: tight, aligned with the regime, on one hand and, on the other, objector’s speech left aligned. As for de other decades, we observe that such placements are distant, focusing on themes that circulate more often in the spheres of the every day ideology.

Key-words: discursive polemics; dialogical replicas; speech genre; interview

RÉSUMÉ:

Partie intégrante du projet appelé *La divulgation scientifique: langage, sphères et genres* lié à l'axe de recherche *Études de discours en portugais* du Programme de Philologie et Portugais à la *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* de l'USP, cette recherche vise à étudier les réfractions discursives présentes dans un *corpus* constitué par les éditions d'une émission d'interviews appelé *Roda Viva*, produite et diffusée depuis de septembre de 1986, par TV Cultura, radiodiffuseur public à São Paulo. On comprend par «réfractions discursives» les phénomènes caractérisés par la polémique avouée et la polémique intérieure secrète, ainsi que des répliques dialogiques des téléspectateurs. Nous défendons la thèse selon laquelle des entretiens tels ceux de *Roda Viva*, les discours officiels sont majoritairement réfractée à travers la polémique intérieure secrète, tout en comportant des nuances de polémique avouée. Notre contribution à ce projet réside elle-même dans des analyses diachroniques des éditions produites avec la participation des scientifiques et des chercheurs interrogés au cours des années 1980, 1990 et 2000, ou, plus précisément, depuis le début des transmissions jusqu'en mai 2009. Ainsi, sur un total de 160 éditions, distribuées dans six domaines scientifiques, nous avons sélectionné un *corpus* de 6 à travers lequel nous mettons en évidence les récurrences, montrant scientifiquement les phénomènes mentionnés. En outre, notre chemin de recherche considère les analyses à travers la notion de genre bakhtinienne. Cette approche exige une étude qui examine chaque édition comme une énonciation concrète. En d'autres termes, nous sommes amenées à observer les trois dimensions, nécessairement liées, qui permettent une analyse de la réalité concrète de chaque édition : l'horizon social élargi, le genre lui-même et les formes de la langue. Nous avons, donc, choisi, une étude qualitative de trois éditions représentant chacune des décennies mentionnées ce qui implique de les considérer du point de vue sociologique qui englobe les domaines de la production, de circulation et de réception de chaque énoncé, ainsi que dans une perspective dialogique qui décrit les oppositions discursives dans une relation spatio-temporelle qui va au-delà des limites du dialogue face-à-face. En plus de ces trois éditions, nous prenons également en compte un *corpus* de trois autres éditions en vue d'une analyse discursive de phénomènes récurrents. Les résultats indiquent l'introduction de la controverse entre le discours des scientifiques et le discours du gouvernement institué au cours de trois décennies. En ce qui concerne la réplique dialogique, nous avons identifié, dans les éditions des années 1980, une nette dichotomie entre deux positions axiologiques : d'un côté, une position conservatrice, en conformité avec le régime d'exception alors en vigueur et, de l'autre, une position questionneuse, alignée au discours de la gauche. En ce qui concerne les autres décennies, nous avons observé que tels placements sont atténués, se limitant à des sujets qui circulent le plus souvent dans la sphère de l'idéologie du quotidien.

Mots-clés : polémiques discursives ; répliques dialogiques ; genre discursif ; interview.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TV-2.....	TV Cultura
ESG.....	Escola Superior de Guerra
FPA	Fundação Padre Anchieta
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Abepec	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação
IBOPE.....	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
PV.....	Polêmica Velada
PA.....	Polêmica Aberta
FHC.....	Fernando Henrique Cardoso

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: panorâmica do estúdio aos 2' 04''	88
Sequência de imagens: de 2 a 7.....	96
Imagem 8.....	97
Imagem 9.....	104
Imagens 10 a 11	105

Sequência de imagens: 12 a 15.....	106
Imagem 16.....	143
Sequência de imagens: 17 a 20.....	156
Sequência de imagens: 21 a 23.....	158
Sequência de imagens: 24 a 26.....	159
Sequência de imagens: 27 a 29.....	172
Sequência de imagens: 30 a 32	173
Imagem 33.....	174
Sequência de imagens: 34 a 36.....	182
Imagens: 37 e 38	183
Imagem 39	203
Imagens 40.....	210
Imagens: 41 e 42.....	214
Sequência de imagens: 43 a 48.....	223
Sequência de imagens: 49 a 52.....	235
Imagens: 53 a 56.....	242

LISTA DE CHARGES E CARICATURA

Charge 1..... 117

Charge 2..... 118

Charge 3220

Caricatura 1234

Charge 4.....241

Charge 5250

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. QUANDO O EMBATE DISCURSIVO TORNA-SE OBJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: ANÁLISE DE ESTUDOS JÁ REALIZADOS ACERCA DA POLÊMICA.....	20
1.1 A polêmica pela perspectiva semântico-pragmática.....	21
1.1.1 Uma análise lexicográfica e enunciativa da polêmica.....	22
1.1.2 A polêmica a partir da pragmática de Dascal.....	23
1.1.2.1 Controvérsias, discussão e disputa: membros da mesma família.....	25
1.2 A polêmica em Maingueneau: fruto do primado do interdiscurso.....	27
1.2.1 Da tradução que reafirma o EU à ideia de tom.....	28
1.3 Conversação e conflito: uma abordagem multidisciplinar da polêmica.....	33
1.4 As nuances da bivocalidade polêmica instauradas entre vozes sociais.....	37
1.4.1 A perspectiva bakhtiniana para análise da polêmica.....	39
2. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: POLÊMICAS DISCURSIVAS SOB A PERSPECTIVA BAKHTINIANA.....	41
2.1 Uma ciência dialógica para análise de refrações discursivas no <i>Roda Viva</i>	42
2.1.1 Direcionamentos teórico-metodológicos.....	43
2.1.2 A noção de bivocalidade polêmica articulada à de gênero do discurso.....	45
2.1.2.1 A importância da noção de gênero para a análise das refrações apresentadas.....	48
2.1.3 Uma orientação sociológica das polêmicas e seus subentendidos.....	50
2.2 Delimitação do <i>corpus</i> e das categorias de análise.....	51
2.2.1 Perguntas norteadoras & teses emergentes.....	52
2.2.2 A constituição do <i>corpus</i>	53
2.2.3 Abordagem analítica e categorias discursivas	56
3. DO CALE-SE AO CÁLICE DA REDEMOCRATIZAÇÃO: O HORIZONTE SOCIAL DOS ANOS 80 NO BRASIL E O PAPEL DA TELEVISÃO NESSE PROCESSO.....	62

3.1. O horizonte social amplo: um ponto de vista sociológico sobre a linguagem.....	63
3.1.1 Televisão e capitalismo: combinação constitutiva de um país com profundas desigualdades sociais	64
3.1.2 O contexto sócio-político e econômico dos anos 80: o início da redemocratização.....	70
3.2 TV Cultura: os desafios de uma TV pública no período da redemocratização.....	74
3.2.1 Anos 80: um período de transição para a TV-2.....	79
3.3 <i>Roda Viva</i> : análise de entrevista com o cientista político Herbert de Souza.....	81
3.3.1 A situação imediata reveladora de polêmicas discursivas.....	84
3.3.2 A polêmica que subjaz aos pares de perguntas e respostas.....	91
3.3.2.1 A polêmica aberta contra discursos oficiais sobre saúde pública.....	92
3.3.2.2 Polêmica velada instaurada por meio da análise de resultados de pesquisas socioeconômicas sobre desemprego.....	98
3.3.2.3 Polêmica velada: o papel da mídia como instrumento de manipulação da opinião pública.....	109
3.3.2.4 Réplicas dialógicas: quando a participação do telespectador revela posicionamentos axiológicos.....	112
3.3.3 A presença do gênero intercalado charge: tons polêmicos velados.....	116
3.4 “Nova” Polêmica: a educação pública no Brasil	120
 4. DA HETEROGENEIDADE ECONÔMICA À ESTABILIDADE INFLACIONÁRIA: O CONTEXTO DOS ANOS 90 E A MÍDIA TELEVISIVA.....	132
4.1 Ascensão rápida, queda meteórica: da fabricação de um novo líder ao início do governo FHC.....	132
4.1.1 O cenário político no governo de FHC (1994-1998).....	135
4.2 A TV Cultura nos anos 90.....	136
4.3 Refrações discursivas que emergem da situação imediata de comunicação.....	140
4.3.1 Elementos extra-verbais: horizonte espacial e papéis sociais dos interlocutores.....	141
4.3.2 As relações semânticas articuladas na e pela inserção de temas: análise da apresentação.....	145
4.3.3 Polêmicas no desenvolvimento temático: análise dos pares de perguntas e respostas..	147
4.3.3.1 Discursos políticos e discurso filosófico: o real refratado segundo suas respectivas esferas.....	148

4.3.3.1.1 PV com tons de PA: o sentido valorativo da política.....	150
4.3.3.1.2 PV com tons de PA: o papel do intelectual na sociedade contemporânea.....	161
4.3.3.2 PV: moralidade pública X moralidade privada.....	178
4.3.3.3 Réplicas dialógicas: a interface entre ideologia do cotidiano e o saber das esferas instituídas.....	184
 5. A ERA DA CONFLUÊNCIA TECNOLÓGICA: NOVOS DESAFIOS, VELHOS PROBLEMAS	196
5.1 Da “carta ao povo brasileiro” ao fortalecimento do <i>lulismo</i>	197
5.2 A TV Cultura na confluência das mídias digitais	201
5.2.1 Novos desafios, velhos problemas	203
5.3 Quando passado e presente se tangenciam em discursos polemicamente refratados.....	206
5.3.1 Na confluência entre duas perspectivas: a sociológica e a dialógica	208
5.3.1.1 O papel de Lula no contexto de ascensão de Obama	210
5.3.1.2 PV com tons de PA: o populismo na era Lula?	226
5.3.1.3 As velhas/novas oligarquias: “ <i>mudar para permanecer como está</i> ”	234
5.3.1.4 Réplicas dialógicas: a voz refratada do internauta	241
5.3.1.5 PV com tons de PA: recorrências ao longo da edição	248
 CONCLUSÃO	261
 REFERÊNCIAS	268

INTRODUÇÃO

(...) *A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira pra lá... (...)*

Chico Buarque

No embate entre a aparente fragilidade da roseira e a força avassaladora da roda viva subjaz, além das vozes arraigadamente determinadas a navegar “contra a maré” e, teimosamente confiantes no poder da flor, símbolo da efemeridade do homem, a própria ideia de *polêmica* entre uma geração de fins dos anos 60 no Brasil e um contexto de repressão patrocinado pelas próprias autoridades instituídas. Dessa forma, *polemizar* implica, necessariamente, a instauração de contraposições ideológicas entre discursos assumidos por vozes sócio-historicamente situadas.

Nossa pesquisa tem por objetivo analisar tais dissonâncias discursivas em um *corpus* de edições do programa de entrevistas chamado *Roda Viva*, produzido e veiculado desde setembro de 1986 pela TV Cultura, emissora pública paulista e caracterizado, via de regra, pela presença de entrevistados que se constituem referência em seus respectivos campos de atuação, bem como por uma bancada de entrevistadores que, dispostos em uma arena, refletem ou refratam pontos de vistas dos mais diversos atores sociais envolvidos no processo de interação verbal – quer estejam presentes na situação imediata de interlocução quer presumidos no distante tempo histórico (Bakhtin, 2006a, p. 333). Dessa forma, assumimos a tese de que *os discursos oficiais configuram-se predominantemente refratados por meio da polêmica velada com tons de polêmica aberta tendo em vista a esfera de especialização do entrevistado no contexto do gênero de entrevistas Roda Viva*. E com o propósito de corroborá-la, selecionamos apenas as edições elaboradas com entrevistados cientistas e acadêmicos no período compreendido entre setembro de 1986 e maio de 2009. O objetivo é investigar com quais discursos as falas desses entrevistados se contrapõem por meio de análises de fenômenos discursivos: polêmica velada, polêmica aberta e réplicas dialógicas dos telespectadores.

A seleção de tais fenômenos como objeto de estudo justifica-se na medida em que o processo de interação verbal característico dos enunciados (edições do programa) em questão congrega vários interlocutores que se debruçam, em geral, em relação a um mesmo objeto de sentido. Considerando que o discurso de cada interlocutor constitui-se ideologicamente em função de sua esfera de atuação, levantamos inicialmente a **hipótese** de que, tendo em vista o período de recente abertura democrática pós 1985, a crise econômica e a precariedade dos serviços públicos, *haveria o predomínio da polêmica aberta em contraposição aos discursos oficiais e a polêmica velada configurar-se-ia fenômeno recorrente nas edições dos anos de 1990 e 2000.*

Contudo, as análises nos conduziram a uma necessária reformulação da proposição inicial, uma vez que o estudo detalhado do *corpus* revela, a nosso ver, um fino entrelaçamento com o contexto social, político e econômico das três décadas. Em outras palavras, passamos a considerar a tese central de que *os discursos oficiais são predominantemente refratados por meio da polêmica velada com tons de polêmica aberta tendo em vista a esfera de especialização do entrevistado.* É dessa forma, por exemplo, que o cientista político Herbert de Souza instaura uma PV contra os discursos assumidos pelo governo Sarney ao analisar dados oficiais acerca do desemprego. Igualmente isso ocorre quando o filólogo Antônio Houaiss, ao considerar o sistema público de ensino, tem como alvo de ataque as políticas públicas educacionais pautadas mais por ações que conferissem visibilidade política do que por medidas que de fato privilegiassem a substancial formação escolar das crianças.

Destarte, com o intuito de evidenciar a trajetória assumida pela presente pesquisa, dividimos nossa tese em cinco partes: na primeira, consideraremos alguns estudos já desenvolvidos acerca da polêmica, tendo em vista abordagens teórico-metodológicas que privilegiem a linguagem em uso. Analisaremos a pesquisa lexicográfica de Kerbrat-Orecchioni (1980), a sociopragmática de Dascal (1994) e Dascal (2006) acerca da concepção de polêmicas e controvérsias científicas, passando pela proposta de criação de um sistema de restrições semânticas de Maingueneau (1983), Maingueneau (2005[1984]) até chegarmos à perspectiva multidisciplinar de Aquino (1997).

Na segunda parte, entabularemos considerações a respeito do enfoque teórico-metodológico que adotamos, assumindo a perspectiva bakhtiniana na articulação entre a abordagem *sociológica*, mais explicitamente desenvolvida por Bakhtin/Volochinov (2004[1929]), e a *dialógica* configurada em Bakhtin (2008[1963]).

Na sequência, empreenderemos uma análise da edição realizada com o cientista político Herbert de Souza, em 14/12/1987, observando aspectos recorrentes em outro programa realizado com o linguista Antonio Houaiss, em 10/12/1990. O quarto capítulo analisará a edição representativa dos anos 90, com o filósofo José Arthur Giannotti, realizada em 12/02/1996, bem como outra edição transmitida em 20/04/1993, com o cientista político Roberto Mangabeira Hunger, com o propósito igualmente de observar elementos pertinentes aos fenômenos polêmicos levantados. Por último, desenvolveremos, no quinto capítulo, uma análise da edição realizada com o historiador Carlos Guilherme Mota, em 20/04/2009, considerando, em seguida, o programa com o urologista Miguel Srougi, produzido em 06/03/2006.

Teceremos, em seguida, nossas considerações finais.

1. QUANDO O EMBATE DISCURSIVO TORNA-SE OBJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: ANÁLISE DE ESTUDOS JÁ REALIZADOS ACERCA DA POLÊMICA

Na raiz da evolução social humana subjazem as mais variadas formas de contestações, conflitos, contraposições ideológicas, enfim, polêmicas. As dissonâncias entre as mais diversas vozes sociais e institucionais perpassam a nossa trajetória histórica, delineando novos contornos culturais e parâmetros axiológicos. É dessa forma, por exemplo, que, em meio à querela entre os defensores do pensamento moderno e os saudosistas da idade de ouro antiga, Charles Perrault, na expectativa de poder escrever abertamente sobre o que desejasse, reafirma, no século XVII, perante o rei sol Luis XIV, que escritores, cientistas e artistas de sua época não se mostravam inferiores à Virgílio ou quaisquer outros intelectuais da antiguidade. Na esteira do pensamento filosófico de Descartes, todos pensavam, todos existiam.

Compreender o que fundamenta o exercício da palavra tomada em sua dimensão polêmica nos conduz a um terreno instável de contraposições que fomentam (ou não) mudanças culturais, históricas, sociais e, por que não, econômicas e artísticas. A despeito de tal instabilidade – ou até em função dela – cerca de três séculos antes de Cristo, Aristóteles, em sua Retórica, já configurava um quadro teórico em que, certamente, previa, no mínimo, a contraposição de interesses divergentes no plano do discurso. A persuasão ou dissuasão, uma das características do gênero retórico *deliberativo*, bem como de outros gêneros retóricos, só constitui sentido, se pensada em um contexto de decisões especialmente de caráter político em que há relações de desacordo entre orador e seu auditório. Por outro lado, em que se justifica a censura, no gênero retórico *epidídico*, senão pela presença de ideias/argumentos divergentes?

Não objetivamos, contudo, percorrer, neste capítulo, uma linha cronológica/linear dos estudos já realizados sobre dissonâncias discursivas caracterizadas pelo uso da palavra em sua tonalidade polêmica. O propósito é considerar o tratamento dado a esse fenômeno por diferentes perspectivas teóricas, bem como analisar pesquisas já desenvolvidas à luz de tais teorias. Compreendemos que tais estudos não investigam o embate discursivo polêmico em sua concretude, ou seja, como um *evento bivocal*, em que o contexto social amplo configura-se constitutivo do discurso, por meio da instauração de diálogos que extrapolam a relação

face-a-face, cuja construção de sentido configura-se na inter-relação com a arquitetônica do gênero, determinada em grande medida, pela esfera de produção, circulação e recepção.

Dessa forma, iniciaremos este capítulo dividindo-o em quatro partes. Na primeira, focalizaremos os estudos lexicográficos e semânticos de Kerbrat-Orecchioni (1980) acerca do discurso polêmico. Observaremos os contornos teóricos mobilizados pela autora pelo viés semântico-pragmático. Em seguida, empreenderemos nossas análises em relação aos estudos desenvolvidos por Dascal (1994) e Dascal (2006), cuja perspectiva pragmática, a despeito de considerar o fenômeno em seu uso, estabelece restrições quanto ao processo de interação, bem como a caracterização de contexto pertinente.

Na segunda parte, consideraremos as pesquisas de Maingueneau (1983) e Maingueneau (2005[1984]) que, pela ótica da Análise do Discurso de linha francesa, investiga a polêmica instaurada entre os discursos humanista devoto e o jansenista. Essa última obra dialoga com a primeira, reformulando bases teóricas imprescindíveis para a análise do fenômeno discursivo polêmico.

Em seguida, analisaremos a pesquisa de Aquino (1997) que desenvolve o estudo de um *corpus* de programas de entrevistas, dentre os quais *Roda Viva* e *Opinião Nacional* da TV Cultura, bem como, conversações espontâneas por meio da confluência de quatro teorias: Teoria da Argumentação, Retórica, Análise da Conversação e Sociolinguística Interacional.

Vale ressaltar que todos os estudos acima mencionados consideram a polêmica de uma perspectiva discursiva, ou seja, observam o referido fenômeno como uma *manifestação da linguagem em uso*. E esse foi o critério por nós utilizado para selecioná-los.

Por último, justificaremos a perspectiva teórica que adotamos tendo em vista os estudos anteriormente considerados.

1.1 A POLÊMICA PELA PERSPECTIVA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

Considerada a ciência dos *usos da linguagem*, a Pragmática dialoga com a perspectiva saussuriana acerca da noção de *parole* como objeto de estudo, contudo, compreendendo-a como passível de análise científica sistematizada. A ótica semântico-pragmática focaliza as alterações semânticas das palavras nos processos reais de interlocução. Tendo em vista tal abordagem, analisaremos, primeiramente, estudos desenvolvidos por Kerbrat-Orecchioni

(1980) acerca da polêmica e, em seguida, as controvérsias entre discursos da esfera científica, considerados por Dascal (1994) pertencentes à família dos diálogos polêmicos.

1.1.1 UMA ANÁLISE LEXICOGRÁFICA E ENUNCIATIVA DA POLÊMICA

Uma análise lexicográfica comporta em seu escopo de investigação as nuances semânticas que a palavra arregimenta por meio de morfemas lexicais e gramaticais. É dessa forma que, inicialmente, Kerbrat-Orecchioni(1980) observa os vários significados da palavra *polêmica*, considerando o substantivo, o adjetivo, bem como o sujeito *polemista* (*polémiste*) e o verbo *polemizar* (*polémiquer*). Eis, nesse caso, a sinalização de uma abordagem de cunho enunciativo, uma vez que pressupõe a presença de um *sujeito* debatedor, um objeto foco de análise, a caracterização desse objeto e a ação. Contudo, ao enfatizar que se trata de um fenômeno de *natureza verbal*, a autora, por um lado, porta para o centro das preocupações dos estudos da linguagem a análise desse acontecimento discursivo, por outro, prioriza a abordagem linguística da polêmica.

Mesmo quando define esse fenômeno como um *objeto verbal de tipo dialógico* Kerbrat-Orecchioni (1980) refere-se à existência de ao menos dois debatedores, ou seja, dois enunciadores ocupando, *no mesmo campo especulativo, duas posições antagonistas*. Trata-se de um diálogo entre dois opositores, ou seja, a polêmica se caracteriza como um *contra-discurso*, em que a voz do locutor visa se contrapor ao *outro*, compreendido como *adversário*. De acordo com essa perspectiva, o sentido da palavra alia-se ao seu uso; uso esse que se desenvolve em uma via de mão única: cada interlocutor visa *atacar* o *outro* discursivamente, sem que esse *outro* interfira na fala do locutor.

Em outras palavras, apesar de a autora fazer referência ao dialogismo bakhtiniano, ressaltando a possibilidade de dois textos se *confrontarem* e se *afrontarem*, a polêmica é considerada uma tentativa de *falsificação* da palavra alheia, fato que implica um movimento de *imposição* da fala do EU em relação ao seu interlocutor, uma vez que o ato de “falsificar” conduz a uma ideia de alteração negativa. Tendo em vista tal “deturpação” do discurso do outro, um dos objetivos de Kerbrat-Orecchioni(1980) consiste em observar as *formas*, comparadas à original, em que aparece no discurso refutativo o discurso refutado e quais os *procedimentos formais* que utiliza a refutação. Tais questionamentos reverberam uma abordagem delimitada à superfície linguística da polêmica. Ao nosso ver, a desconsideração

do contexto constitutivo dessas formas impossibilita uma análise da construção do sentido em uma dimensão concreta.

Além de restringir a dimensão de análise, Kerbrat-Orecchioni (1980) estabelece uma distinção entre *polêmica*, *debate* e *discussão*: esses dois últimos delimitariam o uso da palavra em sua modalidade *oral*, ao passo que a primeira seria desenvolvida, segundo a autora, em um contexto de violência e paixão – na forma *escrita*. O texto polêmico implicaria a existência de um *polemizador* (enunciador), bem como de um *destinatário da mensagem polêmica* (enunciatário). O discurso polêmico se constituiria em uma dupla atividade de desqualificação: do ataque *ad personam* à refutação teórica. Delimitada, portanto, à expressão escrita, teríamos que desconsiderar a existência da polêmica em um processo de interlocução oral, fato que inviabilizaria as análises de nossa pesquisa, dado tratar-se de um *corpus* formado por entrevistas televisivas. Entendemos, igualmente, que nem sempre a polêmica se desenvolve nesse contexto de “paixão”, termo concebido como *sentimento capaz de alterar a lucidez* ou *grande entusiasmo*.

Nesse sentido, o trabalho de Dascal (1994), ao propor a Pragmática como conjunto teórico capaz de analisar as controvérsias científicas, evidencia a instauração de polêmicas entre esferas epistemológicas científicas – fato que pressupõe a mobilização de saberes articulados a partir de uma base racional, mesmo que imbuída de relativo entusiasmo. É o que constataremos em seguir.

1.1.2 A POLÊMICA A PARTIR DA PRAGMÁTICA DE DASCAL

Antes de avaliarmos em que consiste a *polêmica* pelo ótica da Pragmática de Dascal (1994), convém situarmos algumas bases epistemológicas de tal disciplina enquanto ciência que estuda fenômenos discursivos. Compreendida na confluência interdisciplinar entre a linguística, a filosofia da linguagem, a retórica e a teoria da literatura (Dascal, 2006), a Pragmática configura-se, essencialmente, como instrumental teórico que visa ao estudo dos diversos *usos* da linguagem. E aqui cabe-nos indagar: *quais* usos?

Dascal (2006) compreende a comunicação humana como um evento discursivo em que o homem executa sua habilidade para usar os significados semióticos, dentre os quais a própria linguagem, para enviar suas *intenções comunicativas*. A questão relevante para tal perspectiva concentra-se na análise do *reconhecimento* de tais intenções, de forma a considerar as *circunstâncias* em que é mobilizada tal habilidade, bem como os mecanismos

que possibilitam o *sucesso comunicativo*, concebido como compreensão e interpretação *apropriadas*. O caráter de “adequação” implica, ao nosso ver, a concepção de que o processo comunicacional perpassa um conjunto de regras que tácita ou explicitamente viabilizam *satisfatoriamente* a interação entre os usuários da língua. Tal satisfação resultaria na existência de parâmetros de realização do discurso que, utilizados convenientemente, contribuiriam para a não existência de mal entendidos.

Em outras palavras, tal abordagem discursiva ancora-se, em certa medida, na chamada Teoria dos Atos de Fala que pressupõe a articulação entre um conteúdo proposicional (p) e um conteúdo ilocutório (F), que porta a intenção do falante. Caso não haja convergência entre ambos conteúdos, compromete-se o sucesso do empreendimento comunicacional. Subjaz a essa pressuposição a possibilidade de conceber o processo interacional imbuído de várias nuances: desde a transparência comunicativa em que o que se diz eventualmente seria compreendido da mesma forma pelo interlocutor – uma vez que o conteúdo proposicional seria único, caso coincidisse com o ilocutório, até um nível extremo de opacidade em que a divergência de sentidos entre ambos poderia suscitar ou problemas de compreensão ou de adequação comunicativa. E é com o intuito de analisar esses variados níveis que Dascal (2003) defende a utilização de uma abordagem pragmático-semântica.

Ao entender que a Semântica “*per se*” apresenta-se *insuficiente* para a análise da intencionalidade inerente aos processos comunicativos, Dascal (2006) propõe uma relação de complementaridade entre tal disciplina e a Pragmática, uma vez que essa consideraria o *contexto* dos atos de uso da linguagem. Dessa forma, parece-nos relevante considerar: qual o sentido de “contexto” para essa sociopragmática?

Em Dascal (2006) é possível constatar a definição de duas funções atribuídas ao que o pragmaticista denomina “contexto”: por um lado, delineia valores para os chamados “gaps”, ou *variáveis livres contidas no significado da sentença*, de forma que haja uma restrição quanto ao número de objetos ou tipos de informações pertinentes; por outro, configura-se fonte de dados para verificar se a hipótese interpretativa corresponde àquela do falante. Em outras palavras, Dascal (2006) compreende a ideia de “texto” como similar à de “discurso”, em que o *contexto* é concebido de dois modos: 1) **cotexto** (também chamado de metalinguístico), cujos valores, de ordem *linguística* e *interacional*, como as normas de comunicação entre os falantes, uma vez emergentes na análise, viabilizaria o estudo do processo de interpretação/compreensão; 2) **extralinguísticos**, compreendidos como

pertencentes a um universo de referência não textual – portanto ultrapassam o âmbito discursivo – elementos relacionados ao conhecimento partilhado, crenças do falante e da audiência, bem como idiossincrasias dos participantes da interlocução: considerados de menor relevância para o processo interacional.

A seguir, com o propósito de analisar mais especificamente a polêmica na perspectiva de Dascal (1994) consideraremos mais detidamente a pergunta lançada no início desta subseção: *quais os usos da linguagem* estariam no escopo de estudo da sociopragmática, bem como observaremos ainda a concepção de *contexto* em tal perspectiva, com o intuito de evidenciar alguns contornos que inviabilizam o estudo do enunciado entendido em sua dimensão concreta.

1.1.2.1 CONTROVÉRSIAS, DISCUSSÃO E DISPUTA: MEMBROS DA MESMA FAMÍLIA

Apostando na hipótese de que a filosofia da ciência e demais estudos científicos não focalizaram até então a problemática das *controvérsias científicas*, considerando a formação, a evolução e a avaliação das teorias científicas, Dascal (1994) propõe um estudo desse fenômeno pelo viés teórico da Pragmática, como uma terceira via de análise em relação a duas outras proposições teóricas contrastivas: o *normativismo* e o *descritivismo*. A primeira, cujo objetivo pauta-se pela objetividade e pelo princípio popperiano de “conhecimento sem sujeitos cognoscentes”, configura-se no propósito de evidenciar a autonomia do campo científico no processo interno de evolução da ciência; ao passo que a segunda reconhece a existência de rupturas e crises nos meandros evolutivos do conhecimento científico, perspectiva kuhniana que buscava explicar normas científicas vigentes a partir do que Dascal (1994) denomina “contextualismo”, ou seja, causas externas que restringiriam a autonomia do desenvolvimento científico.

Pertencente à família dos fenômenos discursivos polêmicos (Dascal, 1994), a *controvérsia científica* caracteriza-se por contornos peculiares: a constituição de sentido decorre do que o autor denomina “contexto dialógico”, ou seja, o contexto *direto* entabulado entre duas pessoas que empreguem a linguagem dirigindo-se uma em relação a outra em um confronto de argumentos, opiniões, teorias; outro fator é a *imprevisibilidade*, que, de acordo com essa ótica, a despeito de viabilizar inovações, fomentaria o surgimento de confusões, mal entendidos conceituais e metodológicos. Ressalta-se, contudo, que o autor não considera

apenas o debate oral, mas também parte das controvérsias escritas que explicitem variabilidade nos argumentos empregados, bem como dinamicidade na definição da “situação problema” e alterações temáticas inesperadas.

Tais contornos explicitam uma análise discursiva delimitada ao processo mais imediato de interlocução, ignorando a existência de um contexto institucional, por exemplo, que acreditamos ser inerente a esse processo. Essa abordagem torna-se evidente na distinção entre *texto primário*, compreendido como a *intervenção oral direta do contendente*, em situação particular ou pública, e *texto secundário*, constituído por obras de referência – do próprio autor ou de outros autores – que Dascal (1994) denomina **cotexto**.

Dessa forma, o contexto ancorado historicamente é visto como *não discursivo*, elemento *à parte*, pois não diretamente relevante para o conteúdo das controvérsias que, juntamente com a *discussão* e a *disputa*, constituem uma subfamília do conjunto dos fenômenos discursivos dialógicos polêmicos – reiteramos: *dialógico* no sentido de interação polêmica delimitada ao contexto mais imediato de interlocução. E o que distingue esses três fenômenos?

O reconhecimento do erro pertinente a um conceito e/ou percurso teórico-metodológico, delimitado ao escopo da análise científica, caracterizaria a *discussão* – fenômeno polêmico que, ao menos teoricamente, reverberaria a base normativista popperiana. Por outro lado, a intervenção de elementos subjetivos impedindo a aceitação de tais falhas – uma vez que movidas, de certa forma, pelo personalismo do polemizador, configuraria a chamada *disputa*, consonante a pressupostos descritivistas kuhnianos.

Dascal (1994) propõe a definição de *controvérsia científica* como uma polêmica que se encontra em uma posição intermediária entre as anteriores já citadas e se caracterizaria, dentre outros aspectos, pela evolução temática da polêmica. Cita como exemplo a controvérsia entre a Teoria da Deriva¹ e demais teorias que acreditavam na existência de pontes intercontinentais que justificariam semelhanças nas formas de vida nos continentes. Erros na identificação de fósseis fomentariam, de um lado, as discussões e, de outro, o envolvimento, até mesmo pessoal, dos debatedores configuraria a disputa. Para Dascal (1994) o que justificaria essa face “dupla” da controvérsia que poderia levar a equívocos de interpretação é o próprio estatuto dos contendentes nesse tipo de polêmica: precisam defender

¹ A Teoria da Deriva Continental foi proposta em 1912 por Alfred Wegener que, a partir de critérios paleoclimáticos, defendia a existência de uma massa continental única chamada Pangeia.

sua própria teoria e, ao mesmo tempo, criticar a do adversário. Entendemos, dessa forma, que a controvérsia científica é compreendida como uma prática linguageira delineada, situada em um contexto imediato específico, e configurada pelo esforço, por parte do enunciador, de fazer o outro crer em sua proposição. Novamente temos aqui uma abordagem em que o EU observa o *outro* apenas como um oponente, esquecendo-se do caráter relevante do interlocutor na produção do fenômeno discursivo polêmico, também não abarca sua concretude, delimitando-se a uma análise contextual imediata – e necessária – porém, insuficiente para compreender tal evento em que a palavra, a despeito de utilizada no campo científico não se exime de sua carga ideológica de sentido.

Na sequência, consideraremos a polêmica a partir dos estudos de Maingueneau (1983) e Maingueneau (2005[1984]), de acordo com a perspectiva da Análise do Discurso francesa.

1.2 A POLÊMICA EM MAINGUENEAU: FRUTO DO PRIMADO DO INTERDISCURSO

Observamos que a perspectiva sociopragmática de Dascal (2006) e Dascal (1994) compreende a *parole* como passível de estudo sistematizado, considerando especialmente o *cotexto* na análise da intencionalidade do falante que orienta o processo de interpretação e subsequente (in)compreensão do processo de interlocução por parte do destinatário - interação tomada prioritariamente em seu desenvolvimento face-a-face.

A Análise do Discurso francesa (doravante AD) de Maingueneau (1983) não focaliza os usos da linguagem como *expressões particularizadas do falante em uma dimensão individualizada*. Ao contrário, defende a ideia de *formação discursiva*, como uma *zona de regularidades semânticas no interior de um campo discursivo*, o que significa dizer que os usos da linguagem são considerados a partir de esferas institucionalizadas (campos discursivos): política, religião, arte, etc. Tais formações discursivas (doravante FD) compõem o que Maingueneau (1983) denomina *espaços discursivos*, subconjuntos dos campos discursivos, cuja pré-existência possibilita o surgimento do *interdiscurso*.

Em outras palavras, a polêmica é concebida como um *processo de interincompreensão semântica* entre duas FDs pertencentes ao mesmo espaço discursivo, de forma que ambas ancoram-se no mesmo referencial institucional, porém, a articulação de alteridade perpassa a desqualificação de semas pertencentes ao outro discurso (FD), considerados negativos, de modo a reafirmar os semas positivos do próprio discurso.

Dessa forma, analisaremos, na sequência, em que consiste a polêmica na ótica da AD de Maingueneau (1983) e Maingueneau (2005 [1984]).

1.2.1 DA TRADUÇÃO QUE REAFIRMA O EU, À IDEIA DE TOM

Desde a publicação da tese de doutorado de Maingueneau (1983), acerca da polêmica entre os discursos Humanista Devoto e Jansenista, até a produção de *Gênese dos discursos*, em 1984, constatamos uma reacentuação valorativa em relação a alguns conceitos que consideramos pertinentes à análise da concepção de polêmica por esse pesquisador.

É preciso ressaltar, contudo, que tal reacentuação não inviabiliza a coerência teórica do autor no tocante ao estudo da polêmica entre tais discursos devotos do século XVII na França. O que nos parece relevante destacar, a princípio, é que a análise da polêmica se fundamenta a partir de um rigoroso *sistema de regras e categorias semânticas*, definidas em Maingueneau (1983). De acordo com tal sistema, o analista deve concentrar sua abordagem nas *superfícies linguísticas* (enunciados) de cada uma das duas FDs que se confrontam sincronicamente. Para esse estudioso, emergiria um “componente de conversão” que definiria a maneira que cada discurso interpreta o discurso contrário.

Nesse processo de “conversão”, haveria a instauração da *polêmica*, pois o *discurso agente* (tradutor) rejeita os *semas*² considerados positivos para a outra FD, porém banidos do seio do próprio discurso³. O próprio autor destaca que o adversário – discurso paciente – não é reconhecido em sua alteridade, mas traduzido no registro negativo do discurso agente (Maingueneau, 1983, p.26).

A concepção de sujeito que subjaz a essa perspectiva, implica, ao nosso ver, uma ideia de assujeitamento⁴ e isso parece evidente no momento em que Maingueneau (2005[1984], p. 49) explicita o conceito de *competência discursiva*, que compreende a ideia de que cada FD é governada por um *sistema de restrições semânticas*, ou seja, o que *pode* ser dito em função de critérios valorizados em determinada FD e que definem o lugar possível

² Unidades elementares que permitem articular a significação.

³ Ressaltamos que, para Maingueneau (1983), há equivalência conceitual entre *discurso* e *formação discursiva*, compreendendo ambos como uma “zona de regularidades no interior de um campo discursivo” (Maingueneau, 1983, p. 18).

⁴ De acordo com Brandão (2004) a ideia de *assujeitamento* é a mesma de *interpelação ideológica*, ou seja, o falante é levado a identificar-se ideologicamente com determinado grupo, no caso, uma formação discursiva.

dos sujeitos falantes. O autor sugere que os sujeitos encontram-se “presos” a paradigmas: caso tenham acesso formal a outros modelos, poderão *adotar* (grifo nosso) novas restrições. Ou seja, de qualquer forma, haverá assujeitamento. Maingueneau (1983) sinaliza tal concepção de sujeito:

(...) quando o sujeito se inscreve no interior de uma formação discursiva ele não a absorve lentamente como uma esponja embebida em água, na realidade, ele *adquire uma matriz de um sistema de operações* (grifo nosso) que lhe permite a uma só vez produzir enunciados novos e interpretar os enunciados contrários (Maingueneau, 1983,p.25)⁵

A concepção, portanto, de um sistema que se encontra *acima* da vontade dos falantes configura, a nosso ver, uma abordagem monológica da linguagem, pois, o processo de interincompreensão semântica, gerador de polêmica, e configurado por um sistema rígido de categorias semânticas, visa reforçar os contornos de sua própria identidade por meio da *desqualificação* do discurso alheio, em cada FD.

É dessa forma que o discurso Humanista Devoto (doravante HD) fundamentará seus semas positivos em torno do conceito de *ordem*, que explicitaria as hierarquias existentes tanto no plano social, eclesiástico, divino quanto na natureza, em que a posição mais elevada seria ocupada pela figura de Deus (Dê), seguido pela Virgem Maria (considerada mediadora entre Deus e os homens) e Jesus. Essa mediação é fundamentada pela relação de *comunicação* entre o divino e o mundano, bem como pelo primado da *doçura*, ou seja, pela valorização da ideia de equilíbrio, harmonização. Semas como: /pluralidade/, /exterioridade/, /expansão/, /plasticidade/ e /diversidade/ apresentar-se-ão axiologizados para HD. Para Maingueneau (1983), o HD reflete um todo ordenado que justificaria as hierarquias feudais, de caráter aristocrático, daí a valorização de semas que implicam a consideração de níveis sociais diversos, dos mais elevados aos mais inferiores.

Se tais semas apresentam-se valorizados pela ótica do HD, o valor semântico contrário será desprezado. Ocorre que o discurso Jansenista (doravante J) assume exatamente *esses* semas como constitutivos de sua FD: para substituir o conceito de *ordem*, surge a ideia de *ausência de mediação*, uma vez que o indivíduo pautar-se-ia pelo contato direto com Deus

⁵ (...) quand un sujet s'inscrit à l'intérieur d'une formation discursive il ne s'en imprègne pas peu à peu comme une éponge s'imbibe d'eau, en réalité il acquiert la maîtrise d'un système d'opérations qui le rend capable à la fois de produire des énoncés nouveaux et d'interpréter les énoncés adverses (Maingueneau, 1983, p. 25)

(Di); a relação de comunicação é desvalorizada e substituída pela de *isolamento* – uma vez que o J condena a mistura entre o divino e o mundano. Semas como /pluralidade/, /exterioridade/ e /expansão/ serão substituídos respectivamente por: /unidade/, /interioridade/ e /concentração/, o que refletiria, de acordo com Maingueneau (1983), a visão de um universo sem hierarquia natural, ou seja, uma perspectiva burguesa que se contrapõe àquela aristocrática.

A leitura que Maingueneau (1983) desenvolve em relação a essas duas FDs pressupõe que a existência da polêmica se fundamenta pelo *primado do interdiscurso*, ou seja, ambas concorrem *sincronicamente* em um *mesmo* espaço discursivo, tendo como referência os discursos pertinentes ao *mesmo* campo discursivo: o religioso, mais especificamente, católico. Tal perspectiva, ao nosso ver, restringe o exame da polêmica, pois *não* considera contraposições discursivas, dentre as quais a polêmica discursiva, empreendidas entre discursos oriundos de esferas diversas, ou, em outros termos, campos discursivos diferentes. A abordagem de Maingueneau (1983) afirma essa impossibilidade⁶. Outro aspecto que nos chama a atenção é o caráter *sincrônico* de sua abordagem analítica⁷, o que equivale dizer que discursos produzidos em diferentes épocas não poderiam entabular relações polêmicas, uma vez que ao definir os contornos de seu objeto de estudo, o pesquisador considera subconjuntos de discursos de um mesmo tipo, pertencentes a um mesmo campo discursivo em uma dada sincronia (Maingueneau, 1983, p.15).

Também nos parece significativa a análise do autor no que tange à relação entre os semas valorizados em cada FD e o que poderíamos chamar de contexto histórico representado, de um lado, pela presença da aristocracia que visava manter as hierarquias inerentes ao próprio sistema e, de outro, pelo surgimento de uma burguesia que, desprovida de *status* real, objetivava se estabelecer independentemente das nuances de poder já cristalizadas. É preciso, ressaltar, contudo, que as análises de Maingueneau (1983) propriamente efetuadas priorizam o estudo da *superfície linguística*, considerando o aspecto semântico que forma o conjunto de restrições das formações discursivas que se contrapõem no mesmo espaço discursivo. Na verdade, o contexto histórico é concebido como *extradiscursivo* (Maingueneau, 1983, p.189) ao ressaltar as especificidades de dois

⁶ Ressaltamos que, para Maingueneau (2005 [1984], p.115), *na polêmica é a convergência que prevalece sobre a divergência já que o desacordo supõe um acordo sobre(...) as leis do campo discursivo partilhado*.

⁷ O *corpus* selecionado por Maingueneau (1983) é formado por textos humanistas devotos e jansenistas produzidos por volta do século XVII na França.

especialistas: o *analista do discurso* a quem se incumbiria de estudos linguísticos e semióticos e o *historiador*, imbuído do objetivo de compreender o referido contexto. Maingueneau (1983, p. 189) acredita apenas em uma relação de *complementaridade* entre ambos especialistas.

Maingueneau (2005 [1984], p. 163) justifica, de certa forma, a não inscrição do contexto histórico em suas análises ao estabelecer uma distinção entre: *discursos abstratos* e *textos com valor testemunhal*. Os primeiros reuniriam produções literárias, filosóficas, religiosas, pictóricas, musicais, etc., ao passo que esses últimos implicariam uma relação mais estreita com o contexto social, como: programas eleitorais, panfletos, memoriais, testamentos, etc. Ressalta que os primeiros configuram *corpora* mais “prestigiosos” e que “... *parecem desenvolver-se sem laço imediatamente atribuível com situações sociais, histórico estritamente delimitados* (...)” (Maingueneau (2005 [1984], p.171). Ao nosso ver, até mesmo a análise da polêmica entre o discursos HD e J só constitui sentido concreto se – e somente se – levarmos em consideração o contexto sócio-histórico-religioso – especialmente do século XVII na França.

Em se tratando do *interdiscurso* como elemento que possibilita a instauração do processo de interincompreensão recíproca entre ambas FDs, vale ressaltar *o que* exatamente o autor entende por *interdiscursividade*: trata-se do *modo de coesão de cada discurso*, ou seja, o modo como cada FD articula sua *rede de remissões internas* (Maingueneau, 2005 [1984], p.99) que estariam relacionadas ao gênero constituído. Verifica, por exemplo, que o discurso Jansenista prioriza a *descontinuidade*, por meio da utilização de máximas, “sumas”, ensaios, cartas, etc., enquanto que o discurso HD valorizaria a contiguidade e uma combinação hierarquizada. O autor sinaliza aqui certa preocupação com o conceito de *gênero discursivo*, que está praticamente ausente em Maingueneau (1983). Não há, contudo, o delineamento de um quadro teórico que fundamente a importância desse conceito para sua perspectiva, no que concerne ao estudo da polêmica. A ênfase se desenvolve no sentido de considerar quaisquer fragmentos de discursos oriundos das duas FDs a partir do sistema de restrições semânticas determinado pelo pesquisador a partir da análise do *corpus* devoto. FDs que, caracterizadas por um *modo de encadeamento discursivo* determinado a partir de sua coesão, configuraria a estrutura do texto: paragrafação, capítulos, argumentos, modo de progressão temática – todas analisadas sob o prisma de sua *semântica global*.

Assim, apesar de Maingueneau (2005 [1984]) inscrever sua abordagem numa perspectiva que ele denomina bakhtiniana, pois priorizaria a *heterogeneidade constitutiva*⁸, o autor opera com um quadro metodológico restrito em que o escopo de análise é delimitado, em grande medida, pelas relações semânticas na superfície linguística. Cremos que as chances de uma análise que considere a polêmica enquanto fenômeno discursivo empreendido entre vozes/discursos sócio-historicamente situadas(os) em variadas esferas, de épocas e até culturas distintas tornam-se muito restritas. O que queremos dizer é que a pesquisa de Maingueneau (1983) nos oferece um parâmetro científico de análise de alta relevância para a análise das relações semânticas entabuladas a nível textual, considerando não o gênero discursivo, mas as *formações discursivas* enquanto *zona de regularidades no interior de um campo discursivo*.

Maingueneau (2005 [1984]), contudo, atribui outra tonalidade a seus estudos desenvolvidos em fins dos anos 1970⁹: passa a considerar o *modo de enunciação* dos discursos que se polemizam no espaço discursivo devoto. Ou seja, o tratamento investigativo que se oferece às FDs impulsiona o analista a compreendê-las em termos de *práticas de comunicação textual* devota, tendo em vista as *relações humanas no interior das ordens religiosas*. Se a ideia de *modo de enunciação* sugere uma abordagem dos elementos circunstanciais - que entendemos constitutivos do processo de interlocução- vale ressaltar a inserção de outros conceitos que delimitam a análise desses elementos, como a de *vocação enunciativa*, caracterizada pelas *condições postas por uma FD para que o sujeito nela se inscreva* – e novamente constatamos a presença de um sujeito assujeitado.

Surgem ainda em Maingueneau (2005 [1984]) duas outras importantes contribuições incipientemente¹⁰ postas: 1) aliada ao esboço de uma abordagem enunciativa, aparece a ideia de *tom* que se apóia sobre dois aspectos de constituição do enunciador: o *caráter* e

⁸ Termo utilizado por Authier-Revuz (2004) para analisar a presença do *outro* no discurso do *eu*, tendo em vista a confluência de duas abordagens que a autora denomina não-linguísticas: o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise lacaniana.

⁹ Tese de doutoramento acerca da polêmica entre os discursos devotos na França do século XVII.

¹⁰ *Incipientemente* pois o autor não desenvolve uma análise propriamente dita de tais conceitos em relação ao *corpus* formado pelas FDs em questão, apenas define um “ideal de voz /moderado/, /plástico/ de “extrema sociabilidade” para HD (Maingueneau, 2005 [1985], p.96) - quanto ao discurso Jansenista, o leitor pode inferir: uma voz sem cadência, em tom baixo, provavelmente voltada para si mesma.

*corporalidade*¹¹; 2) a polêmica como uma *prática intersemiótica*, ou seja, o autor não reduz sua análise apenas a enunciados – amplia seu estudo para obras de arte, como quadros, obras musicais, etc. Destaca-se, entretanto, que tal investigação ainda encontra-se delimitada pelo sistema de restrições semânticas determinado pela FD ao qual pertence o objeto de análise.

Na próxima subseção, consideraremos outra perspectiva de análise da polêmica a partir de estudos desenvolvidos por Aquino (1997).

1.3 CONVERSACÃO E CONFLITO: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR DA POLÊMICA

Diferentemente do quadro teórico proposto pela AD de Maingueneau (1983) e Maingueneau (2005[1984]) que considera a polêmica a partir de um rigoroso modelo de restrições de ordem semântica e que congrega, posteriormente, tonalidades de uma perspectiva enunciativa, o trabalho de Aquino (1997) configura uma abordagem multidisciplinar da polêmica, entendendo-a especialmente como inerente ao processo de negociação em que se evidenciam *estratégias argumentativas* mobilizadas particularmente na e pela *situação imediata de interlocução*.

É na confluência de um conjunto de perspectivas teóricas como a Teoria da Argumentação, a Retórica, a Análise da Conversação e a Sociolinguística Interacional que Aquino (1997) toma como objeto de estudo não apenas programas de entrevistas, como o *Roda Viva* e *Opinião Nacional* – ambos da TV Cultura, realizados com entrevistados políticos de proeminência nacional, como então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf¹², Ciro Gomes, na época¹³ Ministro da Fazenda e Antonio Fleury Filho, que exercia o cargo de governador de São Paulo¹⁴ - mas também conversações espontâneas entre amigos. Dessa forma, observamos que a pesquisa da autora não restringe sua abordagem apenas a processos de interlocução desenvolvidos em esferas institucionalizadas – diferentemente do que ocorre com a AD.

¹¹ Posteriormente, em Maingueneau (1997[1987]) constatamos uma definição mais precisa para ambos esses aspectos: o *caráter* como um *conjunto de traços psicológicos atribuídos pelo ouvinte/interlocutor ao enunciador* e a *corporalidade* como uma *representação do corpo do enunciador*.

¹² Há duas entrevistas com Paulo Maluf: uma produzida e veiculada em 16/10/1995 pelo programa *Roda Viva* e outra elaborada pelo programa *Opinião Nacional*, em 08/02/1995.

¹³ A entrevista foi produzida em 24/10/1994.

¹⁴ Programa divulgado em 26/12/1994.

Com o objetivo de investigar as *dimensões da argumentação no discurso falado* a partir de uma perspectiva *textual-interativa*, a autora concentra sua análise nos elementos circunstanciais da enunciação: notadamente de caráter argumentativo, interacional, bem como aspectos cognitivos considerados intrínsecos à instauração do conflito. A pesquisadora segue proposta teórica que observa o *texto* como um *produto linguístico* caracterizado pela *dinâmica interacional*. Importante ressaltarmos como especificamente Aquino (1997) caracteriza o conceito de *texto*: como um *processo de interlocução face-a-face* em que o contexto é entendido como uma *co-produção simultânea* com a realização do discurso. A ideia de dialogicidade limita-se, portanto, ao diálogo marcado pela alternância de fala: esse configura a base das análises.

O que nos parece pertinente ao estudo da polêmica é a própria concepção de *representação mental*, assumida pela abordagem de Aquino (1997): trata-se de uma construção mental empreendida pelo falante, cujo intento seria possibilitar que o interlocutor elabore uma representação semelhante àquela do locutor, considerando o processo de interação¹⁵. Chamadas de *esquemas*, tais representações seriam compostas por: *frames* – responsáveis pela emergência de um tópico conversacional – e por *scripts* – também denominados *roteiros*, que possibilitariam a emergência de elementos já conhecidos pelos falantes e estariam relacionados ao *modo* de desenvolvimento do processo de interlocução. O que nos parece importante ressaltar é que tal perspectiva compreende as *diferenças entre os esquemas* –denominadas *enquadres*¹⁶– como possível foco gerador de *conflito* na conversação.

Nesse momento, cabe-nos analisar dois aspectos importantes: primeiro, até que ponto a representação mental do nosso interlocutor pode ser considerada *semelhante* à nossa? Como auferir isso? Entendemos que, se essa se constituísse em condição para a *não* instauração de conflito, provavelmente, *todo* processo de interlocução poderia ser assim compreendido, dado que cada falante se circunscreve em uma rede de relações sociais, o que possibilita sua imersão em diferentes construções de sentido, ou seja, entendemos que uma representação mental poderá até ensejar, por parte do locutor, a intenção de ser transmitida *ipso facto* ao interlocutor –, contudo, entendemos que os graus axiológicos de responsividade do ouvinte devem variar, não apenas em função dos elementos circunstanciais, porém, contextuais

¹⁵ Posição defendida por Toulmin (1958).

¹⁶ A ideia de *enquadre* é considerada por Bateson (1972).

concernentes à própria condição social humana circunscrita em um momento histórico, político, condição em que se apresentam os entrevistados e que perpassa todo processo de interlocução. O segundo aspecto, de certa forma já ressaltado, refere-se ao fato de que uma representação mental não reúne em si apenas elementos de caráter subjetivos: compreendemos que até mesmo esses se constituem na inter-relação com os grupos sociais por meio dos quais o indivíduo interage.

Em se tratando das análises pertinentes ao *corpus* formado por edições do programa *Roda Viva*, Aquino (1997) mobiliza a perspectiva teórica proposta por Perelman & Obrechts-Tyteca (2005)¹⁷ para quem o “convencimento” pressupõe um apelo ao auditório por meio de raciocínio lógico enquanto a “persuasão” incluiria, além da razão, um apelo à emoção. As análises desenvolvidas por Aquino (1997) focalizam o jogo persuasivo empreendido pelos interlocutores: de um lado, entrevistados políticos, de outro, entrevistadores, na maioria das vezes jornalistas. Ambos pressupõem a presença do que a pesquisadora denomina *terceira parte* (auditório) - composto por telespectadores.

Coerente com a perspectiva textual-interativa, a pesquisadora entende que as *perguntas* configuram-se uma *estratégia discursiva*, uma vez que, além de um simples pedido de informação, o entrevistador pode evidenciar a face negativa ou positiva do entrevistado. O processo interacional é entendido como um *jogo pelo poder* em que o locutor deseja impor seu ponto de vista ao *outro*, visando *controlar* o discurso por meio de *interrupções*, *sobreposição de vozes*, *digressões*, *ironia*, *entonações* – essas últimas, entendidas como ascendentes quando em pedidos de colaboração e descendente quando do término do tópico. Esse, ao nosso ver, configura-se uma importante contribuição da pesquisa de Aquino (1997): incluir em sua análise elementos que não se restringem apenas ao plano linguístico, como a prosódia, uma vez que o conflito é compreendido em sua dimensão interacional. Contudo, vale ressaltar os limites de tal dimensão – restritos a elementos contextuais imediatos, o que delimita uma análise que visa compreender o processo de interlocução polêmico instaurado entre pessoas, mais do que vozes sociais.

A despeito de considerar as relações de poder entabuladas no processo de interlocução face-a-face, Aquino (1997) esclarece que seu trabalho *não* considera a linguagem como tendo uma natureza ideológica (Aquino, 1997, p. 96), prefere assumir a perspectiva de Van Dijk

¹⁷ Autores que criaram a *Nova Retórica* a partir do estudo da *Retórica* de Aristóteles. O *convencimento* levaria o interlocutor a acreditar e a *persuasão*, a agir.

(1992) que relaciona o poder à ideia de *controle social*: o poder é exercido por grupos e instituições a partir do momento em que se mostram capazes de controlar o pensamento e as ações do outro. Para análise de tais relações, a autora observa quatro aspectos de seu *corpus*: *interação* (compreendida face-a-face), *contexto* (imediato), *argumentação* (estratégias) e *cognição* (mobilização de esquemas, especialmente os *frames*).

A confluência de análise desses quatro aspectos conduz a especialista a entender como sinônimos os seguintes termos: *conflito*, *polêmica*, *discussão*, *debate* e *disputa*. Compreendidos na modalidade falada, a autora observa que nem sempre esse fenômeno (polêmica/conflito) apresenta marcas explícitas: a *negociação* seria inerente à atividade discursiva, de modo que a inserção de um *frame* pode suscitar interpretação negativa por parte do interlocutor, bem como um argumento pode ser considerado insuficiente.

Durante esse processo de negociação, vale ressaltar a concepção de *auditório* nos conflitos estudados por Aquino (1997). A chamada *terceira parte* é compreendida em termos de participação: como aliado, suporte, entendedor das posições assumidas durante a interlocução polêmica. No contexto das entrevistas, propriamente dito, a autora chega a questionar o caráter interacional desse tipo de auditório, pois a ela não seria oferecido o direito à participação por meio de interferências em formulações linguísticas (Aquino, 1997, p. 129). Apesar de incluir não apenas o interlocutor face-a-face, como o telespectador como tipos de auditório, o questionamento da pesquisadora reflete sua própria abordagem circunscrita à situação imediata de interação. Entendemos que a virtual presença do telespectador vai além de sua participação em termos de *interferências em formulações linguísticas*. Ela pode orientar o próprio processo de interlocução instaurado no programa, como evidenciaremos na última subseção deste capítulo.

Além da eventual participação da terceira parte, Aquino (1997) salienta que o auditório pode determinar a qualidade da argumentação e o comportamento do orador. É dessa forma que a autora afirma o seu caráter *não passivo*. Contudo, entendemos que tal ideia de ausência de passividade relaciona-se apenas à capacidade do telespectador de se apresentar como uma instância enunciativa em que entrevistadores e entrevistados visam obter adesão aos seus argumentos e, conseqüentemente, arregimentar o apoio da opinião pública em relação a suas estratégias argumentativas.

O norte investigativo da autora, portanto, parte da observação das regularidades discursivas desenvolvidas tendo em vista um conjunto de estratégias argumentativas durante o processo de interlocução, dentre as quais ressaltamos algumas que contribuem para, segundo Aquino (1997, p. 205) fortalecer o locutor: antecipação de objeções; refutação; formas de concessão; apelo a emoções; mobilizar relações de causa e efeito; utilização de argumentos baseados em dados documentais, etc. A pesquisadora igualmente apresenta outros que enfraquecem o locutor, a saber: retardo do desenvolvimento do tópico; desprezo pelo debate; uso de observações generalizantes; levantamento de dados não confiáveis, etc.

A análise da autora aponta para a imposição de *frames*, foco para o surgimento da polêmica. Contudo, se, no espaço de negociação, houver acordo quanto à instauração de novos *frames*, o conflito não se desenvolve. O estudo de Aquino (1997) revela que Maluf constrói o frame “*homem é ação*”, uma vez que o então prefeito de São Paulo demonstra buscar o poder pela necessidade de evidenciar suas obras; Fleury apresentaria o frame “*homem é lassidão*”, pois simbolizaria a própria inércia do funcionalismo público e Ciro Gomes, o frame “*homem é retidão*”, por se configurar como contido, forte e patriota.

Antes de finalizarmos nosso capítulo, justificaremos, a seguir, a escolha de nossa abordagem teórica, tendo em vista os estudos sobre polêmica já desenvolvidos.

1.4 AS NUANCES DA BIVOCALIDADE POLÊMICA INSTAURADAS ENTRE VOZES SOCIAIS

Todas as pesquisas consideradas, até o momento, analisam a polêmica a partir de perspectivas teóricas que observam a língua em seus diversos usos sociais. Portanto, compreendem-na (a polêmica) como um *fenômeno discursivo*. Entretanto, constatamos certas especificidades teórico-metodológicas que as distinguem: o estudo lexicográfico de Kerbrat-Orecchioni (1980), por exemplo, compõe, ao nosso ver, o esboço de uma abordagem enunciativa ao constatar significados para os substantivos, adjetivos e verbos – contudo, demonstra restringir suas reflexões a um estudo linguístico da polêmica. Mesmo quando se ampara em pressupostos bakhtinianos acerca da inserção da fala do *outro* na fala do locutor, considerando, nesse caso, o discurso polemizado, constatamos, apenas, a presença do contexto mais imediato circunscrito no processo de interação analisado. Essa é observada em termos de influência que o polemizador exerce em relação ao discurso polemizado – portanto,

entendemos que se trata de uma abordagem que não considera o oposto, ou seja, *em que medida o outro também pode interferir na fala do eu*.

Já a Sociopragmática de Dascal (2003) prioriza a análise da *intenção comunicativa* que, inerente aos conteúdos proposicionais, conferem força ilocucionária ao evento discursivo e permitem, por exemplo, observar se a interpretação do interlocutor condiz propriamente com a referida intenção, ou se há sentido ambíguo, daí a relevância, segundo o autor, de considerar essa disciplina em relação de complementaridade com a Semântica. Ocorre que tal perspectiva, ao nosso ver, parte do pressuposto de que os processos de interlocução em uso possuam, em primeira instância, um significado – chamado proposicional – que, ao menos teoricamente, encerraria um valor semântico que não seria passível de “erros” interpretativos. Se compreendermos que os sujeitos falantes não fazem uso de uma língua como um sistema fechado – ninguém mobiliza palavras de dicionário e sim asserções, negações, dúvidas, etc. – e sim se encontram imersos em relações sociais entabuladas entre diversos grupos (profissionais, escolares, culturais, etc.), entendemos que dificilmente haverá um - *e apenas um* - sentido proposicional de base. Vale ressaltar, contudo, a contribuição de Dascal (1994) ao propor a Pragmática como ciência para investigar o fenômeno das *controvérsias científicas*, pertencente à família dos discursos polêmicos. Tal contribuição se constitui, de fato, uma alternativa frente ao *normativismo popperiano* e o *descritivismo kuhniano*: o primeiro, preocupado com as discussões científicas empreendidas tão somente no plano lógico, compreendendo a evolução da ciência como linear e o segundo voltado para análise das rupturas, períodos de crises em meio aos contextos que se configurariam “causas externas”. Dascal (1994), ao conceber tais controvérsias como *fenômenos linguísticos* mobiliza dois níveis de análise: o *macro* que visa avaliar a eficácia comunicativa e validade lógica dos argumentos e o *micro* que objetiva compreender o caráter cooperativo e competitivo do discurso polêmico. Tal abordagem restringe-se a uma análise do que significa um discurso *eficiente* em termos argumentativos e *adequado* em relação ao que se espera dos discursos que circulam na esfera científica.

Com relação à abordagem teórica da polêmica pela ótica da AD de Maingueneau (1983), constatamos que a ideia de confronto entre duas formações discursivas que concorrem em um mesmo espaço discursivo restringe a análise dos processos de interação polêmicos a discursos que se desenvolvem apenas e tão somente em um *mesmo campo discursivo* pré-

existente. Ao compreendê-las (tais FDs) como zonas de regularidades semânticas o sujeito se vê *assujeitado*, ou seja, deve alinhar-se ideologicamente com tais ou tais FDs.

Por último, ressaltamos a contribuição de Aquino (1997) que, a partir de uma perspectiva textual-interativa, analisa estratégias argumentativas, bem como elementos considerados não linguísticos como entonação – a partir do contexto imediato de interlocução em que os sujeitos compõem um processo de interação face-a-face.

A seguir, justificaremos nossa abordagem teórico-metodológica tendo em vista essas breves considerações acerca de alguns principais estudos científicos já desenvolvidos acerca da polêmica

1.4.1 A PERSPECTIVA BAKHTINIANA PARA ANÁLISE DA POLÊMICA

Um dos primeiros aspectos que constatamos em todas as pesquisas desenvolvidas é a quase ausência da noção de *gênero discursivo*. Maingueneau (2005[1984]) sugere alguns gêneros que circulariam nas tais *zonas de regularidade semânticas*, porém, não desenvolve um estudo que especifique esse conceito, tão pouco o considere na análise da polêmica. Aquino (1997) seleciona programas de entrevistas televisivos, contudo, delimita seu estudo ao plano textual-interativo, sem avaliar a importância da referida noção. Daí optarmos por pressupostos teóricos propostos pelo Círculo de Bakhtin.

Contudo, escolher a perspectiva bakhtiniana vai além de um conjunto de regras teórico-metodológicas: pressupõe já um direcionamento analítico em relação ao *corpus* formado por edições do programa *Roda Viva* produzidas nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Inicialmente, significa dizer que nossas análises não se delimitarão a uma ótica sincrônica, mas *diacrônica* – abordagem que seria impossível pela AD de Maingueneau (1983). Também sinaliza a necessidade de considerar o *corpus* a partir do contexto sócio-histórico de cada década – não com um olhar contemporâneo de nossos dias, mas retomando as circunstâncias sócio-culturais constitutivas do processo de interação verbal (Bakhtin, 2010[1965]).

Significa, igualmente, situar os fenômenos discursivos nem como expressões idiossincráticas do indivíduo, fruto de uma *intencionalidade* atribuída a um significado supostamente único da linguagem; nem como um sistema rigoroso de restrições semânticas, em que o sujeito deve se “encaixar” em tais ou tais formações discursivas. Por essa perspectiva, o sujeito encontra-se organizado socialmente e até mesmo sua consciência não se

constitui por manifestações do inconsciente, mas como um *fato sócio-ideológico* (Bakhtin/Volochinov, 2004[1929]), o que implica considerá-lo na sua relação com os diversos *outros* – com os quais discorda ou se afina ideologicamente. O que não resvala na possibilidade dele se assujeitar, mas de constituir-se em um processo de constante recriação de si, uma vez que a voz desse(s) *outro(s)* é entendida como capaz de influenciar o interior desse sujeito.

É pensando na presença de vozes plenivalentes, ou seja, que não se submetem a uma outra de caráter monológico, que Bakhtin (2008[1963]) concebe a ideia de *bivocalidade discursiva*, ao nosso ver, pertinente aos nossos estudos, pois, em um processo de interlocução polêmica, considerando as edições selecionadas, prevemos três importantes aspectos que serão analisados: 1) os sentidos do objeto¹⁸/ temas apresentam-se axiologicamente refratados a partir não apenas da posição social ocupada pelo interlocutor, mas também pelo papel social desempenhado no gênero – e, nesse sentido, as refrações configurar-se-ão *polêmicas veladas*; 2) o(s) discurso (s) do (s) *outro (s)* poderá (ão) se configurar objetos de embate e, nesse sentido, é possível identificar a presença da fala do *outro* na fala do *eu* – obviamente com tonalidades avaliativas que sinalizam, nesse caso, *polêmicas abertas* e 3) o telespectador se constitui interlocutor presumido no gênero e orienta o processo de interação verbal, graças ao caráter de responsividade apresentado não apenas por meio das perguntas e comentários enviados, mas também pelo contexto de produção das edições, o que implica considerar determinado segmento social inscrito no referido processo. Esse último aspecto será considerado em termos de *réplicas dialógicas*.

Ressaltamos, finalmente, que nossa abordagem não se limita à interlocução face-a-face, nem mesmo ao contexto imediato – mas não prescinde desses elementos. Compreendemos os fenômenos acima destacados – *polêmica velada*, *polêmica aberta* e *réplicas dialógicas* – na articulação entre os seguintes níveis de análise imbricados na construção de sentido: horizonte social amplo, contexto imediato, gêneros discursivos, enunciado e formas da língua.

¹⁸ A princípio mobilizamos o termo “objeto de sentido”. Por sugestão (acertada) do Dr. Geraldo Tadeu Souza, alteramos para “sentidos do objeto”.

2. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: POLÊMICAS DISCURSIVAS SOB A PERSPECTIVA BAKHTINIANA

Poema de sete faces

*Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! Ser gauche na vida. [...]
Carlos Drummond(1930)*

Até o Fim

*Quando nasci veio um anjo safado
O chato dum querubim
E decretou que eu tava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim [...]
Chico Buarque(1978)*

Cinco décadas de distância não inviabilizam as relações semânticas entabuladas entre as vozes líricas de Drummond (1930) e Chico Buarque (1978). Ao contrário, entre a ideia de que ser “*gauche* na vida” só poderia proceder de uma ordem de um “anjo torto”, “desses que vivem na sombra” e a concepção de um sujeito que, a despeito de ter sido “predestinado” por “um anjo safado”, o “chato de um querubim”, a ser “um errado”, decide “ir até o fim”, há um contexto circunscrito nos enunciados e configura-se responsável pela construção de sentido. Contexto esse que permeia, desde a ascensão de um *status quo* delineado pelo período varguista, em que “ser *gauche*” só poderia representar uma incitação de uma voz que vive “na sombra”, sem legitimidade; até a constituição de um sujeito que, ao assumir a condição de “errado”, uma vez que não se afina ideologicamente com o que seria considerado “certo”¹⁹, assertivamente declara sua opção por seguir sua trajetória “errante”.

É dessa forma que consideramos as relações de *diálogo* em nosso *corpus*: como o estabelecimento da construção de sentido por meio da articulação entre discursos que não se configuram única e exclusivamente nas circunstâncias determinadas por conversações face-a-face. Sem desconsiderá-las, uma vez que compõem a situação imediata de comunicação, o nosso enfoque visa, precipuamente, observar as diversas vozes sociais envolvidas em cada processo de interação verbal circunscrito em cada edição do referido programa jornalístico.

¹⁹ O “certo” aqui faz uma referência ao período do regime de exceção compreendido entre 1964 e 1985.

Nosso desafio é estabelecer um recorte teórico-conceitual que ilumine a formulação de um *corpus* suscetível a análises comprováveis de um ponto de vista científico. Justificamos, dessa forma, a escolha das concepções teóricas advindas do Círculo de Bakhtin por nos conceder o privilégio de efetuar esse “mergulho” no objeto de estudo, considerando-o integralmente em uma dimensão sócio-histórica cujos indivíduos falantes não são forjados por situações artificiais, mas compreendidos em uma existência real, em um tempo e espaço reais.

Demarcada nossa intencionalidade inicial, concebemos este capítulo subdividido em duas partes: na primeira destacaremos os principais conceitos teóricos norteadores de nossa pesquisa, na segunda ressaltaremos não apenas os limites de constituição do *corpus*, mas também as categorias de análise.

2.1 UMA CIÊNCIA DIALÓGICA PARA ANÁLISE DE REFRAÇÕES DISCURSIVAS NO *RODA VIVA*

Em nossas instigantes aulas de física no ensino secundário, descobrimos que, quando um feixe de luz incide obliquamente, muda de direção ao passar de um meio transparente para outro igualmente translúcido que apresenta velocidade da luz diferente do primeiro meio. Trata-se do fenômeno chamado “refração” e que explica, por exemplo, por que ao colocarmos um lápis em um copo de água, o objeto parece inclinar-se. Concebemos o termo “refrações discursivas” a partir da ideia de que um discurso, compreendido no processo de interação verbal, sofre alterações de acordo com a esfera de circulação, gêneros discursivos, interlocutores, etc. Optamos por analisar, especificamente, três desses fenômenos: *as polêmicas aberta e velada e as réplicas dialógicas dos telespectadores* do programa mencionado. O enfoque a esses fenômenos se justifica em função de três peculiaridades recorrentes no *corpus* selecionado: 1) a tomada da fala do outro como objeto de refutação, caracterizando, dessa forma, a *polêmica aberta*; 2) a presença de conteúdos semânticos-objetais refratados a partir de posicionamentos axiológicos assumidos pelas diversas vozes sociais envolvidas no processo de interação verbal; 3) o caráter de responsividade do telespectador que contribui para a orientação do referido processo.

Com o propósito de fundamentar nossas análises, consideraremos três importantes dimensões teóricas oriundas do arcabouço de estudos empreendidos pelos intelectuais do chamado Círculo de Bakhtin: 1) alguns aspectos teórico-metodológicos basilares da disciplina

denominada Metalinguística, Translinguística ou Análise Dialógica do Discurso; 2) a noção de bivocalidade polêmica articulada à de gênero do discurso e 3) a perspectiva volochinoviana para a análise de elementos não verbais constitutivos do enunciado concreto.

2.1.1 DIRECIONAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

É na confluência interdisciplinar que se fundamenta a Metalinguística, ciência proposta inicialmente por Bakhtin (2006a), Bakhtin (2008[1963]) e, indiretamente²⁰, por Bakhtin/Volochinov (2004[1929]), mas que perpassa conceitualmente o conjunto da obra do Círculo. Confluência que se justifica na tomada das relações dialógicas e da palavra bivocal como objetos de estudos científicos. Em outras palavras, tal disciplina, também denominada Translinguística por Todorov (1981), não concebe a segmentação entre linguístico e não linguístico, mas a imbricação imanente entre ambos, de forma que o que se considera não é *apenas* a potencialidade semântica da língua, mas a construção do sentido em um contexto sócio-historicamente situado.

A própria noção de *texto* ganha uma dimensão que extrapola os contornos linguísticos para configurar-se como *qualquer conjunto coerente de signos* (Bakhtin, 2006a), o que vale considerar signos verbais, visuais e verbo-visuais, entre outros. Para que o texto alce voo à condição de *enunciado* mostra-se fundamental a presença de dois sujeitos: o autor, imbuído de sua intenção e que projeta em sua fala sua realização e o sujeito que reproduz essa fala e que, nas palavras de Bakhtin (2006a), gera um “*texto emoldurador*”, que comenta, avalia, objeta o primeiro texto. Mas, se a partir dessas noções é possível atribuir ao autor a condição de existência real de um texto/enunciado e ao interlocutor presumido não apenas a capacidade de “*recursividade*” mas de *criação* do discurso tendo em vista a fala do EU/autor, é preciso ressaltar a ideia bakhtiniana de que tais enunciados relacionam-se dialogicamente, travando diálogos interdiscursivos que não encontram fronteiras espaciais e/ou temporais, uma vez que em um texto/enunciado configura-se perfeitamente possível a retomada de outro produzido em outros contextos enunciativos com vistas a corroborá-lo ou refutá-lo. Tal ideia apresenta-se de especial relevância para as análises de nosso *corpus* uma vez que tanto a esfera jornalística quanto a acadêmica – ambas constitutivas das edições selecionadas do programa em questão – pautam-se pela retomada de outros textos/enunciados, quer seja explícita ou

²⁰ Volochinov (2004[1929]) não nomeia tal disciplina, porém defende uma *terceira abordagem teórica* que contemple os fenômenos discursivos desenvolvidos no chamado “processo de interação verbal”.

implicitamente, por meio de alusões referenciais compartilhadas tacitamente e, portanto, dentro do escopo do subentendido.

Tal ausência de fronteiras implica igualmente ultrapassar o processo de interlocução imediato entre um EU e um TU. Visto como dotado de *compreensão responsiva* (Bakhtin, 2006a), esse último atua no direcionamento da fala do autor. Especificamente em nosso *corpus*, delimitado por regras da esfera de circulação televisiva no âmbito jornalístico, além dos interlocutores circunscritos na arena de debates do programa há outros dois tipos de interlocutores: os telespectadores que participam do processo de interação, via de regra, por telefone²¹; e os *supradestinatórios*, terceiro interlocutor que, a despeito de não se encontrar presente no contexto enunciativo em desenvolvimento, arregimenta expressões ideológicas concretas (Bakhtin, 2006a), como os discursos das autoridades instituídas, dos segmentos midiáticos que divulgam cultura de massa, etc.

Contudo, é preciso destacar que se a Metalinguística confere uma abordagem interdisciplinar na análise de enunciados cujo contexto sócio-histórico configura-se peça imanente do discurso (daí a impossibilidade de uma disciplina segmentada para considerar algo que *não é* segmentado, mas que se apresenta em sua concretude), ela não prescinde das análises propriamente linguísticas. Apenas não as isola, mas as considera em estreita relação com os elementos extralinguísticos, atribuindo a esses últimos a condição *sine qua non* de construção concreta de sentido. É dessa forma que Bakhtin/Volochinov (2004[1929]) ao defender uma terceira abordagem teórica²², nos oferece os princípios metodológicos de uma abordagem sociológica da linguagem pautada por três fundamentos: 1) análise dos tipos de interação articulados às condições concretas (entende-se aqui contexto sócio-histórico); 2) observação dos *gêneros discursivos*, entendidos como “formas das distintas enunciações” e, por fim, 3) uma análise linguística. É a partir desses pressupostos que formulamos a nossa trajetória de pesquisa.

Antes de considerarmos a noção de bivocalidade polêmica concebida em estreita relação com a de gênero discursivo, ressaltamos que, a nosso ver, configura-se imprescindível

²¹ A década de 2000 possibilitaria o contato por e-mail. Mais recentemente, a partir de 2009, outras formas de comunicação foram desenvolvidas como o twitter e o IPTV, em que o virtual público-alvo interage com o programa por meio do site da TV Cultura.

²² Por um lado a perspectiva saussureana privilegia o estudo do sistema da língua, por outro a abordagem humboldtiana e mais especificamente vossleriana pautadas pelo estudo das manifestações do psiquismo individual e suas explicitações artísticas como um fato da língua (Bakhtin/Volochinov, 2004[1929]).

a articulação entre essa abordagem de cunho sociológico com a perspectiva dialógica, cuja concepção de diálogo, caracterizada pelo estabelecimento de relações semânticas entabuladas inclusive entre enunciados que se distanciam no tempo e no espaço, prevê o estabelecimento de refrações discursivas como os fenômenos aqui mencionados.

2.1.2 A NOÇÃO DE BIVOCALIDADE POLÊMICA ARTICULADA À DE GÊNERO DO DISCURSO

Não se pode negar que os três últimos fundamentos apresentados na seção anterior sejam fruto de uma concepção sociológica da linguagem que não subestima as análises linguísticas, porém, lhes confere um “chão” semântico calcado no uso da palavra, que, graças à sua “ubiquidade”, ganha diferentes tonalidades ideológicas nas mais variadas esferas de atividade humana. É nesse sentido que essa mesma palavra arregimenta, muitas vezes dentro de seus próprios limites linguísticos, a coabitação de duas perspectivas axiológicas ou até mesmo de vários posicionamentos avaliativos acerca não apenas do *sentido do objeto* a ser considerado, mas também com relação à palavra do outro, configurando uma plurivocalidade forjada, como constataremos a seguir, por vários elementos, dentre os quais o próprio gênero, os estratos sociais a que pertencem os interlocutores em seu campo de atividade, os papéis sociais exercidos por esses na própria enunciação e as diversas linguagens que caracterizam saberes que circulam não apenas nas esferas instituídas, mas também na ideologia do cotidiano²³.

Dessa forma, ao selecionarmos um gênero de entrevista como o *Roda Viva*, considerando os discursos científicos e acadêmicos que compõem a arena de múltiplas vozes, a perspectiva que se apresenta é de que um mesmo conteúdo semântico se submeterá a diversas refrações discursivas e, obviamente, discursos serão tomados como foco de contestação e não apenas de consenso. Bakhtin (2008[1963]) delineia um quadro metodológico determinante de uma tipologia discursiva que confere variados graus de presença da palavra do outro na fala do autor: desde o *referencial direto*, de uma só voz, característico das enunciações de caráter definitório de fenômenos analisados pelas ciências físicas e naturais, passando pelo *objetificado*, que, apesar de *representar* a fala do outro,

²³ Em nosso *corpus*, além da participação dos telespectadores, há a presença de entrevistadores oriundos de entidades representativas de esferas superiores da ideologia do cotidiano, o que configura o atravessamento de vozes que advém de espaços sociais não propriamente regidos por regras institucionais (Bakhtin/Volóchinov, 2004[1929]).

estabelecendo limites claros de citação, pode apresentar variados graus de objetificação, a depender, segundo Bakhtin (2008[1963]) da existência da convergência (ou não) das duas enunciações (discurso citante e citado) orientadas para o mesmo objeto. Em outras palavras, se ambos os discursos não se tangenciarem em uma relação semântica quer seja consonante ou dissonante, esse discurso não será bivocal, mas apenas objetivado, como nos diálogos dramatizados.

Nossas análises concentrar-se-ão em um terceiro tipo de discurso, denominado **ativo**, mais precisamente a variedade discursiva denominada “**polêmica velada**” em que “(...) *a palavra do outro permanece fora dos limites do discurso do autor, mas este discurso a leva em conta e a ela se refere (...)*” (Bakhtin, 2008 [1963], p.223). Em outras palavras, inicialmente é preciso considerar que, ao lidarmos com esse tipo de polêmica, o discurso do outro *não* se apresentará explicitamente no discurso do autor, porém, o influenciará ativamente, apesar de se encontrar fora de seu escopo: “(...) *aqui [na polêmica velada] a palavra do outro não se reproduz sem nova interpretação, mas age, influi e determina a palavra do autor, permanecendo ela mesma fora desta (...)*” (Bakhtin, 2008 [1963], p.224). Destacamos a complexidade dessa refração discursiva, cujo teor de imbricação entre a palavra do EU e do OUTRO, a despeito de não se constituir de modo explícito, configura-se pelo tangenciamento semântico contrastivo entre ambos os discursos. Tangenciamento que decorre por meio da avaliação de determinado *sentido do objeto*, ou seja, o embate discursivo ocorre por meio do conteúdo semântico-objetual, de modo que o discurso do *outro* se apresenta subentendido.

Ainda de acordo com essa terceira variedade caracterizada pelo poder de influência que a fala do OUTRO exerce na palavra do EU, o autor mobiliza o conceito de “**réplicas dialógicas**” por meio das quais o interlocutor, ao orientar seu discurso para o objeto de sentido, reage ao discurso do outro, reelaborando-o (Bakhtin, 2008 [1963], p. 225). É o que ocorre com as *réplicas dialógicas dos telespectadores* que, ao articularem dialogicamente os temas que circulam em suas respectivas esferas de atuação social àqueles dispostos na arena de debates, redimensionam os discursos que compõem o todo do programa.

Entretanto, quando a refração discursiva dissonante não ocorre por meio desse objeto, a bivocalidade polêmica se constitui pela tomada da palavra do outro como base de contestação. Trata-se da “**polêmica aberta**”, cujos contornos linguísticos do discurso refutado emergem de modo evidente na fala do autor, por meio, por exemplo, do discurso

citado indireto, nomeação, uso de advérbios de negação, conjunções adversativas, como constataremos na segunda parte deste capítulo. Entendemos que, por se tratar de uma tomada explícita da palavra do outro como objeto, essa bivocalidade pode movimentar uma tonalidade diferente da velada. Explicamos: Bakhtin (2008 [1963]) determina, como já lembramos acima, graus diversos de bivocalidade, que variam desde o *objetificado*, de orientação única, como a *estilização*, em que o discurso do outro é reelaborado, sem que haja o embate discursivo²⁴; passando pela *bivocalidade de orientação vária*, como a paródia, em que necessariamente há uma contraposição entre a voz do autor e a voz parodiada, sendo que a primeira prevalecerá; até chegar à *bivocalidade refletida no outro*, em que o outro influencia a fala do autor, também chamada por Bakhtin (2008[1963]) de *ativa*. Como já mencionamos, a PV (polêmica velada) e as réplicas dialógicas configuram-se exemplos desse último grau. Contudo, acreditamos que a PA (polêmica aberta) não deve ser compreendida como característica da variedade ativa, uma vez que o locutor, ao inserir a fala do outro como base de contestação em sua própria fala, visa sobrepujar seu posicionamento axiológico em relação ao discurso refutado. Ou seja, compreendemos a PA como um discurso bivocal de *orientação vária*, uma vez que o fenômeno se delineia segundo a intencionalidade do locutor movida pelo ensejo de exercer sua influência sobre a fala do outro e não o contrário.

Considerado o quadro da tipologia discursiva empreendida por Bakhtin (2008[1963]) na relação com os pressupostos teóricos da Metalinguística, entendemos que tais refrações discursivas encontram-se umbilicalmente relacionadas à constituição do gênero discursivo, enquanto *enunciado relativamente estável* Bakhtin (2006b [1952-53]), cuja característica primordial é o seu *endereço* a um interlocutor sócio-historicamente situado em um contexto. Ora, tal endereçamento é determinante, inclusive, do *estilo* do gênero: como nosso *corpus* é formado por edições do programa *Roda Viva*, cujo histórico de produção na segunda metade dos anos 80 acompanhou a abertura democrática no Brasil, pautando-se pela presença de vozes institucionais de referência, o “*fundo aperceptivo da percepção*” do telespectador, antecipado pelo enunciador do programa, configura-se pela expectativa da instauração de numerosas refrações discursivas. Na subseção seguinte evidenciaremos a relevância da concepção de gênero discursivo, segundo a perspectiva bakhtiniana, para a análise das refrações discursivas já apontadas.

²⁴ Nesse caso, podemos citar como exemplo as imitações de estilos e personagens: o falar *a moda* de algo ou alguém, sem que a intenção do locutor ganhe ares de contestação.

2.1.2.1 A IMPORTÂNCIA DA NOÇÃO DE GÊNERO PARA ANÁLISE DAS REFRAÇÕES APRESENTADAS

Ao apontar as “formas das enunciações” como uma etapa metodológica de estudos que devem orientar os pesquisadores interessados por fenômenos discursivos, Bakhtin/Volochinov (2004 [1929]) já sinalizam que o lugar teórico da noção de gênero configura-se imprescindível na análise das relações dialógicas de quaisquer espécies. Primeiramente porque o enunciado desvincula-se do âmbito linguístico para ser entendido como “*unidade real de comunicação discursiva*” (Bakhtin, 2006b [1952-53], p. 269), o que implica considerá-lo na sua inter-relação com elementos do contexto histórico; segundo porque ao pressupor que em cada esfera de atividade humana circulam gêneros específicos, entendemos que a análise desses últimos deve ser empreendida tendo em vista elementos extraverbais oriundos da esfera em que são produzidos e divulgados; terceiro que, por se constituir uma “unidade real de comunicação” comporta, como já citado, uma palavra *endereçada*, e isso faz toda diferença se consideramos que a fala do locutor em maior ou menor grau pressupõe o *modo* de recepção de seu discurso. Se entendermos que os contextos sócio-culturais variam não apenas em função de elementos geográficos, mas temporais, evolução tecnológica, profissional, etc., como aceitar a imutabilidade dos gêneros? É nesse sentido que ressaltamos o quarto elemento de especial relevância abarcado pela noção de gênero: a ideia de que há nos enunciados *elementos repetíveis* e *elementos irrepetíveis*. Os primeiros, relacionados às forças centrípetas de sua constituição e que garantem um processo de inteligibilidade mínimo por parte do interlocutor e os segundos, configurados como forças centrífugas e responsáveis pelo processo de evolução do gênero.

Entendemos que as refrações discursivas consideradas na subseção anterior - e que se constituem base para a formulação de nossas categorias de análise – configuram-se essencialmente *aspectos centrífugos do gênero*, uma vez que intrinsecamente ligados aos *temas* engendrados no processo de interlocução. Tais temas não surgem aleatoriamente, mas imbricados aos fatos pertinentes ao horizonte social amplo. Medviédév (1991[1928]), ao considerar a *conclusibilidade* de gêneros que circulam, por exemplo, na esfera científica, observa que a forma composicional é passível de acabamento, porém uma real finalização temática não. Isso porque como ele mesmo afirma “*o trabalho científico, em essência, nunca termina*” (Medviédév, 1991[1928], p. 129). Ressaltamos que a esfera jornalística pauta-se, em grande medida, pela retomada axiológica de discursos ou pela análise de temas levantados a

partir do contexto social amplo. Podemos dizer que tais temas possuem um acabamento *relativo* em relação a cada enunciado concreto. O que os torna irrepetíveis são as condições concretas de realização do processo de interlocução.

Essa dupla face do gênero composta por elementos *dados* e outros *criados* por força da enunciação o torna capaz de gerar diferentes concepções do real. Para Medviédev (1991[1928], p. 134) “*olhar com os olhos do gênero*” implica considerá-lo uma espécie de “filtro refrator” da realidade concebida a partir das respectivas formas de acabamento que dialogam com a sua época. É pensando nesse aspecto teórico que, como explicitaremos na segunda parte deste capítulo, selecionamos edições representativas do programa *Roda Viva* das décadas de 1980, 1990 e 2000 realizadas com entrevistados cientistas e acadêmicos, bem como consideramos, no decorrer de tais décadas, o teor conclusivo dos enunciados pautado pela evolução do gênero evidenciada, dentre outros elementos, pela presença de *gêneros intercalados* na constituição das edições do programa, ou seja, entendemos que os temas – face irrepetível do enunciado – mostram-se refratados segundo o “olhar” não apenas de cada gênero que se faz presente nessas edições, como também nos discursos que circulam no processo de interação, uma vez que cada interlocutor constrói o *seu real* a partir da ótica de sua esfera de atuação. Daí a emergência de polêmicas velada, aberta e réplicas dialógicas.

Ressaltamos, contudo, a necessidade de considerar a presença de tais gêneros²⁵ articulada ao todo do enunciado e não desvinculada do contexto enunciativo. É dessa forma que uma análise individual das charges do programa seria, por exemplo, inviável. Bakhtin (1990[1934-35]), ao analisar os gêneros intercalados constitutivos do romance, como epístolas, biografias, relatos de viagem, etc., a despeito de evidenciar a condição de cada um apresentar sua forma de assimilação da realidade, devem ser compreendidos como elementos que aprofundam o plurilinguismo do romance, ou seja, constituem-se forças centrífugas que articuladas ao todo da prosa criam novas formas de percepção da realidade criada.

Com o propósito de encerrarmos a primeira parte de nosso capítulo teórico-metodológico, consideremos a perspectiva volochinoviana para análise de elementos extraverbais constitutivos do sentido no enunciado concreto.

²⁵ Identificamos a presença do gênero intercalado “charge” na edição do programa veiculado em 1987 e, posteriormente, outros gêneros, além desse, naquelas produzidas e divulgadas na década de 2000.

2.1.3 UMA ORIENTAÇÃO SOCIOLÓGICA DA PALAVRA E SEUS SUBENTENDIDOS

Antecedendo à proposição da Metalinguística como ciência norteadora de estudos dos fenômenos discursivos²⁶, Volochinov (1981[1926]), influenciado pela teoria do diálogo proposta por Iakubínski (1995)²⁷, compreende o enunciado cotidiano como um *entimema*, ou seja, um silogismo em que uma das premissas encontra-se subentendida. Contudo, entendemos que a ideia volochinoviana de *subentendido* não deve ser confundida com aquela de pressuposto, uma vez que, ao considerar o enunciado subdividido em duas partes – verbal e extraverbal – confere a essa última face elementos que extrapolam o simples apagamento linguístico de proposições. Na verdade, Volochinov (1981[1926]) compreende o contexto como uma “alma”, “essência” que confere sentido à palavra sempre axiologizada em seus diversos usos.

Uma das grandes contribuições de Volochinov (1981[1926]) é a apresentação de um quadro teórico-metodológico que viabiliza os estudos de elementos contextuais inerentes ao enunciado e, sem os quais, esvaziaria semanticamente e do ponto de vista valorativo, a palavra, relegando-a à condição de verbete. Três são os aspectos considerados pelo autor: 1) o horizonte espacial comum aos locutores (unidade de lugar visível); 2) conhecimento e compreensão da situação, igualmente comum; e 3) avaliação que fazem da situação de comunicação. Destacamos que, no momento em que Volochinov (1981[1926]) acrescenta esse último aspecto na relação com os anteriores, a palavra passa a ser vista não apenas como foco de consenso, mas passível de *dissenso*. Isso fica evidente no momento em que o autor apresenta duas “trajetórias” semânticas do processo de axiologização da palavra: a primeira, admitida como dogma pela coletividade, não se presta à discussão. Nesse sentido poderíamos citar como exemplo, os adágios e mitos populares. Ambos arregimentam valores não questionáveis. Já com relação à segunda trajetória, se a avaliação se torna duvidosa, ela se “desprende” do objeto de sentido e se torna base de contestação.

Esse último aspecto não configura *detalhe* no quadro teórico-metodológico de Volochinov (1981[1926]). Ao contrário, orienta *escolhas lexicais, disposição sintática das palavras, entonações* atribuídas às palavras de acordo com a perspectiva avaliativa de cada

²⁶ Lembramos que a primeira edição de *Problemas da Poética de Dostoievsky* é de 1929.

²⁷ Iakubinski (1995) defende a necessidade de se considerar as *condições de comunicação* no processo de interação humana caracterizado pelas relações face-a-face. Condições que se configuram, dentre outros aspectos, pela percepção visual e auditiva do interlocutor, por meio de gestos e entonação.

interlocutor. E a entonação é compreendida como uma *ponte* entre o linguístico e o extraverbal, permeado de vivências concretas sócio-historicamente situadas. Em outras palavras, ela (a entonação) não se constitui expressão individual do psiquismo do indivíduo, mas a emergência de posições ideológicas assumidas pelos interlocutores no processo de interação verbal. Entendemos também que esse último componente axiológico sedimenta as relações dialógicas que ultrapassam as condições típicas de um diálogo face-a-face, como aquelas já consideradas por Iakubínski (1995).

Essa abordagem sociológica do discurso é corroborada em Volochinov (1981[1930]) que atribui à presença do ouvinte/interlocutor/leitor/auditório a condição de peça-chave no direcionamento dessa palavra preenchida por valores ideológicos. Mesmo o discurso interior não se delimita por contornos psicologizantes, mas dialógicos atravessados por avaliações de um interlocutor virtual ou um potencial auditório. Volochinov (1981[1930], p.295) prevê mesmo a possibilidade de se entabular polêmicas com esse auditório, caso a perspectiva avaliativa seja refratada por concepções contrárias àquelas do grupo social ao qual pertence o indivíduo.

Por último, ressaltamos o tripé sobre o qual fundamenta a lógica do enunciado, segundo Volochinov (1981[1930]): o locutor, que além de ser dotado de sua intencionalidade discursiva, prevê o modo de recepção de seu discurso, configurando-se em relações de acordo ou desacordo, norteadas pelas funções sociais exercidas pelos interactantes; o ouvinte/interlocutor/auditório, cujo caráter de responsividade pode suscitar relações de acordo ou desacordo com o locutor e, por último, o herói/sentido do objeto, sobre o qual resvalam os posicionamentos avaliativos desses interlocutores.

Após essas brevíssimas considerações acerca dos principais aspectos teórico-metodológicos que iluminam nossa pesquisa, traçaremos, na próxima seção, os contornos definitórios do *corpus*, bem como das categorias de análise.

2.2 DELIMITAÇÃO DO *CORPUS* E DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Como pontuamos no início desse capítulo, a trajetória metodológica de nossa pesquisa foi gradualmente desenhada a partir do diálogo empreendido entre as fontes teóricas sucintamente abordadas nas seções anteriores, bem como no decorrer das análises

subsequentes das edições do programa *Roda Viva* e os diversos olhares em relação ao *corpus* selecionado. Neste momento, destacaremos as etapas resultantes dessa trajetória. Primeiramente, destacaremos o objetivo desse estudo, perguntas de pesquisa, bem como nossas teses que visam respondê-las. Posteriormente, evidenciaremos os recortes de constituição do *corpus* e, por último, o processo de articulação dos elementos extra-verbais às categorias de análise.

2.2.1 PERGUNTAS NORTEADORAS & TESES EMERGENTES

O objetivo precípua de nossa investigação consiste na análise das refrações discursivas polêmicas entre os discursos oriundos da esfera científico-filosófica desenvolvidos por entrevistados especialistas e outros discursos de outros campos de atividade humana, considerando o gênero de entrevista chamado *Roda Viva*, veiculado pela TV Cultura desde 29 de setembro de 1986. Dessa forma, quatro eixos de análise norteiam o desenvolvimento de nosso trabalho: 1) “Considerando o gênero de entrevistas *Roda Viva*, quais as refrações discursivas empreendidas entre os discursos oriundos da esfera acadêmico-científica e outros discursos de outras esferas?; 2) há o predomínio de algum tipo de refração?; 3) quais as relações dialógicas empreendidas entre tais refrações?; e 4) em que medida tais refrações configuram-se forças centrífugas de evolução do gênero?

Para respondermos a essas questões, assumimos as seguintes proposições: 1) três são as principais refrações discursivas empreendidas nesse contexto: *polêmica aberta*, *polêmica velada* e *réplicas dialógicas* dos telespectadores; 2) tendo em vista o horizonte social amplo constitutivo das situações imediatas de interação verbal, mobilizamos, inicialmente, a **hipótese** de haver o predomínio, nos anos de 1980, da polêmica aberta como forma de refração discursiva e da polêmica velada, nos anos 1990 e 2000; 3) PA e PV articulam-se dialogicamente, configurando tons recíprocos e 4) PV constitui-se elemento integrante de gêneros intercalados como charges, alterando a forma composicional do referido gênero (programa *Roda Viva*), fato que proporciona novo aspecto de conclusibilidade, principalmente nos enunciados dos anos 2000.

Nomeamos o gênero discursivo selecionado como **programa televisivo jornalístico de entrevistas** uma vez que se configura a partir de: aspectos composicionais específicos que definem, em todas as edições selecionadas, a *presença de um entrevistado* que, via de regra,

interage, com a mediação de um jornalista, com os *entrevistadores* por aproximadamente uma hora e meia, bem como com telespectadores (posteriormente internautas na edição de abril de 2009) que, a despeito da distância física, configuram a orientação social dos discursos empreendidos; *aspectos temáticos*, pois tal interação fundamenta-se, essencialmente, em função dos temas por meio dos quais direta ou indiretamente encontram-se dentro do escopo de atuação do entrevistado; e, *aspectos estilísticos*, delineados pelas escolhas formuladas pelo enunciador de cada edição no tocante, por exemplo, à disposição dos elementos que compõem o espaço compartilhado pelos interlocutores, à priorização os temas levantados, aos termos e expressões utilizados, bem como modos de elaboração de perguntas.

Com o propósito de viabilizar as análises, começamos por considerar todas as edições produzidas e veiculadas com entrevistados cientistas e acadêmicos, desde setembro de 1986. Na subseção seguinte, apresentaremos os passos de seleção de nosso *corpus*.

2.2.2 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Para formulação do *corpus*, além de obviamente considerarmos o objetivo da pesquisa e as respectivas perguntas, estabelecemos um período de tempo compreendido entre setembro de 1986 – ano de início da produção do programa – e abril de 2009. Dessa forma, contemplamos os enunciados produzidos nas três décadas em questão. Efetuamos um levantamento²⁸ de todas as produções cujo convidado fosse identificado pela sua condição de especialista/ cientista/ intelectual e que, pelas características do gênero, representasse vozes de referência em suas respectivas esferas de atuação. O objetivo desse levantamento inicial se justifica na medida em que entendemos que os enunciados analisados não se constituem isoladamente, porém em um todo que manifesta a intencionalidade do enunciador do *Roda Viva* no que tange à circulação de saberes advindos da esfera científico-acadêmica no referido programa televisivo, bem como observar *quais* saberes dessa esfera são privilegiados. Acentuação que sinaliza posicionamentos ideológicos desse enunciador.

Do ponto de vista metodológico, mais especificamente no que tange à formulação do *corpus*, nossa pesquisa tem início, portanto, com uma avaliação *quantitativa* das edições que

²⁸ Esse levantamento ocorreu por meio de um projeto desenvolvido entre Fapesp e *Roda Viva*, cuja parceria resultou na elaboração do site: www.rodaviva.fapesp.br que disponibiliza publicamente um arquivo de edições, inclusive transcritas. Ressaltamos, contudo, que para o desenvolvimento de nosso trabalho optamos por efetuar as transcrições pautadas, em grande medida, por normas do NURC.

atendiam às nossas expectativas iniciais. O quadro abaixo representa o resultado dessa primeira etapa:

Tabela 1: presença progressiva dos domínios científicos²⁹ no decorrer das três décadas:

Domínios³⁰ Décadas	CEN	CET	CMS	CA	CS	H
1986-1989	1	-	3	-	1	2
1990-1999	5	-	11	-	27	13
2000-2009	17	2	12	1	42	23
Total	23	2	26	1	70	38

Legenda:

CEN: Ciências exatas e naturais

CET: Ciências da engenharia e tecnologias

CMS: Ciências médicas e da saúde

CA: Ciências agrárias

CS: Ciências sociais

H: Humanidades

O primeiro aspecto relevante configura-se no crescimento gradual da divulgação de saberes científicos no contexto do programa *Roda Viva*, considerando as três décadas em questão. Contudo, esse crescimento não se apresenta equilibrado quantitativamente em relação aos domínios (esferas) científicos relacionados. Dois deles ganham especial destaque: Ciências Sociais, com 70 edições e Humanidades, com 38 produções. Vale ressaltar que dessas 70, 20 contemplam a área da Sociologia, 24 o campo da Economia e 13 da Ciência Política³¹. Já o segundo domínio de maior expressividade (Humanidades) apresenta duas esferas de saberes de maior presença: História e Arqueologia com 14 edições e Filosofia com 11 entrevistas³². Outro aspecto digno de nota é a estabilização do número de entrevistas

²⁹ A referida classificação em “domínios científicos” configura-se parâmetro assumido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão vinculado ao MEC, em sintonia com o comitê científico da OCDE (Organisation de Coopération et de Développement Economique).

³⁰ Essa classificação em “domínios” corresponde aos parâmetros de identificação das esferas científicas adotados pela OCDE (Organisation de Coopération et de Développement Economiques) e adotados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

³¹ As demais contemplam áreas científicas como Ciência da Educação(4), Ciência da Comunicação(1), Socioeconomia (2) e Teologia(1), porém em quantidades reduzidas.

³² As outras edições encontram-se assim distribuídas: Língua e Literatura (05), Arte (1), Antropologia (04), Indigenismo (03).

realizadas com especialistas do domínio das CMS. Comparando esse último dado ao relativo crescimento da presença de cientistas das CEN, podemos afirmar que o enunciador do *Roda Viva* sinaliza privilegiar a abordagem de temas que circulam nos dois domínios científicos já apontados *Ciências Sociais* e *Humanidades* configurando-se (tal enunciador) em um espaço privilegiado de debates em torno de *questões sociais* sob a ótica de cientistas e acadêmicos que tomam como objeto de estudo conteúdos de sentido que, em geral, circulam igualmente na esfera jornalística e que suscitam posicionamentos axiológicos diversos.

É a partir desse levantamento inicial que selecionamos o nosso corpus representativo com o propósito de efetuar as análises contemplando as décadas de 80, 90 e 2000. Etapa que prevê uma abordagem qualitativa dos enunciados, considerando a articulação de três “faces” de um mesmo todo (enunciado concreto): horizonte social amplo, situação imediata de comunicação e categorias de análise verbais e não verbais. Abaixo, identificamos as três edições selecionadas:

Tabela 2: Corpus representativo

Esferas científicas/ acadêmicas	Edições selecionadas	Mediadores
Ciência Política	14/12/1987 – Herbert de Souza (cientista político)	Antônio Carlos Ferreira
Filosofia	12/02/1996 – José Arthur Giannotti (filósofo)	Matinas Suzuki
História	20/04/2009 – Carlos Guilherme Mota (historiador)	Heródoto Barbeiro

Dessa forma, o primeiro critério que mobilizou a seleção de nosso *corpus* se concentrou na observação de quais áreas/esferas científicas configuravam maior presença no programa. O segundo critério fundamentou-se na e pela necessidade de representação das eventuais evoluções no gênero, daí a escolha de uma edição veiculada nos primeiros meses de elaboração do programa, fato que coincide com acontecimentos históricos extremamente relevantes no Brasil, como o início da República Nova e preparativos para a nova Constituição nacional; uma segunda realizada e divulgada no meio da década de 90, igualmente compreendida por uma fase histórica significativa evidenciada pela ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência, primeiro presidente civil eleito após a ditadura

militar e que permaneceu no cargo. Nosso trabalho ainda empreende uma análise de uma terceira edição veiculada no final da década de 2000, entrevista escolhida por abarcar elementos novos de composição, como o IPTV e o twitter, novas formas de contato com o virtual público-alvo do programa. O terceiro critério para a seleção do *corpus* foi a gravação *ao vivo* dos programas, uma vez que objetivamos analisar as réplicas dialógicas dos telespectadores.

Com o propósito ainda de analisarmos as recorrências analíticas observadas, além dessas três edições, consideraremos outras três distribuídas ao longo das três décadas:

Tabela 3: *corpus* amplificado para observação de recorrências analíticas

Áreas científicas e tecnológicas	Edições selecionadas	Apresentador
Ciências médicas e da saúde	06/03/2006 – Miguel Srougi (cancerologista)	Paulo Markun
Ciências sociais	17/04/1993 – Roberto Mangabeira Hunger (cientista político)	Jorge Escosteguy
Humanidades	10/12/1990 – Antônio Houaiss (filólogo)	Rodolfo Konder

2.2.3 ABORDAGEM ANALÍTICA E CATEGORIAS DISCURSIVAS

Se a perspectiva bakhtiniana considera elementos extra-verbais na constituição de enunciados concretos, não poderíamos deixar de avaliar o horizonte social amplo constitutivo das três edições selecionadas. Inerente a tal horizonte encontram-se não apenas o contexto sócio-político brasileiro, mas igualmente o histórico de formação ideológica da TV Cultura no quadro midiático televisivo do Brasil, historicamente imbricado ao processo de emergência do capitalismo. De acordo com Bakhtin/Volochinov (2004[1929]), entendemos que esses elementos configuram-se imprescindíveis no desenvolvimento das refrações discursivas, uma vez que conferem sentido às polêmicas e às réplicas analisadas. Ainda no âmbito da análise de dados extra-verbais, empreendemos uma investigação tomando como base teórica o quadro metodológico volochinoviano que pressupõe o estudo do espaço compartilhado pelos interlocutores, o compartilhamento de saberes em relação à situação de comunicação e,

principalmente, a avaliação que os interlocutores desenvolvem acerca dos *sentidos dos objetos/ temas* o evidenciados nos programas (Volochinov, 1981[1926]).

Dessa forma, as categorias discursivas já destacadas nos capítulos precedentes devem ser entendidas apenas na articulação com os elementos acima mencionados, caso contrário, esvaziar-se-iam de sentido. Consideremos as três tabelas seguintes: a primeira, com categorias de análises pertinentes ao estudo da edição realizada dia 14/12/1987, a segunda referente às categorias relacionadas à edição de 12/02/1996 e a terceira, portadora das categorias pertinentes à edição de 20/04/2009:

Tabela 4

Tipologia discursiva	Categorias discursivas de análise	Categorias verbais	Categorias não verbais
Polêmica aberta	1) Objeto de refutação: discursos oficiais sobre saúde pública.	<ul style="list-style-type: none"> Adjetivação/nomeação. Discurso citado indireto. Conectivos de valor concessivo ou adversativo. 	<ul style="list-style-type: none"> Entonação. Gestos. Expressões fisionômicas.
Polêmica velada	2) Referencial polêmico: resultados de pesquisas socioeconômicas sobre desemprego por meio da <i>bivocalidade semântica contrastiva</i> . 3) Gênero intercalado: charge.	<ul style="list-style-type: none"> Priorização sintática de informações (caráter de atualidade). Referenciação autoral (referência a estudos de outros pesquisadores) Expressões coloquiais. Voz passiva analítica. 	<ul style="list-style-type: none"> Entonação enfática/expressiva (tom de indignação) Entonação menos enfática (tom conclusivo). Gestos. Expressões fisionômicas.
Polêmica aberta	4) Objeto de refutação: discursos das medicinas de grupo.	<ul style="list-style-type: none"> Conectivo de valor adversativo. Adjetivação/nomeação. Discurso citado indireto. 	<ul style="list-style-type: none"> Entonação enfática. Gestos.
Polêmica velada	5) Referencial polêmico: papel da mídia televisiva como instrumento de manipulação da opinião pública em favor do poder público instituído (análise por meio da bivocalidade semântica contrastiva).	<ul style="list-style-type: none"> Adjetivação/nomeação. Numerais: oposição entre <i>um/uma</i> e <i>centenas</i> e <i>milhares</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Entonação enfática.
Réplicas dialógicas	6) Responsividade do telespectador.	<ul style="list-style-type: none"> Discurso citado indireto (inserção de perguntas e comentários dos telespectadores) 	

Tabela 5

Tipologia discursiva	Categorias discursivas de análise	Categorias verbais	Categorias verbais não
1) PV com tons de PA	<ul style="list-style-type: none"> Referencial: sentido valorativo da política. Ironia. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nomeação/adjetivação. ✓ Tradução do discurso alheio por meio do “<i>nós</i>” inclusivo” 	Gestos. Expressões faciais. Entonação enfática/expressiva.
2) PV com tons de PA	<ul style="list-style-type: none"> Referencial: papel do intelectual na sociedade contemporânea. Ironia. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nomeação/adjetivação. ✓ Tradução do discurso alheio por meio de DCI (inserção de fala de outro contexto enunciativo). ✓ Expressões de “pseudocortesia” (“<i>ah desculpe... vocês estudaram Marx e foram à prática ou ficaram na teoria?</i>”) ✓ Repetição enfática. 	Gestos. Entonação enfática/expressiva. Expressões faciais.
3) PV	<ul style="list-style-type: none"> Referencial: moralidade pública X moralidade privada 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nomeação/adjetivação. 	Gestos. Entonação enfática/expressiva Expressões faciais.
4) Réplicas dialógicas	<ul style="list-style-type: none"> Responsividade do telespectador. Alusão aos discursos religioso e pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ DCI (para inserção de perguntas e/ou comentários dos telespectadores). ✓ Tradução/reformulação da fala do telespectador pelo mediador. 	Gestos. Entonação enfática/expressiva. Expressões fisionômicas.

Em relação à identificação das categorias discursivas, dois aspectos merecem destaque: 1) elas configuram-se a partir da tipologia discursiva desenvolvida por Bakhtin (2008[1963]) e 2) definem-se *após* a análise do enunciado concreto, delineando-se tendo em vista as relações semânticas desenvolvidas nas edições consideradas. Em se tratando de categorias linguísticas, devem ser compreendidas no processo de interação verbal, contudo é possível observar que há a recorrência de algumas delas como, *adjetivação/nomeação*, para identificação linguística de PA, de PV com tons de PA e de PV. Poderia parecer incoerência mobilizarmos uma mesma categoria linguística para três diferentes categorias discursivas, contudo, é preciso ressaltar que o sentido da adjetivação/nomeação, por exemplo, se constrói no todo da unidade de comunicação discursiva, compreendendo aspectos temáticos, composicionais e estilísticos, de modo que a adjetivação pode ser atribuída ao discurso alheio ou ao sentido do objeto, ou ainda na articulação dialógica entre PA e PV.

Tabela 6

Tipologia discursiva	Categorias discursivas de análise	Categorias verbais	Categorias não verbais
1)PV com tons de PA	<ul style="list-style-type: none"> Referencial: papel de Lula no contexto de ascensão de Obama. Gêneros intercalados: charges. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Denominação/adjetivação: “<i>messiânico</i>”, “<i>carismático</i>”. 	Gestos. Expressões fisionômicas. Entonação enfática.
2) PV com tons de PA	<ul style="list-style-type: none"> Referencial: o populismo no governo Lula? Gêneros intercalados: charges e caricaturas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Expressões de cortesia para atenuar PA: “<i>ah, desculpe (...)</i>”. ✓ Verbos no futuro do pretérito: “<i>... serviria...</i>”. ✓ Verbos que expressam contraposição discursiva: “<i>Eu discordo...</i>”. 	Gestos . Expressões fisionômicas. Entonação enfática.
3) PV	<ul style="list-style-type: none"> Referencial: o sentido das velhas/novas oligarquias. Alusão comparativa entre um fato histórico e produções cinematográficas. Gêneros intercalados: charges e caricaturas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pergunta problematizadora: o locutor seleciona informações antes de formular a pergunta, de modo a sinalizar seu posicionamento axiológico. 	Gestos . Expressões fisionômicas. Entonação enfática.
4) Réplicas dialógicas dos internautas.	<ul style="list-style-type: none"> Referencial: corrupção. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pergunta de enquête. ✓ Ausência de marcas de autoria das participações dos internautas. 	

De modo geral, entendemos que as categorias discursivas de PA concentram-se na contraposição a discursos alheios, entendidos como de supradestinatários de discursos oficiais, midiáticos, de medicações de grupo, por exemplo, ou como a fala de interlocutores presentes. De todo modo, tal embate não deve ser entendido como expressões idiossincráticas, fruto de perspectivas individuais da psique humana, mas inclinações ideológicas que arregimentam diferentes tons avaliativos de acordo com a esfera de atividade humana. É dessa forma que em um mesmo sentido de objeto tangenciam diferentes perspectivas axiológicas,

configurando uma bivocalidade semântica contrastiva, identificável quando consideramos o todo do processo de interação, evidenciado pelo relativo acabamento temático desse objeto.

Já as categorias não verbais, como gestos, entonações, expressões faciais, etc. a despeito de se constituir de fato uma “ponte” entre o linguístico o metalinguístico (na acepção bakhtiniana), elas devem, necessariamente ser articuladas ao conjunto semântico do processo de interação. Caso contrário, constituir-se-iam manifestações primitivas da naturalidade humana e isentas de valor ideológico.

No próximo capítulo, empreenderemos nossas análises em relação ao programa produzido e veiculado dia 14 de dezembro de 1987, com o cientista político Herbert de Souza.

3. DO CALE-SE AO CÁLICE DA REDEMOCRATIZAÇÃO: O HORIZONTE SOCIAL DOS ANOS 80 NO BRASIL E O PAPEL DA TELEVISÃO NESSE PROCESSO

Sexagenária no Brasil, a televisão tem se configurado, ao longo desses anos, em uma inovação tecnológica capaz de transmitir informações e proporcionar entretenimento. Como toda construção, fruto de trabalho humano, constitui-se na inter-relação de fatores sócio-político-econômicos e culturais, ganhando tonalidades ideológicas dos momentos históricos nos quais e pelos quais geram valores, de acordo com as mais variadas perspectivas conjunturais que perpassam as diversas camadas sociais constitutivas do contexto social brasileiro. Dessa forma, com vistas a considerar o *horizonte social amplo* dos anos 80 – e em especial o papel da televisão nesse processo –, não poderíamos desconsiderar a própria constituição da televisão enquanto parte integrante da conjuntura capitalista pós-guerra no Brasil.

A primeira parte do capítulo, portanto, será dedicada a uma breve reconstituição de aspectos pertinentes ao contexto de formação da televisão em nosso país, cujo cenário político e econômico, além de receber reverberações dos ecos da vitória da Força Aliada e, consequentemente, influências norte-americanas na construção de uma indústria cultural, passa, internamente, pela chamada *primeira experiência democrática* (1945-1964) (Carvalho, 2008, p.127), sob a forte presença real ou virtual de Vargas. Na esteira do contexto subsequente, passados os anos de euforia do desenvolvimentismo de Kubitschek que permitiu o fortalecimento de uma emergente classe média, segue a fase dos governos militares, momento em que a televisão tornar-se-á a “menina-dos-olhos”, uma vez que constituir-se-á em veículo de propagação da nova ideologia e, ao mesmo tempo, exemplo de forte presença estatal no âmbito socioeconômico (o que se faz sentir ainda em nossos dias). Entretanto, no esgarçamento do tecido amordaçante da ditadura, os anos 1980 revelarão os passos incipientes de uma sociedade que clama pelo exercício da cidadania, em manifestações como o Movimento pelas Diretas-já, transmitidas em TV aberta. Tal contexto, portanto, será considerado, não de forma fragmentada, isolada, porém como inerente a um processo histórico vivo, pulsante.

O papel da TV pública no contexto de formação da televisão brasileira é o tema central da segunda parte desse capítulo. A referida temática se justifica na medida em que televisões educativas, como a TV Cultura, financiada pela Fundação Padre Anchieta, encontram-se em um campo majoritariamente dominado pela TV comercial. Ao mesmo tempo em que recebem subvenções governamentais, pautam-se pela busca de imparcialidade como parâmetro jornalístico gerador de credibilidade.

A terceira parte considera o percurso de formação do programa *Roda Viva*, bem como apresenta uma análise da *situação de comunicação* da entrevista veiculada em 14 de dezembro de 1987, realizada com o cientista político Herbert de Sousa. Consideraremos alguns meandros institucionais que determinaram a constituição do mais antigo programa de entrevista da televisão brasileira, bem como as esferas de atividade humana imbricadas por meio do exercício do papel social de cada interlocutor presente na arena de debate. Em tal contexto imediato, observaremos as relações dialógicas caracterizadas pelas polêmicas aberta e velada, além das réplicas dialógicas dos telespectadores que, a despeito de se apresentarem “filtradas” pelo mediador do programa, evidenciam posicionamentos ora convergentes ao discurso de esquerda do entrevistado, ora divergentes, avizinando-se de uma tonalidade conservadora.

3.1 O HORIZONTE SOCIAL AMPLO: UM PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO SOBRE A LINGUAGEM

Não é com a palavra dicionarizada que nos defrontamos cotidianamente nos mais diversos atos de comunicação, mas com asserções acerca de acontecimentos relacionados a uma sociedade, dúvidas que envolvem pessoas com papéis sociais definidos em suas respectivas comunidades discursivas, anseios que sinalizam a desestabilidade de um determinado *status quo*, etc. Compreenderemos a palavra como *enunciado*, ou seja, *produto da interação de indivíduos socialmente organizados* (Bakhtin; Volochinov, 2004[1929], p. 112). Tal perspectiva requer uma abordagem investigativa que aponte elementos do contexto sócio-político-econômico e cultural como inerentes aos usos sociais da linguagem. Dessa forma, compor uma análise diacrônica de entrevistas do programa *Roda Viva* da TV Cultura, que contemple as três últimas décadas, exige mais do que um olhar cuidadoso restrito à superfície linguística. Em se tratando de entrevistados cientistas, vale considerar os tipos de

relações dialógicas empreendidas entre os interlocutores envolvidos, quer estejam presentes na situação mais imediata de comunicação, quer distantes no tempo e/ou no espaço, quer na condição de *supradestinatários*³³. De toda forma, essas relações dialógicas são representativas de campos ou esferas da atividade humana³⁴ (Bakhtin, 2006a, p. 333): científica, jornalística, política, econômica, etc. Representação que se faz em tempo e espaço definidos pela contemporaneidade de cada época. No que tange às vozes dos entrevistados, representativos do campo científico, objetivamos desvendar os discursos com os quais explicitam dissonância ideológica e quais outros são respaldados, tendo em vista o *horizonte social* definido. Longe de se constituir cenário de fundo das enunciações, tal horizonte determina os contornos do discurso, uma vez que a hierarquia social estabelecida entre locutor e destinatário encontra-se intimamente vinculada ao contexto sócio-histórico de cada época e de cada sociedade. Hierarquia que, tácita ou explicitamente, condiciona o direcionamento da palavra e o modo de sua realização. É, portanto, com vistas a situar contextualmente os acontecimentos que engendraram o papel da televisão no Brasil, especialmente nos anos 80, que traçamos as breves considerações a seguir.

3.1.1 TELEVISÃO E CAPITALISMO: COMBINAÇÃO CONSTITUTIVA DE UM PAÍS COM PROFUNDAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Diante da necessidade de inaugurar a sua grande obra – o cemitério da cidade de Sucupira – Odorico Paraguaçu, figura que satiriza a imagem do político populista brasileiro, simula sua própria morte. Mais eis que de “corpo fechado” proclama à multidão inebriada com seu discurso:

“Aqui me tens de regresso!... depois de amargar quatro meses num leito hospitalar... eu volto ressurgido qual Fênix das cinzas... povo sucupirano! Emboramente esse discurso de improvisado devesse ter sido feito lá dentro do salão nobre da prefeitura onde terá lugar o meu reempostório administrativo, eu preferi fazê-lo aqui diante do povo...porque foi esse povo que me elegeu! (...) Como é do conhecimento geral da nação, eu fui vítima de um atentado... um atentado inescrupulento e traiçoneiro... um

³³Bakhtin (2006a, p.333) define *supradestinatário* da seguinte forma: “... além desse destinatário (segundo), o autor do enunciado propõe, com maior ou menor consciência, um supradestinatário superior (o terceiro) cuja compreensão responsiva absolutamente justa ele pressupõe, quer na distância metafísica, quer no distante tempo histórico(...)”. Em outras palavras, esse *supradestinatário* configura-se na expressão de diversas instâncias discursivas historicamente situadas, como o poder público instituído.

³⁴A noção de *campo ou esfera*, pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, é de especial relevância, uma vez que se relaciona com as configurações sociais construídas a partir das *múltiplas atividades humanas*: quanto mais complexas forem tais atividades, mais complexos serão os gêneros que circulam nos diversos campos.

criminoso sanguinolento e juramentado... a serviço da oposição maquiavelista... inescrupulenta tentou me matar!...mas ele não sabia que eu... Odorico Paraguaçu... filho de Eleutério e neto de Filinto Paraguaçu tenho o corpo fechado e lacrado... exceto onde os orifícios que a natureza achou por bem deixar em aberto...”
<<http://www.youtube.com/watch?v=zksjN6mg6UE&feature=related> <acesso feito em 06 de maio de 2010>

Transcorria o ano de 1979 e a rede Globo exibia, em forma de seriado, a primeira novela em cores no Brasil: *O Bem-Amado* de Dias Gomes³⁵. Tal acontecimento sinalizava o poder de alcance popular do novo aparato tecnológico inaugurado oficialmente em 18 de setembro de 1950, por obra de Assis Chateaubriand. Na fala do inesquecível prefeito da cidade de Sucupira subjaz uma imagem representativa da classe dirigente do nosso país, capaz de mobilizar os primeiros versos de “A volta do boêmio”, de Adelino Moreira, eternizada na voz de Nelson Gonçalves, cantor que arregimentou fãs na década de 1950. O hilário personagem, por um lado, instiga a emoção do povo ali presente, por meio de um repertório de bossa nova³⁶ que embalou os jovens dos anos dourados, testemunhas do desenvolvimentismo de Kubitschek, e, por outro, faz uso de uma retórica recheada de palavras “difíceis” aos olhos de um eleitorado em grande parte analfabeto (se considerarmos dados contextuais que posteriormente analisaremos), com vistas a mostrar erudição e, consequentemente, sustentar sua legitimação no poder. Igualmente nos anos de regime militar, a “oposição maquiavelista e inescrupulenta”, então representada pelas forças políticas de esquerda lideradas por João Goulart, justificaria o golpe de estado de 31 de março de 1964, em nome da segurança nacional.

O fato é que o nascimento da televisão no país coincide com um cenário internacional de pós-guerra: derrubado o perigo nazista, emerge uma nova conjuntura político-econômica mundial, supervisionada pelos anseios liberais norteamericanos de conquista de novos mercados. A aliança entre grupos de radiodifusão como os Diários Associados, de Chateaubriand, e tais anseios proporcionou o surgimento da TV brasileira, protagonizado por grandes corporações, como a RCA Victor (empresa norteamericana que assessorou os Diários Associados) e, anos mais tarde, na década de 1960, a Time-Life, poderosa corporação dos EUA que contribuiu para a construção das organizações Globo (Mattos, 2009). Essa última

³⁵ As transmissões de *O Bem-Amado* tiveram início em 1973.

³⁶ Movimento da música popular brasileira, a *bossa nova* surgiu no final da década de 1950, na capital fluminense. Entretanto, a palavra “bossa” já havia aparecido na década de 30 na música “*São coisas nossas*” de Noel Rosa: “*O samba, a prontidão/ e outras bossas,/ são nossas coisas,/ são coisas nossas!*”

não encontraria empecilhos legais que inviabilizassem sua atuação frente ao novo padrão profissional de se produzir programas televisivos. A influência do Governo Costa e Silva permitiria tal empreendimento, a despeito do que apregoava o artigo 160 da constituição. No auge do período ditatorial, o governo corroborava a ideologia de um grupo de militares, chamado “Grupo da Sorbonne” cujos membros integrantes da Força Expedicionária Brasileira haviam criado a chamada Escola Superior de Guerra (ESG), por decreto, em 1948, em consonância com a “National War College”, de Washington. Não tinha demorado muito para que, já naquele tempo, a ESG compreendesse o poder de abrangência dos meios de comunicação de massa.

Diante do fim do capitalismo competitivo e do afloramento do capitalismo de monopólio (Caparelli, 1982) que emerge, por exemplo, por meio de tal aliança, desponta o desejo de ampliação do mercado consumidor. Se, no início dos anos 1950, não havia televisores para a primeira transmissão realizada pela TV Tupi, a população urbana, no final dessa mesma década, seria estimulada a comprar o aparelho, que custava quase o preço de um automóvel, fato que restringia o público-alvo àquele urbanizado, de classe média alta, do eixo Rio-São Paulo.

Duas correntes ideológicas se digladiavam nesse período: a *nacionalista*, defensores do monopólio estatal, partidários do protecionismo industrial e da independência da política externa e os *defensores da abertura do mercado ao capital externo*, inclusive na área dos recursos naturais (Carvalho, 2008). Enquanto vivo, Vargas foi ferrenho defensor da primeira linha ideológica. Com o fim do carismático governo de Juscelino Kubitschek, que havia impulsionado a indústria automobilística no país, por meio do incentivo a investimentos de capital estrangeiro, João Goulart, após assumir a presidência diante da renúncia de Jânio Quadros, decide mobilizar entidades representativas de esquerda com o propósito de aprovar sua “Reforma de Base”, de forte caráter nacionalista. Foi o suficiente para que grupos militares anti-varguistas justificassem a tomada do poder, alegando eminente perigo comunista.

A década de 1960 ainda exibia um Brasil rural: 55% da população morava no campo, 54% da mão-de-obra se ocupava de empregos no setor primário e 57% era constituída de analfabetos. Para Carvalho (2008), a primeira fase da democracia brasileira (1945-1964) significou o gradual crescimento da participação política da sociedade, em detrimento da existência de organizações civis fortes. O próprio exercício de direitos civis já havia sido

negligenciado pelas autoridades no Brasil Império, por meio da escravidão e, posteriormente, pela condição de abandono imputada a grandes massas de ex-escravos.

É esse Brasil com o qual se depara o regime militar em 1964. Dois anos antes do início da instauração da ditadura, surge o Código Brasileiro de Telecomunicações (1962), um projeto de “inspiração militar, plenamente identificado com as teses de integração nacional, segurança e desenvolvimento pregadas na ESG” (Priolli, 1985). A conjuntura sócio-cultural, portanto, encontrava-se desfavorável ao desenvolvimento da imprensa escrita: os governos pós-64 perceberam o alcance da televisão como veículo difusor de sua própria ideologia e passaram a incentivar a compra de aparelhos televisores, que se tornam símbolo de consumo. Caparelli (1982) divide a expansão da televisão no país em dois momentos: o primeiro que vai dos anos 1950 até 1964 é caracterizado pelo oligopólio dos Diários Associados, e o pós-64, momento em que surge outro oligopólio: a rede Globo, em associação com a já citada empresa norte-americana Time/Life. O palanque deixava de ser a praça pública, com Odorico mobilizando sua retórica que rende risos em nossos dias, e passava, naquele momento, pela magia tecnológica do aparelho televisor.

Com a ascensão da Globo, há uma intensificação da internacionalização do mercado interno, bem como a presença preponderante do Estado na vida nacional (Caparelli, 1982). Estava se consolidando a trajetória econômica, política e cultural a ser seguida: os governos militares optaram pela excessiva concentração de renda, por meio de um forte crescimento da economia. Carvalho (2008) compara dados significativos quanto ao crescimento das desigualdades sociais no cenário nacional: em 1960, 1% dos segmentos sociais mais abastados ganhava 11,9% da renda total, enquanto que, em 1980, o mesmo percentual de classes mais privilegiadas financeiramente passa a angariar 16,9% da riqueza produzida.

O que se infere do quadro acima é a instauração de uma relação social que poderíamos chamar “perversa”: a televisão, principalmente durante o regime militar, se sustenta, por um lado, pelos investimentos propagandísticos de empresas multinacionais, em troca de um produto que passa a ser precioso – potencialidade de consumo por meio da audiência – e, por outro, pelo aval político do governo que autoriza concessões de rádio e TV, quer seja comercial ou pública, e permite a transmissão de programas que não ferissem a censura prévia. Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (Abepec) de 1978 (Caparelli, 1982) revela que mais de 80% dos espaços dos programas exibidos era ocupado por material proveniente de universos culturais diversos daquele específico da

população à qual se destinava, com ênfase em programas estrangeiros. Em outras palavras, havia (e sem dúvida há em nossos dias) um incentivo ao consumo – e apenas um incentivo. Com o reduzido poder aquisitivo da população, a televisão torna-se mobilizadora de desejos. Nesse sentido, Cardoso (1973) analisa com propriedade o contexto a que se submete a grande maioria da população brasileira, no que tange à ausência de canais que expressem os interesses dos menos favorecidos:

A inexistência deles (desses canais) limitará fortemente a integração social e condenará a sociedade brasileira a viver a espécie de simulacro de “sociedade opulenta de consumo”, baseada mais numa expectativa alimentada pelos meios de comunicação de massa e no exclusivismo conspícuo dos grupos de altas rendas do que por um genuíno processo de melhora das condições de vida da maioria da população (Cardoso, 1973, p. 38).

A potencialidade de consumo, evidenciada pelos níveis de audiência, torna-se a moeda de troca entre anunciantes³⁷ e redes de emissoras comerciais de televisão. Tendo em vista esse contexto de formação do capitalismo de oligopólio, Caparelli (1982) aponta como uma das causas do crescimento da televisão comercial a sua organização em rede, concentrando-se próximo às empresas multinacionais, em São Paulo e Rio de Janeiro.

A década de 70 assistiria ao surgimento da televisão a cores – pelo preço “simbólico” de quase vinte salários mínimos, destinada a um público seletivo de brasileiros abastados. Mesmo assim, os números apresentados a seguir refletem o estímulo que o regime militar concedeu ao desenvolvimento tecnológico: se, em 1971, 31% das residências brasileiras contavam com aparelho televisor, três anos mais tarde, cerca de 43% delas possuíam o equipamento (Caparelli, 1982, p.88) . A euforia popular encontra eco nas palavras do presidente Médici (presidente que marcaria o período mais repressivo de nossa história) proferidas em 1973:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho (Mattos, 2009, 104).

³⁷ É preciso esclarecer que o interesse dos anunciantes concentrava-se, principalmente, em estimular o poder de compra das classes sociais mais abastadas, ao passo que as camadas socioeconomicamente menos favorecidas limitavam-se a se configurar *nichos* de incipiente consumo.

Em face da tecnologia televisiva que *criava* uma realidade capaz de portar seus telespectadores a um país inventado pela ideologia dominante, quantas vezes não foram caladas em nome da *integridade nacional*? E é justamente nesse processo de criação que “novos” signos são erigidos na trajetória evolutiva de nossa sociedade, cujas representações simbólicas refletem e refratam realidades (Bakhtin/Volochinov, 2004 [1929]) que transcendem a mera efemeridade do tempo: embora circunscrito historicamente na segunda metade do século XX, o surgimento da televisão no contexto nacional passa a reverberar a talvez mais antiga forma de interação (ou dominação) expressa pela imposição ideológica de valores de uma camada social privilegiada que ascende ao poder (lideranças militares, no caso) e uma grande maioria de segmentos sociais a quem cabe apenas manifestar a subserviência (vozes contrárias a tais lideranças). Dessa forma, é o contexto sociopolítico nacional que cria a representatividade ideológica do enunciado: “*o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento*”³⁸, em que o signo “paz”, longe de se constituir a garantia de direitos civis e políticos, ganha uma tonalidade que resvala a criação de uma realidade caracterizada pela suposta ausência de contradições políticas.

Entretanto, o *país do futebol* em grande medida compartilhava disparidades: nem mesmo a crescente desigualdade sócio-econômica impedia a euforia de vencer a copa do mundo por meio dos astuciosos pés de Garrincha e da inteligência e habilidade de Pelé. Mas é nas palavras de Gérson que o Brasil construiria seu *jeitinho*: a propaganda do então cigarro Vila Rica, veiculada em 1976, trazia o craque da seleção vitoriosa, ídolo dos mais de 70 milhões de brasileiros, incentivando o uso do produto: “Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também”.

Longe das esferas instituídas, distante da terceira margem do grande rio social ideologicamente capitaneado pelo regime, mais especificamente no âmbito da *ideologia do cotidiano* (Bakhtin/ Volochinov, 2004[1929] p. 118), expressões axiológicas de uma atividade mental coletiva constituem-se tendo em vista fatores *sociológicos* e não individuais: entre 1960 e 1980, o Brasil sofreu grandes transformações evidenciadas, dentre outros aspectos, pelo grande deslocamento populacional do campo para as cidades (Carvalho, 2008, p. 169) – em nome das supostas *vantagens* que a vida urbana poderia oferecer, como emprego nas corporações multinacionais. A queda de 50% no valor do salário mínimo praticado em 1974 (se comparado com o valor de 1960) impulsionava a entrada de um número cada vez maior de

³⁸Bakhtin/Volochinov (2004 [1929], p.32) observa que qualquer produto de consumo pode ser transformado em signo ideológico. O pão e o vinho, por exemplo, podem se tornar símbolos do sacramento cristão da comunhão.

membros das famílias no mercado de trabalho. Carvalho (2008) destaca que, no período mencionado, enquanto o índice de homens economicamente ativos aumentou 67%, o de mulheres saltou para 184%.

Tendo em vista o referido contexto social, a ideia de *vantagem*, por um lado, pode significar uma tentativa de evitar perdas salariais, em função da política de concentração de renda, por outro, possibilita a execução da prática de uma ética duvidosa: no que tange à mensagem publicitária que dissemina a *lei do Gérson*, o sistema ideológico instituído formado pela mídia televisiva capta da esfera cotidiana o que se constitui de forma desordenada e não fixada em um sistema – *a ideia de levar vantagem* – e, ao introduzi-la na fala de um dos maiores ícones futebolísticos do país, símbolo do Brasil “que caminha em paz”, institucionaliza o ideal, consolida-o como um valor. A assimilação desse paradigma valorativo (de certa forma já vislumbrado por Manoel Antônio de Almeida por meio da construção de um anti-herói, em *Memórias de um Sargento de Milícias*), será reinterpretado nas mais diversas esferas sociais: desde especulações financeiras no *over night*, formação de senadores biônicos no congresso, até pequenas ações criminosas que, de certa forma, contribuiriam para formação do crime organizado, capaz de instaurar um poder paralelo, como assistimos em nossos dias, trancados em nossos lares.

3.1.2 O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO DOS ANOS 1980: O INÍCIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Até o momento, consideramos algumas imbricações entre a formação da televisão no país e o nascimento de um capitalismo de oligopólios em uma nação ainda predominantemente rural, ou seja, *antes* da consolidação do processo de alfabetização, *antes* mesmo de serem assegurados direitos sociais mínimos como saúde pública de qualidade e infraestrutura adequada ao exercício da cidadania, a televisão, símbolo da mais alta modernidade do século XX, alavancava a legitimidade do poder ditatorial cujo principal sustentáculo fora o vertiginoso crescimento econômico em prol de uma elite economicamente privilegiada.

Logo se verificaria que a aparente consolidação do regime recebera como alicerce o frágil solo de uma economia vulnerável a intempéries internacionais, tendo em vista seu caráter de dependência do grande mercado internacional: em 1973, em pleno auge de

desenvolvimento econômico, o preço do petróleo triplicou, o que comprometeu 80% do consumo do produto importado (Carvalho, 2008, p.174). Era o sinal de que a grande estrutura movimentada em prol do lema positivista “ordem e progresso” se desintegraria anos mais tarde.

Articulado em um sistema bipartidário, o conjunto de representações políticas contou, finalmente, em 1974, com a oposição (MDB) que teve acesso à televisão na campanha das eleições para o senado, momento em que as bases anti-governistas chegaram a ganhar 16 das 22 posições. Mesmo assim, Carvalho (2008) apresenta um cenário político em que se alternavam momentos de uma provável disposição em se estabelecer um diálogo político mais aberto e momentos significativos de repressão. Não demoraria para que, em 1978, o então presidente Geisel suspendesse as atividades do congresso por quinze dias, com vistas a proporcionar mudanças no quadro eleitoral. Era a época dos chamados “senadores biônicos”, ou seja, pseudo-representantes dos eleitores e marionetes do regime. Limitou-se, inclusive, a propaganda política na TV.

Mas seria no governo do então general João Batista Figueiredo que o Brasil começaria a ganhar contornos para uma abertura democrática. Enquanto, com a fisionomia impassível, o presidente Figueiredo impostava nos lares brasileiros, por meio da TV, as conquistas do regime, segmentos sociais “maquinavam” a constituição de forças contrárias ao arrocho salarial, à repressão, à falta de espaço democrático para discussão de problemas de caráter social e político. O Brasil, no início dos anos 1980, distanciava-se daquele da década de 1960. Indústrias automobilísticas haviam se instalado em São Paulo e, com elas, uma mão-de-obra urbanizada, uma categoria de trabalhadores, cujo sentimento de coletividade expressa o que Bakhtin/Volochinov (2004[1929]) chama de *atividade mental do nós*³⁹, em que predominam as tonalidades do protesto ativo, sem lugar para uma mentalidade resignada e submissa. Ressaltamos, a título de exemplo, o seguinte fato: se, ao assumir o poder, João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, deparava-se com um Brasil que possuía 54% de trabalhadores vinculados ao setor primário (agricultura, pecuária, mineração, etc.), no início dos anos 80, esse percentual cairia para 30%. Ao passo que o setor industrial expressava um

³⁹Bakhtin/Volochinov (2004[1929]) defende que não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental. É por meio da *palavra* que o EU se define em relação ao OUTRO. Dessa forma, a atividade mental é tão social como a sua objetividade exterior. O grau de complexidade da consciência ideológica da atividade mental do *nós*, mostra-se proporcional à complexidade das interações sociais estabelecidas no seio da comunidade discursiva. Em outras palavras, quanto mais complexa e organizada é a sociedade em que o indivíduo vive, mais complexo e organizado será o mundo interior do EU.

percentual oposto: em 1960, apenas 13% da mão-de-obra era compreendida por funcionários de indústrias. Vinte anos depois esse número quase duplicaria, alcançando a casa dos 24% (Carvalho, 2008, p. 170).

É nesse contexto que surge o Partido dos Trabalhadores, em 1979, por meio de manifestações grevistas de funcionários de empresas automobilísticas no grande ABC paulista. O PT, no início dos anos 1980, passou a conquistar o apoio de vários outros segmentos sociais: ala progressista da igreja católica, sindicalistas renovadores, como Luís Inácio da Silva (Lula) e figuras importantes da intelectualidade brasileira⁴⁰. Já em 1982, ocorreram eleições diretas para governador, bem como eleições para o congresso. Sofrendo as consequências de uma prática eleitoral retrógrada em que o voto, muitas vezes, é vendido, em não poucos casos, por uma cesta básica, ou ocorre sob influência do sentimento ufanista tácita ou explicitamente disseminado pelas autoridades instituídas - a oposição acabou vencendo em apenas 9 dos 22 estados.

A década de 1980 assistiria a uma mudança na produção televisiva: se até os anos 1970 havia forte influência norteamericana na elaboração de programas, tanto do ponto de vista ideológico, quanto técnico, a TV brasileira passou a elaborar seu próprio formato e tecnologia de produção, reduzindo tal influência, por meio da substituição de importados (Mattos, 2009, p. 110). A sociedade, em processo de reconfiguração pela crescente urbanização, evidenciava, por meio do censo de 1980, que 55% do total de 26,4 milhões de residências contava com aparelho televisor. Esse número passaria para 73,1%, em 1989, com um total de 68,3% da população vivendo em áreas urbanas.

Revogado o Ato Institucional nº 5, em 1978, pelo general Geisel, a década de 1980 pôde, finalmente, livrar-se da censura prévia. Entretanto, as autoridades militares evidenciariam sua voz de mando ao determinar concessões de canais de televisão apenas para empresários que, nas palavras de Mattos (2009) se mostrassem “mais amistosos e confiáveis”. Dessa forma, o governo cassou a concessão da Rede Tupi (dos Diários Associados), em 1980, dividindo seu espólio entre o Grupo Sílvio Santos e Adolfo Bloch. As grandes corporações multinacionais continuaram a atuar fortemente como anunciantes. Entretanto, o desenvolvimento da televisão brasileira no período deve-se, principalmente, às condições

⁴⁰ Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog, após ter se apresentado espontaneamente aos órgãos do II Exército de São Paulo, apareceu morto na cela, no dia seguinte, sob condições até hoje misteriosas – fato que provocou (e até hoje provoca) indignação de muitos intelectuais.

técnicas proporcionadas pelos governos autoritários: redes de microondas, cabo coaxial, satélites, televisão a cor, etc (Mattos, 2009, p.116)

Enquanto a televisão transmitia programas como *Domingo no Parque*, *A turma do Balão Mágico*, etc., grupos politizados da sociedade explicitavam o desejo pela retomada do voto direto para presidente da república, dentre os quais os segmentos acima mencionados: tratava-se do Movimento pelas Diretas, encabeçado por líderes dos movimentos grevistas do ABC, CUT, políticos de oposição, em evidente apoio popular:

Chico Buarque em campanha pelo Voto Direto. Disponível em < <http://www.brasilecola.com/historiab/direta-ja.htm>>. Acesso em 09 de maio de 2010.

Apesar dos esforços em prol de eleições diretas, havia ainda resistência por parte do governo militar em permitir que a sociedade expressasse sua opinião. O êxito da ideologia dominante se fez sentir, pois, por um lado, havia uma congregação de forças contrárias à repressão, e, por outro, políticos da envergadura de Paulo Maluf (do PDS, descendente direto do partido governista Arena) defendiam o voto indireto. A derrota do movimento não calaria as articulações de esquerda, fato que viabilizou a vitória de Tancredo Neves, em 1985 – primeiro presidente civil, após o golpe de 1964. Com sua morte, Sarney colocaria termo à fase marcada pela censura e repressão política e, ao mesmo tempo, acompanhada de evoluções tecnológicas no âmbito da radiodifusão.

A nova república começaria com clima de grande euforia, o que resultou no anseio de formulação de uma nova constituição. Carvalho (2008) esclarece que, apesar do retorno dos direitos políticos, da retomada dos direitos sociais, os direitos civis permaneceram, em grande medida, direcionados à pequena parcela da população mais abastada. Recrudesce a marginalização nos centros urbanos, tráfico de drogas, acompanhados de ausência ou precariedade de infraestrutura, fatores que permitiriam a consolidação de grupos criminosos disseminados pelo país, nos anos 1990 e, principalmente, 2000.

Nesse período, a televisão também se configuraria em instrumento de busca de legitimação de poder perante a opinião pública. A nova constituição vedava a censura e proibia a formação de monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação social. A carta magna defendia, por meio do artigo 221, a promoção de programas com finalidades educativas, artísticas. Qualquer brasileiro ou naturalizado há mais de 10 anos poderia assumir a administração ou a produção intelectual de veículos de comunicação. Mesmo assim, a concessão de novos canais de rádio e TV passou a depender da aprovação do Congresso Nacional e não da vontade particular do presidente.

Os quarenta anos de televisão no país (décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980) acompanham a própria evolução da sociedade: desde os anos dourados da formação de Brasília – anos plenos do desejo de conquista, passando pela luta ideológica de interesses (cujos vencedores estimularam o atrofiamiento do exercício do debate político saudável e construtivo próprio da democracia) até a tão desejada liberdade de expressão. Símbolo de *status* social, paradigma de consumo de uma sociedade capitalista emergente, a televisão passa a ser vista, logo em sua fase incipiente de expansão, nos anos 50, como recurso capaz de mobilizar a opinião pública a favor de interesses de grupos dominantes. Expansão capaz de alçá-la à categoria de principal personagem de uma indústria cultural que, inclusive em nossos dias, projeta para a tela mais do que produtos, aspirações esculpidas, na maioria das vezes, pelo cinzel dos grandes conglomerados capitalistas. Enquanto o regime militar pôde sustentar o crescimento econômico (inflado artificialmente para mostrar que o Brasil caminhava “sereno” para o desenvolvimento), contava com o apoio irrestrito de grande parte de segmentos sociais. O que talvez não contava era com a capacidade mobilizadora de grupos sociais politicamente organizados no seio de uma sociedade que foi impulsionada – quase que instantaneamente – de um perfil rural para a efervescência industrial do capitalismo de oligopólios. Fato que explica – até certo ponto – o abismo ainda existente entre ricos e pobres no Brasil.

3.2 TV CULTURA: OS DESAFIOS DE UMA TV PÚBLICA NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Dez anos após o surgimento da televisão no país, quando Chateaubriand decide concretizar seu intento de criar uma segunda emissora paulista, cujos objetivos alinhavam-se

àqueles de teor mercadológico, com um diferencial: colaborar com a montagem de uma estrutura de educação à distância (Lima, 2008). Entretanto, a gerência do grupo dos Diários Associados não pôde evitar que a recém inaugurada TV Cultura sofresse sérios problemas financeiros, agravados por um incêndio que destruiu estúdios e equipamentos, obrigando-a a se instalar em um terreno pantanoso na Freguesia do Ó (Leal Filho, 1988).

Nem mesmo a precária situação em que se encontrava a TV-2 (TV Cultura) desestimulou o então governador Roberto de Abreu Sodré a conceber a construção de uma emissora pública: representante da elite udenista brasileira, o chefe do executivo paulista, em pleno regime militar, não só investe maciçamente em tecnologia de ponta, como também reúne especialistas altamente qualificados com o intuito de gerar uma emissora pública com uma infraestrutura sofisticada. Após abrir concorrência para a compra da emissora, Sodré, em 1967, criou a Fundação Padre Anchieta (doravante FPA), entidade de direito privado, administrada por um Conselho Curador formado inicialmente por vinte e cinco membros, dentre os quais oito indicados pelo poder público e dezessete representativos de instituições como Academia Brasileira de Letras, Senai, Senac, Masp (Lima, 2008, p.46).

Essa foi a solução encontrada pelo líder do governo de São Paulo: criar uma fundação que angariasse (ao menos teoricamente) independência administrativa na condução da TV-2, bem como na elaboração de uma programação educativa, jornalística e cultural. Veículos de comunicação altamente influentes como *O Estado de S. Paulo* incentivavam a vigilância do poder público em relação ao desenvolvimento do projeto da FPA cujo objetivo prioritário, até então, ensejava o desejo de levar educação básica para a população *marginalizada*.

Em um contexto marcado pelo desenvolvimento do capitalismo de oligopólios, parecia óbvia a necessidade de mão-de-obra qualificada – ao menos à altura das demandas de empresas multinacionais, em cuja linha de produção prevalecia, não raro, o sistema fordista. Esperava-se, dessa maneira, a formação de um contingente de trabalhadores que dominassem competências *essenciais* de leitura, escrita e matemática. *Os tempos modernos* renunciavam, no entanto, não a democratização efetiva da cultura (o que seria impensável em plena ditadura dos generais), mas sim a busca pela definição de classes sociais peculiares ao movimento de construção de uma economia que sustentava seu desenvolvimento pelo estímulo ao consumo de uma restrita camada social privilegiada: a elite dominante – e para ela, havia uma programação de nível cultural sofisticado – e a classe subalterna, que receberia mais

rapidamente a educação que deveria ser de competência do poder público e que na época (e de certa forma até hoje) encontrava-se em situação precária, tendo às voltas massas de trabalhadores analfabetos. Leal Filho (1988) expõe claramente a polarização característica da programação da TV Cultura, logo no nascimento da emissora, com a experiência de quem se debruçou nos trabalhos jornalísticos em anos posteriores na emissora paulista:

Às camadas subalternas estaria reservada a aprendizagem prática do “saber fazer” (ler, escrever, contar) e da submissão à ordem estabelecida através das aulas de “moral e civismo”. Esse é o conteúdo. O veículo é o rádio ou a televisão. Dessa forma explica-se a opção pelo Madureza como primeiro telecurso produzido pela TV Cultura de São Paulo. Para as camadas médias mantém a escolarização formal através da expansão da rede de ensino superior privada e da ampliação dos cursos profissionalizantes, reservando-se para as camadas de rendas mais altas as universidades públicas e os cursos de especialização no exterior (Leal Filho, 1988, p.26).

Essa, portanto, seria a gênese da TV Cultura: sob tutela de um grupo representativo da elite paulista, não necessitaria dos investimentos dos anunciantes que consideravam os índices de audiência mercadoria capaz de sinalizar a potencialidade de altos lucros. Mas, se as subvenções governamentais possibilitavam a independência em relação aos grandes grupos empresariais privados, o mesmo não se poderia dizer do vínculo financeiro estatal que necessariamente a atrelava às variadas tonalidades ideológicas predominantes em cada um dos governos que sucederam Abreu Sodré.

No que tange à esfera midiática, em especial a televisiva, em que se constitui a TV Cultura, havia, portanto, uma estreita relação com a nova configuração político-econômica que tornava cada vez mais latente o crescimento desigual da nossa sociedade de classes. Miceli (1982[1972]) já apontava o papel da indústria cultural que passou a produzir bens simbólicos capazes de satisfazer camadas sociais excluídas, por meio da imposição diferencial da cultura dominante, de forma que, nos grandes *bolsões urbanos*, tal indústria atua em duas perspectivas: por um lado, gera o efeito de “socialização compensatória” para contingentes que se encontram à margem da produção da riqueza e de direitos sociais, por outro, delineia-se como *reforço simbólico ao estilo de vida das camadas sociais médias já integradas no mercado consumidor*.

Acreditamos que tanto a “socialização compensatória” quanto o referido “reforço simbólico” configuram-se constructos culturais ideológicos, que objetivam a legitimação do

status quo dominante. Entre o Estado nacionalista ditatorial que simula a existência de uma sociedade indivisa, única, homogênea e o Estado real, com suas profundas diferenças de ordem econômica, cultural e, principalmente, de direitos, Chauí (2000) ressalta o papel específico do discurso ideológico dominante: justificar as diferenças como simples diversidade das condições de vida de cada um e criar uma imagem de integração harmoniosa e funcional entre as várias instituições que reúnem o poder, quer seja político ou econômico, em uma articulação em tons positivistas.

Em que medida a TV-2, como televisão pública, se constitui antítese das TVs comerciais? Quais os liames entre o projeto de criação de uma emissora educativa e o poder público ideológico dominante? Analisando a programação da TV Cultura, Leal Filho (1988) constata a existência de quatro propostas básicas, intimamente articuladas especialmente no bojo de lutas ideológicas internas entre membros tutelares permeáveis às diretrizes do poder público e membros resistentes a esse poder. A primeira proposta, denominada *elitista*, articula-se substancialmente ao contexto de formação da emissora, diretamente vinculada às aspirações políticas do chefe do executivo estadual que, no auge da efervescência repressiva (vale lembrar que a FPA foi criada em 1967 e que as transmissões da TV-2 tiveram início apenas em 1969) ofertava o seu quinhão ao projeto militar de integração nacional.

Mas, se tal participação se delineia sob orientação de Abreu Sodré que tivera o cuidado de criar um conselho curador administrativo “independente” do governo estadual, o próximo líder, Laudo Natel, entraria em total sintonia com a frente ideológica da ditadura. De qualquer forma, se o genitor da FPA alinhava-se à elite ilustrada paulista, o seu sucessor afinava-se com o regime instaurado, ampliando os recursos técnicos da emissora, porém reduzindo seu poder de autonomia, ao impor a saída do grupo *sodrezista* da TV Cultura (Lima, 2008, p. 88). Prevalencia o elitismo na programação.

Entretanto, concomitante à atuação da máquina repressora, cuja censura definia quais fatos jornalísticos poderiam ser transmitidos, havia a semente de uma *força de resistência*: diante da impossibilidade de competir com a audiência de emissoras do calibre da Globo, Leal Filho (1988) identifica um jornalismo inovador, com o objetivo de *interpretar* os fatos, o que se configura em uma empreitada corajosa para a época. Esse seria um exemplo da *proposta popular* – emergente, segundo Leal Filho (1988), na gestão de Paulo Egydio⁴¹, em 1975, e concretizada em programas como *Hora da Notícia*. Tal proposta se faria presente em

⁴¹ Essa proposta retomaria fôlego durante o governo de Franco Montoro.

outros momentos, como no início da década de 1980, com os programas *Interação* e *Vox Populi*, este, precursor do mais duradouro programa de entrevista da TV brasileira: *Roda Viva*. O resultado da prática de um jornalismo interpretativo realizado em tal contexto não poderia ser outro: a crescente audiência sinalizava desestabilização do poder instituído, dessa forma, a pressão instaurada pelo chefe da Casa Civil provocou a demissão da equipe de jornalistas, dentre os quais Vladimir Herzog.

O retorno de Herzog à TV-2 ocorreria sob a tímida tentativa do governo Geisel de viabilizar a democratização: tratava-se de um momento em que o governo militar já não poderia sustentar a queda dos índices de crescimento econômico do país. Herzog representava, aos olhos do poder repressivo, uma dessas forças de resistência. Jordão (1979) ressalta a ousadia profissional do jornalista que, ao que tudo indica, revolucionaria a programação caracterizando explicitamente a proposta que Leal Filho (1988) chama de *popular*:

Eis alguns pontos de sua proposta (de Vladimir Herzog): 1) jornalismo em rádio e TV devem ser entendidos como instrumento de diálogo, e não de monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige. 2) Um telejornal das emissoras do governo também pode ser um bom jornal, e, para isso, não é preciso “esquecer” que se trata de emissora do governo. Basta não adotar uma atitude servil (Jordão, 1979, p. 136)

Em um país com direitos civis salvaguardados, tal projeto não seria ignorado. Chamado a depor no II exército de São Paulo, Herzog não poderia mais concretizá-lo. O “cale-se” do regime havia funcionado. Mas apenas por um lado: embora a ideologia de resistência tenha então perdido uma batalha, em pleno governo de Paulo Egydio, outras frentes apareceriam. Nesse mesmo período, o grupo *sodrezista* retorna ao controle da FPA. Max Feffer, que era o então Secretário Estadual da Cultura, convida Roberto Mulyaert para produzir programas como *Vox Populi*, veiculado pela primeira vez em 1977. A TV-2 viveria sob a égide da proposta denominada *conciliatória* entre a elitista e a populista (entre os anos de 1976 e 1978).

Essa última é identificada por Leal Filho (1988) como aquela que busca nas TVs comerciais a fonte inspiradora para uma programação de auditório e novelística. Presença marcante no governo de Paulo Maluf (entre os anos de 1979 e 1982), é concebida com vistas a ofuscar o autoritarismo embutido na proposta elitista. O populismo malufista visava elevar

os índices de audiência (a novela *Meu pedacinho de chão* é um exemplo). Identificado com os tecnocratas que a ditadura produziu nos anos 60 e 70 (Lima, 2008), Maluf via a TV-2 como instrumento propagandístico que poderia lhe conceder os frutos de uma vitória em uma eventual candidatura à presidência da república. O sinal da TV Cultura chegou a quase todo estado de São Paulo. Surgem programas como *Viola, minha viola*, *É proibido colar*, *Quem sabe, sabe*, *Bambalalão* e *Fábrica do som*.

3.2.1 ANOS 1980: UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA A TV-2

A renúncia de Paulo Maluf ao governo de São Paulo, em 1982, em prol de uma candidatura a deputado federal deixaria fortes vestígios de seu comando. Dentre os quais a tentativa de uma intervenção do governo estadual na relativa autonomia administrativa da FPA. O Conselho Curador passaria a ter, segundo o novo estatuto determinado pelo governo de José Maria Marin, quinze membros – todos designados pelo governador (Lima, 2008, 159). Tal autonomia só foi restituída mediante mandado de segurança no Tribunal de Justiça.

O contexto dos anos 1980 esboçava uma trajetória política diversa daquela dos anos 1960 e 1970. Arbitrariedades como a centralização do comando de uma emissora pública em benefício de práticas eleitoreiras começavam a se constituir eventos inaceitáveis. Nesse mesmo ano ocorrem eleições diretas para governador e o candidato de oposição, Franco Montoro, vence o pleito. Entretanto, a FPA ainda seria palco do protagonismo de forças de direita, por meio da eleição de Renato Ferrari.

Por outro lado, nas mãos de Dante de Oliveira⁴², a emenda constitucional que previa eleições diretas para presidente nos trouxe a lembrança de que poderíamos (e deveríamos) viver uma democracia. Com o apoio do governo do estado, o movimento pelas diretas chegou a reunir cerca de trezentas mil pessoas na Praça da Sé (Lima, 2008, p.173). Malgrado o intento de aprovação da emenda, a esperança passou a se concentrar na figura do mineiro Tancredo Neves. Com a saúde debilitada, o primeiro presidente civil, após vinte anos, não resistiu. Fenecia uma parte das esperanças na revitalização dos direitos políticos no Brasil.

⁴² O engenheiro civil e então deputado federal Dante Martins de Oliveira (06/02/1952 – 06/07/2006) foi autor da emenda constitucional (PEC nº 5/1983) que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da república, por meio de um movimento denominado “Diretas Já”.

Com a saída de Renato Ferrari, em 1986, do comando da FPA, entra em cena Roberto Muylaert, eleito no mesmo ano. As inovações pretendidas pelo novo presidente incluíam o fim dos cursos curriculares completos a serem substituídos por cursos complementares para “reforçar o ensino oficial”, bem como investir na programação jornalística. Tratava-se de um presidente que já exercera o cargo de diretor em outros veículos de comunicação, da mídia brasileira, como as revistas *Veja* e *Visão*⁴³. A TV educativa canal 2 tinha, naquele momento, um jornalista na liderança administrativa e não um tecnocrata. O número de membros do Conselho Curador passa para quarenta e cinco, sendo que três são vitalícios, vinte natos (representantes de entidades coletivas), vinte e um membros eletivos e um representante dos empregados da FPA.

Há mudanças na programação, dentre as quais a evolução do programa *Vox Populi*, que viabilizava o contato entre figuras eminentes representativas de esferas instituídas e dúvidas do povo, nas ruas. Tal produção ganharia nova versão, por meio do programa *Roda Viva*, que, não por acaso, surge em 1986. Nesse momento, programas de auditório ganham nova formatação: *Enigma*, por exemplo, que reunia um público jovem, geralmente estudantes, dispostos a participar de competições em um cenário que aproximava o telespectador do Egito antigo, substituiu *Quem sabe, sabe*, programa de perguntas e respostas. *Metrópolis*, único programa da TV aberta que se propõe a cobrir diariamente assuntos relacionados à arte e cultura, surge em 1988, inspirado em *Panorama* que, desde 1976, entrevistava personalidades do mundo cultural.

Pelo que foi considerado até o momento, é possível concluir parcialmente que emissora pública não significa, necessariamente, emissora do povo. Ao contrário, as distâncias historicamente cravadas entre poder governamental e demandas populares abriram rachaduras no exercício da democracia, até hoje em vias de sedimentação. Herdeira direta das elites ilustradas capitaneadas por Abreu Sodré, a TV Cultura, após ter vivido momentos históricos de embate ideológico entre forças consonantes ao regime ditatorial e dissonantes de resistência, sinaliza o desejo de se firmar enquanto instituição capaz de gerar credibilidade. No momento em que a TV-2 deixa de considerar o telespectador como mero objeto vazio, para respeitá-lo enquanto *outro* constitutivo de seu próprio discurso, redimensiona o seu próprio papel enquanto veículo de comunicação que, diferentemente das emissoras

⁴³Os dados foram publicados em reportagem de autoria de Renata Lo Prete, na *Folha de S. Paulo*, de 09 de junho de 1986. In: Lima, Jorge da Cunha *Uma história da TV Cultura*. São Paulo:Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008, p. 176.

comerciais, tem um compromisso com a formação de cidadãos, muito mais que de consumidores.

3.3 RODA VIVA: ANÁLISE DE ENTREVISTA COM O CIENTISTA POLÍTICO HERBERT DE SOUZA

“O consenso era o seguinte: primeiro, ele (o novo programa de entrevistas) tem que ser um programa que, por ser um programa de entrevistas, tem que ter um entrevistado, no mínimo. E esse entrevistado não pode ser qualquer um, nós vamos trabalhar sempre com o primeiro time. Quer dizer, se nós vamos falar do Governo, nós temos que ter um ministro, no mínimo. Se a gente não puder ter o presidente da República, nós temos que ter um ministro, ou governadores. Secretário de Estado já está um pouco abaixo. Se nós estamos falando de futebol, tem que ser jogador de nível de seleção brasileira, no mínimo, entendeu? Se o assunto é cultura, tem que ser os tops. (...) Agora, como é que vai ser esse programa? Bom, a ideia melhor é a seguinte, como nós vamos, assim, a gente quer ter visibilidade, uma coisa que cumpre com esse papel é fazer uma espécie de uma entrevista coletiva. Porque a gente vai poder selecionar os entrevistadores. Então nós não precisamos nos limitar aos profissionais do jornalismo que temos aqui dentro. A gente vai buscar na mídia aqueles que se consideram profissionais que possam botar contra a parede o entrevistado. Primeiro time com primeiro time”⁴⁴. Esse depoimento de Valdir Zwetsch, então diretor de jornalismo da TV Cultura em 1986, reverberava o clima de abertura política no país. Dar voz para representantes do *primeiro time do governo*, nessa situação, implicava algo diverso do que um pronunciamento do presidente Figueiredo, por exemplo, em cadeia nacional.

As vozes emblemáticas das mais variadas esferas instituídas, inclusive aquelas representativas do poder público, encontrariam um novo programa de entrevistas, com teor oposto àquele monologismo autoritário dos discursos competentes do regime oficialmente encerrado em 1985. A situação mais imediata de comunicação alterava-se, em estreita relação com o horizonte social mais amplo, bem como o institucional, cuja orientação ideológica configura-se determinante no processo de interlocução, uma vez que condiciona escolhas dos papéis sociais assumidos pelos interlocutores, bem como a mobilização de determinados saberes.

⁴⁴A transcrição desse depoimento encontra-se disponível no livro de Jorge da Cunha Lima: *Uma história da TV Cultura*, p. 186.

Consideremos, nesse momento, o processo de interação social constitutivo do programa *Roda Viva* engendrado no bojo de um contexto sócio-político caracterizado pelo despontar da redemocratização. Tal processo pressupõe, segundo a perspectiva bakhtiniana, a variabilidade do uso da palavra segundo os papéis sociais exercidos pelos interlocutores, em consonância (ou dissonância) com os grupos sociais nos quais se inserem⁴⁵. Nesse sentido, o discurso não é compreendido como um engenho mecânico, em cuja fonte enunciativa se encontraria um proprietário de um saber que seria transmitido tal e qual para um receptor passivo. A pesquisa de Leal Filho (1988) revela a perspectiva ideológica da TV Cultura em seus primeiros anos de vida, caracterizada por uma visão, até certo ponto mecanicista e positivista, do ato de comunicação assumido por uma classe social privilegiada e institucionalizada: levar educação a uma grande massa social teoricamente desprovida de saberes necessários à construção de um país que se propunha alçar a categoria de industrializado.

A consequência gradual da retirada de cena de atores do cenário político articulado em função da sombra ideológica da Escola Superior de Guerra, para o (re)aparecimento de lideranças civis, defensoras da presença, por exemplo, de uma política pluripartidária, seria traduzida, no caso da TV Cultura, pela possibilidade de se elaborar programas com maior teor de dialogicidade. Programas como *Roda Viva* criam a oportunidade de diálogo entre vários segmentos sociais que são representativos de diversos campos dos saberes humanos.

A fala de Zwetsch sinaliza a finalidade do gênero elaborado conceitualmente pelo jornalista Marcos Weinstock, que se incumbiu da formatação (Tarapanoff, 2004). “Primeiro time com primeiro time”, ou seja, na gênese do programa, o desejo de tornar-se referência no meio jornalístico, por meio do embate de vozes imbuídas de autoridade. O *corpus* analisado por Leal Filho (1988) considera a programação da TV-2 até julho de 1986. Podemos afirmar que o surgimento do *Roda Viva* em 29 de setembro desse mesmo ano se constitui no afloramento mais consistente da proposta denominada pelo autor de *popular* que congregava em si forças ideológicas de resistência ao elitismo autoritário.

A elaboração desse novo gênero, no entanto, não deve ser entendida como um fenômeno discursivo instantâneo elaborado a partir da consciência individual de um sujeito.

⁴⁵ De acordo com Bakhtin/ Volochinov (2004[1929], p.113) a palavra, enquanto “signo social na enunciação concreta, é inteiramente determinada por relações sociais” delineadas quer seja pela “situação imediata” ou pelo “meio social mais amplo”. Acreditamos que tais relações possam se configurar tanto por posicionamentos de *acordo* quanto de *desacordo*, a depender do valor ideológico desse signo em determinado contexto.

Compreendido como *tipos relativamente estáveis de enunciados* (Bakhtin, 2006b [1952-53]), os gêneros dialogam com outros gêneros, uma vez que os *enunciados se constituem em um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados*. Dessa forma, O *Roda Viva* nasce da ideia de outro projeto, chamado *Vox Populi*, de 1977. Tratava-se de um programa de entrevistas em que os entrevistados, personalidades do mundo cultural, político, respondiam a perguntas elaboradas pelo povo nas ruas. No ano de 1979, por exemplo, o entrevistador – de costas para a câmera – entrevistava o cantor e compositor Chico Buarque e lhe perguntava: *Chico, como é que você se sente na iminência de ser entrevistado pela voz do povo?* E o artista respondia: *Tô aqui, tô a vontade... mais ou menos, né.....* O autor da música *Roda Viva*, ícone do Festival de Música da Record, em 1967, demonstrava certo constrangimento diante da tecnologia do estúdio de televisão, provavelmente não apenas em função de todo aparato técnico encenado no estúdio televisivo, mas também pelo contexto político caracterizado ainda pela censura do regime.

O novo programa de entrevista, transmitido pela primeira vez em 1986, era compreendido (e continua sendo) por uma organização espacial específica: cerca de oito entrevistadores apareciam dispostos em uma bancada em formato de circunferência, juntamente com a presença de um mediador. O entrevistado colocava-se no centro da mesma, em uma cadeira giratória. O programa era gravado com câmera de 360°, o que permitia o foco em todos os participantes.

O jornalista Ricardo Kotscho define o *Roda Viva* como “uma espécie de circo ao contrário, onde as feras estão na plateia e o público está no centro da roda, com as feras devorando”(Tarapanoff, 2004). O formato de *arena* do programa, de fato, nos remete ao sentido etimológico dessa palavra:

Nome que antigamente se deu em Roma ao lugar, em que pelejavam os gladiadores nos anfiteatros e que a chamavam assim, porque o terreiro se cobria de areia, que em latim, se chama arena (Bluteau, Raphael *Vocabulário Portuguez e Latino*. Disponível em< <http://www.ieb.usp.br>>. Acesso em 16/03/2010).

Não se trata, evidentemente, da presença do próprio público no centro da roda, mas de entrevistados que, como assinalado no depoimento de Zwetsch, correspondem aos representantes eminentes de cada esfera de atividade humana. As análises aqui empreendidas consideram o recorte temático apenas do *campo da divulgação científica*, em uma clara

imbricação entre as esferas *científica* e *jornalística*. Tal recorte se justifica na medida em que objetivamos investigar as relações dialógicas evidenciadas por meio da *polêmica discursiva* entabulada entre o discurso científico e outros discursos. O nosso desafio é descobrir quais discursos são polemizados e se essa polêmica se constitui de forma *aberta* ou *velada*. Lembramos que entre 1986 e 1990 foram realizadas apenas nove entrevistas com cientistas das seguintes áreas: sociologia (1987), história (1988), antropologia (1988), física nuclear (1988), medicina (1988 – houve três entrevistados dessa área), ciência política (1990) e linguística (1990). Dentre as quais, selecionamos a mais antiga, veiculada em 14 de dezembro de 1987, com o cientista político Herbert de Souza.

3.3.1 A SITUAÇÃO IMEDIATA REVELADORA DE POLÊMICAS DISCURSIVAS

Para analisarmos a entrevista realizada com Herbert de Souza, o Betinho, adotaremos duas perspectivas confluentes, uma vez que oriundas de pensadores do mesmo Círculo de Bakhtin, porém com certas especificidades. A primeira, defendida por Bakhtin/Volochinov (2004 [1929]) prioriza uma *abordagem sociológica* que considera o processo de interação verbal a partir de dois contextos: primeiramente *o horizonte social amplo* ao qual e no qual se circunscreve o enunciado e o *contexto imediato*, que, condicionado a tal horizonte, explicita dados pertinentes ao tempo e espaço de realização do referido processo, bem como os papéis sociais dos interlocutores. Com vistas a focalizar mais detidamente esse contexto imediato, consideraremos pressupostos teóricos de Volochinov (1981 [1926]), que ao portar como objeto de estudo textos literários e do cotidiano, analisa elementos extra-verbais constitutivos do discurso, organizados em três aspectos: 1) *horizonte espacial* comum aos locutores (unidade do lugar visível); 2) *conhecimento e compreensão da situação*, igualmente comum aos locutores e 3) *avaliação* que os mesmos geram tendo em vista determinada situação de comunicação (Volochinov, 1981 [1926]). Dessa forma, a disposição dos interlocutores no programa, em forma de arena, mostra-se altamente significativa do ponto de vista da construção composicional do gênero. Por outro lado, a escolha do entrevistado para compor o programa pressupõe a presença de saberes partilhados, o que determina *quem* serão os interlocutores imediatos. Inerente aos aspectos anteriores, a avaliação determina *posições axiológicas* em relação aos saberes que circulam no processo de interação social.

Congruente a essa abordagem, Volochinov (1981[1930]) estabelece uma estreita relação entre as formas da linguagem e a organização sócio-econômica da sociedade. As situações da vida cotidiana requerem um repertório de gêneros apropriados, bem como ouvintes, cuja resposta, gerada, muitas vezes por expressões faciais, por exemplo, orientam a fala do orador. A linguagem, sob tal perspectiva, reflete a luta entre bases axiológicas díspares e, portanto, o embate entre discursos ideologicamente construídos no processo evolutivo da sociedade.

Dessa forma, consideraremos, inicialmente, os papéis sociais dos interlocutores presentes na entrevista, no *horizonte espacial* em estreita relação com o *horizonte social amplo* constitutivo do programa:

Antonio Carlos Ferreira, mediador, jornalista da TV-2

Demócrito Moura, repórter do Jornal da Tarde.

Umberto Pereira, editor do Globo Rural.

Maria Vitória Benevides, socióloga, professora da USP.

Inês Knaut, repórter da Folha de S. Paulo.

Ricardo Kotcho, repórter do Jornal do Brasil.

Vitalina Dias da Silva, pres. do Centro dos Hemofílicos de São Paulo.

Maria Carneiro da Cunha, escritora e jornalista.

Caio Rosenthal, médico infectologista do Hospital Emílio Ribas.

Herbert de Souza, cientista político⁴⁶.

Constatamos que a seleção dos entrevistados passa pelo imbricamento de *quatro esferas*: 1) a jornalística, representada por uma *subesfera de referência*, marcada pela

⁴⁶ A trajetória de Herbert de Souza seria marcada pela militância política. Durante o curso secundário ingressou na Juventude Estudantil (JEC) e depois, durante o período universitário, fez parte da Juventude Católica (JUC). Na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais fez parte do núcleo que fundou a Ação Popular (AP). Em 1962, formou-se em sociologia e engajou-se na luta pelas chamadas Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart.

presença de instituições como *Jornal da Tarde*, *Globo Rural*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*; 2) a acadêmica, sob o olhar crítico de uma socióloga, professora da Universidade de São Paulo; 3) a estatal, que mobiliza a visão de um importante centro de referência no combate a doenças infecciosas, mais precisamente, o Hospital Emílio Ribas e 4) esfera superior da ideologia do cotidiano⁴⁷, evidenciada pela atuação da representante do Centro dos Hemofílicos de São Paulo. Se considerarmos o horizonte social amplo, isto é, o contexto sócio-político-econômico constitutivo desta edição do programa *Roda Viva*, verificamos que a escolha de tais interlocutores não se configura de modo aleatório: além do aprofundamento das desigualdades sociais, o regime militar foi responsável por uma deterioração dos serviços públicos de saúde no seio da sociedade brasileira. Preocupando-se essencialmente com a evolução positiva do montante de riqueza no país, as lideranças autoritárias esqueceram-se daquilo que seria mais precioso para a nação: o seu povo. Sem demonstrar maiores preocupações para com esse segmento social no que tange à oferta de infraestrutura hospitalar pública, o governo Sarney se viu diante da avassaladora AIDS.

Bakhtin (2010 [1965]) defende a abordagem de um *corpus* de pesquisa, levando em consideração a base ideológica que subjaz à cultura de cada época histórica. Em outras palavras, enunciados que aos olhos contemporâneos podem ser compreendidos como “estranhos”, “caóticos”, uma vez que distantes no tempo e no espaço, portam sentidos configurados segundo experiências humanas desenhadas a partir de bases situadas historicamente, o que suscita diferentes posicionamentos axiológicos. Tal perspectiva filosófica desvenda, por exemplo, equívocos de interpretação no que tange à importância da cultura popular como elemento constitutivo da literatura grotesca de Rabelais. Desconsiderar a linguagem da praça pública como uma contraposição aos valores oficiais impostos pelas autoridades religiosas e pelos demais segmentos que destilavam o autoritarismo durante a Idade Média e Renascimento, seria desconsiderar a própria evolução social humana, uma vez que a manutenção do *status quo* se configura meta de toda classe dominante pautada pelo monologismo de sua ditadura.

Mas se Rabelais conferia primazia ao grotesco como uma forma de destacar a

⁴⁷ Bakhtin/ Volochinov(2004[1929],p. 118) denomina “ideologia do cotidiano” a atividade mental centrada na vida cotidiana, distinguindo-a dos sistemas ideológicos instituídos. Tal ideologia é considerada em níveis determinados pelo contato que mantém com tais sistemas, quanto mais próximos, mais organizados e sensíveis às ideologias constituídas. O distanciamento dessas lhe configuraria um caráter desordenado.

autenticidade da cultura popular⁴⁸, inserindo personagens que carnalizavam figuras representativas das esferas oficiais de dominação, acreditamos que no *corpus* selecionado a contraposição velada aos discursos das autoridades constituídas já se instaura na própria seleção dos interlocutores que compõem o programa, a começar pelo próprio entrevistado: cientista político atuante junto a segmentos sociais marginalizados durante o regime militar, Herbert de Souza, além de estudioso do contexto social e político do Brasil, portanto conhecedor dos meandros do horizonte social amplo da época, encontra-se infectado pelo vírus HIV. Ora, dar voz a Betinho já sinaliza a tomada de um posicionamento no mínimo crítico, para não dizer polêmico, em relação ao cenário político-econômico construído pelas elites emergentes, pós-golpe de 64.

A presença de entrevistadores oriundos da mídia jornalística de referência sedimenta a condição do programa de igualmente se constituir fonte de informações e opiniões para demais veículos de comunicação. Intencionalidade claramente demarcada na fala de Valdir Zwetsch, diretor de jornalismo da TV Cultura. Já a esfera institucional do Estado, em especial o serviço de saúde pública, mostra-se representada por um médico de um hospital de referência, portanto, de um profissional que, imbuído de seu saber, pode legitimar não apenas as informações da área médica, como também revelar publicamente a face estatal que, de certa forma, responde às demandas públicas de saúde. No tocante à esfera acadêmica, a entrevistadora, socióloga também de uma universidade referência na América Latina, é especialista de uma área que guarda afinidades com a formação universitária do entrevistado, e que, dessa forma, ao menos teoricamente, compartilha bases comuns de saberes. Por último, a esfera superior da ideologia do cotidiano que, por meio da líder de um contingente de hemofílicos de São Paulo, expressa as dúvidas e críticas advindas dessa categoria social, no seio das representações institucionais presentes.

Com vistas a analisar o contexto imediato, articulado sempre ao horizonte social amplo, consideraremos inicialmente os elementos teóricos propostos por Volochinov (1981[1926]). Mais do que um recurso organizacional do espaço, a disposição dos entrevistadores viabiliza, por parte de cada membro da bancada, uma visão completa de todos os participantes, em um mesmo plano esférico, ou seja, nem mesmo o mediador se destaca, do ponto de vista espacial, do conjunto previamente selecionado. O limite físico dessa esfera é

⁴⁸A tese de doutoramento de Bakhtin (2010 [1965]), finalizada em 1945, toma como objeto de estudo a obra de François Rabelais, considerada até então por outros autores renascentistas como Voltaire, de baixo nível, devido à presença de expressões que remetiam a sentidos obscenos, imprecações, grosserias, palavras de duplo sentido.

determinado pelo posicionamento (físico) dos representantes da mídia considerada de referência: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Globo Rural*, *Jornal da Tarde*, bem como uma socióloga da Universidade de São Paulo, presidente do Centro dos Hemofílicos de São Paulo, posicionamento que distribui equitativamente os lugares ocupados na bancada:

Imagem 1: panorâmica do estúdio aos 2' 04''

As análises subsequentes consideram a entrevista na sua condição de *enunciado concreto*, ou seja, como unidade de comunicação discursiva, cuja conclusibilidade⁴⁹ aparece demarcada por elementos pertinentes à construção composicional: durabilidade da entrevista – 116' 50''; papéis sociais desempenhados pelos participantes no próprio gênero – mediador, entrevistadores e entrevistado, o que define tacitamente o tempo que cabe a cada um falar (o entrevistado detém maior tempo de exposição de sua fala) bem como o modo de expressão, evitando a interrupção brusca da fala do convidado situado ao centro da bancada.

É preciso observar, primeiramente, que há, nessa entrevista, dois referenciais do ponto

⁴⁹Conclusibilidade é entendida como espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso que ocorre, pois o falante disse ou escreveu tudo o que precisava dizer em determinado momento, de acordo com a situação constitutiva de determinado gênero (Bakhtin, 2006b [1952-53]).

de vista do contexto, constitutivos do horizonte social, que perpassam os *temas* abordados pelos interlocutores: em primeiro lugar, a eminente epidemia de Aids no país que expandia seu poder de destruição para além das fronteiras dos bolsões de pobreza e enveredava pelas camadas sociais privilegiadas e, em segundo lugar, a elaboração de uma constituinte com vistas à produção de uma nova constituição (a atual, datada de 1988).

Do ponto de vista composicional, essa edição do *Roda Viva* é formada por duas partes: uma primeira que denominamos *introdutória* executada nos primeiros minutos do programa pelo mediador e a segunda pelo processo de interação caracterizado por perguntas/respostas, que será analisado na subseção seguinte:

Boa noite... nós estamos começando o programa Roda Viva que é transmitido simultaneamente pela rádio Cultura AM e retransmitido pelas TVs educativas de Minas Gerais... Mato Grosso do Sul... Bahia... Piauí e Espírito Santo... excepcionalmente hoje o programa será coordenado por mim... o titular de Roda Viva... o jornalista Augusto Nunes está viajando e volta na próxima semana... o entrevistado desta noite é o cientista político Herbert de Souza.. presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids... para entrevistar Herbert de Souza nós convidamos Demócrito Moura repórter da editoria de saúde do Jornal da Tarde... Umberto Pereira... editor-chefe do programa Globo Rural e diretor editorial da revista Globo Rural... Maria Vitória Benevides... socióloga, escritora, professora da Universidade de São Paulo e membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo... Inês Knaut... repórter da Folha de São Paulo... Ricardo Kotcho... escritor e repórter da sucursal São Paulo do Jornal do Brasil... Vitalina Dias da Silva... presidente do Centro dos Hemofílicos de São Paulo... Maria Carneiro da Cunha... escritora e jornalista... Caio Rosenthal... médico especializado em doenças infecciosas...o doutor Rosenthal atua no Hospital Emílio Ribas e no Hospital do Servidor Público de São Paulo... nós vamos contar também com a presença do cartunista Negreiros... que vai fazer alguns desenhos que serão mostrados ao longo do programa... a nossa plateia é composta por membros do GAPA... Grupo de Apoio e Prevenção da Aids e Membros do Centro de Hemofílicos de São Paulo... além de outros convidados da produção... lembro que os telespectadores poderão fazer perguntas ao entrevistado pelo telefone dois cinco dois meia cinco dois cinco através da Lúcia... da Maída e da Geane...((tem início, neste momento, a apresentação de dados biográficos do entrevistado)) Mineiro... cinquenta e dois anos... Herbert de Souza... o Betinho... é um homem de muitas lutas... suas primeiras batalhas foram políticas... militante da organização de esquerda Ação Popular... durante o regime militar foi obrigado a se exilar... ((entrevistado sempre com a cabeça baixa)) hoje é membro da Comissão Nacional pela reforma agrária e Secretário Executivo do Ibase Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas⁵⁰... não abandonou a política... portanto... mas obrigado a abrir uma nova frente de luta... contra a Aids... Hemofílico... uma doença genética que dificulta a coagulação do sangue... Herbert de Souza é portador do vírus da Aids... que pegou ao

⁵⁰Betinho criou o Ibase em 1981. O principal objetivo dessa entidade era democratizar as informações sobre a realidade socioeconômica no Brasil.

receber fatores coagulantes fabricados com sangue de doadores contaminados pela Aids... a doença não se manifestou nele... em pior situação estão seus dois irmãos... também hemofílicos e com a doença já manifestada... o músico Chico de Souza... e o conhecido humorista e escritor Henfil... Betinho... eu sei que as estatísticas da contaminação de hemofílicos pela Aids são terríveis... você poderia... poderia nos dar um balanço desse quadro?⁵¹ (**fragmento 1**)

Tal introdução revela, inicialmente, a intencionalidade do enunciador (produtores do programa) representado pelo mediador: fornecer ao telespectador e participantes informações institucionais acerca da elaboração do programa: transmissão, retransmissão para alguns estados brasileiros, identificação da titularidade do papel do mediador. Tais dados sinalizam o potencial de divulgação do programa, inaugurado há pouco mais de um ano na época. Na sequência, há a identificação do papel social do entrevistado, bem como dos entrevistadores e cartunista – Negreiros. O mesmo apresentador ainda orienta os telespectadores quanto à forma de participação. Em outras palavras, observaremos que a responsividade⁵² daquele que assiste ao programa, por meio de *perguntas e comentários*, também se evidencia constitutiva do gênero em questão.

Ainda dentro da parte introdutória, identificamos a inserção de fatos relacionados à *biografia do entrevistado*, que não é identificado primeiramente por sua condição de cientista social, mas como “militante da organização de esquerda Ação Popular” e “membro da Comissão Nacional pela Reforma Agrária”, bem como “secretário-executivo do Ibase”. As demais informações relacionam-se à luta de Betinho contra a Aids contraída por meio de transfusão de sangue. Tais informações sinalizam a tônica da polêmica discursiva instaurada no programa, uma vez que essa luta é constantemente associada ao embate entre os *discursos oficiais* que promoviam a ideia de melhora nos indicadores sociais (relacionados à saúde e emprego, por exemplo) e o *discurso do cientista social* que, por meio de experiências pessoais e de pesquisas, se contrapõe aos mesmos.

Vale considerar, portanto, que quando o mediador ressalta tais papéis sociais do entrevistado, o mesmo já dimensiona o teor temático do programa, de modo que, apesar de ser ao vivo, permitindo a participação de telespectadores, a escolha dos interlocutores (entrevistadores e plateia – formada por membros do GAPA e Centro dos Hemofílicos de São

⁵¹O sinal de reticências (...) representa qualquer pausa dos interlocutores.

⁵² Fazemos uma referência aqui ao que Bakhtin (2006b [1952-53], p.271) denomina de *ativa compreensão responsiva*, isto é, o ouvinte, ao perceber o significado (linguístico) do discurso, concorda, discorda dele, completa-o, etc, demonstrando, dessa forma, alinhar-se ideologicamente com determinados discursos.

Paulo) não se efetiva de maneira aleatória. Trata-se de uma temática que se encontra no âmbito da esfera da *ideologia do cotidiano*: saúde pública no Brasil, em especial as formas de contágio da AIDS. Bakhtin/Volochinov (2004[1929], p. 118) considera esse o domínio da palavra não fixada num sistema instituído e que *acompanha os atos e gestos de cada um de nossos estados de consciência*. Ora, o programa absorve essa temática, transportando-a para a esfera jornalística, mais precisamente como elemento constitutivo do gênero (*Roda Viva*) que possibilita a interposição de vozes de outras esferas: medicina, sociologia, níveis superiores da ideologia do cotidiano, representados pelo Centro dos Hemofílicos de São Paulo.

3.3.2 A POLÊMICA QUE SUBJAZ AOS PARES DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Com o propósito de analisarmos a polêmica discursiva como elemento inerente à segunda parte do *Roda Viva* produzido em 1987, com Herbert de Souza, adotaremos como base teórica a segunda perspectiva (sinalizada em 3.3.1): a *dialógica* que, tendo em vista o processo de interação social, cujos interlocutores exercem não apenas papéis sociais⁵³ em determinado contexto, mas também aqueles definidos pela situação mais imediata, implica no estabelecimento de *diálogos entre discursos*. Se a perspectiva sociológica entende o embate ideológico como gerador do dissenso no plano do discurso⁵⁴, a dialógica toma como objeto de estudo a tomada do discurso alheio como fonte natural de revestimento axiológico, ou seja, não há *reprodução* de discurso, mas sempre *recriação*, e nesse processo, o enunciador reflete e refrata a fala do outro no seu enunciado.

Consideremos três formas de refração do discurso: a *polêmica aberta*, quando o objeto de refutação é a própria fala do outro, a *polêmica velada*, quando o embate de vozes ocorre por meio do objeto referencial (Bakhtin, 1997[1963]), o que nos remete ao conteúdo semântico debatido no programa, e as *réplicas dialógicas* dos telespectadores. Essas ora sinalizam o alinhamento ideológico com posições de esquerda, defendidas pelo entrevistado, ora posições de direita, ambas “filtradas” pelo programa, no momento da seleção das perguntas/ comentários que deverão ser divulgados pelo mediador. Iniciemos a análise dessas

⁵³ É preciso esclarecer que ambas as perspectivas não são excludentes, mas compatíveis uma vez que todo processo de interação social, em que a palavra do outro é revestida axiologicamente pelo discurso do eu, estabelecendo uma polêmica entre ambos, há que se considerar os papéis sociais exercidos pelos interlocutores nesse processo.

⁵⁴ Para Bakhtin; Volochinov (2004[1929], p.46), o que determina a refração do ser no signo é a *luta de classes*. Essas, a despeito de constituir uma mesma comunidade semiótica, ou seja, fazer uso de um mesmo código ideológico de comunicação, lhe atribuem índices de valor contraditórios.

categorias discursivas destacando que, no que tange à temática levantada no programa, a parte introdutória (como sinalizado anteriormente) já se configura reveladora do teor polêmico: a própria seleção do entrevistado (liderança de esquerda), a ênfase em sua condição de pessoa que trava uma batalha em prol não apenas de sua sobrevivência, mas também com relação à precária situação em que se encontrava (e podemos dizer, até certo ponto, se encontra) a saúde pública no país. No que diz respeito à realização das *polêmicas discursivas* e *réplicas dialógicas* levantamos cinco categorias discursivas de análise (ver capítulo 2).

3.3.2.1 POLÊMICA ABERTA CONTRA DISCURSOS OFICIAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA

Após a ineficiência dos planos Cruzado e Cruzado II, o ano de 1987 começaria com mais uma tentativa de driblar a hiperinflação que beirava a casa dos 24% ao mês. O plano Bresser surgiu em meio a certa desconfiança: o frenesi provocado pela campanha em prol do congelamento de preços, empunhada pelos “fiscais do Sarney”, gradualmente cedeu espaço a suspeitas de superfaturamento e irregularidades nas concorrências públicas. Cenário político-econômico que sugeria um descontrole das finanças públicas, bem como a existência de atos de corrupção por parte do governo: ao final do ano, a inflação chegava ao escandaloso número de 366%. Se, por um lado, o primeiro governo civil herdava parte da crise econômica gerada no seio do regime militar, por outro, a formação da constituinte configurava um tom de alento, esperança positiva quanto aos anos subsequentes. É na confluência desses elementos contextuais que o *Roda Viva* leva ao ar o programa datado de 14 de dezembro de 1987.

Consideraremos, nesse momento, a *tomada dos discursos oficiais sobre saúde pública* como objeto de refutação da polêmica aberta instaurada. Destacamos que, diferentemente da fala do mediador, cujo tom expressivo da voz, na parte introdutória do programa, configura-se de modo equilibrado, gerando um *efeito de racionalidade* na exposição das informações, as falas dos interlocutores, nos pares de perguntas e respostas, apresentam *entonações*⁵⁵ *expressivas* que serão registradas com letras maiúsculas. Na sequência, encontra-se a resposta do entrevistado à pergunta do mediador ainda realizada na parte introdutória do programa. Pergunta essa que compreendemos como *elemento de articulação entre ambas as partes*:

⁵⁵Para Volochinov (1981[1930]) a entonação é a expressão fônica da avaliação social. Cada entonação exige a palavra que lhe corresponde, que convém. O que determina a entonação é a orientação social do enunciado.

“Betinho... eu sei que as estatísticas da contaminação de hemofílicos pela AIDS são TERRÍVEIS... você poderia... poderia nos dar um balanço desse quadro?”

Herbert de Souza: Eu posso lhe falar mais especificamente do quadro do Rio de Janeiro... temo que o quadro não seja TÃO diferente no resto do Brasil...no Rio de Janeiro... existem mil cento e cinquenta hemofílicos cadastrados... destes... seTENTa por cento estão contaminados pela Aids...

Antônio Carlos Ferreira (mediador): E como foi que aconteceu esse deSAStre?

Herbert de Souza: Esse desastre tem muitas origens e muitas causas... a primeira causa é a ausência quase absoluta... quase poderíamos dizer absoluta do controle da qualidade de sangue na história nossa do Brasil... o sangue que é uma coisa tão vital... tão importante... é comercializado... ele tratado como mercadoria de uma forma absolutamente criminoso... e hoje a Aids veio só dramatizar isso porque na verdade através do sangue você pode ser contaminado por várias coisas GRAves... às vezes até tão graves quanto a Aids... quanto a hepatite B... a doença de Chagas... não é... e VÁrias outras doenças...mas a Aids veio tornar a coisa absolutamente draMÁTica... não é... porque o sangue... é através do sangue que:: a:: a::⁵⁶ Aids se transmite... basicamente é através do sêmen contaminado... que também tem que entrar na corrente sanguínea e do sangue contaminado e dos fatores derivados do sangue... bom... é:: apesar do discurso oficial de falar que existe controle do sangue no Brasil... não menos que setenta por cento dos bancos de sangue no Brasil não fazem controle... teste para essas enfermidades... além do mais... mesmo algumas que fazem... estão fazendo e a gente tem notícia disso... através de um sistema de PULL ... isto é...pega dez transfusões e testa e faz um teste das dez... não é... ou em dez testa uma ((sinaliza com as mãos a singularidade do teste)) quer dizer... que é uma coisa absolutamente também sem rigor não é... sem precisão... resultado...no Rio de Janeiro... seTENTa por cento dos hemofílicos estão contaminados... mais de quarenta já morreram... só no último mês morreram eh:: TRÊS hemofílicos em situações dramáticas de asfixia... por asfixia SEM assistência hospitalar porque lhes foi negado assistência hospitalar por um hospital dirigido por uma freira... da ordem de de São Vicente... irmãs...⁵⁷ o ordem chama Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo dos três um menino de DEZ anos... um jovem de dezesseis anos e um adulto com trinta e cinco anos morreram com insuficiência respiratória aguda...

Ricardo Kotcho: Betinho... o que você nos contou até agora é um caso típico de crime de omissão... crime de responsabilidade... eu queria que você dissesse... sempre que tem um crime tem um autor... um responsável...quem são os criminosos nesta história?

Herbert de Souza: Olha... ((ri)) vai ser uma longa... e tenebrosa busca... no caso específico desses três casos nós entramos na.../com um.../ na décima oitava delegacia com pedido de inquérito policial por omissão de socorro e nós estamos acusando o hospital São Vicente de Paulo por omissão de socorro tendo como consequência a morte...

⁵⁶ O sinal de :: representa o prolongamento de vogal ou consoante como *r* e *s*.

⁵⁷ O sinal de / sinaliza um truncamento no ato de fala.

Ricardo Kotcho: Isso já no final da linha... e no começo da linha?

Herbert de Souza: No começo da linha eu acho que:: no caso do SANGUE... existe TODA uma questão relacionada à saúde pública neste país... não é?... a minha... a minha visão é a seguinte... nos últimos vinte e tantos anos... ao longo de nossa história mas particularmente nos vinte e tantos anos houve um processo de deterioro quase que TOTAL do sistema de saúde pública... os hospitais públicos que no passado eram símbolo de excelência... hoje se transformaram em símbolo de decadência... com honROSas exceções... por exemplo... eu... quando era criança eu era tratado no Servidor... no Hospital do Servidor Público do Rio... e lá nos tinham os melhores hematologistas... melhor sangue... melhor tratamento... MESMO quando nos internávamos com dez quinze pacientes... mas o tratamento médico era o melhor... eu quando estava clandestino aqui em São Paulo... eu fui SALVO em mil novecentos e sessenta e sete com uma cirurgia... uma hemorragia de estômago no Hospital das Clínicas... e recebi no Hospital das Clínicas de São Paulo o melhor tratamento possível... sendo um indigente... porque eu tava clandestino... me internaram como indigente... e:: ((ri)) e assim eu me salvei... mas... ao longo desse tempo... né... a medicina não foi só privatizada como comercializada... como deteriorada... as universidades perderam a qualidade de ensino não é... e aquilo que deveria ser um patrimônio de todos acabou se transformando no privilégio de uns poucos... quer dizer... hoje se você tem que internar um Filho seu... se você quer o melhor... o que que você faz?... você busca a MELHOR clínica particular e interna o seu filho... antigamente você podia pegar o seu filho e levar para um hospital PÚBLICO... e o mais incrível é que essas clínicas particulares dos hospitais particulares... inclusive essa de São Vicente são mantidos... em grande medida... com dinheiro público... ESSA é que é a grande questão... por exemplo essa clínica São Vicente foi construída com dinheiro da Caixa Econômica Federal com dinheiro do fundo da Caixa Econômica Federal... que é dinheiro nosso... não é verdade...? (fragmento 2)

Para análise da polêmica aberta instaurada no trecho acima, identificamos três *categorias linguísticas*: a adjetivação/nomeação, o discurso citado indireto e o uso de conectivos de valor concessivo ou adversativo, bem como duas *categorias não verbais*⁵⁸: entonação e gestos. Na pergunta do mediador: “E como foi que aconteceu esse deSAStre?” constatamos que o locutor denomina “desastre” a informação apresentada pelo entrevistado de que 70% dos hemofílicos do Rio de Janeiro estão contaminados pela Aids. A entonação enfática revela **indignação** diante do fato apresentado. O mesmo termo é utilizado pelo entrevistado, o que revela um compartilhamento de valores quanto ao mesmo dado levantado. O verbete “desastre”⁵⁹ é definido como *evento, acontecimento que causa*

⁵⁸Volochinov (1981[1926]) observa que todo enunciado cotidiano considerado como um todo portador de sentido se decompõe em duas partes: 1) parte verbal atualizada e 2) parte subentendida. A avaliação determina a escolha das palavras e a forma da totalidade verbal através da entonação que estabelece uma estreita relação entre o discurso e o contexto extra-verbal.

⁵⁹ Disponível em < <http://houaiss.uol.com.br/> > Acesso em 22 de maio de 2010.

sofrimento e grande prejuízo (físico, moral, material, emocional); desgraça, infortúnio. Subjaz a tal denominação aspectos contextuais como: ausência de políticas públicas de saúde que evitassem a propagação da doença e, portanto, uma contraposição ao discurso oficial quanto à sua existência e à suposta eficiência das mesmas.

Na posterior fala do entrevistado há a mobilização do discurso citado indireto em: “...apesar do discurso oficial de falar que existe controle do sangue no Brasil... não menos que setenta por cento dos bancos de sangue no Brasil não fazem controle... teste para essas enfermidades..”. No plano linguístico, a polêmica aberta torna-se evidente pela utilização do conectivo “**apesar de**”, o que revela um embate entre o que o discurso oficial defende (a existência do controle de sangue no país) e o discurso do cientista social. Entendemos que tal conectivo articula-se semanticamente – e numa relação de forte oposição – ao sujeito da sentença posterior – “...não menos que setenta por cento dos bancos de sangue no Brasil não fazem controle..”. Oposição que se caracteriza pela inserção de um dado estatístico que *desqualifica o discurso oficial*. A subsequente pergunta de Ricardo Kotcho igualmente faz uso do recurso da nomeação, selecionando um termo ainda mais contundente: **criminosos** para os autores do que o então repórter do Jornal do Brasil denominava **crime de omissão, crime de responsabilidade**. Tal nomeação enfatiza tal indignação diante da recusa do atendimento no Hospital da ordem de São Vicente de Paulo, caracterizando o acontecimento como um “... caso típico de crime de omissão”. Kotcho parte do pressuposto de que tais “criminosos” encontram-se em diferentes níveis de responsabilidade: “...e no começo da linha?...”. O subentendido presente no enunciado refere-se ao papel do Estado como o responsável pela saúde pública no país.

Os fatos apresentados na última fala do entrevistado destacam o processo de “deterioro” do sistema de saúde pública no país, o que corrobora a polêmica em relação ao discurso oficial, uma vez que evidencia a ausência de um Estado capaz de gerenciar as necessidades sociais da população no que tange aos cuidados médicos relacionados, por exemplo, a doenças infecciosas. No trecho: “...*particularmente nos vinte e tantos anos houve um processo de deterioro quase que TOTAL do sistema de saúde pública...*” constatamos que a entonação expressiva na palavra “total”, implica uma abrangência que dimensiona o nível do descaso do poder instituído em relação a essa esfera de atendimento público. O entrevistado, nesse caso, tem na mira de ataque os governos do regime oficialmente encerrado em 1985, partindo do fato implícito de que a garantia dos direitos sociais se efetiva mediante

o exercício de governos comprometidos com causas sociais. Em outras palavras, se os fatos apresentados explicitavam uma crescente contaminação de hemofílicos pela Aids, bem como ausência de atendimento público após contração da doença, concluía-se que o processo de deterioração do sistema de saúde pública no país já vinha ocorrendo em um regime que não privilegiava os direitos sociais relacionados à garantia ao atendimento preventivo e hospitalar de doenças que aparentavam ganhar contornos de epidemia.

Abaixo, destacamos uma série com seis imagens realizadas concomitantemente às falas acima destacadas:

Imagem 2

Imagem 5

Imagem 3

Imagem 6

Imagem 4

Imagem 7

Gestos e expressões fisionômicas configuram-se elementos não verbais capazes de sinalizar posicionamentos axiológicos. A imagem 2 acompanha o discurso citado indireto acima destacado e revela uma expressão fisionômica de desapontamento: o entrevistado acaba de revelar que não menos de 70% dos bancos de sangue não fazem controle do sangue no país. Os lábios cerrados e o olhar fixo no apresentador (que lhe direcionara a pergunta) evidenciam (na imagem 8) a expectativa de assombro por parte do interlocutor frente à revelação dessa informação e, como consequência, indignação diante do fato:

Imagem 8

A imagem três destaca o entrevistado enunciando que aquelas que realizam testes, os executam por um sistema de PULL (seleção de amostras de sangue a serem testadas). A quarta imagem ressalta que por esse sistema, em dez amostras apenas uma pode ser testada, o que se configura em denúncia quanto a uma evidente falha no controle de coleta de sangue no Brasil. A imagem 5 evidencia o cientista social destacando os resultados dessa ausência de critérios mais rigorosos no tratamento do sangue: 70% dos hemofílicos contaminados no Rio de Janeiro, 40 mortos no mês de dezembro (de 1987). A condição em que morreram alguns hemofílicos (por asfixia) é o elemento temático gerador de uma expressão fisionômica, na imagem 6, de extrema indignação. A imagem sete identifica gestos que enfatizam o posicionamento do entrevistado (Betinho inclina-se para trás com a palma distendida sobre o próprio peito), como a sua própria visão acerca dos motivos que teriam provocado o estado de crescente contaminação de hemofílicos: o processo de deterioro da saúde pública no Brasil.

* * * * *

Outro discurso tomado como objeto de refutação é aquele dos segmentos das medicinas de grupo, representativo das empresas de saúde privada no país. Considerando o contexto social amplo, observamos, por exemplo, que em 1980, o Ministério da Saúde

começou um programa de ações integradas de saúde, envolvendo os estados e municípios. Como a rede governamental de hospitais e ambulatorios não era suficiente para atender plenamente as demandas, houve uma ampliação do processo de credenciamento de redes privadas de hospitais, já iniciado em fins da década de 1960⁶⁰. Contudo, tal ampliação não implicava, necessariamente, a efetiva democratização dos serviços de saúde. Ao contrário, essas últimas não atendiam pacientes com doenças infecciosas, como a Aids. Dessa forma, o aparente crescimento na oferta de serviços médicos apresentava-se, no mínimo, inócuo pois o setor pública continuava assumindo o ônus da atendimento – aquém das expectativas das camadas sociais menos privilegiadas.

Um exemplo de instauração de PA, apresenta-se na fala do médico do hospital público Emílio Ribas, Dr. Caio Rosenthal: “... *eu acho importante deixar claro pra todos que... as medicinas de grupo... os convênios de saúde e:: essas medicinas que VENDEM a saúde pros seus associados elas se NEgam sistematicamente a:: entrar em contato e a tratar... quer seja ambulatorialmente ou internação... qualquer tipo de doença infecciosa... (...)*”. Nesse sentido, constatamos, por meio da inserção de **discurso citado indireto**, o embate polêmico aberto do discurso do entrevistado, representante da esfera oficial de serviços públicos de saúde, contra os discursos defendidos pelos segmentos de medicina particular.

Circunscrita no processo de interação verbal, a fala do médico constitui-se resposta à crítica do entrevistado acerca da “precariedade” no atendimento público hospitalar. Destarte, entendemos que a tomada de tais discursos como objeto de refutação configura-se justificativa à insuficiência desse atendimento – ressaltada por Betinho, ao concebê-la, em seu próprio discurso, “*privilégio de uns poucos*”.

3.3.2.2 POLÊMICA VELADA INSTAURADA POR MEIO DA ANÁLISE DE RESULTADOS DE PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS SOBRE DESEMPREGO

Se a polêmica aberta se constitui, como apresentado na seção anterior, pela tomada do discurso oficial como objeto de refutação, constataremos, abaixo, que a polêmica velada se caracteriza por uma **bivocalidade semântica contrastiva** na medida em que toma como foco

⁶⁰ O Sistema Único de Saúde (SUS) só foi criado pela Constituição Federal de 1988. Anteriormente, a assistência médica estava a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), ficando restrita aos empregados que contribuíssem com a previdência. É de se esperar que uma parcela significativa da sociedade brasileira se encontrasse desprovida do direito ao atendimento público de saúde.

do dissenso um mesmo conteúdo semântico objetual: *resultados de pesquisas socioeconômicas sobre desemprego*. Ao elegermos essa categoria discursiva, reiteramos nosso posicionamento no que tange a considerar a Polêmica Velada como de natureza essencialmente *bivocal* em que um termo ou expressão porta em si o embate de, ao menos, duas vozes histórico e ideologicamente situadas. Além da *bivocalidade semântica contrastiva* consideramos igualmente que a *priorização sintática de informações* também se constitui, na inter-relação dialógica com o enunciado, uma evidência de PV. Outra categoria linguística passível de análise, característica da circulação de saberes científicos, é a *referenciação autoral*, ou seja, a inserção de nomes de autores e de pesquisas já realizadas que fundamentem as proposições do cientista. Pontuamos que tal referenciação só comporta um revestimento polêmico velado se circunscrito dialogicamente ao todo do enunciado (fala do entrevistado) e não isoladamente. Constatamos igualmente que *expressões coloquiais*, no contexto imediato do referido programa, sinalizam mais do que um recurso de interação entre interlocutores do programa (entrevistadores e entrevistado) e telespectadores não especialistas: elas (tais expressões) se coadunam ao discurso do entrevistado que se articula em oposição ao discurso oficial sobre desemprego. A mobilização da *voz passiva analítica* configura-se outro elemento linguístico capaz de suscitar bivocalidade, uma vez que o entrevistado empreende uma remissão externa a esse sujeito, presente como um subentendido.

Com relação às categorias não verbais, serão abordadas as *entonações enfáticas (ou expressivas)* reveladoras de indignação, bem como aquelas de teor *conclusivo*, sempre em relação dialógica com o processo de interlocução empreendido. Além dessa categoria, observaremos também os *gestos* e *expressões fisionômicas*.

Inicialmente, o entrevistador, Ricardo Kotcho, insere, em sua fala, o discurso oficial representado pelo slogan “Tudo pelo social”, divulgado com profusão pela mídia televisiva na época, fato que sinaliza a presença da polêmica aberta, uma vez que, após tal inserção, o jornalista finaliza seu turno de fala com uma pergunta que problematiza o conteúdo ideológico que subjaz o enunciado propagandístico: “... *em alguma época da nossa história o povo brasileiro foi tão miserável?*”. Contudo, a resposta do cientista social instaura uma polêmica velada ao considerar resultados divergentes de pesquisas socioeconômicas sobre um mesmo conteúdo referencial: desemprego.

Ressaltamos, abaixo, uma tomada explícita do discurso oficial como objeto de refutação por meio da fala de Ricardo Kotcho e, em seguida, a instauração da polêmica

velada, por parte do entrevistado, ao fazer contraposições entre duas pesquisas sobre o tema “desemprego”:

Ricardo Kotcho: (...)O que você sente quando você vê na televisão aqueles anúncios do governo anunciando... governo José Sarney... tudo pelo social... quais são os últimos medidores econômicos... sociais do Ibase que você trabalha... você dirige... em alguma época da nossa história o povo brasileiro foi tão miserável?

Herbert de Souza: Olha... eu acabei de ver exatamente NEsses dias dois estudos feitos... de um estatístico e outro de um economista... um deles chama Marco Antônio de Souza Aguiar... e ele faz um estudo da evolução da massa salarial brasileira... o estudo mostra... que NUNCA essa massa esteve tão baixa... houve uma perda... do plano cruzado pra cá... de cerca de TRINTA por cento da massa salarial... e isso há que se reconhecer... quer dizer... a evolução da massa salarial no plano cruzado foi ascendente e por isso que ele foi tão bombardeado... desarticulado e acabou sendo destruída porque a massa salarial crescia... acaba o plano cruzado começa a abaixar... a:: a:: o poDER né...aquisitivo... não só o poder aquisitivo por causa do processo inflacionário mas também... a composição do salário na produção... começa a diminuir... que dizer... eu tenho a impressão... que:: *os nossos indicadores sociais ... eles são muito pobres... por exemplo... o IBGE nos dá uma taxa de desemprego...é:: MENOR que dos Estados Unidos... porque o IBGE não mede desemprego... nem emprego... ele mede atividade... então se você ta fazendo alguma coisa... se você ta se MEXENDO né... pro IBGE você ta empregado... então nós temos essa situação incrível não é de ter.../ uma vez por exemplo nós fizemos uma pesquisa base na Baixada... em Nova Iguaçu... e chegamos a uma taxa de DESEMPrego de vinte e oito por cento... porque nós medimos emprego e desemprego e não atividade... então você tem hoje uma situação éh:: social... totalmente... desarticulada... destruída ao longo desses anos e... nesse contexto o discurso do governo de que “tudo pelo social” passa como uma espécie de piada de mau gosto... realmente uma piada de mau gosto... (fragmento 3)*

Se na primeira hora do programa prevalece a polêmica aberta em relação aos discursos oficiais sobre saúde pública no Brasil e de medicina de grupo, o início da segunda hora desta edição do *Roda Viva* toma como ponto de partida para instauração da polêmica aberta o slogan do então governo José Sarney: “*Tudo pelo social*”. Circulando na esfera propagandística⁶¹, o enunciado adquire valores ideológicos que buscam caracterizar o governo como entidade oficial que prioriza ações sociais direcionadas às necessidades básicas da população como saúde, emprego, educação, etc. Ricardo Kotcho traz para o centro do debate essa que seria uma das marcas da propaganda política do governo Sarney. A contraposição a tais valores ideológicos representados pelo slogan ocorre no momento em que o jornalista

⁶¹ O termo *propaganda* é oriundo do latim, mais precisamente a forma gerúndio de *propagare* e etimologicamente significa multiplicar, reproduzindo por geração. Dessa forma, guarda em si o significado de “semear ideias ou ideais de cunho político, cívico ou religioso”.

solicita ao entrevistado dados econômicos e sociais do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), órgão de pesquisa em que o entrevistado exercia função de secretário-executivo. Kotcho finaliza a pergunta: “... *em alguma época da nossa história o povo brasileiro foi tão miserável?...*”. A própria pergunta já *problematiza* o slogan, polemizando abertamente com o discurso oficial no que diz respeito à garantia de direitos sociais como um todo.

A resposta do entrevistado destaca dois estudos de dois pesquisadores. Ora, é importante observar que o cientista social prioriza sintaticamente a temporalidade das informações, ou seja, destaca inicialmente em sua fala o caráter de atualidade dos dados que pretende divulgar naquele momento da entrevista. Dessa forma, o revestimento polêmico de sua fala em relação ao discurso oficial representado pelo slogan do governo Sarney ganha contundência na medida em que a contraposição ganhará contornos que consideram a realidade brasileira do ano de 1987: “(...)Olha... eu acabei de ver exatamente NEsses dias dois estudos feitos... (...). A entonação enfática atribuída ao pronome demonstrativo *esse* acoplado à preposição *em*, ambos formadores do adjunto adverbial de tempo “nesses dias”, configura-se evidência da importância do traço de atualidade na instauração do polêmica velada. Entretanto, o elemento linguístico que inicialmente sinaliza a relevância desse traço na constituição da polemicidade implícita é a própria utilização do verbo *acabar* no pretérito perfeito, indicando uma aspectualização terminativa e pontual, ou seja, trata-se de estudos que *foram recentemente* observados pelo entrevistado.

Após priorizar sintaticamente *o caráter de atualidade* em seu discurso de tonalidade polêmica, o entrevistado insere em sua fala *o resultado dos estudos de dois pesquisadores*: um “estatístico” e outro de um “economista”, fato que confere legitimidade às suas proposições, uma vez que oriundos do campo científico. A menção do nome de um dos cientistas possibilita a referenciação autoral, bem como a determinação da fonte da pesquisa, o que permite a acentuação da credibilidade em relação às asserções que o entrevistado fará na sequência. E é tendo em vista essa referenciação, isto é, *atribuindo autoria* aos dados que Betinho insere os resultados pertinentes à pesquisa do economista. Resultados que estabelecem uma relação dialógica com a pergunta de Kotcho, uma vez que visam responder a questão: “... *em alguma época da nossa história o povo brasileiro foi tão miserável?*”. Questão elaborada a partir do pressuposto: “o povo brasileiro é miserável”, ou seja, o que o jornalista problematiza não é o estado de miserabilidade dos brasileiros – tido como fato –

mas sim suscita um levantamento comparativo dessa miserabilidade numa escala temporal, evidente na utilização do adjunto adverbial de tempo: “em alguma época da nossa história”. Pergunta que convoca a presença do intelectual, cientista social Herbert de Souza, uma vez que pressupõe a resposta de um especialista. Daí a pertinência do caráter de atualidade constitutivo do discurso do entrevistado.

No que tange aos resultados da pesquisa apresentada, o entrevistado destaca a evolução da massa salarial brasileira. O cientista social evidencia que “... *NUNCA* essa massa esteve tão baixa...”. A entonação expressiva utilizada na pronúncia do advérbio “nunca” também explicita o dissenso em relação ao discurso oficial embutido no slogan. A inserção do resultado da pesquisa mostra-se como prova que fundamenta cientificamente a polêmica. A afirmação do entrevistado quanto às causas que teriam levado ao fim o plano Cruzado, em função do crescimento da massa salarial, no período, sugere a existência de segmentos do poder instituído que criavam barreiras quanto ao aumento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas. O entrevistado, ao utilizar a voz passiva analítica, não identifica tais segmentos: “...a evolução da massa salarial no plano cruzado foi ascendente e por isso que ele foi tão bombardeado... desarticulado e acabou sendo destruído porque a massa salarial crescia...”. O que se observa é que o entrevistado intenciona não explicitar o sujeito agente em sua fala, fato que caracteriza ausência de polêmica aberta. Em outras palavras, Betinho, ao optar pela utilização desse recurso sintático revela o desejo de delimitar seu campo de análise ao objeto de estudo – plano Cruzado. Contudo, é preciso frisar que há, embutida nessa análise, uma contraposição axiológica ao discurso desse sujeito não revelado, o que caracteriza a instauração de polêmica velada.

Por outro lado, o horizonte social amplo da época contribui para uma possível identificação de *quais* discursos apresentar-se-iam refletidos e refratados no momento de utilização dessa construção sintática (voz passiva analítica): *segmentos da sociedade responsáveis pela produção e venda de bens e serviços*. Ou seja, plano Cruzado, conjunto de medidas econômicas lançado em 28 de fevereiro de 1986, pelo então ministro da fazenda Dilson Funaro, fracassou mediante a tentativa de conter a inflação, ao determinar, por exemplo, o congelamento de preços de bens e serviços, bem como de salários. O fato é que, diante do insucesso desse plano, Funaro lança o Cruzado II, em 21 de novembro de 1986. Finalmente, a inflação foi contida e o poder de compra dos salários cresceu. Entretanto, diante do crescimento da demanda consumidora, os fornecedores passam a cobrar ágio pelos

produtos, o que provoca desabastecimento. O governo Sarney sustenta artificialmente o congelamento até as eleições, quando o governo do PMBD sai vitorioso. Não tardou muito para que a crise represada desse vazão aos descontentamentos, explicitados por meio de protestos, como o ocorrido em 27 de novembro de 1987, em Brasília, quando houve o “badernaço”, momento em que aconteceram saques, depredações e incêndios.

Portanto, a pergunta de Kotcho ***polemiza explicitamente*** com o discurso oficial ao inserir em sua fala o *slogan* do governo Sarney e, em seguida, empreender uma pergunta que desmonta o seu respectivo valor ideológico (“... *em alguma época da nossa história o povo brasileiro foi tão miserável?*...”) e a resposta do entrevistado ***polemiza veladamente*** com o esse discurso oficial ao concentrar sua análise no plano Cruzado e, por meio desse objeto de sentido, contrapor-se axiologicamente, não apenas em relação às vozes representativas de tais “segmentos da sociedade responsáveis pela produção de bens e serviços” e desejosos de ampliar lucros com a elevação de preços, mas, principalmente em relação às vozes oriundas da esfera de poder público, a quem, ao menos teoricamente, deveriam estabelecer ordem nos campos político e econômico – e que *não* o faziam. É preciso explicitar que quando Betinho destaca que “... *a evolução da massa salarial no plano Cruzado foi ascendente...*” não necessariamente traduz um posicionamento de concordância em relação à política econômica do então ministro Dilson Funaro, na versão do Plano Cruzado II, mas reflete um posicionamento que anseia por políticas públicas governamentais que equilibrassem as profundas desigualdades sociais intensificadas pelas autoridades que lideraram o Brasil antes da Nova República. Podemos dizer que a transformação dos enunciados formulados na voz passiva analítica para a voz ativa desvendaria os discursos refratados polemicamente por Herbert de Souza, dentre os quais, principalmente o próprio discurso oficial na medida em que se posicionou de modo omissivo diante de segmentos da economia detentores do processo de produção industrial e de especulação financeira que lucravam com as cobranças de ágio.

O entrevistado ainda desmistifica dados oficiais ao contrapô-los àqueles, fruto de suas próprias pesquisas no Ibase: no momento em que apresenta índices do IBGE (órgão do governo Sarney) relacionados ao desemprego no Brasil, destacando ser “...*MENOR que dos Estados Unidos...*”, ***problematiza os critérios científicos*** das pesquisas levadas a cabo pelo instituto governamental, cujo objetivo mais latente seria “maquiar” uma realidade social, ao evidenciar números satisfatórios relacionados, por exemplo, à situação de desemprego no país, justificando, dessa forma, o *slogan* do governo. A entonação enfática no adjetivo de grau

comparativo “menor” reitera a polêmica aberta instaurada na pergunta do jornalista, uma vez que o horizonte social porta o subentendido de que os Estados Unidos se constituam uma nação socioeconomicamente desenvolvida⁶². Ora, considerando a realidade norteamericana como um conhecimento que se supõe tacitamente compartilhado, até mesmo pelo telespectador, uma vez que o mediador não executa nenhuma inserção explicativa acerca dessa realidade, a ênfase em tal adjetivo reveste-se de polemicidade contra o discurso oficial revelado por meio dos dados do IBGE. Tal órgão federal, subordinado ao ministério do Planejamento, apresenta-se como o principal provedor de dados e informações do país e, ao menos teoricamente, orienta políticas públicas do governo. O entrevistado afirma que, para esse órgão se o indivíduo está se “mexendo”, ele está empregado. A ironia presente no termo, associada à ênfase na entonação, coaduna-se com o esvaziamento do discurso oficial refletido no *slogan*. Em outras palavras, da mesma forma que o enunciado da propaganda política ilude o cidadão com a falsa imagem de que o governo se caracteriza por priorizar o social, os dados do instituto, ao se pautarem pelo critério de *atividade* para medir o desemprego no país, criam uma imagem positiva do governo, como capaz de gerar empregos⁶³. Como cientista político, portanto, Herbert de Souza destaca a diferença entre *emprego* e *atividade* e, em função da disparidade nos dados apresentados, nomeia o *slogan* de “*piada de mau gosto*”.

Abaixo, consideraremos algumas imagens realizadas concomitantemente às falas presentes no fragmento 3:

Imagem 9

⁶² Na década de 80, os Estados Unidos se deparam com a competição internacional: países asiáticos emergentes tornaram-se concorrentes dos americanos, fato que não retiraria a supremacia econômica dessa nação. Com a eleição de Ronald Reagan, há a intensificação da corrida armamentista e maior influência dos EUA na política internacional.

⁶³ Parece de fato estranho haver sucesso na geração de empregos em uma economia com taxa de inflação beirando os 366% ao ano, em 1987.

Imagem 10

Imagem 11

Observamos que o entrevistador do Jornal do Brasil, jornalista Ricardo Kotcho, na imagem 9 debruça-se sobre suas próprias anotações, demonstrando concentrar-se em fatos registrados antecipadamente, o que supõe que a pergunta não será efetivada de modo improvisado. A imagem 10 destaca por meio de gesto o papel social do entrevistado, diretor do Ibase, órgão de pesquisa dirigido por Betinho. Tal gestualidade reitera, perante o telespectador, e demais interlocutores presentes, a legitimidade da fala do cientista social. Importante destacar que uma das características do programa é *o posicionamento da câmera*. Essa se coloca na perspectiva do telespectador, caracterizando-o como virtual interlocutor, de modo que dificilmente, durante o jogo de perguntas e respostas, entrevistador ou entrevistado direcionam-se para um enquadramento. Em outras palavras, tal público alvo observa o endereçamento da pergunta do jornalista para o cientista político como um interlocutor que acompanha o ato de interação entre ambos. A imagem 11 capta o término de realização da pergunta, realizada de modo breve: *“... em alguma época da nossa história o povo brasileiro*

foi tão miserável?”. Tal brevidade revela o papel social assumido pelo entrevistador que demarca a assimetria no jogo de perguntas e respostas. Ou seja, assume sua condição de interlocutor que se apresenta mais do que para falar, *ouvir* as proposições do entrevistado. A situação imediata, portanto, define tacitamente inclusive o tempo de fala dos participantes no processo de interlocução. Contudo, em se tratando da pergunta de Kotcho, tal brevidade não dispensa a densidade do teor polêmico da questão, que, como já destacada anteriormente, polemiza abertamente com o discurso oficial.

Observemos, agora, imagens do entrevistado respondendo à pergunta de Kotcho:

Imagem 12

Imagem 13

Imagem 14

Imagem 15

Na imagem 12, o indicador na altura do queixo enfatiza o caráter de atualidade das referências de pesquisa, gesto que acompanha a fala: “... *eu acabei de ver exatamente NEsses dias dois estudos feitos...*”. A expressão fisionômica sinaliza reflexão que mobiliza dados pertinentes aos dois estudos. Ou seja, para responder à pergunta de Kotcho, o entrevistado insere em sua fala resultados de estudos de outros pesquisadores, efetivando um recorte de informações que comprovem o processo de pauperização da sociedade brasileira. A imagem 13 evidencia o estágio de ascendência da massa salarial durante o que o cientista social denomina “plano Cruzado”. Evidencia-se, nesses movimentos, um tom didático na gestualidade de Betinho, que não apenas “replica” gestualmente a informação apresentada, como a enfatiza, revestindo com certo grau de indignação o referido processo. Tal revestimento se intensifica na imagem 14, momento em que o indicador aponta queda do poder aquisitivo do brasileiro, quando o “plano Cruzado” acaba⁶⁴. Acompanhando esse gesto, o entrevistado destaca as causas dessa queda: *processo inflacionário e a composição do salário na produção que começa a diminuir*. Podemos considerar que o movimento das mãos mostra-se constitutivo da situação de comunicação imediata, configurando-se elemento inerente ao processo de interação dialógico polêmico instaurado pelo entrevistado em relação ao discurso oficial que se sustenta ideologicamente pelo emblemático “Tudo pelo social”. Já a imagem 15 reflete a expressão fisionômica de decepção: ela acompanha a fala: “... *nesse contexto o discurso do governo de que `tudo pelo social` passa como uma espécie de piada de mau gosto...*”. Destarte, após se pautar por dados empíricos de dois pesquisadores – dados que fundamentam seu discurso e polemizam diretamente com o discurso oficial –, Betinho contesta o critério de medição científica do IBGE, órgão do governo referência na elaboração de políticas públicas, destacando o fato de tal entidade medir *atividade* e não *emprego*, estratégia que camufla o estágio de crescente marginalização social, uma vez que a não inserção oficial no mercado de trabalho priva grandes contingentes de trabalhadores de direitos mínimos como regularidade de ganhos salariais, assistência médica, etc.

Com vistas a uma análise mais pormenorizada da instauração dessa polêmica velada contra o discurso oficial efetivada por meio dessa discrepância de medição entre as pesquisas do IBGE e aquelas levantadas pelo Ibase – entidade coordenada pelo entrevistado –, destacamos, abaixo, um outro trecho da entrevista (que se realiza na sequência do fragmento 3 apresentado acima) que ilustra essa contraposição polêmica:

⁶⁴ É importante lembrar que após o fracasso do plano Cruzado e a saída do ministro Dilson Funaro, tem início o plano Bresser, que vinha acompanhado de uma série de medidas que poderíamos denominar “incentivadoras do arrocho salarial”, como congelamento de salários e aumento de impostos.

Profa. Maria Vitória Benevides: Betinho... explica um pouco... pro IBGE o cara que ta tomando conta de carro na rua ta empregado...

Herbert de Souza: Tá empregado...

Profa. Maria Vitória Benevides: (É obvia a quantidade de desemprego...) ((superposição de falas))

Herbert de Souza: Eu vou te dar um exemplo... pai... mãe e filha... o pai é metalúrgico do ABC... a mãe é dona de casa e a filha é:: ta na escola... para o IBGE tem duas pessoas desempregadas e uma empregada... ta... só o:: operário é que ta empregado... aí o operário se desemprega... ele é despedido... a mãe passa a lavar roupa... e a filha vai vender bala na estação... por esse critério... dois estão empregados e um está desempregado... ((concomitância de falas)) **(fragmento 4)**

Observamos no fragmento 4 a fala da socióloga, professora da Universidade de São Paulo, Maria Vitória Benevides, realizada em tom de pergunta. A entrevistadora, representante da esfera acadêmica, resalta um acontecimento recorrente principalmente nos grandes centros urbanos: o subemprego realizado por meio de “pessoas que tomam conta de carros” nas vias públicas. Ora, a locutora prevê um virtual público telespectador urbanizado que conheça tal realidade, de modo que o questionamento da socióloga problematiza o critério de pesquisa adotado pelo órgão público (IBGE). O tom de *coloquialidade* da especialista, demonstrado por expressões como “...*pro IBGE o cara que ta tomando conta de carro na rua ta empregado...*” constitui recurso dialógico que considera a situação de comunicação imediata que vislumbra um público telespectador não especialista. Dessa forma, revela uma intencionalidade caracterizada pela busca de um processo de interação eficiente com esse público. Por outro lado, o recorte do fato selecionado pela entrevistadora lhe confere um caráter de exemplo. Em outras palavras, a socióloga não demonstra desejar saber se *apenas* essa categoria de trabalhadores informais encontra-se inserida nas pesquisas do IBGE como “empregados”, mas sim se *todo* trabalho informal é computado como “emprego”. Em outras palavras, a linguagem coloquial empreendida pela socióloga, mais do que manifestar o ensejo de entabular um diálogo inteligível com o público não especialista, visa refratar o posicionamento do órgão governamental encarregado dos dados oficiais sobre desemprego.

Mediante a resposta afirmativa do entrevistado, a fala entre parênteses da entrevistadora, realizada em tom mais baixo que aquele utilizado ao efetivar a pergunta (daí a utilização do sinal de parênteses), revela a conclusão a que chega a entrevistadora: o desemprego é muito maior se não forem considerados os dados oficiais no tocante a esse

critério. Portanto, trata-se de uma conclusão que igualmente reitera a contraposição polêmica levantada pelo entrevistado – dessa vez, com uma *entonação menos enfática* que confere um *teor conclusivo* à fala da especialista.

O exemplo apresentado por Herbert de Souza na fala seguinte revela característica da realidade cotidiana popular, em especial do meio urbano paulista, inclusive com a indicação de lugar: o ABC⁶⁵. Entretanto, o exemplo não apenas corrobora sua crítica polêmica em relação ao falacioso critério de medição de emprego do IBGE, mas também descortina um quadro social que resvala em alguns grandes problemas relacionados ao horizonte social amplo da época: a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, inserção que ocorre, sem a devida qualificação e que por si só já altera substancialmente a configuração sociocultural das famílias; o emprego infantil, além, obviamente, da própria condição de desemprego de chefes de família que, mediante a ausência de direitos trabalhistas garantidos, passam a depender dos esforços solitários (uma vez que invisíveis aos olhos do Estado) de suas próprias famílias.

Na sequência, consideraremos as refrações discursivas pertinentes às análises acerca do papel da mídia como agente formador de opinião.

3.3.2.3 POLÊMICA VELADA: O PAPEL DA MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Desde os anos sessenta com o advento da rede Globo que havia angariado preciosos investimentos em função da parceria com a Time/Life, o poder de abrangência da televisão passou a ser visto pelas autoridades públicas como fator imprescindível na formação da opinião pública. As transmissões explícitas de apoio ao regime militar, como a *Semana do Presidente*, veiculada no programa Silvio Santos, se constituíam muitas vezes na tênue linha que dividia as emissoras sobreviventes e aquelas que poderiam sucumbir, frente aos empecilhos que o poder público causaria. O exemplo mais marcante é o da TV Excelsior.

⁶⁵ Região caracterizada pela forte presença da indústria metalúrgica possibilitou no início dos anos 80, o surgimento de lideranças políticas de esquerda, dentre as quais, o próprio ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Compreendemos que tal objeto referencial se constitui foco de polêmica velada na medida em que é por meio dele que se constrói o embate entre o discurso do cientista social e os discursos veiculados na mídia televisiva. Analisemos dois fragmentos:

Herbert de Souza: Olha... eu uma vez eu até disse no Jornal do Brasil que eu até processaria o governo... mas depois eu achei que o governo estava tão desmoralizado...

Vitalina Dias da Silva: Que não valia a pena...

Herbert de Souza: Que não valia a pena... tinha coisas mais importantes a fazer que processar o governo porque até pra fazer uma coisa dessas você tem que ter algum contendor de PESO não é... quer dizer... a gente ta metido com uma série de lutas simultâneas como essa dos medicamentos... dos leitos... né?... contra a discriminação... pela EDUCAÇÃO... que é uma coisa que a gente se bate... quer dizer... a sociedade brasileira não está informada... as campanhas que foram feitas sobre a Aids foram campanhas Pífias... são campanhas... são campanhas que DESINformam muitas vezes que criam medo...até estimulam o preconceito... quer dizer... nós tínhamos que fazer uma campanha... a minha ideia de uma campanha era a seguinte... um dia... começava às oito horas da manhã até a meia-noite... em cadeia nacional... você daria uma AULA de Aids para a sociedade brasileira... um áudio-visual sobre isso... isso vale MUITO mais do que você ficar aí éh:: éh:: fazendo:: esses meio minuto de não sei o que... Aids mata... cuide disso... cuide daquilo... etc... (fragmento 5)

Profa. Maria Vitória Benevides: (...)isso que você falou aí... ficar no pé (do deputado em que o leitor deposita seu voto)... eu acho que... todo mundo que ta ouvindo... que TÁ frustrado né... que jogou seu voto fora... que não adianta mais participar deve ter gostado disso aí... como é que você vê essa história hoje...

Herbert de Souza: É... eu eu acho o seguinte... aqui nós temos uma série de companheiros da imprensa... né... que sabem que:: existe uma certa ótica nos meios de comunicação no VER a sociedade... tem certas instituições... certos movimentos... certas atividades que às vezes envolve apenas UMA pessoa e são transformadas em manchetes... tem certas personalidades desse país que quando gaguejam... né...o seu gaguejar se transformam numa manchete... enquanto existem CENTENAS de outros ou milhares de outros movimentos e que envolvem MILHARES de outras pessoas... que fazem um esforço imenso e que não conseguem espaço... eu sempre dou o exemplo da Contag... a Contag é uma confederação... nacional dos trabalhadores da agricultura... tem dois mil e oitocentos sindicatos filiados... mais de sete milhões de:: de:: membros filiados etc.... a Contag pra aparecer na mídia... entende... o Zé Francisco tem quase que atear fogo às vértebras(...)

Profa. Maria Vitória Benevides: Só fala na UDR...

Herbert de Souza: Enquanto isso...só fala na UDR... fala assim... como é que ta o movimento sindical?... o movimento sindical rural... poxa... é um movimento importantíssimo... por exemplo... esse ano... ou o ano passado... quase todo ano quando os canavieiros fazem greve no nordeste... eles fazem greve com DUZENTOS mil pessoas... que fazem greve em condições de FOME... muitas vezes pra gente dar solidariedade lá a gente dá

dinheiro pro sujeito comer pra poder resistir à greve... se ele tem um prato de comida a gente resiste... então... e isso não aparece... **(fragmento 6)**

O foco referencial tomado como objeto de análise em ambos os fragmentos (5 e 6) é o papel da mídia na recente reconquista da democracia. O entrevistado demonstra reconhecer (no fragmento 5) a capacidade de disseminação de informações da televisão, no que tange a se constituir em veículo capaz de portar esclarecimentos à população. No entanto, o ataque polêmico se constrói na medida em que as campanhas publicitárias governamentais sobre a Aids são classificadas (nomeadas) como *pífias, desinformam, criam medo e até estimulam o preconceito*. Constatamos que tal revestimento axiológico sinaliza uma contraposição polêmica de tom aberto (uma vez que o entrevistado *caracteriza* negativamente a campanha oficial contra a Aids) contra o discurso oficial que se autoproclama *defensor do social*. A base semântica da polêmica se forma no sentido de evidenciar a *superficialidade* e até a ocorrência de *distorções informativas* com que o tema é tratado, que, sob autoria governamental, gera efeito de *irresponsabilidade* do autor em relação à divulgação de informações relacionadas à doença que então se encontrava em franco crescimento.

Já o fragmento 6 evidencia o importante papel da mídia televisiva no que tange à necessidade de se explicitar aos telespectadores as várias realidades sociais no Brasil. Diante da fala da socióloga, Profa. Maria Vitória Benevides, que considera *frustradas* as expectativas de muitos eleitores, tendo em vista o contexto de corrupção política, o entrevistado toma como objeto de análise elementos característicos de matérias jornalísticas, como o enfoque em determinados personagens que arregimentam em torno de si fama política e que se constituem símbolos de um *status quo*. Dessa forma, a imprensa “apagaria” os movimentos sociais de envergadura, eliminando personalidades que de fato se encontram engajadas na resolução de problemas sociais:

Herbert de Souza:“(...)tem certas instituições... certos movimentos... certas atividades que às vezes envolve apenas UMA pessoa e são transformadas em manchetes... tem certas personalidades desse país que quando gaguejam... né...o seu gaguejar se transformam numa manchete... enquanto existem CENTENAS de outros ou milhares de outros movimentos e que envolvem MILHARES de outras pessoas... que fazem um esforço imenso e que não conseguem espaço... eu sempre dou o exemplo da Contag... a Contag é uma confederação... nacional dos trabalhadores da agricultura... tem dois mil e oitocentos sindicatos filiados... mais de sete milhões de:: de:: membros filiados etc.... a Contag pra aparecer na mídia... entende... o Zé Francisco tem quase que atear fogo às vértebras(...)

O discurso polemizado veladamente é o da *programação da televisão comercial*, em especial aqueles da esfera jornalística que evidenciavam apenas vozes representativas de autoridades oficiais, como a UDR, partido dos grandes latifundiários brasileiros. A problematização que subjaz ao discurso polêmico por parte do cientista político é: *a mídia encontra-se a serviço de quem? De quais segmentos sociais? Que tipo de opinião pública se deseja formar em um contexto de redemocratização?* Tal problematização se acentua na contraposição semântica empreendida pelo entrevistado no uso da entonação enfática entre o numeral “uma” (que, ao mesmo tempo que não define *qual* pessoa tem sua imagem prestigiada, destaca a presença singular que algumas personalidades das classes dominantes angariam na mídia televisiva) e os outros numerais: “centenas” e “milhares”. Dessa forma, subjaz à polêmica velada o seguinte questionamento: como gerar um eleitor capaz de cobrar de seus representantes o exercício dos direitos sociais, em uma sociedade em que há o predomínio de uma mídia televisiva que se coaduna com os discursos oficiais?

3.3.2.4 RÉPLICAS DIALÓGICAS: QUANDO A PARTICIPAÇÃO DO TELESPECTADOR REVELA POSICIONAMENTOS AXIOLÓGICOS

Antes de analisarmos as perguntas e comentários dos telespectadores, cabe pontuarmos aspectos composicionais do gênero *Roda Viva* que sinalizam um perfil do público-alvo do programa. Primeiramente, o fato de ser transmitido por uma TV pública delinea majoritariamente um tipo de telespectador que vislumbra uma *alternativa à programação disponível nas TVs comerciais*. O horário de transmissão também é significativo - por volta das 22h00 – visando um público que tem como *preferência o horário noturno*. O tempo de duração do programa – cerca de duas horas – contribui para a formulação de um telespectador *que busca aprofundamento na análise de questões relacionadas à atualidade*, temas recorrentes a um programa de entrevista realizado na esfera jornalística.

No que se refere ao programa *Roda Viva*, a expectativa também se define em função da composição do gênero: a presença de um convidado no centro de uma bancada formada por vários entrevistadores sugere a análise dos referidos temas sob várias perspectivas de entrevistadores que são representativos quer seja da mídia de referência, quer seja de demais instituições de outras esferas instituídas. A escolha do entrevistado igualmente se configura

determinante na definição do público-alvo desta edição, por ser oriundo de segmentos sociais de esquerda no país, em um contexto marcado por hiperinflação, crescimento do contágio da Aids e expectativa de elaboração de uma nova constituição.

Entenderemos as participações dos telespectadores como *réplicas dialógicas*, pois elas refletem ou refratam os discursos que circulam no programa, influenciando na condução temática desenvolvida nos pares de perguntas e respostas. Embora filtradas pelo mediador, identificamos dois posicionamentos ideológicos distintos. O primeiro alinhado ao discurso do entrevistado, no que diz respeito à polêmica aberta em relação ao discurso oficial, o segundo, não evidenciado explicitamente pelo mediador, caracteriza-se por marcas de conservadorismo. Analisemos, primeiramente, as participações que, a nosso ver, refletem os posicionamentos discursivos do entrevistado, bem como valores que circulam na esfera da ideologia do cotidiano:

Maria Carneiro da Cunha: Escuta... houve toda uma tentativa de fazer com que a Aids se tornasse um estigma tal de culpabilizar as pessoas que estavam doentes né... então se falava em câncer gay... grupos que já são discriminados habitualmente e:: eu gostaria de saber a quem que você atribui isso... e eu gostaria de saber se você acha que existe discriminação contra o *aidético*... e por quê?

Herbert de Souza Olha...

Antônio Carlos Ferreira (mediador): Antes disso... tem algumas perguntas de telespectadores que vão ajudar a esclarecer porque eu já disse no começo como você contraiu a Aids mas alguns telespectadores não pegaram isso... então e vou ler algumas perguntas aqui e depois você responde a pergunta da Carneiro da Cunha... ((câmera em close no alto do apresentador, focalizando as anotações)) o José Paulo Ferreira do Sumarezinho ele faz uma pergunta de identificação mesmo... ele pergunta se você é realmente o irmão do Henfil... que está na música da Elis *O bêbado e o equilibrista*... realmente É o irmão do Henfil... que está na música ((risos)) a segunda pergunta do Fábio Conceição Araújo da Ponte Rasa da capital ele pergunta... de que forma você contraiu a Aids... portanto não ficou claro como se contrai a Aids em um hemofílico e depois a pergunta de Marcelo Gomes de Tremembé que quer saber... qual foi o sintoma que te levou a desconfiar que estava com Aids... em seguida a gente entra no tema da discriminação... **(fragmento 7)**

As participações, inseridas através do mediador, ocorrem em contextos discursivos que sinalizam a intencionalidade do enunciador: no fragmento acima, a pergunta da entrevistadora que antecede a inserção das participações dos telespectadores aborda o tema da *discriminação contra o aidético*. Na sequência, o apresentador/mediador retoma a informação dada no início do programa relacionada ao modo como o entrevistado contraiu a doença, o

que demonstra desfazer equívocos quanto à *forma de contágio*. Abaixo destacamos o conteúdo temático das perguntas dispostas em seguida:

Perguntas	Conteúdo temático
01	Revela curiosidade relacionada ao fato do entrevistado ser irmão do Henfil.
02	Forma de contágio da Aids.
03	Sintomas da Aids.

Os conteúdos temáticos das três perguntas efetivadas no trecho acima explicitam valores e preocupações que circulam na esfera do cotidiano: a primeira evidencia certa importância atribuída à imagem de personalidades famosas do mundo televisivo, a segunda e a terceira apresentam preocupações quanto a formas de contágio e sintomas da Aids. O trecho abaixo destaca a preocupação de certos telespectadores quanto ao uso de medicamentos:

Antônio Carlos Ferreira (mediador): Eu queria conversar um pouquinho sobre medicamentos... tem três telespectadores que fazem pergunta nesse sentido... o Antônio Xavier aqui do Pari... ele disse até que ponto o governo aqui do Brasil está providenciando o remédio contra a Aids... Lúcia Ferreira do Butantã quer saber o que você acha da droga AZT e Antônia Ribeiro de Ermelino Matarazzo quer saber onde você compra os seus remédios... **(fragmento 08)**

Diante das dificuldades apresentadas pelo entrevistado na compra do medicamento AZT, cuja compra só poderia ser efetivada mediante importação a preços altíssimos, o telespectador sugere:

Antônio Carlos Ferreira (mediador): Betinho... acabou de chegar uma pergunta aqui do Ivan Moura Garcia do Horto Florestal perguntando se vocês não pensaram em fazer algum tipo de mandado de segurança contra governo para conseguir o AZT... se existe alguma forma jurídica... **(fragmento 09)**

Sugestão que evidencia um posicionamento consonante ao discurso do entrevistado, bem como a presença de um interlocutor que considera a justiça instrumento capaz de validar direitos sociais. O mediador ressalta, em momento posterior no programa, participações reveladoras de tal posicionamento:

Antônio Carlos Ferreira (mediador): Agora.. Betinho... enquanto você estava fazendo sua intervenção nós recebemos algumas mensagens... eu vou ler algumas delas... Maria Bela de Pirituba diz o seguinte... na qualidade de ser humano quero agradecer sua garra... responsabilidade ((câmera faz no close nas mensagens que se encontram nos papéis anotados pelas atendentes)) e amor... com certeza você vai se salvar... você merece... eu sou espírita e sei disso... Maria Auxiliadora Arantes... do Jardins em São Paulo... manda uma mensagem pra você... que a sua presença na televisão é muito corajosa... te mando um abraço... sou tua amiga de Belo Horizonte... e Regina Maria Tavares de Santo Amaro pergunta... o que mudou na sua vida depois que você soube que estava contaminado? **(fragmento 10)**

As participações acima se revestem de preocupações direcionadas à *pessoa* do entrevistado, tecendo elogios à sua atuação em tom de reverência acompanhada, na primeira pergunta, de certa religiosidade. Em seguida, a dúvida destacada relaciona-se às mudanças ocasionadas na vida particular do cientista político, após o contágio da doença. As intervenções dos telespectadores, a seguir, revelam posicionamentos até certo ponto conservadores:

Antônio Carlos Ferreira (mediador): Nós voltamos ao programa *Roda Viva* hoje entrevistando o cientista político Herbert de Souza... na primeira parte do nosso programa... nas perguntas e nas respostas... levaram muito a questão para o aspecto político... e... numa crítica muito severa ao governo... eu recebi alguns telefonemas de telespectadores que não concordam... acham que a questão foi muito politizada... inclusive algumas perguntas dizendo se:: então a Aids seria culpa da direita... coisas desse tipo... eu vou ler apenas uma dessas perguntas... que é a Rosa da Silva da Vila Sônia que começa o seu telefonema dizendo assim... quero me solidarizar com você... mas diz... não se pode generalizar... existem casos de pessoas com excessos de drogas... sexo... promíscuas... até que devem ter feito alguma coisa... tomei conhecimento de casais no Rio Grande do Sul viciados em tóxicos com seringas contaminadas picando os passantes das ruas... ou de um presidiário que conseguiu sair da cadeia porque está com Aids e ameaçou contaminar todo o presídio... a discriminação não veio desses casos também... é a pergunta... **(fragmento 11)**

O trecho acima se apresenta emblemático do que denominamos *posicionamento conservador*, refratando a polêmica discursiva que subjaz à fala tanto do entrevistado, quanto a dos entrevistadores. Primeiramente, o mediador ressalta que na primeira parte do programa “as perguntas e respostas levaram muito a questão para o aspecto político, numa crítica muito severa ao governo”, o que teria provocado a recepção de “...alguns telefonemas de telespectadores que não concordam...”. Apesar da pluralidade destacada no pronome indefinido “alguns”, Antonio Carlos Ferreira destaca apenas uma participação representativa

dessas vozes, em que a Aids é vista como consequência “natural” de uma vida desregrada, promíscua e que, portanto, o contaminado deveria arcar com as responsabilidades da contaminação.

Finalmente, convém destacarmos o papel do mediador como peça-chave na refração ou reflexão das *réplicas dialógicas* empreendidas pelos telespectadores por meio de suas participações, quer seja por meio de comentários ou perguntas. Se considerarmos que as intervenções de caráter conservador são explicitadas somente após uma hora de programa e que o tempo conferido às mesmas (intervenções) restringe-se a cerca de três minutos do início da segunda hora de transmissão da edição analisada, concluimos que o referido programa *Roda Viva* refrata tal posicionamento conservador alinhando-se às polêmicas empreendidas pelo entrevistado e entrevistadores.

Na sequência, analisaremos o gênero intercalado “charge”, ressaltando sua inter-relação com o processo de interlocução que se desenvolve no presente enunciado concreto.

3.3.3 A PRESENÇA DO GÊNERO INTERCALADO CHARGE: TONS POLÊMICOS VELADOS

Consideraremos aqui a presença do gênero charge como um modo de refração do discurso gerador de polêmica velada, ou seja, será por meio da inserção desse gênero portador de elementos visuais que analisaremos a bivocalidade discursiva. Medviédev (1991[1928]) já apontava a existência de modos específicos de construção e acabamento de cada gênero das mais variadas esferas sociais. Evidencia de modo particular a *finalização temática* que pressupõe a orientação do discurso em relação a um interlocutor específico, o que define condições de desempenho e formas de recepção do gênero. Dessa forma, cada gênero apresenta sua própria orientação, determinada, dentre outros aspectos, pelo espaço real e o tempo real, uma vez que tais referências condicionam a audiência, definindo *o real* segundo a ótica de sua composição.

Do ponto de vista da *situação imediata* do processo de interação verbal constitutivo do gênero *Roda Viva*, ressaltamos que o telespectador é o interlocutor presumido, uma vez que as charges criadas, apesar de ancoradas tematicamente nos pares de perguntas e respostas do programa, traduzem *o real* segundo elementos composicionais peculiares do gênero para

aqueles que assistem à entrevista coletiva. Analisemos as charges abaixo concomitantemente ao temas objeto de debate entre os interlocutores:

Charge 1

Profa. Maria Vitória Benevides: (...)COMO É QUE ELES... (referência aos políticos)((alguém faz um comentário sem que o microfone esteja ligado)) justamente começou ai... porque que esse DESCASO... essa negligência... essa omissão criminosa ((expressa indignação)) do poder... eu acho que ficou claro aqui como essa é uma questão política... se.../ nos outros países não é o que está acontecendo... e se... você mesmo falou que está havendo um progresso da ciência nesse sentido... quer dizer... esse aTRAso do Brasil em encarar esse problema político... das autoridades... dos políticos em geral... de todas as pessoas responsáveis... entidades... associações... você citou até mesmo uma parcela da igreja que em princípio deveria ser ser o primeiro samaritano... não é... então como é que você explica isso... porque em relação ao CÉSIO lá de Goiânia foi essa GRANDE movimentação nacional... afinal para um grupo razoavelmente restrito de:: de :: (...)(**fragmento 12**)

Herbert de Souza (...)então eu acho que essa vontade de viver ela nasce exatamente dessa dialética... quer dizer... dessa relação no limite entre morte e vida... e de saber que você tá na:: na:: ((gesto que demonstra enfatizar a ideia de limite)) no fio permanentemente... mas isso é verdade pra mim e é verdade pra você... quando a gente fundou a (Bia) uma das fundadoras... a doutora Margareth... a doutora (Peg) grande figura... foi quem trouxe o teste da Aids pro Brasil... **também de contrabando debaixo do braço...** ela tava lá numa reunião e:: na reunião que me elegeram presidente... eu falei assim... eu aceito ser o presidente se ((charge do entrevistado vestido de homem primitivo combatendo a pata de um dinossauro)) eu (não) for a primeira vítima dessa sociedade... e ela riu etc... mas eu vi que ela tava muito... muito... emocionada **com a situação** porque foi ela que fez o meu teste... e ela que sabia que eu tava positivo... pois bem... a doutora Margareth... doutora (Peg) morreu num desastre de automóvel há três meses atrás... ESTUPIDAMENTE... era absolutamente impensável pra nós né que fosse ELA a ser a primeira e não eu... (**fragmento 13**)

O primeiro aspecto recorrente das charges presentes nesta edição produzida nos anos 1980 é a sua constituição por *elementos puramente visuais* e não verbais o que condiciona, por parte do telespectador, uma inferência temática a partir da criação de personagens e/ou temas ancorados nos pares de perguntas e respostas. A charge 1 traz uma caricatura do entrevistado em um cenário pré-histórico, caracterizado por trajes que lembram o homem primitivo. A figura evidencia o combate travado entre o personagem – munido de um pedaço de madeira – e a pata de um animal, proporcionalmente imensa. Tal constituição composicional, articulada aos temas mobilizados pelos interlocutores no programa, viabiliza a polissemia do enunciado: se relacionado, por exemplo, à fala da socióloga (fragmento 12), pode ser interpretada como a luta política de Herbert de Souza contra o “atraso do Brasil em encarar o problema político” (referente à saúde pública, em especial ao contágio de Aids por pacientes hemofílicos). Por outro lado, o telespectador, ao observar a charge concomitante à fala do entrevistado (fragmento 13) possivelmente seja levado a compreender o teor semântico relacionado a uma “luta” do cientista político contra a doença contraída por transfusão de sangue. Luta expressa pela “vontade de viver” que nasce da relação entre “morte e vida”. Em outras palavras, é por meio do conteúdo referencial *traduzido visualmente* pelo gênero charge que se instaura a polêmica velada, na medida em que tal tradução se reveste de uma tonalidade avaliativa: se o telespectador articular sua interpretação à fala da socióloga, o posicionamento axiológico reforça o caráter primitivo dos discursos oficiais transfigurados em ações que se encontram aquém das demandas sociais básicas da população como um todo. Caso seja interpretado paralelamente à fala do entrevistado, a ideia de “luta” permanece, porém em relação à doença contraída. Interpretação que também se configura em polêmica velada uma vez que elementos contextuais indicam que a contaminação ocorreu por negligência do sistema público de saúde.

Charge 2

Dr. Caio Rosenthal (...)os convênios de saúde e:: essas medicinas que VENdem a saúde pros seus associados elas se NEgam sistematicamente a:: entrar em contato e a tratar... quer seja ambulatorialmente ou internação... qualquer tipo de doença contagiosa... então se um indivíduo tem Aids... ou se tem hepatite... ou se tem malária... ele não é internado... ele pode estar aqui com seu carnê... ele pode pagar as Golden Cross... a Interclínica e:: os seguros Bradesco qualquer que seja ele e ele não tem direito... então... no caso da Aids especificamente no estado de São Paulo... que onde eu conheço melhor... quem se responsabiliza pelo tratamento de Aids... cerca de noventa e cinco por cento dos casos é o esTAdo... muito MAL sem dúvida nenhuma... mas isso porque existe uma grande mercantilização da medicina(...) **(fragmento 14)**

(...)

Herbert de Souza (...)você (para a repórter Inês Knaut)imaginava que nos íamos enfrentar a questão.../ o drama nos próximos três anos... porque estamos com... digamos... três mil casos no Brasil... esses três mil casos são totalmente subestimados... digamos que seja SEIS mil... não é... a maioria deles... oitenta por cento está concentrado entre São Paulo e Rio... então eu disse... muito bem... digamos que seja dois mil casos... três mil casos... então a rede pública e privada... dividida entre si ainda teria que fazer algum tipo de atendimento... ((aparece uma charge de um homem sendo chutado de uma porta de um hospital)) então eu digo... mas se começar a dobrar a cada dez meses com mais dois ou três anos nos vamos ter pessoas morrendo de Aids na PORTA dos hospitais... nas igrejas... nas casas... bom... eu estou chegando a uma percepção que eu QUERO que seja errada... QUERO que seja errada... que nós já estamos vivendo esse problema... porque tem mais de quinze dias que só escuto de médicos da área e de hospitais que NÃO TEM MAIS LEITOS PARA INTERNAR PACIENTES ((pronuncia de forma pausada e ao mesmo tempo enfática)) **(fragmento 15)**

A segunda charge corrobora a presença de elementos unicamente visuais e igualmente sinaliza a *releitura* que o gênero efetua dos conteúdos semântico objetivos constitutivos dos pares de perguntas e respostas. Nesse enunciado, o acabamento temático se constrói pela imagem de um homem sendo literalmente “chutado” da porta do que se entende por um hospital, uma vez que ao lado da porta encontra-se uma placa com uma cruz vermelha. Articulada semanticamente à fala do médico (fragmento 14), reforça a polêmica velada em relação ao discurso das medicinas de grupo que *se negam* a atender pacientes com doenças infecciosas. Caso seja relacionada à fala do entrevistado (momento em que a charge aparece ao relespectador) – ver fragmento 15 -, a figura representativa do homem sendo expulso da instituição pode fazer referência aos pacientes, de modo geral, que deixam de ser atendidos, inclusive nos hospitais públicos, e passam a solicitar ajuda a outras entidades: igrejas, por

exemplo, sem obterem tratamento médico adequado. Nesse caso, o embate polêmico velado se constitui tendo em vista inclusive o discurso oficial.

Antes de finalizarmos o presente capítulo, consideremos algumas recorrências pertinentes aos fenômenos discursivos aqui analisados: polêmica aberta, polêmica velada e réplicas dialógicas. Desta vez na edição do *Roda Viva* produzida e veiculada dia 10/12/1990, com o linguista Antonio Houaiss.

3.4 “NOVA” POLÊMICA: A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Se o contexto amplo do governo Sarney desenhava um quadro de desestabilização econômica de hiperinflação, bem como de precariedade na oferta de serviços públicos, a ascensão do então denominado “caçador de marajás”, no início de 1990, implicaria render a sociedade brasileira a uma situação de perplexidade frente às “propostas” econômicas nada convencionais capitaneadas pelo confisco das reservas financeiras públicas – inclusive aquelas depositadas em poupança⁶⁶. O que nos parece pertinente na análise da polêmica constitutiva dessa edição do último mês de 1990 do *Roda Viva*, em comparação com aquela produzida em 1987, com o cientista político Herbert de Souza, é, principalmente, a mudança na tomada do objeto de sentido como foco de avaliação, bem como dos discursos presentes: enquanto da primeira (realizada em 1987) emerge uma polêmica aberta contra discursos oficiais sobre saúde pública, bem como polêmica velada na análise, por exemplo, do papel dos veículos de comunicação na formação da opinião pública; nessa edição produzida com o filólogo Antônio Houaiss prevalece a axiologização de outro objeto de sentido – *a precariedade da educação pública no Brasil* – e, conseqüentemente, o entrevistado instaura uma polêmica velada contra discursos oficiais sobre políticas públicas educacionais.

Antes de considerarmos fragmentos para análise das polêmicas aberta e velada, bem como de réplicas dialógicas dos telespectadores, é preciso ressaltar que, nessa edição, configuram-se recorrentes os elementos da construção composicional do gênero, no que tange, por exemplo, à presença de um mediador que inicia sua fala com a explicitação de dados institucionais de transmissão do programa, apresentação dos entrevistadores (em número de oito e dispostos igualmente em uma bancada em forma de arena) e,

⁶⁶ É preciso destacar que a despeito do confisco financeiro empreendido pelo governo Collor de Melo, o Brasil, no final de 1990, mergulhava em uma profunda recessão econômica.

posteriormente, exposição de dados biográficos do entrevistado. Essa fala inicial de Rodolfo Konder, jornalista da TV Cultura, além de evidenciar a então considerada polêmica reforma ortográfica da língua portuguesa, visa levantar os “problemas e sequelas do desconhecimento da língua”⁶⁷. A resposta do filólogo concentra-se, essencialmente, em estabelecer distinções entre os estatutos de línguas ágrafas e línguas escritas. As primeiras restringir-se-iam a um número reduzido de vocábulos que emergiriam de experiências cotidianas locais. Já em relação a essas últimas, o caráter de universalidade alçaria o usuário da língua a níveis culturais mais sofisticados. De modo mais abrangente, Houaiss defende a possibilidade do falante realizar uma *diglossia*, ou seja, atuar linguisticamente de acordo com as diversas finalidades de uso social da língua. A polêmica é instaurada no momento em que o entrevistado considera *as causas* do distanciamento entre o estatuto escrito do português falado no Brasil e a sua variante ágrafa. Consideremos o seguinte fragmento:

Carlos Frank (prof. de linguística): (...) uma das coisas que mais me tem impressioNado na leitura dos jornais há um bom tempo agora atrás... que eu venho acompanhando esse tipo de problema... mesmo na televisão... é o uso sistemático de pequenos... aspas... deslizes... ou desvios de linguagem que são acarretados (...) por exemplo...o famoso imexível... há outras razões certamente pra criticar o ministro do trabalho mas... o:: o:: que me parece é que é uma palavra que passa perFEItamente pelas regras... e pela formulação das regras... produtivas da língua portuguesa... ou então todo período que se fez... por exemplo... mais de setenta e duas chamadas nos jornais sobre a fala de Lula e etc...bom... esse é o quadro que mostra uma intensa discriminaÇÃO do ponto de vista linguístico que... (...) o que o senhor pensa desse tipo de problema... isto é... muito bem a linguagem culta... (...)mas por que a discriminação SEMPRE sobre o aspecto linguístico...? (...)

Antonio Houaiss (filólogo): Em língua portuguesa e sobretudo em língua portuguesa no Brasil a discrepância entre a oralidade e a literatura ou se você quiser... em linguagem oral... a linguagem ÁGRAFA e a linguagem gráfica é muito mais acusada do que do que se vê em francês... ou em inglês... ou mesmo em espanhol... o que eu quero com isso dizer é que ESSAS línguas de cultura só atingem seus fins universais quando... se forma o cidadão... o cidadão é aquele indivíduo que teve OITO ANOS de estudo minimamente... durante OITO HORAS por dia minimamente... durante anos de duzentos e vinte... duzentos e quarenta dias minimamente... com isso... ele chega em média... aos quinze anos... na certeza de que a sociedade investiu nele entre quinze e dezesseis mil horas de estudo... NÃO APENAS DA LÍNGUA... mas da língua como vetor de uma série de outras coisas... a média brasileira... pelos meus cálculos... não vai a MIL HORAS⁶⁸ ((entonação expressiva de indignação))...

⁶⁷ Rodolfo Konder formula sua pergunta a partir da leitura da obra de Houaiss intitulada “O que é a língua?” da coleção *Primeiros Passos*, lançada em 1990, pela editora Brasiliense.

⁶⁸ Em 03 de maio de 2011, a Comissão de Educação do Senado aprovava projeto de lei que ampliava a carga horária mínima de aulas para os Ensinos Infantil, Fundamental e Médio, passando de 800 horas aulas anuais para 960. O fato evidencia a análise, por parte do entrevistado, de um problema de ordem pública que permanece, mesmo decorridos mais de 20 anos.

quer dizer... é preciso que a criança brasileira seja QUINZE VEZES ((entonação expressiva)) mais inteligente do que um francesinho...ou do que um inglesinho... (...) para obter os resultados do mesmo... de maneira que o ESPECTRO de discrepância... de desvio... eu to usando essas palavras... que existe num francês... (...) é relativamente pequena... (...) POR QUE se busca MANTER essa divisão?... é porque as FINALIDADES são diferentes... (...) essa multiplicidade de registros... essa multiplicidade de fins cria... na língua... o que TODAS AS LÍNGUAS DE CULTURA TÊM QUE TER... ela se presta pra TODOS os fins humanos... (...) a oralidade tende a compartimentalizar o horizonte vital dos indivíduos (...) os cidadãos que não conseguem aceder aquele MÍNIMO da universalidade da língua... eles não são cidadãos completos... (...) E NOSSA SOCIEDADE É CULPADA DISSO ((com o dedo indicador apontado para baixo)) porque não esperemos que ele conquiste essas coisas para ele verter à universalidade... eles são VÍTIMAS de nosso processo... aí entra o lado POLÍTICO... aspirar:... a preservação... a todo transe... da linguagem ágrafa é desejar BELA música popular...(.) **mas é saber que com esse material huMAno não se pode produzir os bens materiais e espirituais que... a modernidade está exigindo de nossa cultura (...) (fragmento 16, iniciado aos 13'13'')**

Observamos que a pergunta de Carlos Frank no tocante ao tema “discriminação linguística” ancora-se no contexto social e político da época, em uma clara referência, não apenas ao famoso neologismo criado pelo então Ministro do Trabalho e ex-sindicalista Rogério Magri⁶⁹, mas também à ênfase dada pela mídia à fala de Lula. Para responder à pergunta de Frank, constatamos que os contornos discursivos empreendidos pelo entrevistado em sua resposta reverberam especialmente uma *polêmica velada* contra os discursos oficiais sobre políticas públicas educacionais, por meio da análise dos níveis de discrepância entre as variantes ágrafa e escrita do português em relação a outras línguas como o inglês, francês e espanhol. Análise essa que se fundamenta nas *causas* geradoras de tal discrepância, de modo a destacar, primeiramente, a carga horária considerada mínima para uma formação educacional que reduzisse o distanciamento entre essas modalidades de uso da língua e, em segundo lugar, ressaltar o tempo “real” de que dispõe os jovens brasileiros para a educação oficializada, a partir dos cálculos de Houaiss. A entonação expressiva com uma tonalidade conclusiva em “(...) *a média brasileira... pelos meus cálculos... não vai a MIL HORAS* (...)” fundamenta a própria condição apresentada pelo entrevistado no que concerne à conquista da universalidade de uma língua: a condição de cidadania. Em outras palavras, o discurso do entrevistado se contrapõe aos discursos oficiais acerca das políticas públicas educacionais do

⁶⁹ Envolvido em denúncias de corrupção, Magri seria afastado posteriormente de seu cargo.

governo Collor que defendiam ações que tivessem visibilidade, porém, ineficientes na prática⁷⁰.

Contudo, é preciso destacar que o discurso do entrevistado não apenas polemiza contra esses discursos oficiais da época em função da ineficiência das políticas públicas vigentes, mas, principalmente, em função da não priorização da educação pública pelas vozes representativas do poder instituído, uma vez que, até então o foco de preocupações do governo Collor concentrava-se no escopo da luta contra a pressão inflacionária. Nesse sentido, Houaiss mobiliza a *ironia* presente em “... *é preciso que a criança brasileira seja QUINZE VEZES mais inteligente do que um francesinho... ou do que um inglesinho... (...)para obter os resultados do mesmo (...)*” que sinaliza a *polêmica velada* instaurada, uma vez que o locutor inverte a relação de causalidade: o despreparo educacional da criança não seria “teoricamente” fruto de um sistema educacional ineficiente (o que, na verdade, afirma ser), mas atribuído ao próprio educando que não estaria imbuído de uma inteligência potencializada acima dos padrões das crianças francesas ou inglesas.

Por último, vale ressaltar a identificação difusa do sujeito responsabilizado por esse estado de negligência em que se encontrava a educação pública no Brasil de então: “...A NOSSA SOCIEDADE...”⁷¹. A nosso ver, tal teor difuso também contribui para a composição da polemicidade velada, pois suscita, por parte dos interlocutores envolvidos – presentes e presumidos -, uma reflexão, quer seja de um compartilhamento de responsabilidades que tangenciam o estado de precariedade da educação pública, quer seja de um direcionamento mais preciso voltado às esferas do poder público. Em outras palavras, a expressão “NOSSA SOCIEDADE”, pronunciada enfaticamente, comporta uma *bivocalidade semântica contrastiva* que, articulada ao contexto situacional (imediato e amplo), fundamenta a PV.

Consideremos, na sequência, outro fragmento com o propósito de analisarmos o fenômeno discursivo da Polêmica Aberta no programa:

Marcos Faerman (repórter do JT): Professor...o senhor traduziu um romance DIFÍCILIMO... o Ulisses... do traduzir fragmentos Joyce...então... eu tive conversando com Haroldo de Campos que (...) aprendeu hebraico pra da bíblia... aprendeu japonês pra traduzir hai kais... o

⁷⁰ Os Centros Integrados de Atendimento à Criança, os CIACS, configuraram-se uma dessas ações. Segundo Schwartzman et. alii (1993), esse projeto, inspirado nos CIEPS (Centro Integrados de Educação Pública) de Brizola, ganharia contornos gigantescos: o propósito era criar 5 mil unidades em todo o Brasil, a partir de 1990, a um custo de 2 milhões de dólares cada unidade. Faltavam “apenas” os recursos financeiros e humanos para tal empreitada.

⁷¹ Convém observar que Antonio Houaiss, além de filólogo e tradutor, foi fundador do Partido Socialista Brasileiro e diplomata até 1964, quando teve seus direitos políticos cassados.

que que LEva um homem como o senhor... como o Haroldo... a essa coisa de se jogar em cima de um autor... né... (...) o que que é ser um tradutor?... é incorporar um autor... também?...

Antonio Houaiss (filólogo): Muito grato pela pergunta (...) o fato que me parece é que as motivações de cada um podem ser diferentes do que dos outros...(.) no meu CAso concreto... quando se fez a proposição de eu traduzir o Ulisses... que eu já havia conhecido em versão inglesa e espanhola... eu me propus a este repto... *dizem que isso não pode ser dito em outras línguas*... e realmente a tradução francesa dizem que ele... ele de certo modo... ele Joyce... de certo modo eh:: fiscalizou... ou pelo menos consta que ele teria sido consultado nos momentos mais difíceis... a tradução francesa é EXTREMAMENTE IMPERTINENTE... quer dizer... sem pertinência para o contexto... feita por volta de trinta com uma tradução francesa ainda muito AMARRADA à tradição literária do século anterior.. os tradutores não ousaram praticar para com o francês... o que Joyce praticava em relação ao inglês... no meu caso concreto... já apaixonado por esta língua... (...) a proposta para mim foi essa... como é que eu ia fazer um paralelismo entre a língua portuguesa e o original... tendo em vista as acrobacias que Joyce fez para com o inglês... (...) pude chegar a uma tradução que foi satisfatória... para mim... tive a ventura de receber uma série de críticas... por dois críticos... (...) o êxito foi grande mas houve críticas do tipo o seguinte... não vou citar a pessoa... *é mais difícil ler em português do que do que ler:: o original*... ((risos)) eu disse com toda sinceridade... eu acho que sim... porque em geral... o leitor de inglês tem uma boa formação de inglês e o leitor de português tem uma MÁ formação portuguesa... (fragmento 17 iniciado aos 8' 08'')

Se na edição de 1987 o discurso do cientista político forjava uma polêmica aberta contra os discursos oficiais sobre saúde pública por meio, por exemplo, da inserção do *discurso citado* e da *nomeação*, nesse fragmento do programa veiculado *ao vivo* em dezembro de 1990, o entrevistado polemiza abertamente – também mobilizando o recurso da citação – com dois outros discursos: 1) em relação às vozes que não acreditam na possibilidade de tradução de Ulisses, de James Joyce: “...*dizem que isso não pode ser dito em outras línguas*...” – em que o pronome demonstrativo empreende uma referência à obra inglesa; 2) com a fala do crítico – cuja identidade não é revelada – aparece inserida no discurso de Houaiss: “... *é mais difícil ler em português do que ler:: o original*...”. No primeiro caso, a própria tarefa de tradução do romance é classificada como um *repto*, ou seja, um *desafio*, *provocação*, uma contraposição ao enunciador circunscrito de modo indeterminado no verbo *dizer*. Já no segundo, a inserção do discurso alheio suscita uma contraposição posterior levantada pelo filólogo: “... *o leitor de inglês tem uma boa formação de inglês e o leitor de português tem uma MÁ formação portuguesa*...”, o que nos leva a crer que o locutor, axiologiza polemicamente o discurso do crítico, refratando-o de modo a evidenciar não o *provável* grau de dificuldade de sua tradução, mas a precariedade da formação educacional brasileira – tema frequente em seu discurso.

No tocante à PA, parece-nos relevante destacar os aspectos recorrentes que sinalizam a presença desse fenômeno: *o discurso citado* e *a nomeação*. Na edição de 1990, por exemplo, o entrevistado nomeia a tradução francesa “*extremamente impertinente*” com revestimento entonacional de reprovação, pois estaria presa à tradição literária do século anterior. Em todo caso, vale a pena ressaltar que nessa edição os discursos polemizados arregimentam-se em torno de temas que circulam mais diretamente na esfera científico/literária, ao passo que a edição de 1987 contempla o fenômeno da PA de modo mais contundente em relação aos discursos oficiais. Observamos que no programa realizado com o filólogo, as refrações discursivas polêmicas em relação às vozes representativas do poder instituído aparecem sob a forma de polêmicas veladas, em geral por meio da análise de dados pertinentes ao contexto educacional brasileiro.

Por último, ressaltamos que as réplicas dialógicas dos telespectadores aparecem, como na edição de 1987, exatamente logo após a finalização da primeira parte do programa e início da segunda, fato que nos leva a crer no caráter responsivo dos telespectadores no que tange aos temas axiologizados no processo de interação empreendido no primeiro bloco (cerca de 44 minutos) e também no levantamento de outros temas de interesse desse interlocutor presumido. Ao todo, a edição de 1990 porta oito participações de telespectadores. Consideremos, contudo, apenas as duas primeiras:

Rodolfo Konder (mediador): Muito bem voltamos aos estúdios da TV Cultura com o programa Roda Viva que hoje está entrevistando o filólogo Antonio Houaiss... você que está em casa nos assistindo pode fazer perguntas pelo telefone dois cinco dois meia cinco dois cinco... dois cinco dois meia cinco dois cinco... que a Bernardete... a Shizuka e a Viviane estarão anotando suas perguntas... professor... vamos dar um espaço aqui para os telespectadores... as perguntas já estão se acumulando... depois voltamos aqui aos nossos entrevistados aqui no estúdio... **Juarez Costa ligou de Campinas pra saber o seguinte... o que o senhor acha da afirmação do Paulo Francis... de que por trás da reforma do acordo da língua está o interesse das editoras em vender mais livros...**

Anotnio Houaiss (filólogo): È interessante que em Portugal os grandes objetores do acordo são editores... (...) **(fragmento 18, aos 43’45)**

Rodolfo Konder (mediador): ...Daniela Junqueira do Jardim Paulista pergunta se o senhor concorda que **a língua portuguesa é mais rica do que a língua inglesa e que possui um maior número de palavras do que a língua inglesa?**... se isso é verdade...

Antonio Houaiss (filólogo): Não... ah::... do MESMO sentido que se fala de culturas isonômicas... pode-se falar de LÍnguas isonômicas...(...) INCONTESTAVELMENTE a culturalização da língua inglesa atingiu um nível superior da língua portuguesa...(...) **(fragmento 19, aos 45’)**

Parece-nos relevante destacar, primeiramente, que as réplicas acima destacadas não evidenciam posicionamentos ideológicos dicotômicos manifestos, de um lado, por um conservadorismo com tonalidades direitistas (entenda-se: afinadas com a ideologia do regime de exceção) e, por outro, por uma clara consonância com as polêmicas discursivas empreendidas pelo entrevistado – como na edição de 1987, ano em que os ânimos políticos pareciam exaltados devido, dentre outros aspectos, à elaboração de nova constituição – a cidadã.

Contudo, o que nos parece recorrente é o caráter responsivo do telespectador no que tange quer seja à uma reacentuação axiológica de temas refletidos e refratados na primeira parte do programa – dentre os quais a própria reforma ortográfica da língua portuguesa -, quer seja pela inserção de objetos de sentido que circulam nas esferas de atuação desses interlocutores presumidos. Só para termos uma ideia dessa reacentuação, consideremos um pequeno trecho da entrevista que aborda a questão referente a essa reforma:

Mário Prata (escritor): Professor... em primeiro lugar... é muita honra participar dessa mesa...

Antonio Houaiss (filólogo): O prazer é meu...

Mário Prata (escritor): Professor... no princípio era o verbo⁷²... e o verbo era o latim... clássico... depois se popularizou e se esparramou pelo mundo...e talvez por não existirem filólogos na época ((risos)) aonde o latim se fixou... surgiram novas línguas... o português... o espanhol... o italiano... (...) e HOJE o português é falado em vários países... e o senhor participa desse projeto de unificação da língua... não seria a hora de deixar que cada um voasse sozinho... que o português de Portugal ficasse com suas BICHAS e seus PUTOS e o português do Brasil ficasse com suas outras bichas e seus outros putos ((faz movimento com as mãos em sentido de reversão)) e:: e:: de Angola e Moçambique... não seria o momento que cada um voasse sozinho?... Por que essa vontade das acadêmias dos filólogos de UNIFICAR esse português no mundo todo?... Essa pergunta eu faço ao senhor com o MAIOR respeito...

Antonio Houaiss (filólogo): Eu... a recebo com MUITO gosto... mas eu gostaria de PRELIMINARMENTE... fazer uma crítica à sua pergunta... e a crítica é simples... NINGUÉM tem a loucura de unificar a língua portuguesa ou qualquer outra língua... a língua francesa que é talvez uma das mais policiadas do mundo (...) é uma língua que não cogita de UNIFICAR-SE.... ((com o dedo indicador em riste, destacando o que acaba de dizer)) (...) o Brasil está em crise porque está tendendo a ter um estatuto ÁGRAFO... que não é o caso de Portugal... (...) então... nesse sentido... me parece que a sua perspectiva deve ser mudada... e aí entra a questão... o REVESTIMENTO GRÁFICO DE UMA LÍNGUA É UMA MERA CONVENÇÃO.... é uma convenção... qualquer grafia existente no mundo de qualquer língua... pode ser... MODIFICADA.... (...) no caso concreto do Brasil... a única coisa que me motiva é a inconveniência de haver DUAS NORMAS GRÁFICAS OFICIAIS... BASTA UMA... (...)então a unidade ortográfica não visa camisa de força de ninguém...(...) **(fragmento 20, aos 30')**

⁷² Trecho do evangelho de João sobre a criação do mundo.

Entendemos como evidente a instauração da PV na fala de Mário Prata que visa entabular um embate discursivo contra os discursos teoricamente provenientes de gramáticos e filólogos que desejariam a “unificação da língua” – *por meio da análise do próprio sentido do valor cultural do português falado nos vários países considerados*. Dessa forma, o posicionamento contrário do escritor a esse processo, então visto como “unificação”, suscita, na fala de Houaiss, a inserção de sua própria fala (do escritor) contrapondo-a diretamente por meio de PA: “... *eu gostaria de PRELIMINARMENTE...fazer uma crítica à sua pergunta...*”, ou seja, nesse momento, o filólogo polemiza abertamente não apenas com o discurso do escritor, mas igualmente contra os discursos dos eventuais segmentos sociais contrários ao referido processo de padronização ortográfica do português.

É nesse sentido que a réplica dialógica do primeiro telespectador reacentua o sentido do objeto/tema avaliado – padronização ortográfica da língua portuguesa – por meio da inserção da fala de Paulo Francis, conhecido na mídia televisiva da época por seu esquerdismo assumido que mobilizava violentas críticas em relação à classe política brasileira e o seu desapego em relação ao elitismo no Brasil. Como se observa, a escolha da citação se assenta em uma intencionalidade que visa, no mínimo, ao questionamento dos prováveis interesses mercadológicos que fomentariam a dita “reforma ortográfica” da língua portuguesa. Em outras palavras, o referido interlocutor presumido demonstra empreender uma abordagem contestadora no que tange a esse processo, refletindo ideologicamente o posicionamento de Mário Prata.

Por último, vale ressaltar a segunda réplica dialógica que, além de retomar a análise do entrevistado acerca do estatuto privilegiado das línguas escritas no que tange à riqueza vocabular, empreende uma comparação entre a língua portuguesa e o inglês. Preocupação essa que nos parece pertinente a um público detentor de um nível de escolaridade média e/ou superior.

* * * * *

Produto dos esforços do então governador Abreu Sodré, a TV Cultura revelou, desde seu ressurgimento, em 1969, objetivos em grande medida alinhados à ideologia de integração nacional e de desenvolvimento econômico impostos pelo regime militar. Criada com o propósito de substituir um sistema educacional deficiente, se comparado às demandas de

crescimento industrial, a TV-2 inicialmente foi concebida tendo em vista a manutenção de camadas sociais específicas: programas culturais para classes privilegiadas e aulas de madureza para trabalhadores. Essa dicotomia refletia o conservadorismo do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta que, se por um lado, tinha, politicamente, autonomia administrativa e de atividade profissional, por outro, atrelava-se financeiramente às rédeas curtas da censura, por meio do recebimento de verbas do governo estadual.

Entretanto, no âmbito da própria Fundação, pulsavam forças ideologicamente opostas não apenas a esse conservadorismo, quanto ao populismo, por exemplo, de Paulo Maluf que via a TV-2 como estratégia propagandística de seus feitos políticos. São essas forças que mesmo temporariamente criaram jornais como *Foco na notícia* que corajosamente analisava os fatos, ou programas de entrevista como *Vox Populi*.

Gradualmente, a abertura democrática permitiu que a ética profissional de jornalistas como Vladimir Herzog “contaminasse” outros profissionais. Dessa forma, a presença de Roberto Mulyaert a partir de 1986 viabilizou o projeto *Roda Viva*, cujas perspectivas iniciais de composição compreendia a formatação de um programa que se configurasse referência no meio jornalístico, por meio de um *horizonte espacial* inovador, de entrevistados com projeção no meio cultural, científico, político, econômico, etc., bem como de entrevistadores oriundos das mais diversas mídias de referência.

O presente trabalho visa contribuir com a análise das polêmicas discursivas que subjazem à composição do programa veiculado em 1987, com o entrevistado Herbert de Souza, representativo de um leque estreito de entrevistas realizadas com cientistas nos anos 1980. Atribuímos essa reduzida presença de cientistas nessa primeira década de vida do programa ao próprio contexto sócio-político econômico: a recente abertura política, problemas com os altos índices inflacionários, efervescência social iniciada com a campanha pelas Diretas e, posteriormente, retomada com a elaboração de uma constituinte em prol de uma nova Constituição. Tais elementos do horizonte social mostram-se constitutivos do enunciado analisado, do ponto de vista temático, composicional, uma vez que define quais serão os interlocutores, e estilísticos, evidenciados pela escolha de termos que explicitam posicionamentos avaliativos em relação aos objetos referências do debate.

A partir de uma tipologia discursiva apresentada por Bakhtin (1997[1963]), constatamos cinco categorias discursivas: 1) *polêmica aberta contra discursos oficiais sobre*

saúde pública; 2) polêmica velada empreendida pela análise contrastiva de resultados de pesquisas socioeconômicas que tomam um mesmo objeto referencial (no caso, o desemprego); 3) polêmica aberta contra os discursos das medicinas de grupo; 4) polêmica velada instaurada por meio da análise do papel da mídia como formadora de opinião; e 5) réplicas dialógicas que evidenciam o teor avaliativo das participações dos telespectadores durante o programa.

No que diz respeito à primeira dessas categorias, consideramos três elementos linguísticos: a nomeação/adjetivação, conectivos de valor adversativo ou concessivo e o discurso citado indireto, bem como duas outras categorias extra-verbais: a entonação e os gestos. Constatamos a contundência com que essa polêmica se efetua, por meio de críticas à pseudo-política social do governo Sarney. Ao denominar “*piada de mau gosto*” o slogan “*tudo pelo social*” o entrevistado não deixa cair no vazio a justificativa de sua denominação: apresenta dados de pesquisa que contradizem uma realidade forjada por órgãos do governo interessados em manter uma imagem positiva do mesmo.

Já a segunda categoria discursiva instaura uma refração discursiva empreendida pelo entrevistado em relação às pesquisas desenvolvidas em âmbito federal acerca do *desemprego*. Ao problematizar os critérios científicos adotados pelo órgão do governo, circunscreve uma contraposição avaliativa que caracteriza as pesquisas do IBGE, nesta área e neste contexto, como incongruentes com os fatos analisados por seus próprios estudos e de outros pesquisadores. Dessa forma, a PV se constitui na bivocalidade semântica contrastiva mobilizada pelo referencial “*pesquisas sobre desemprego no Brasil*”. Em outras palavras, o mesmo conteúdo objetual comporta dois posicionamentos ideológicos díspares: o oficial e aquele defendido pelo cientista político.

A terceira categoria discursiva constitui-se pela inserção do discurso das medicinas de grupo na fala do médico que representa o poder público no tocante à oferta de serviços públicos na contenção de doenças infecciosas. Inserção dimensionada por um posicionamento avaliativo contrário ao fato de tais medicinas se “negarem” a tratar pacientes portadores dessas moléstias. Nesse aspecto, o discurso do entrevistado corrobora aquele do representante do poder público, ratificando a PA ao adjetivar a assistência médica no Brasil como “comercializada” e “deteriorada” nos últimos vinte anos (clara oposição aos governos que empreenderam políticas públicas de saúde nesse período).

Com relação ao papel da mídia televisiva, a polêmica velada se constitui na medida em que o entrevistado toma como objeto de análise a própria programação das televisões comerciais, enfatizando, com seu olhar de cientista político, a atuação tendenciosa das mesmas ao por em evidência apenas personagens representativos do poder instituído, “apagando” vozes oriundas de movimentos sociais. Dessa forma, a polêmica em questão sinaliza um contexto “democrático” ainda cambaleante, tanto no que diz respeito à garantia de direitos sociais, quanto na veiculação de informações que poderiam significar a diferença entre a passividade do eleitor e o desejo de cobrança desses direitos.

Em seguida, consideramos as réplicas dialógicas manifestas pelas participações dos telespectadores. Tais réplicas mostram-se exemplares das preocupações e valores que circulam na ideologia do cotidiano, como informações que envolvem a vida de pessoas famosas, formas de contágio da Aids, religiosidade, até mesmo uma visão conservadora quanto à temível doença que atingiu a então frágil democracia brasileira que tornava vulnerável centenas (e até milhares) de cidadãos impostados à margem de direitos civis mínimos, como acesso à saúde pública de qualidade. Participações que podem sinalizar posicionamentos que se coadunam com as polêmicas discursivas instauradas no programa ou não. De qualquer forma, vale a pena ressaltar que a “filtragem” das perguntas por parte do mediador evidencia o posicionamento axiológico do programa em favor de tais polêmicas e contra o conservadorismo de alguns segmentos sociais que têm no *status quo* o referencial de valores.

Consideramos, igualmente, a presença do gênero intercalado “charge”, que porta em seus elementos composicionais e estilísticos, compreendidos na sua inter-relação dialógica com o programa, tonalidades polêmicas veladas que refletem o posicionamento de esquerda do entrevistado, bem como da maioria dos entrevistadores.

Por último, parece-nos pertinente considerarmos os elementos recorrentes na análise das polêmicas aberta, polêmica velada e réplicas dialógicas, a partir do estudo das duas edições – a de 1987 e 1990: contexto amplo e situacional imediato configuram-se determinantes desses fenômenos dialógicos. Dessa forma, apesar de cada enunciado (edição) constituir-se a partir de elementos irrepetíveis – como os temas levantados como objetos de sentido imbuídos de revestimento axiologizado –, observamos a existência de outros (articulados a esses) que contribuem para a definição dos contornos de tais fenômenos: 1) é possível identificarmos a PA por meio da inserção da fala do outro na fala do locutor ou, por

exemplo, por meio do processo de *nomeação*, em que há, explicitamente, um julgamento de valor em relação ao discurso alheio; 2) a PV se instaura no momento em que o locutor empreende uma análise de um objeto de sentido oriundo da esfera acadêmica/científica/literária, atribuindo-lhe (a esse objeto) um posicionamento avaliativo antagônico aos discursos que subjazem a existência desses conteúdos referenciais – nesse sentido, entendemos que a PV requer, via de regra, uma análise da *bivocalidade semântica contrastiva*, pois um único objeto de sentido apresenta diferentes concepções de valores, de acordo com os discursos presentes; e 3) as réplicas dialógicas constituem-se clara expressão do caráter responsivo do telespectador, a despeito de mediadas pelo jornalista da TV Cultura, uma vez que refletem e/ou refratam os discursos que circulam no processo de interação verbal.

4. DA HETERODOXIA ECONÔMICA À ESTABILIDADE INFLACIONÁRIA: O CONTEXTO DOS ANOS 90 E A MÍDIA TELEVISIVA

A revista *Veja* sintetizava, em sua edição publicada dia 24 de dezembro de 1989, o contexto sócio-político que aparentava inaugurar a última década do século XX: “*Collor: vitória num país dividido*”. Tratava-se de uma alusão aos resultados das eleições presidenciais polarizadas em duas frentes, capitaneadas por Luís Inácio Lula da Silva, de um lado, e Fernando Collor de Mello, de outro. O decisivo debate empreendido pela rede Globo de televisão contribuiria para o resultado favorável do pleito ao representante do então PRN, partido fabricado com o propósito de alavancar o chamado “caçador de marajás” ao cargo de chefe do executivo nacional.

Com o propósito de investigar traços do contexto social amplo do referido decênio constitutivo do programa *Roda Viva* veiculado no dia 12 de fevereiro de 1996, com o filósofo e pesquisador do CEBRAP⁷³ José Arthur Giannotti, iniciamos este capítulo. Primeiramente, consideraremos aspectos sócio-político-econômicos que culminariam com a eleição, em 1994, de Fernando Henrique Cardoso, como substituto de Itamar Franco. Analisaremos, na sequência, em que medida se constitui a TV Cultura, enquanto emissora pública paulista no período citado, em relação ao campo da mídia televisiva comercial e em relação à sua própria programação. A terceira e última parte desse capítulo será dedicada à análise da situação imediata de comunicação entre os interactantes previstos: entrevistadores, entrevistado, mediador e telespectadores, de acordo com categorias discursivas definidas tendo em vista a instauração de três formas de refrações discursivas: *polêmica aberta*, *polêmica velada* e *réplicas dialógicas*.

4.1 ASCENSÃO RÁPIDA, QUEDA METEÓRICA: DA FABRICAÇÃO DE UM NOVO LÍDER AO INÍCIO DO GOVERNO FHC

Nem mesmo a retomada gradual dos direitos políticos no Brasil, na segunda metade da década de 80, impediu a exacerbação da crise econômica que se instalara já no contexto do

⁷³ O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) foi fundado em 1969, por um grupo de professores, dentre os quais, o próprio Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de uma instituição de pesquisa na área das Ciências Humanas. José Arthur Giannotti foi presidente do CEBRAP entre 1995 e 2001.

regime militar. Dados oficiais⁷⁴ mostram que em 1987 a inflação atingia o patamar de 415,95% e, apesar dos sucessivos planos econômicos produzidos sob responsabilidade do governo Sarney, nenhum obteve sucesso. A última tentativa orquestrada pelo então Ministro Máílson da Nóbrega, lançado em 15 de janeiro de 1989, previa o congelamento de preços, salários e tarifas e a substituição do cruzado pelo cruzado novo, com três zeros a menos e a desvalorização em cerca de 18% em relação ao dólar, privatização de estatais e extinção de ministérios como da Ciência e Tecnologia, dentre outras medidas. O Plano Verão naufragou. Restava culpar as iminentes eleições pelo caos que parecia inextinguível.

É nesse contexto que o populismo ressuscita como tábua de salvação e ganha feições modernas, regadas a discursos impetuosos caracterizados pela defesa de valores morais e que enfatizavam as numerosas denúncias de corrupção que avassalavam a Nova República. Chauí (2004[1996]) confere tonalidades específicas à efervescência populista que passa a dominar a atmosfera política do início dos anos 1990: a instauração do poder visa afastar instituições políticas, como partidos e demais organizações sociais, em outras palavras, há uma tendência a haver uma relação direta entre governantes e governados; o poder é pensado sob a forma de tutela e favor; personalização do líder que se apresenta detentor do saber, do poder e da lei e, ao mesmo tempo, só consegue realizar suas ações se também fizer parte do social.

Chauí (2004[1996]) atribui, dessa forma, um *caráter teológico* ao líder populista desse período, uma vez que o governante encarna e incorpora o poder. Ou seja, uma forma de *autoritarismo político*, pois se apóia, segundo a autora, no mito da solução imaginária para tensões, conflitos e contradições. Ora, o horizonte social amplo caracterizado pelas malogradas investidas governamentais em prol de uma resolução em curto prazo para o quadro de recessão econômica gerou um alto nível de desconfiança em relação à capacidade do poder instituído em conduzir eficientemente as numerosas batalhas que advêm de uma guerra contra a inflação: arrocho salarial, elevação de preços, etc. Segmentos de referência da imprensa brasileira, de certa forma, acolhiam o surgimento do principal líder populista, o jovem aristocrata Fernando Collor de Mello. Na mesma reportagem publicada na véspera do natal de 1989, a revista *Veja* refere-se ao então oponente de Lula no pleito presidencial como “*o mais espetacular caso de self-made man da política brasileira*”. E continuava:

⁷⁴ Os dados foram retirados do site do IBGE: <http://www.ibge.gov/seculoXX/default.shtml>. Acesso em 12 de setembro de 2010.

“Uma das grandes injustiças cometidas contra Fernando Collor de Mello ao longo de toda a campanha presidencial foi o lançamento da teoria de que ele não passava de um produto de laboratório, uma espécie de Cyborg, construído por empresários para vencer o espectro Brizula⁷⁵(...)” (*Veja*, 24 de dezembro de 1989)⁷⁶

Abaixo, segue a capa da edição de *Veja* publicada em 24 de dezembro de 1989, logo após a vitória do candidato do PRN:

No que diz respeito à esfera televisiva, o tratamento oferecido pela rede Globo ao último debate entre os presidenciáveis, mostrou-se decisivo na efetivação da vitória de Collor nas urnas: ocorrido três dias antes das eleições, o jornalismo da emissora editou e divulgou, no dia seguinte, uma gravação com cerca de seis minutos, contendo trechos que fortaleciam a candidatura do filho mais novo de Dona Leda Collor. Peça inerente ao sistema capitalista brasileiro, o segmento da mídia televisiva de maior audiência contribuía para a construção do novo líder que aparentemente pudesse pulverizar dados oficiais que apontavam ser o Brasil o país mais desigual do mundo em 1989 (Carvalho, 2008). Não tardou muito para que, mediante denúncias de corrupção oriundas diretamente do seio familiar dos Collor, os brasileiros assistissem, em dois de outubro de 1992, pelos mesmos veículos de comunicação de massa, ao êxito do movimento nacional em prol do *impeachment* do então presidente Fernando Collor.

⁷⁵ Nesse contexto, “Brizula” significava a possibilidade de um candidato da velha esquerda populista, no caso Leonel Brizola, ou da esquerda socialista, Luís Inácio Lula da Silva, vencer as eleições para presidente.

⁷⁶ Texto obtido por meio do site da revista *Veja*: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja. Acesso em 10 de setembro de 2010.

4.1.1 O CENÁRIO POLÍTICO NO GOVERNO DE FHC (1994 -1998)

Se as eleições de 1989 euforizavam lideranças personalizadas em detrimento da representatividade partidária, o consequente clima de frustração gerado em decorrência da destituição do poder do chefe maior do executivo nacional proporcionaria um crescimento das bases partidárias locais. Meneguello (2004[1996]) aponta o ano de 1992 como marco inicial desse processo, ressaltando, dentre outros aspectos, a maior presença do Partido dos Trabalhadores na região sudeste e centro-oeste. Entretanto, a autora observa no comportamento do eleitorado, em relação às lideranças políticas, dupla orientação: de um lado, uma tendência conservadora, de outro, uma oposição sistemática ainda em busca de ascensão. Tal fato pode ser observado nos resultados das eleições municipais de 1992 quando mais de 60% dos municípios elegem representantes de partidos como PDS, PFL e PMDB (Meneguello, 2004[1996]).

Com a sombra de um crescimento negativo do PIB, o vice-presidente Itamar Franco assume o executivo nacional. Em meio a um quadro de recessão, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso é nomeado para o cargo de Ministro da Fazenda, implantando o Plano Real, em 1994. Pela primeira vez na Nova República, um plano econômico não impunha mudanças tão bruscas e imediatas, quanto, por exemplo, o confisco de valores na caderneta de poupança e de conta corrente, como o executado pela equipe econômica de Collor. Dessa forma, a sucessão presidencial ocorrida nesse mesmo ano demonstrou ter sido fortemente iluminada pela repercussão positiva oferecida pela queda da inflação viabilizada pelo também denominado Plano FHC (Plano Real). Se em 1993 o índice acumulado pontuava a marca de 2708,17% ao ano, em 1994, atingia 1092,85%. Já em 1995 esse mesmo escore despenca para 14,77% e, no ano em que é veiculada a edição do *Roda Viva* tendo ao centro da arena como entrevistado José Arthur Giannotti (1996), encontrava-se a um patamar de 9,33%⁷⁷.

Diante do quadro político-econômico delineado pela vitória da coalizão PSDB-PFL-PDT como se posicionavam as forças de esquerda ao governo? Garcia (2004[1996]) identifica no Brasil a existência de três gerações de organização esquerdistas: 1) a que tem origem na formação do Partido Comunista em 1922 caracterizada pela ausência de uma reflexão substantiva sobre a democracia; 2) a esquerda revolucionária constituída no contraste com segmentos de caráter reformista do PCB; e 3) a esquerda social que surge dos movimentos

⁷⁷Os dados foram retirados do site do IBGE: <http://www.ibge.gov/seculoXX/default.shtml>. Acesso em 12 de setembro de 2010.

sociais que proliferavam no final dos anos 1970 e começo dos 1980. Segundo o autor, trata-se de uma esquerda heterogênea, sem referência doutrinária unívoca, cuja prática encontra-se por vezes adiante de sua capacidade de auto-reflexão. A democracia, vista como um meio e um fim, passaria a se vincular a temas como maior igualdade econômica e social. A ausência de paradigmas doutrinários associada à origem social acarretaria, de acordo com Garcia, (2004[1996]) dois problemas: o primeiro é uma forte tendência basista, chegando a subestimar a política institucional, e o segundo a existência de um *viés estrategista*, um *iluminismo autoritário*⁷⁸ que, de certa forma, subjugava o partido e a dinâmica das lutas sociais. Associamos a presença de José Genoíno, então deputado pelo Partido dos Trabalhadores, um dos entrevistadores presentes na bancada do *Roda Viva* em 12 de fevereiro de 1996, como representante dessa esquerda social.

4.2 A TV CULTURA NOS ANOS 1990

Com o argumento de que necessitava impor termo aos abusivos gastos públicos com o funcionalismo, o governo Collor extinguiu órgãos federais de cultura, como Funarte, Embrafilme, e pôs fim à lei Sarney de incentivo à cultura. A então Fundação Nacional de Arte (Funarte) só retomaria suas atividades em 1994. Já a produção de filmes e audiovisual no Brasil se viu órfã de incentivos governamentais até 2001, quando foi criada a Ancine (Agência Nacional de Cinema), entidade encarregada de fomento, regulação e fiscalização do mercado de cinema e audiovisual no Brasil. A lei Rouanet substituiria, em 1991, a primeira lei de incentivo à Cultura (Lei Sarney), instituindo um Fundo Nacional da Cultura⁷⁹.

No que tange à produção jornalística, a TV Cultura não se encontraria imune às influências políticas de lideranças que compunham o poder instituído paulista. Segundo Lima (2008), a divulgação de matéria sobre manifestação de professores em 1989 com uma tomada de câmera que mostrava o rosto do então governador Orestes Quércia sendo pisoteado se constituiu motivo para que houvesse um pedido de demissão coletiva diante da recusa, por parte dos jornalistas, em aceitar uma advertência do presidente Muylaert. Lima (2008) destaca

⁷⁸ Aparentemente incongruentes, esses dois “problemas” pontuados por Garcia (2004[1996]) consideram uma esquerda social heterogênea: de um lado, vislumbra fortalecer suas bases populares de apoio, de outro, visa contê-las em seus movimentos. Em outras palavras o “iluminismo autoritário” traduz as ações de setores dessa esquerda que não acreditavam no poder de mobilização das lutas sociais.

⁷⁹ Informação retirada do site do Ministério da Cultura: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em 13 de setembro de 2010.

também que ao final do mesmo ano os próprios funcionários da FPA entraram em greve por melhores salários num período de duas semanas.

O início dos anos 1990 seria marcado por uma ênfase na programação direcionada ao público infantil e jovem, na esteira de experiências como *Bambalalã*⁸⁰ e *Catavento*⁸¹. Sob a direção de Fernando Meirelles, *Rá-Tim-Bum*⁸², por exemplo, chegou a ganhar medalha de ouro no Festival de Televisão em Nova York. Já o jornalismo esportivo contaria com o pioneirismo de *Vitória* (de 1986 a 1992) que utilizava videoclipes para apresentar modalidades esportivas como skate, surf, dentre outros. No governo de Fleury, sucessor de Quércia após 1991, a TV Cultura inaugurava sua nova antena no Sumaré. A melhora na qualidade das transmissões veio acompanhada do surgimento, em 1992, do *Repórter Eco*, exatamente no ano de realização da Rio-92⁸³. No ano seguinte, a TV Cultura se constituiu *rede Cultura de Televisão*, com transmissão via satélite (Brasilsat A2), uma vez que a ampliação do poder de transmissão resultou como consequência na adoção, por parte de outras TVs públicas, da programação da FPA (Lima, 2008).

No período em que inicia o mandato de Fernando Henrique Cardoso, finaliza a gestão de Muylaert. Esse se torna ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social no primeiro quadriênio de governo de FHC. Em São Paulo, Mário Covas tomava posse como líder do executivo estadual, defendendo cortes no orçamento, dentre os quais recursos destinados à Fundação Padre Anchieta (Lima, 2008). O espectro ideológico de lideranças políticas parecia condicionar a eleição do novo presidente que substituiria Muylaert. Segundo Lima (2008), decorridos três meses de sua posse, o ex-chefe da FPA foi exonerado. Abreu Sodré teria considerado conveniente o retorno de Roberto Muylaert, uma vez que Jorge da Cunha Lima teria afinidades políticas com Franco Montoro, com quem Sodré mantinha divergências ideológicas. Nesse momento, membros do Conselho Curador assistiam ao malogro da

⁸⁰ Programa exibido entre os anos de 1977 e 1990 e contava com a presença de alunos de pré-escola divididos em duas equipes: amarela e vermelha.

⁸¹ Catavento estreou em 1985 e contava com o apoio de pedagogos e psicólogos.

⁸² Lima (2008) apresenta um depoimento curioso de Muylaert sobre o projeto Rá-Tim-Bum: o Banco Mundial teria oferecido duzentos milhões de dólares para a Secretaria da Educação e essa reservaria 18 milhões para a TV Cultura produzir Vila Sésamo, conhecido programa norte-americano infantil. Muylaert recusou a oferta. Apresentou o projeto a Mário Amato, presidente da Fiesp, esclarecendo que precisaria apenas dois milhões e meio para a produção. Amato aceitou investir metade desse montante. Realizado o projeto, Rá-Tim-Bum ganhou o prêmio no Festival de Televisão em Nova York, superando o concorrente (Vila Sésamo).

⁸³ Conferência Internacional das Nações Unidas sobre meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro.

tentativa do criador da FPA de impedir a posse de Lima cuja gestão teve início em 1995 (Lima, 2008). O depoimento abaixo de Jorge da Cunha Lima evidencia o nível de interferência que as decisões políticas (dentre elas o corte de financiamento das verbas públicas destinadas à FPA) ocasionavam no cotidiano das relações profissionais na TV Cultura:

Os problemas apareceram logo. A diretoria de programação não se comunicava com o responsável pelo jornalismo. A estrutura técnica era extremamente corporativa. O corte súbito de 30% do orçamento, feito por Covas no intervalo entre a saída de Muylaert e a minha eleição, levou o superintendente a demitir, por absoluta necessidade, cerca de seiscentos funcionários, antes mesmo de minha posse. Empossado, deparei-me com um quadro de funcionários gratos a seus chefes por não terem sido demitidos na cota de 20% de demissões impostas. Isso ocasionou um inconveniente gratidão por parte dos mantidos, desde então mais ligados aos seus protetores do que à instituição. (Lima, 2008, p.218)

Diante da escassez de recursos, a nova gestão⁸⁴ busca na propaganda o complemento financeiro necessário para desenvolver seus projetos, mesmo diante da proibição imposta pelo governo federal⁸⁵ às TVs educativas de executar essa prática, tão corriqueira nas TVs comerciais. Essas, com vistas a atingir elevados níveis de audiência, realizavam programas de qualidade duvidosa como “Topa tudo por dinheiro”, do apresentador Silvio Santos, dentre outros⁸⁶. Lima (2008, p. 220) resume o contexto geral da programação das televisões comerciais produzidas, na década de 1990: ao mercado foi ofertado o pior, produzido com boa qualidade técnica.

No que se refere à televisão brasileira, Mattos (2009) denomina o período compreendido entre 1990 e 2000 como a *fase da globalização e da TV paga*. Trata-se de uma fase caracterizada pela formulação de um amplo programa de investimentos para o período

⁸⁴ Trata-se da gestão de Jorge da Cunha Lima, iniciada em junho de 1995. Segundo informações do site da Fundação Padre Anchieta, Marcos Mendonça assumiria a presidência em junho de 2004 (<http://www2.tvcultura.com.br/fpa>. Acesso em 14 de setembro de 2010).

⁸⁵ A imposição ocorre pelo decreto-lei 236/67 que proíbe a transmissão de propagandas diretas ou indiretas ou quaisquer patrocínios dos programas nas TVs públicas. Dessa forma, a nova gestão passa a agir na contramão da legalidade, tendo em vista a necessidade de captação de recursos financeiros. Apenas em 28 de maio de 2009, no II Fórum Nacional de TVs públicas realizado em Brasília, o então líder Michel Temer comprometeu-se a analisar o pedido dos representantes das emissoras em revogar tal decreto.

⁸⁶ Por iniciativa de representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da ABEPEC (Associação Brasileira de Emissoras de Televisão Públicas, Estatais e Educativas) e demais segmentos sociais foi criada a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania” que nasceu em 2002, fruto de deliberação da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos.

1995/1999, que previa a expansão da TV a cabo, além da ampliação de infraestrutura e de serviços de telecomunicação, medida que viabilizaria a gradativa introdução da tecnologia digital de transmissão, após definição dos princípios gerais para o aproveitamento do espectro radioelétrico pelos serviços de radiocomunicações (Mattos, 2009).

Com a inflação reduzida após o lançamento do Plano Real, houve um aquecimento no consumo e, em 1996, a comercialização de televisores atingiu o pico: 8,5 milhões de aparelhos (Mattos, 2009, p. 140). Camadas menos favorecidas socialmente (C, D e E), adquirindo tal tecnologia, passam a se constituir alvo das redes de TV aberta, uma vez que parte do público-alvo das classes A e B migram suas preferências para os canais por assinatura. A opção pelo caminho da democracia não subtraia do Estado o seu poder de atuação frente às decisões relacionadas ao rumo do desenvolvimento das telecomunicações no país.

Constitutiva da TV aberta no Brasil, a TV-2 paulista parece ter se deparado, nos anos 1990, diante de um dilema: de um lado, encontra-se vulnerável à influência ideológica de representantes do poder público, mais precisamente lideranças personalizadas do estado, como do então governador Orestes Quércia, cujo poder político lhe conferia a potencialidade de reverberar decisões na prática jornalística – mesmo que o regime não fosse o de exceção; de outro, se apóia em ações criativas de profissionais liderados por Muylaert, cuja produção televisiva configura-se em alternativa às demais programações da TV comercial, ávida por obtenção de audiência oriunda principalmente das camadas até então excluídas do poder de compra.

Constatamos que o contexto social amplo constitutivo da edição do *Roda Viva* realizada com o filósofo e pesquisador do CEBRAP, José Arthur Giannotti, pauta-se por uma recente estabilidade econômica e política empreendida pela execução do Plano Real. Nosso objetivo configurar-se-á, na próxima seção, na análise dos discursos polêmicos aberto e velado, bem como das réplicas dialógicas dos telespectadores, considerando as vozes representativas das esferas constituídas.

4.3 REFRAÇÕES DISCURSIVAS QUE EMERGEM DA SITUAÇÃO IMEDIATA DE COMUNICAÇÃO

Alguns aspectos contextuais mostram-se necessariamente relevantes na análise dessa edição do *Roda Viva* realizada dia 12 de fevereiro de 1996: decorrido aproximadamente um ano do governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil, a despeito de experimentar a tão aguardada estabilidade econômica, com índice inflacionário em torno de 14,77%⁸⁷, mantida pela adoção de um superindexador chamado Unidade Real de Valor (URV)⁸⁸ e fundamentada pela implementação de um processo de privatização que visava a retomada do crescimento, ainda apresentava sérios problemas sociais, como a miséria e o desemprego. Schlindwein & Shikida (2000) mostram que, se na década de 1980 o PIB cresceu 27%, na década de 1990 (mais precisamente entre os anos de 90 e 98) esse crescimento foi de 17,7%. Houve também um aumento da pobreza nos centros metropolitanos, principalmente em São Paulo, Belém e Belo Horizonte. Na metrópole paulista, por exemplo, havia cerca de 3 milhões de brasileiros vivendo com menos de R\$ 109, em 1998 (Gomes & Neder, 2000).

Do ponto de vista político, as eleições de 1994 evidenciaram a polarização entre dois representantes de duas coligações compreendidas como de esquerda, lideradas, de um lado, por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB e, de outro, por Luís Inácio Lula da Silva, do PT. A vitória do primeiro suscita a reflexão sobre o que significaria *ser de esquerda* no referido contexto. Em outras palavras, se na segunda metade da década de 1980 as denúncias de corrupção direcionadas ao governo Sarney, a crise econômica e os problemas advindos de uma deficiente prestação de serviços públicos (especialmente em relação à saúde) à população delineavam posições políticas de esquerda contrárias ao modo de atuação do governo, a segunda metade dos anos 1990 sinalizava mudanças positivas na política econômica, empreendidas por um presidente visto como intelectual que conglomerava forças políticas oriundas de duas bases: de um lado, os chamados “desenvolvimentistas uspianos” e, de outro, os “neoliberais puquianos”. Havia também em pauta a proposta da emenda constitucional sobre a reeleição, bem como os debates acerca da formulação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que provocava uma reforma universitária, equiparando os cursos de doutorado e mestrado ao de especialização/ extensão.

⁸⁷ Índice acumulado ao fim de 1995, segundo dados do IBGE.

⁸⁸ Posteriormente, em 1994, a URV tornar-se-ia a moeda real.

Tendo em vista tal contexto, detalharemos nossas análises considerando as refrações discursivas evidenciadas pelas *polêmicas aberta e velada*, bem como *as réplicas discursivas*⁸⁹ a partir das categorias discursivas definidas em 2.2.3.

4.3.1 ELEMENTOS EXTRA-VERBAIS: HORIZONTE ESPACIAL E PAPÉIS SOCIAIS DOS INTERLOCUTORES

Abordaremos, a edição do *Roda Viva* realizada com o filósofo e pesquisador do CEBRAP José Arthur Giannotti sob duas perspectivas congruentes e constitutivas do chamado Círculo de Bakhtin: a *sociológica* e a *dialógica*. A primeira nos orienta, por exemplo, a observar os *papéis sociais* exercidos pelos interlocutores na situação imediata de comunicação, bem como as esferas sociais que representam. Os exatos 89 minutos e 20 segundos⁹⁰ dessa edição reuniram seis entrevistadores. Além do mediador e do entrevistado, se fizeram presentes três atendentes que recepcionavam as ligações dos telespectadores. Um dado que nos chama a atenção é a ausência de um cartunista⁹¹. Abaixo, encontramos a relação dos interlocutores presentes no processo de interação verbal:

Matinas Suzuki Jr: jornalista mediador

Gerardo de Melo Mourão: escritor e poeta

Oliveiros S. Ferreira: cientista político.

Esther Hamburger, pesquisadora do CEBRAP.

Fernando de Barros e Silva: colaborador da Folha de S. Paulo.

José Genuíno: deputado federal.

⁸⁹Optamos, assim, pela seleção de programas caracterizados pela participação ao vivo de telespectadores.

⁹⁰ Observamos a redução do tempo de duração desse programa em relação àquele veiculado com Herbert de Souza, em 1987(116'50"), fato que nos leva a considerar a fase ainda de formatação inicial do *Roda Viva* nessa primeira edição analisada. Verificaremos que o programa em si passa, no decorrer do tempo, por um processo de evolução de seus elementos composicionais, a exceção da durabilidade temporal de cada edição, permanecendo uma hora e meia aproximadamente.

⁹¹Poderíamos levantar algumas hipóteses quanto à ausência desse interlocutor nessa edição dos anos 90, dentre as quais a dependência da TV Cultura em relação às subvenções governamentais ou as alterações no cargo de presidente da Fundação Padre Anchieta, fato que pode determinar mudanças na programação.

Daniel Pizza: editor de Cultura da Gazeta Mercantil.

José Arthur Giannotti: filósofo e pesquisador do CEBRAP⁹².

Consideramos nesse processo de interação a articulação de quatro esferas: 1) *a jornalística*, de onde emergem vozes de instituições de referência como a *Folha de S. Paulo* e *Gazeta Mercantil*; 2) *a acadêmica*, representada pela presença de um cientista político e de uma pesquisadora do CEBRAP; 3) *a política*, mais especialmente uma liderança considerada *de esquerda*, o deputado federal pelo PT José Genuíno e 4) *a literária* em que figura a participação do poeta e escritor Gerardo de Melo Mourão. Mais uma vez constatamos que a composição de interlocutores da bancada sinaliza a intencionalidade do programa *Roda Viva*: não apenas transmitir saberes que se encontrem no escopo de pesquisas do entrevistado, mas viabilizar refrações discursivas segundo os *papéis sociais* exercidos pelos interactantes em seus respectivos campos de atividade. Em outros termos, o programa poderia ter escolhido, por exemplo, um repórter da *Folha de S. Paulo* para atuar na qualidade de entrevistador, no entanto, optou por um *colaborador*, cuja função se delineia pela *formação de opinião*, mais do que pela simples exposição de fatos. Mesmo o jornalista da *Gazeta Mercantil* não representa *todo* o jornal, mas o caderno *Cultura*, o que implica na mobilização de conhecimentos relacionados às esferas de produção e circulação de cultura: literatura, filosofia, cinema, artes, etc. No que tange à esfera acadêmica, constatamos, que as escolhas dos interlocutores pautam-se pelo crivo da congruência de saberes – pesquisadora do CEBRAP (mesmo órgão de atuação do entrevistado) e cientista político, área de estudo a que Giannotti⁹³ também se dedica, segundo as especificidades teóricas de sua própria formação. Já a participação do deputado José Genuíno deve ser compreendida como imbuída ideologicamente de tonalidades que problematizam o *status quo* definido pelo governo FHC, uma vez que o Partido dos Trabalhadores ressentia-se de duas derrotas seguidas em duas eleições presidenciais – com votações expressivas de segmentos sociais que acreditavam nas propostas defendidas pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva. Quanto à representatividade da esfera literária, sofre igualmente imbricação com o campo político

⁹²Fundou o CEBRAP junto com Fernando Henrique Cardoso em 1969.

⁹³ José Arthur Giannotti foi compulsoriamente aposentado como professor universitário pelo regime militar em 1969 e, dessa forma, fundou o CEBRAP junto com José Serra e Fernando Henrique Cardoso. O abrandamento do regime permitiu que ele retornasse às suas atividades em 1979, para finalmente se aposentar em 1984. É um estudioso do pensamento de Karl Marx.

devido à atuação de Gerardo de Melo Mourão como ex-deputado, filósofo e poeta⁹⁴

Com relação aos elementos extra-verbais que integram o contexto imediato da situação de interação verbal, consideramos a *distribuição espacial* dos interlocutores acima identificados, cujos papéis sociais contribuirão para definir a *orientação social* da palavra/discurso. Entendemos igualmente que a seleção prévia dos interactantes pressupõe certos níveis de *compreensão da situação comum* aos envolvidos no processo e, consequentemente, *tonalidades axiológicas* que variam a depender do lugar social de onde fala o participante. Da mesma forma que a edição de 1987, o cenário articulado em forma de bancada dispõe os integrantes do debate de forma equitativa em uma circunferência, mantendo ao centro o entrevistado:

Imagem 16: panorâmica do estúdio aos 2' 44''

Observamos que, em comparação com o horizonte espacial constitutivo da edição analisada de 1987, o programa veiculado em 1996 apresenta uma redução do número de

⁹⁴Gerardo de Melo Mourão (8/01/1917- 09/03/2007) chegou a ser braço direito de Plínio Salgado no movimento integralista brasileiro, segundo o site da TV Senado: www.camara.gov/internet/tvcamara. Acesso em 16 de setembro de 2010. O integralismo arregimentou adeptos da ideologia fascista italiana de Benito Mussolini.

participantes e de bancadas: enquanto a primeira reunia uma plateia de ouvintes, em uma circunferência superior, esse se limita a congregar apenas os seis entrevistadores⁹⁵, mediador e as três telefonistas. Se a redução de integrantes no cenário do estúdio parece ter conferido um ar de modernidade ao *Roda Viva*, inclusive pela alteração da cor da bancada (de tom bege para uma tonalidade entre azul e cinza), a estabilidade da organização espacial contribui para a fixação de uma forma composicional peculiar desse programa de entrevista. “Peculiar” uma vez que o entrevistado posiciona-se como centro/foco das atenções de vários entrevistadores, situando-se fora do espaço destinado a esses. Em outras palavras, *os papéis sociais dados pelo gênero* são reforçados pela distribuição espacial: dado que todos se constituem vozes de referência, em seus respectivos campos de atuação, não cabe aos entrevistadores apenas efetivar perguntas, mas também realizar comentários. No entanto, como toda *entrevista de investigação*, de caráter assimétrico uma vez que cabe ao entrevistado responder às questões e empreender suas réplicas às asserções de cada entrevistador, ao personagem que se encontra no centro da bancada destina-se o tempo maior de fala.

Cabe-nos, neste momento, uma observação quanto à **composição visual** do programa, que enfatiza o formato de circunferência. Essa construção geométrica define a localização de todos os pontos que formam o círculo a uma mesma distância do centro. Não há começo e fim, mas a ideia de que o término de um ponto constitui-se o início de outro. Wosien (2002, p.16) observa que essa figura, entendida como *imagem espelhada do mundo*, suprime as contradições, uma vez que todos seus pontos formadores encontram-se em um mesmo plano⁹⁶. Se essa organização espacial teoricamente equitativa entre os membros que compõem a bancada parece atribuir um grau de importância equivalente aos representantes das esferas de atividade humana constitutivas do processo de interação verbal, o mesmo não se dá com o entrevistado, cuja centralidade lhe atribui a condição de foco prioritário das atenções: a voz sobressalente, fonte de informação e opinião, geradora de consensos ou dissensos.

⁹⁵ A edição de 1987 trazia um número de 8 entrevistadores.

⁹⁶ A imagem do círculo também faz referência à ideia do “eterno retorno”, conceito filosófico defendido por Friedrich Nietzsche, por meio do qual compreende a realidade não como oposição entre pólos inconciliáveis, mas única composta de múltiplas faces (Nietzsche, 2002).

4.3.2 AS RELAÇÕES SEMÂNTICAS ARTICULADAS NA E PELA INSERÇÃO DE TEMAS: ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO

Se, do ponto de vista espacial, mantêm-se a organização distributiva dos interlocutores em cena, a *apresentação*, enquanto parte constitutiva da forma composicional do *Roda Viva*, explicita elementos já presentes na edição de 87. Acreditamos que tal apresentação não apenas porta teor informativo, mas também *sinaliza possíveis focos de polêmica* levantados no decorrer dos pares de perguntas e respostas (ver trecho sublinhado no fragmento transcrito abaixo):

Matinas Suzuki Jr (mediador) Boa noite... ele é considerado como o MAIS importante filósofo brasileiro... no centro do Roda Viva desta noite está o professor José Arthur Giannotti... quase sessenta e seis anos de idade... o professor Giannotti exerceu vida acadêmica na USP por mais de vinte anos... pela segunda vez está na presidência do CEBRAP... Centro Brasileiro de Análise e Planejamento... entidade que fundou junto com Fernando Henrique Cardoso há vinte e cinco anos... José Arthur Giannotti é autor de Vários livros e ensaios sobre filosofia e política... é tido como intelectual rigoROso e até do CONTRA por suas críticas à vida acadêmica e às correntes filosóficas da moda... carrega em contrapartida... a fama de bom cozinheiro com domínios na culinária... nas culinárias italiana ((risos)) e francesa... para entrevistar o professor José Arthur Giannotti nós convidamos essa noite o escritor e poeta Gerardo de Melo Mourão... o cientista político Oliveiros S. Ferreira... a Ester Hamburger que é pesquisadora do CEBRAP... o editor de cultura da Gazeta Mercantil Daniel Pizza... Fernando de Barros e Silva colaborador da Folha de São Paulo e o deputado federal José Genuíno... nós lembramos a você que o Roda Viva é transmitido em rede nacional por quarenta e três outras emissoras de dezessete estados brasileiros... como esse programa é ao vivo você pode participar enviando aqui suas perguntas ao professor José Arthur Giannotti pelos telefones dois cinco dois meia cinco dois cinco... repetindo... dois cinco dois meia cinco dois cinco... se você preferir o fax... use o tele.../ use o número oito sete quatro três quatro cinco quatro... repetindo... oito sete quatro três quatro cinco quatro... boa noite professor Giannotti... muito obrigado pela sua presença essa noite que:: nos honra bastante... professor Giannotti... uma pergunta que eu gostaria de fazer... que eu acho que é uma certa curiosidade geral... que é a seguinte... é poSSível ter uma filosofia no Brasil...é possível ter filósofos brasileiros... (fragmento 21)

Decorridos aproximadamente 10 anos de produção e transmissão do programa, constatamos nessa edição de 12 de fevereiro de 1996 que já não são mais os aspectos institucionais e técnicos que encabeçam a introdução da fala do mediador em seus primeiros minutos de atuação, mas a *própria inserção de dados referentes ao entrevistado*, por meio de um pronome pessoal reto com referenciação catafórica, fato que mobiliza certa inferência por parte do telespectador quanto ao nível de relevância do convidado que se constituirá foco de

atenção dos entrevistadores. Destarte, se a presença de personalidades expoentes das mais variadas esferas de atividade humana se configura componente inerente ao gênero, tal referenciação contribui para que o interlocutor que empreenderá suas réplicas dialógicas à distância ou mobilize gradualmente saberes já adquiridos ao longo de sua experiência (nesse caso, consideramos a presença de interlocutores com alto nível de escolaridade) ou se familiarize com informações relacionadas ao especialista, aproximando o entrevistado desse telespectador pelo compartilhar de possíveis interesses comuns: a política brasileira, o trabalho do filósofo, o objeto de estudo da filosofia, a reforma universitária, etc. Interesses que também delimitam o perfil daquele que deseja assistir ao programa de entrevista.

Inicialmente, o especialista é apresentado como o “*mais importante filósofo brasileiro*”. Priorizar essa informação, sintaticamente, revela uma intencionalidade caracterizada pelo objetivo de explicitar que, dentro de sua esfera de atividade, se constitui referência (importante observar a entonação enfática atribuída ao advérbio de intensidade “mais”). O apresentador pontua igualmente informações de caráter pessoal (nome completo e idade) e, posteriormente, informações pertinentes à sua trajetória acadêmica (instituição universitária e engajamento em órgão de pesquisa). O mediador salienta também a sua parceria com o então presidente Fernando Henrique Cardoso na fundação do CEBRAP. Considerando o horizonte social amplo, entendemos que tal informação confere ao entrevistado, no mínimo, o papel de co-partícipe de ações que compõem a experiência política e/ou intelectual de um líder que proporcionava a estabilidade econômica em um país que, ao mesmo tempo, assistia recrudescer problemas sociais sérios devido, dentre outros aspectos, ao inchaço das regiões metropolitanas. O mediador ainda o qualifica como “*profissional rigoroso*” e “*até do contra por suas críticas à vida acadêmica e às correntes filosóficas da moda*”. Nesse ponto há uma sinalização dos temas que poderão se constituir foco de polêmica no programa. Há também a inserção de mais um dado – esse uma curiosidade - de caráter pessoal (domínio das culinárias italiana e francesa), para, posteriormente relacionar os nomes e respectivos papéis sociais dos entrevistadores. Por último, acrescentam-se dados referentes à abrangência da recepção do programa⁹⁷.

⁹⁷ Diferentemente dos anos 80, quando apenas 5 estados recebiam os sinais de transmissão da TV-2, nos anos 90, configuram-se 17, em rede nacional. Tal empreendimento foi viabilizado pela substituição dos equipamentos de 1969, por nova antena no Sumaré que, em 1992, custava cerca 5,5 milhões de dólares (Lima, 2008).

4.3.3 POLÊMICAS NO DESENVOLVIMENTO TEMÁTICO: ANÁLISE DOS PARES DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Consideramos, até o momento, aspectos sociológicos extra-verbais, bem como aqueles pertinentes à organização espacial que, inerentemente articulado aos primeiros, corroboram papéis sociais dentro do próprio gênero: entrevistadores, mediador, telefonistas e entrevistado. Observamos igualmente a ordem sintática de aparecimento das informações nos momentos iniciais do programa, fato que revela, por parte da edição veiculada em 1996, a *ênfase na figura do especialista*, contrariamente à priorização de informações de caráter institucional empreendida no programa produzido em 1987.

Destacamos que as categorias discursivas elencadas na tabela 5⁹⁸ pautaram-se pelo levantamento dos principais temas abordados durante todo o programa e que se encontram em estreita relação dialógica ao contexto social amplo. Constatamos que em todos os conteúdos referenciais há presença de *bivocalidade semântica contrastiva* que mobiliza focos de *polêmica velada*, de forma que o mesmo *sentido do objeto/tema* porta, em geral, ao menos duas vozes dissonantes que, em alguns momentos, inserem outros discursos, demarcados sintaticamente pela *citação indireta* ou semanticamente pela *adjetivação/nomeação* (tons de PA).

O primeiro aspecto relevante a considerar diz respeito à quantidade de temas levantados nessa edição (de 1996). No programa realizado com o cientista político Herbert de Souza, os temas ficaram concentrados em uma polêmica aberta ora contra discursos oficiais, ora contra os discursos das medicinas de grupo, ora contra os discursos veiculados na mídia que ressaltavam vozes representativas do poder instituído, portando *tons de polêmica velada* instaurada pela dupla utilização de critérios científicos divergentes entre duas diferentes instituições de pesquisa. Diferentemente, a edição produzida com o filósofo José Arthur Giannotti se fundamenta basicamente pela *instauração de polêmicas veladas, com tons de polêmica aberta* nas quais o saber filosófico encontra-se frequentemente atravessado por discursos políticos ancorados necessariamente no horizonte social amplo. Observa-se o maior número de temas abordados durante um tempo menor de realização do programa, se comparado à edição de 1987⁹⁹.

⁹⁸ Página 59.

⁹⁹ A entrevista de 1987 teve duração de 116' 50'', ao passo que a de 1996 foi realizada em 89' 20''.

Empreenderemos nossas análises considerando *três blocos*: **o primeiro** concentrar-se-á nas relações dialógicas entabuladas entre os *discursos políticos* e o *discurso filosófico*¹⁰⁰; **o segundo** observará a polêmica velada instaurada por meio do tema *moralidade pública X moralidade privada*, compreendendo-o mais do que numa relação dicotômica, em suas especificidades, segundo uma ótica filosófica desenvolvida pelo entrevistado. **No último bloco**, delinearemos uma análise das *réplicas dialógicas dos telespectadores*. Ressalta-se que nessa edição não houve a presença de gêneros intercalados, como charges e documentários (gêneros presentes nas edições veiculadas nos anos 2000). Categorias extra-verbais como *entonação* e *gestos* serão consideradas concomitantemente aos pares analisados.

4.3.3.1 DISCURSOS POLÍTICOS E DISCURSO FILOSÓFICO: O REAL REFRATADO SEGUNDO SUAS RESPECTIVAS ESFERAS

Considerando elementos extra-verbais (dialógicos) que constituem essa edição, produzida e veiculada em 12 de fevereiro de 1996 (trata-se, portanto, de uma gravação *ao vivo* com participações dos telespectadores mediadas pelo apresentador) levantamos a hipótese de que *predominarão tonalidades de polêmica velada*, uma vez que o então governo FHC, por meio do plano Real derruba a inflação a patamares jamais atingidos pelos seus antecessores durante a Nova República. Além disso, o convidado para o centro do *Roda Viva* configura-se em intelectual que acompanhou parte da trajetória acadêmica do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Entende-se, portanto, que o contexto seja diverso daquele da segunda metade da década de 1980 em que, embora viabilizasse a abertura política, havia se instalado um caos econômico, objeto de diversos planos econômicos infrutíferos que acabaram por resultar na descrença popular frente à capacidade do poder público instituído de trazer alento a problemas de ordem política, econômica e social.

Ao término da apresentação, o mediador lança a primeira pergunta, componente articulador entre essa etapa inicial do programa e o jogo de perguntas e respostas. Pergunta que visa situar a importância da filosofia e de filósofos na sociedade brasileira contemporânea:

¹⁰⁰ Ressaltam-se aqui dois aspectos: um quanto à temporalidade – cerca de dois terços do programa comportam referenciais advindos da esfera política; outro diz respeito ao fato de que nos demais blocos ainda permanecem alusões aos discursos que circulam nessa esfera.

Matinas Suzuki Jr: professor Giannotti... uma pergunta que eu gostaria de fazer... que eu acho que é uma certa curiosidade geral... que é a seguinte... é possível ter uma filosofia no Brasil...é possível ter filósofos brasileiros... (fragmento 22)

As perguntas levantadas (grifadas acima) demonstram a intenção de estabelecer, logo no início do programa, os limites que compõem a natureza do campo de conhecimento denominado Filosofia, *em estreita relação com o contexto sócio-cultural brasileiro*, bem como identificar traços que delineiam as ações do indivíduo que atua nesse campo, no referido contexto. Portanto, o mediador revela uma intencionalidade marcada pelo desejo de ancoragem do saber filosófico/científico nos fatos que virtualmente se configurem dentro do escopo de vivências dos telespectadores. A reiteração da expressão “é possível” confere um *tom de dúvida* quanto à articulação entre Filosofia e o horizonte social apresentado, ao mesmo tempo em que parece ensejar o propósito de, por meio da responsividade¹⁰¹ do entrevistado, dirimir tal dúvida, corroborando, por meio da voz de autoridade do especialista, o vínculo entre ambos (saber filosófico e fatos do contexto sócio-cultural brasileiro).

Como nosso propósito, nesse momento, é observar as inter-relações dialógicas, especialmente evidenciadas pelas tonalidades das polêmicas aberta e velada, entre os discursos políticos e o discurso filosófico, pontuamos o fragmento 22 acima com vistas a considerar no fio do discurso, os elos de responsividade que articulam as falas/discursos empreendidas pelos interlocutores que compõem o processo de interação verbal. Dessa forma, focalizaremos, nesta seção, as quatro primeiras categorias discursivas elencadas em 2.2.3, reunidas no primeiro bloco. Justificamos a formulação desse grupo inicial uma vez que há um conteúdo semântico objetual que perpassa todas as categorias: *o governo de Fernando Henrique Cardoso*, compreendendo o percurso ideológico, reflexos políticos e econômicos, posição da esquerda frente ao governo, o papel dos intelectuais no governo, bem como o próprio sentido da política, ancorado no contexto extra-verbal. Apesar de reunidas a partir de

¹⁰¹ Compreendemos o termo *responsividade* como inerente ao *ato responsável* (Bakhtin, 2010[1920-24]), ou seja, configurando-se não apenas como *resposta a um conteúdo de sentido*, mas também como *responsabilidade moral*. O primeiro comporta uma *veracidade teórica* e o segundo encontra-se intrinsecamente forjado por condicionantes históricas, delineando-se como um evento único, uma vez que proferido por um sujeito historicamente situado. A posição social ocupada por esse sujeito lhe atribui a condição singular na execução do ato responsável: cabe somente a esse sujeito empreendê-lo (tal ato). Nesse sentido, haveria a instauração de outra configuração de sentido se o mediador simplesmente lesse uma definição teórica da palavra “Filosofia” ou as ações supostamente atribuídas aos filósofos. Há, no processo de interação verbal, o componente axiológico que fornece tonalidades singulares à resposta do especialista: nenhum outro interlocutor poderia, em seu lugar, responder não só as perguntas dispostas inicialmente, como em todo o programa.

um mesmo fio semântico, analisaremos com mais detalhes as especificidades de cada categoria.

4.3.3.1.1 PV COM TONS DE PA: O SENTIDO VALORATIVO DA POLÍTICA

Se os enunciados se constituem, por um lado, respostas àqueles precedentes e, por outro, demandam outros subsequentes, configurando-se num *elo na cadeia de comunicação discursiva* (Bakhtin, 2006b [1952-53], p. 300), o primeiro referencial tomado como foco de polêmica velada (doravante PV), intitulado “sentido valorativo da política”, emerge, inicialmente do seguinte par de interlocução que o antecede:

Matinas Suzuki Jr (mediador): Agora... o senhor disse que é muito difícil aplicar a categoria de filósofo a alguém... qual o sentido... ainda em se estudar filosofia hoje... qual a RAZÃO na medida em que o senhor disse/ encararia como estuDANtes de filosofia...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Quando a gente fala ou quando a gente exprime... a gente pode diretamente se reportar às coisas ou se reportar às pessoas... mas há sempre um momento em que a própria linGUAgem começa a falhar... e a gente pergunta... o que isso significa?... ((fala em um tom pausado essa última pergunta)) ao perguntar o que isso significa... aquilo que a gente tava dizendo... passa por uma espécie de transformação e a gente começa a entender as regras do nosso discurso... isto é... a filosofia está sempre ligada a uma espécie de discurso sobre o discurso... portanto... a filosofia é absolutamente necessária na medida em que a própria linguagem está sempre patinando... está sempre derrapando... o filósofo é... de certo modo... ((câmera do alto em take panorâmico do estúdio)) aquele que fica à margem... aquele que fica à esPERa desta... possibiliDAde de entender melhor as regras pelas quais nós estamos distinguindo o correto e o incorreto... o verdadeiro... e o falso... e assim por diante... e por isso que... de certo modo... há uma... dificuldade do filósofo se apresentar em público... porque ele não pode rapidamente vestir a MÁScara que a publicidade requer e... CONTROLAR de certo modo o seu ego público... existe uma defasagem entre aquilo que nós somos... essa necessidade constante de voltar atrás... essa necessidade constante de quebrar o pé... e esse vetor publicidade se expor e desse modo... criar uma imagem sobre a qual nós não temos controle... e não foi à toa que... você sabe... que eu tive muita relutância a vir a esse programa... que é antes de tudo um programa de figuras públicas... eu sei aqui... nesse centro... no olho do furacão... haverá uma defasagem...

Matinas Suzuki Jr (mediador): Mas... ((concomitância de vozes))

Matinas Suzuki Jr (mediador): Se o filósofo ficar mudo...? (fragmento 23)

Constatamos que o objeto semântico tomado de início como referencial que antecede a instauração da polêmica velada em torno do *sentido valorativo da política* configura-se na

delimitação de argumentos que justificariam o *sentido de se estudar filosofia hoje*. Ao expor parte dos contornos que evidenciam a natureza do trabalho filosófico, por meio de um processo de reflexão suscitado pelas eventuais insuficiências da linguagem em proporcionar a compreensão das regras que compõem certos valores disseminados na sociedade, o entrevistado demonstra revelar uma característica que seria atribuída a esse estudioso: a dificuldade em se adaptar ao espaço público, no que tange à divulgação da própria imagem pública do intelectual desse campo do conhecimento humano. É em meio a uma sobreposição de vozes que interrompem a fala do filósofo que José Genoíno, deputado pelo Partido dos Trabalhadores empreende o sequenciamento da interlocução:

José Genoíno (entrevistador): Eu queria fazer uma pergunta da filosofia pra política... (...)

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) (...)Ele é RÁpido... não é...?

José Genoíno (entrevistador):buscando... buscando o significado das coisas nesse momento atual... como filósofo e como político... qual o sentido valorativo da política nos dias de hoje... ((faz gestos com a palma da mão direita estendida em direção ao entrevistado))... diante de interesses... diante do jogo de pressão... diante das bases materiais em que a política é realizada... tem alguma coloração valorativa... algum sentido ético...que valores fundamentam a política...ela é algo acima do jogo de interesses... de pressões... enfim... o que que... pra que serve a política... qual o sentido dela?

José Arthur Giannotti (entrevistado): Eu não creio que a política tenha um sentido único... Genoíno...isto é... a política tem um sentido especial para os políticos... e a política quando é... ela muda ((faz gestos com as duas mãos reforçando a ideia de mudança)) de cara... como uma figura do pato e a lebre... é a mesma figura... mas de repente ela se apresenta como pato... outras vezes ela se apresenta como lebre... isto é... a política para os políticos é... afinal de contas a:: (arte do poSSÍvel...?) a:: a política está sempre... de certo modo... tentando negociar interesses e:: criar aquilo que:: seja possível para sair determinados impasses... ora... quando nós consideramos...(...)

José Genoíno (entrevistador): (...) não é uma lógica muito pragmática... da arte do possível...não tem um sentido...(...)

José Arthur Giannotti (entrevistado): Mas... veja bem... eu acho que uma das grandes vantagens... /uma das grandes conquistas... ou melhor... uma das grandes reconquistas do nosso tempo foi perder no nosso tempo aquilo que o iluminismo de certa forma o marxismo ainda como filhote que o iluminismo garantia... é que haveria uma CONtinuidade entre a prática racional e a prática da política... ora... desde Aristóteles e Platão a gente sabe que... afinal de contas a filosofia e a ciência elas procuram... / pelo menos ter um compromisso com a verdade... e que a política tem um compromisso com o poder... isto não implica pragmatismo...(...)

José Genoíno (entrevistador): (...) Mas poder pelo poder?... poder pelo poder?...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Não... mas... é um poder pelo poder... (...)

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Você me perdoe mas... o nobre deputado está vivendo no mundo da LUA...

José Genoíno (entrevistador): Mas falar em valores é viver no mundo da lua... Oliveiros?

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Não... eu não to falando disso...

José Genoíno (entrevistador): Eu to querendo discutir...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) ((fala concomitante a José Genoíno e seguem risos))

José Genoíno (entrevistador): O poder tem uma razão... tem um objetivo...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) (...) Ou então o senhor está aderindo à sua santidade o papa...

José Genoíno (entrevistador): Política não é a lógica do vencer a qualquer custo... política não é um vale tudo... eu quero entender o significado da política...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Eu entendo não só a pergunta do Genoíno... mas eu entendo também ... eu tenho a impressão... a intenção dela... isto é... Genoíno quer...neste momento pragmático... em que nossos horizontes políticos estão extremamente reduzidos... ele quer ampliar... desde o início deste debate... dizer NÃO... se nós não temos mais utopia... pelo menos temos que recuperar uma ideia de transcendência... isto é... nós queremos é ir ALÉM... bom eu tô de acordo Genoíno... o problema é como é que nós vamos conseguir esse além da política... em primeiro lugar... reconhecendo que a política é o lugar da persuasão e é o lugar do poder e que portanto... esses compromissos não podem ser atropelados... isto é... nós não podemos chegar a uma forma de voluntarismo... em que simplesmente aquilo que é bom... ou porque nós a consideramos que aquilo que é bom... nós podemos atropelar os fatos... em particular... nós podemos atropelar os outros... MAS...espera... deixa eu terminar... MAS... eu dou razão a você... se nós... de certo modo... na política... não saímos pra filosofia... isto é... se nós não perguntarmos qual é o sentido dessa própria política e ... o que significa a TUA atividade como profissional da política e... a minha atividade de filósofo... ou de estudioso da filosofia ... que de vez em quando CRUza o caminho da política e também VAI para a militância porque como você sabe eu não tenho medo de sujar minhas mãos na política... pelo contrário tenho um enorme prazer da militância...((risos)) **(fragmento 24)**

O primeiro aspecto a ser considerado no fragmento 24 relaciona-se ao direcionamento temático empreendido pelo deputado José Genoíno. A asserção “ *eu queria fazer uma pergunta da filosofia pra política...*”, iniciada com o pronome pessoal reto EU, sinaliza a presença de uma voz que se vê autorizada, pelo papel social que ocupa no contexto político brasileiro¹⁰², bem como pela função que lhe cabe enquanto entrevistador no programa, a efetivar uma articulação rápida entre o “*métier*” filosófico e a política. Genoíno, nesse

¹⁰²José Genoíno Guimarães Neto (Quixeramobim, 03 de maio de 1946) participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, partido pelo qual foi eleito deputado federal por São Paulo entre 1982 e 2002.

sentido, retoma a ideia exposta no fragmento 23 pelo entrevistado de que ao perguntarmos o significado das coisas, essas passam por uma transformação. Essa retomada evidencia-se em sua fala seguinte: “(...)buscando... buscando o significado das coisas nesse momento atual... como filósofo e como político... qual o sentido valorativo da política nos dias de hoje..”. A ancoragem temporal caracterizada pela inserção da locução adverbial “*nesse momento atual*” delimita o referencial temático: o contexto político brasileiro delineado pelo governo de FHC. Para responder tal demanda, Genoíno convoca as duas “faces” do entrevistado “filósofo e político”, ressaltando o atravessamento do discurso político no discurso filosófico.

Em sua pergunta, o deputado levanta a possibilidade da política mobilizar valores que estejam acima do “jogo de interesses”, “do jogo de pressão”¹⁰³. O extralinguístico, nesse momento, lança subentendidos no plano da expressão do discurso, calcados em interesses ideológicos forjados nos variados segmentos/ partidos políticos que compunham o “jogo de braço” entre o governo oriundo de bases de esquerda e a própria esquerda liderada por representantes do PT. Tendo em vista a resposta de Giannotti, constatamos que *o sentido valorativo da política* refrata-se segundo a esfera de atuação dos dois interlocutores: de um lado, o filósofo defende a ideia de que desde Platão e Aristóteles a filosofia e a ciência têm “um compromisso com a verdade”, ao passo que a política “tem um compromisso com o poder”; de outro, o deputado não reconhece a política fundamentada *no poder pelo poder*. Na fala “(...)Mas poder pelo poder?... poder pelo poder?..”, Genoíno revela um tom de indignação, reacentuado mais fortemente na repetição da pergunta, efetivada não com vistas a obter informações ou opinião, mas com o propósito de evidenciar o seu próprio posicionamento axiológico frente ao sentido valorativo da política¹⁰⁴. Posicionamento que se constitui no aparente desejo de buscar um sentido que ultrapasse as relações de interesse motivadas em função do poder. Como representante do PT, Genoíno não apresenta sua indignação como reflexo de concepções pessoais acerca do sentido valorativo da política. Trata-se do que Bakhtin (2004[1929], p.115) denomina *atividade mental do nós*, ou seja, não se reduz a uma manifestação idiossincrática, primitiva, mas permeada por uma *orientação social* de caráter político-partidária.

¹⁰³Em artigo intitulado “A esquerda e o governo FHC”, Coggiola (1995) pontua o caráter de omissão da esquerda brasileira representada em especial pelo Partido dos Trabalhadores. O autor tece duras críticas a membros do PT que passaram a se engajar no governo denominado *neoliberal*, que, segundo o professor de História da Universidade de São Paulo, buscava apoio nas bases políticas que sustentaram o governo Collor e, inclusive, a própria ditadura militar. Disponível em <http://www.adusp.org.br/revista/02/r02a01.pdf>. Acesso em 23/09/2010.

¹⁰⁴ Ressalta-se que nesse contexto sócio-político, o Partido dos Trabalhadores defendia um comportamento ético e engajado nas causas sociais do país.

O entrevistado finaliza o referido processo de interlocução inserindo em sua fala alusões ao contexto político daquele momento: “*Genoíno quer...neste momento pragmático... em que nossos horizontes políticas estão extremamente reduzidos... ele quer ampliar... desde o início deste debate... dizer NÃO... se nós não temos mais utopia... pelo menos temos que recuperar uma ideia de transcendência... isto é... nós queremos é ir ALÉM...*”. Constatamos que na tomada *do sentido valorativo da política* como objeto de bivocalidade polêmica velada, uma vez que refratada segundo perspectiva ideológica de cada esfera (filosófica para o entrevistado, político-partidária para o deputado), **há tonalidades de polêmica aberta** (doravante PA), uma vez que Giannotti denomina o momento político de *pragmático*. Em outras palavras, os tons de PA ocorrem tendo em vista a mobilização, por parte do entrevistado, do recurso verbal da *nomeação*. Ou seja, esse recurso possibilita a explicitação de um juízo de valor. Do latim *pragmaticus*, esse termo pode fazer referência àquele que considera o valor prático e concreto das coisas, tendo em vista objetivos de curto prazo, sem maiores considerações de ordem ideológica¹⁰⁵. O entrevistado, de certa forma, empreende uma *reacentuação avaliativa* das intenções do deputado atribuindo um discurso de negação frente à impossibilidade de manutenção de uma *utopia*, recuperando “uma ideia de transcendência”. Em outras palavras, o filósofo insere no seu discurso, o virtual discurso do *outro* -representado não pela figura pessoal de Genoíno, mas pelo seu vínculo ideológico com a esquerda no contexto da política nacional naquele momento. Segundo a ótica marxista, a palavra *utopia* refere-se a um modelo abstrato de sociedade ideal, construído como crítica à sociedade moderna, porém impossível de se por em prática¹⁰⁶. Importante salientar que o uso do *nós* inclusivo em “*se nós não temos mais utopia... pelo menos temos que recuperar uma ideia de transcendência...*” inclui o discurso do próprio entrevistado numa espécie de “limbo”: de um lado, conscientes da inviabilidade do sonho socialista mediante a opção governamental de entabular alianças com segmentos neoliberais para constituir lideranças no poder instituído e, por outro, revelam “a busca de uma transcendência”, ou seja, o desejo de preservação de uma identidade ofuscada pelo “*encanto*” do governo FHC, originariamente constituído em bases esquerdistas. O próprio entrevistado instaura tons de polêmica aberta ao executar uma “releitura” do discurso de Genoíno, coadunando-se ideologicamente com a referida reacentuação.

¹⁰⁵ Disponível em: www.auletedigital.com.br. Acesso em 23 de setembro de 2010.

¹⁰⁶ Disponível em: www.auletedigital.com.br. Acesso em 23 de setembro de 2010.

Por último, observamos a PA suscitada pelo cientista político Oliveiros S. Ferreira, classificando a intervenção discursiva do interlocutor petista como “rápido” no direcionamento temático do programa. Ora, um dos elementos composicionais recorrentes do gênero é o enfoque *nos temas* levantados, ou pelo entrevistado, ou pelo mediador, ou pelos entrevistadores, não a *classificação ou expressão avaliativa das atitudes dos interlocutores* envolvidos, o que implicaria em certo tom de julgamento. *Oliveiros inicia sua fala tomando o discurso do deputado como objeto que avalia.* A entonação enfática na sílaba proparoxítona do advérbio de modo – “RÁpido” – confere uma avaliação dissonante em relação à inserção da fala de Genoíno. A PA instaurada por Oliveiros se reitera em seu turno seguinte: “*Você me perdoe mas... o nobre deputado está vivendo no mundo da LUA...*”. Considerando que o processo de referenciação se constitui por meio de escolhas do sujeito em função de um querer-dizer (Koch, 2009, p. 61), o uso do pronome de tratamento “você” implica em uma situação de igualdade social entre os interlocutores, desfazendo, nesse momento, a relação assimétrica entre o cientista político e o entrevistado. O referencial (Genoíno) é retomado, no mesmo turno, denominando-o pela função que ocupa na câmara legislativa, acompanhada do adjetivo “nobre” fato que possibilita gerar um efeito de certo distanciamento entre os interlocutores (cientista político e deputado) para caracterizar o estado em que se encontraria Genoíno: “*...vivendo no mundo da LUA*”. Trata-se de uma expressão popular que pode ser traduzida na referência a um sujeito que se encontra distante de questões que envolvam a realidade mais concreta, isto é, apresenta-se limitado aos seus próprios devaneios. A fala seguinte de Oliveiros reitera a PA, por meio da *ironia*, cujo sentido se constrói pela dupla interpretação inerente à fala do cientista político –*aderir ao discurso do papa* como alusão ao discurso religioso católico ou como expressão axiológica caracterizada por considerar “pseudoingênuo” a fala do deputado: “*...Ou então o senhor está aderindo à sua santidade o papa...*”. “Aderir à sua santidade o papa” implica seguir ideologicamente o posicionamento religioso do líder católico, fato que corrobora a perspectiva avaliativa do cientista político em relação ao discurso do deputado: os saberes da esfera religiosa comumente se concentram na divulgação de dogmas postulados a partir da crença em um Deus, teoricamente incongruentes com os interesses pessoais que permeiam jogos de interesse político. Abaixo, relacionamos uma sequência de imagens que captam partes do processo de interlocução acima analisado:

Imagem 17

Imagem 18

Imagem 19

Imagem 20

A palma direita ligeiramente estendida, na imagem 17, constitutiva do segundo turno de fala do deputado petista no fragmento 24, sinaliza o momento em que José Genoíno manifesta a intenção de articular o conteúdo temático da fala do entrevistado no fragmento 23 cujo eixo semântico se concentra em especificidades pertinentes ao trabalho do filósofo, àquele relacionado à busca pelo sentido da política. A imagem capta uma parte do gesto empreendido pelo entrevistador que executa com as mãos um movimento no sentido horizontal, de ida e volta, movimento que acompanha a citação do entrevistador que pontua a necessidade de Giannotti responder à sua pergunta segundo os dois papéis sociais que exerce: filósofo e político.

A imagem seguinte ressalta a ocasião em que, no mesmo turno de fala, o deputado solicita que o sentido valorativo da política seja considerado *nos dias de hoje*. Em outras palavras, a palma estendida à sua frente demonstra enfatizar esse adjunto adverbial de tempo, ancorando sua fala no momento sociopolítico brasileiro da época.

As palmas dispostas paralelamente na imagem 19 acompanham ainda a fala do deputado: “...diante de interesses... diante do jogo de pressão... diante das bases materiais em que a política é realizada... tem alguma coloração valorativa..”. O gesto, nesse sentido, visa enfatizar a existência de interesses e o jogo de pressão nas práticas políticas. Sugere, entretanto, que o sentido da política esteja acima de tais relações de valor. A última imagem dessa sequência expõe o entrevistador entabulando movimentos que indicam a sequenciação de supostos sentidos que seriam arregimentados pela *política*: “...*tem alguma coloração valorativa... algum sentido ético...*”. Entendemos que tanto a fala do deputado, quanto seus gestos pontuam a constituição ideológica de parte da esquerda brasileira, representada pelo Partido dos Trabalhadores, na segunda metade da década de 90, em especial durante o governo Fernando Henrique. Portanto, tais gestos refletem, a nosso ver, o complexo anseio desse segmento dos partidos políticos que se pautava por ações políticas que *aparentemente* estivessem além dos embates que fundamentavam a pavimentação do neoliberalismo no Brasil.

Consideraremos a última sequência de imagens referentes ao fragmento 24:

Imagem 21

Imagem 22

Imagem 23

Imagem 24

Imagem 25

Imagem 26

Representando a tomada da fala de Genoíno como objeto de refutação, a imagem 21 revela não apenas o punho cerrado do cientista político Oliveiros S. Ferreira, à altura de sua boca, num movimento que *demonstra* empreender certa *defensiva* em relação à resposta do deputado petista. A imagem acompanha a citação irônica de Oliveiros como forma de polemizar abertamente com o representante petista: “...*Você me perdoe mas... o nobre deputado está vivendo no mundo da LUA...*”. A mão direita apontada para Genoíno corrobora o foco da PA, bem como o sorriso no canto direito da boca que contribui para descortinar os

subentendidos que o plano linguístico da expressão – tomado isoladamente – é incapaz de revelar em sua concretude: Oliveiros parece contar com a memória discursiva do telespectador e dos interlocutores envolvidos no processo de interação, que teoricamente mobilizam a ideia de que são inerentes à prática política os jogos de interesse e de luta pelo poder e que seria falacioso compreender a política como algo que está além desses jogos.

A imagem 22 evidencia, em abertura de ângulo, a polarização polêmica entre Oliveiros e Genoíno, acompanhando a fala do cientista político: “... *Ou então o senhor está aderindo à sua santidade o papa...*”. Reitera aqui o tom irônico, em que se fazem presentes duas vozes: uma que Genoíno demonstra ao sinalizar a intenção de considerar a possibilidade de se depreender o sentido da política como algo que transcenda as práticas de interesse, comparando tal intenção àquelas que, ao menos em princípio, fundamentam as ações do papa enquanto líder católico; outra que se sustenta justamente na aparente incompatibilidade entre essas duas intenções (dos políticos e do papa).

Ao denominar o momento (contexto político) de “*pragmático*” e ao adjetivar os “nossos horizontes políticos” de “*reduzidos*”, o entrevistado revela, por meio da imagem 23, a instauração de duas PA: uma em relação ao discurso das autoridades instituídas que se pautavam por ações político-econômicas de curto prazo com vistas a manter a estabilidade econômica alcançada logo após a ascensão de FHC na chefia do executivo; outra em relação às perspectivas intelectuais de parte da esquerda brasileira que, de certa forma, encontravam-se “atrofiadas” mediante a ausência de um discurso que contestasse tais autoridades.

O gesto de Giannotti, na imagem 24, com o movimento das mãos direcionado para o deputado, porta para o centro da interlocução os discursos que permeiam a prática executada por Genoíno enquanto “profissional da política”. As duas últimas imagens (25 e 26) enfatizam o posicionamento axiológico do entrevistado frente ao “cruzamento” entre política e filosofia, considerando-o “necessário”. Antes de finalizarmos a referida análise, ressaltamos que a *PV com tons de PA* se constrói no *todo* das articulações discursivas engendradas pelos posicionamentos axiológicos refratados de acordo com as esferas de atuação de cada interlocutor: filosófica - e política. Dessa forma, se no discurso do entrevistado o “sentido valorativo da política” se constitui, pela ótica filosófica, na e pela transcendência dos fatos por meio do recolhimento do filósofo que empreende suas reflexões, no discurso do deputado a prática política não se limitaria ao “poder pelo poder”, mas visaria igualmente “um sentido” além dessa prática. Se, respectivamente, o primeiro discurso (do filósofo) se configura por

uma “reacentuação” do discurso do outro (do deputado) por meio, por exemplo, da inserção de um “nós” inclusivo ou pela mobilização do recurso da adjetivação ao caracterizar o momento político de “pragmático”, o outro discurso (do deputado) explicita, principalmente por meio da entonação enfática, sua indignação frente a considerar a política delimitada unicamente no e pelo processo de persuasão ao qual se refere Giannotti. Já o discurso do cientista político se fundamenta por subentendidos que delineiam o sentido da política inerentemente articulada ao jogo de interesses políticos e que desconsiderar esse jogo implicaria em falsa ingenuidade. Temos, assim, no quadro abaixo, um resumo das três perspectivas axiológicas que delimitam os contornos da polêmica velada uma vez que a tomada do conteúdo semântico objetual – sentido valorativo da política – é refratado de acordo com a tonalidade ideológica que permeia a palavra que circula nas três diferentes esferas: filosófica, política e ciência política:

Na sequência, analisaremos o segundo viés temático concernente ao primeiro bloco.

4.3.3.1.2 PV COM TONS DE PA: O PAPEL DO INTELLECTUAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Consideramos a tomada do referencial a que denominamos “*papel do intelectual na sociedade contemporânea*” foco de PV, uma vez que resguarda em si uma plurivocalidade contrastiva: enquanto o filósofo considera a posição do intelectual como aquela cuja missão é “...encontrar pontos de fuga que fogem das tessituras dos fatos...”, há outras vozes que compreendem que a delimitação das ações do intelectual ao plano teórico mostra-se

incoerente com discursos defendidos por esses intelectuais e, há ainda outros que refratam esse posicionamento de modo oposto. Em se tratando do horizonte social amplo constitutivo do programa, bem como da situação imediata de interlocução, o tema “papel do intelectual” ganha contornos concretos ao referir-se mais diretamente ao grupo de intelectuais que integraram o conjunto de estudiosos do qual fazia parte o presidente FHC, incluindo o próprio entrevistado.

Focalizemos o seguinte fragmento:

Ester Hamburger (entrevistadora): Aproveitando que você está falando aí sobre política... uma vez quando eu estava prestando o concurso de bolsista do CEBRAP você me perguntou se o intelectual tem uma missão... eu aproveito agora pra te retornar a questão... o intelectual tem uma missão social...?

(...)

José Arthur Giannotti (entrevistado): Os filósofos têm sim uma missão... isto é... recuar e procurar as margens da (cientificação?) dos discursos... dos comportamentos... mas isso não significa que a missão dele tem um conteúdo...se o filósofo apela para alguns comportamentos práticos para todos os homens porque eles precisam e PODEM se entender ... isso não significa que o filósofo está dizendo que existe uma humanidade MÍNIMA... ou que existe isso sim... nós nos perguntamos pelo sentido das coisas... nós somos obrigados a nos perspectivar... a encontrar pontos de fuga que... FOgem das tessitura dos fatos... ou FOge da finitude humana... isto É... a missão é... uma missão que implica transcendência... mas não façamos dessa missão nenhum receitário...

Fernando de Barros e Silva (jornalista da *Folha de S. Paulo*): Giannotti... deixa eu tornar isso mais concreto... nós temos um intelectual na presidência da república e:: eu queria saber de você... qual a função que os intelectuais devem assumir... você se lembra... quando Fernando Henrique foi eleito... houve uma debandada de intelectuais pro governo... atraídos pelo governo... e você falou... eu não sabia que eles gostavam tão pouco do que faziam... não é... abandonaram a vida acadêmica e foram pro governo... você:: preferiu continuar... /enfim... assumiu a presidência do CEBRAP... preferiu continuar na pesquisa... o que que um intelectual pode fazer hoje quando um de seus pares... um dos maiores talentos da sua geração...está no poder... qual a atitude... nesse caso do Fernando Henrique... não em geral...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Veja bem... o::/ quem está no governo é um intelectual que há muito tempo está fazendo política e ele faz política como político... eu tenho impressão que... se o Fernando Henrique consegue manter a sua vida intelectual... eu diria... é muito mais nas horas vagas... nos fins de semana... ele se comporta como político... ele trata de fazer política... por isso mesmo eu tava dizendo... essa:: distinção... sublinhei essa distinção entre a LÓGICA de certa forma pragmática do político que TENta organizar-se no possível... E a (arte?) do intelectual... em especial do estudioso de filosofia ... que é antes de tudo aquele que quer tornar o impossível VIÁVEL... mas pra tornar o impossível viável... e essa é nossa função... temos que ir além... procurar soluções que ... aparecem a primeira vista... ou estão sob as circunstâncias completamente vetadas pelos fatos... mas nós precisamos... portanto...

reencontrar certas formas de vida... certas formas de pensar... isso... sem dúvida... detonando as nossas próprias individualidades... enTRANdo nas nossas angústias... isso não é tarefa de político... o político é prospectivo... (...)

Oliverios S. Ferreira (entrevistador): Giannotti... você não acha que político tem tudo isto?... toda esta angústia...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Ah... mas eu tenho a impressão que a angústia... eu não vou negar... que os políticos sejam angustiosos/ angustiadados... eu diria o seguinte... que o político tem tudo isso... de certo modo na negociação e no caminho da persuasão... enquanto que o filósofo tem isso...

Oliverios S. Ferreira (entrevistador): Não... eu não estou fazendo uma comparação com o filósofo... eu tô pensando no político em si...e não é o político ... rastaquera... ((risos))

José Genoíno (entrevistador): É o homem de estado...

Oliverios S. Ferreira (entrevistador): É o homem de estado...

José Genoíno (entrevistador): Tem que ter visão... objetivos... interesses... escolhas... o político tem que ter cara e tem que ter lado...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Mas veja bem... o político faz tudo isso na praça PÚBLica... o político faz tudo isso tentando persuadir... tentando convencer e obter um consenso... o filósofo faz tudo isso antes de tudo... se recolhendo... se recolhendo para a sua vida privada... se recolhendo para as suas reflexões... e se detoNANdo a si mesmo afim de que ele possa escrever(...) **(fragmento 25)**

Nesse fragmento (25) a pesquisadora do CEBRAP, Ester Hamburger, reorienta o trajeto temático, alterando o foco referencial semântico – **do sentido valorativo da política para o papel social do intelectual, ou missão social**. A resposta do filósofo acentua o caráter reflexivo da atividade filosófica, uma vez que ele pergunta “*pelo sentido das coisas*” e “*é obrigado a se perspectivar*”. A PA é instaurada pelo jornalista Fernando de Barros e Silva da *Folha de S. Paulo*. Com vistas, primeiramente, a “tornar concreta” a resposta do especialista (constatamos aqui uma “*reacentuação avaliativa*”, por meio da qual a linguagem jornalística “*esclarece*” a do especialista) apresenta o caso do presidente FHC como exemplo de intelectual que então atuava como líder político. Barros e Silva, nesse momento, revela a intenção de não apenas “*concretizar*” a exposição de ideias do filósofo, como também (e principalmente) entabular relações dialógicas dissonantes em relação aos discursos de um supradestinatário que chamaremos de “*ex-intelectuais de esquerda*”. A **introdução de um discurso citado**, no plano linguístico, configura-se evidência empírica da instauração da PA: o jornalista da *Folha de S. Paulo* insere, em seu próprio discurso, a fala do entrevistado

empreendida em *outro* contexto enunciativo – quando FHC foi eleito (ver trecho grifado na fala de Barros e Silva), ocasião em que intelectuais da esquerda, em especial, petistas passaram a compor o governo do PSDB. Tal referência antecede sintaticamente a pergunta do representante do jornal paulista: “...o que que um intelectual pode fazer hoje quando um de seus pares... um dos maiores talentos da sua geração...está no poder... qual a atitude... nesse caso do Fernando Henrique... não em geral...”. Consideramos que haja duas perguntas elencadas por Barros e Silva: a primeira que solicita a Giannotti uma análise *do que o intelectual pode fazer hoje* frente ao governo e a segunda que prioriza a abordagem do caso do Fernando Henrique.

Constatamos que o silenciamento de Giannotti em relação à inserção de sua própria fala (empreendida por Barros e Silva) proferida em outro contexto enunciativo – aquele caracterizado pela “*debandada de intelectuais pro governo* (de FHC)” – reverbera concordância com a PA levantada pelo jornalista. Destarte, o que observamos é a “recontextualização” da citação do filósofo: quando Barros e Silva *seleciona* o discurso citado, ele confere a esse discurso *novo sentido*, uma vez que desconsidera as circunstâncias concretas constitutivas da própria citação. Entendemos que esse “novo sentido” reveste-se de um *posicionamento avaliativo crítico* em relação às ações dos referidos intelectuais que à princípio teriam priorizado suas respectivas participações no governo em detrimento de seus ofícios acadêmicos. O entrevistado, contudo, limita-se, inicialmente, em sua resposta às perguntas do articulista da FSP, a uma análise da atitude de FHC, caracterizando-a como especificamente de um *político* e não de um intelectual. Em um segundo momento, delineado pela locução conjuntiva conclusiva “por isso”, o especialista retoma sua referência à distinção entre a “lógica pragmática política” e a “função do intelectual”, pautada pela busca de soluções aparentemente “vetadas pelos fatos”, por meio de um exercício de introspecção. Dessa forma, compreendemos que Giannotti retoma o seu próprio discurso ressignificado pelas palavras do jornalista e o redimensiona, trazendo-o (esse discurso) para um plano teórico que considera muito mais as especificidades dos papéis sociais do político e do intelectual, do que propriamente um juízo de valor pessoal acerca de FHC ou de quaisquer outros intelectuais.

Consideraremos, nesse momento, uma *plurivocalidade discursiva* no que tange ao referencial que denominamos “*papel do intelectual na sociedade contemporânea*”. Tal pluridiscursividade se constitui pela presença de, ao menos, 3 vozes dissonantes: 1) vozes que

compreendem a atuação do intelectual – especialmente o filósofo - como circunscrita ao plano da reflexão, tendo em vista “pontos de fuga” mediante uma realidade que se apresenta aparentemente insolúvel (posição defendida pelo entrevistado); 2) vozes que privilegiam uma atuação direcionada para uma abordagem *teórica* de obras de referência e 3) vozes que defendem uma imbricação entre teoria e prática do intelectual, a partir do mesmo referencial teórico. Analisemos, no fragmento abaixo, o embate entre tais vozes, por meio da PV com tons de PA:

Daniel Pizza (editor de Cultura da Gazeta Mercantil): Eu queria fazer uma pergunta ainda nessa interface entre política e filosofia mas por um outro vetor... por um ângulo mais pessoal... o seu último livro A apresentação do mundo... ele provocou muita reação no sentido de:: que ele traz uma espécie de:: mudança de parâmetro no seu pensamento... quer dizer você se celebrizou por pensar o trabalho... a alienação do trabalho... enfim... questões é:: é:: muito ligadas ao pensamento marxista... e agora o senhor tá se detendo mais sobre problemas sobre a filosofia da linguagem... e Wittegeinstein... tudo... mas... pra resumir toda a história... qual a diferença do Giannotti dos anos sessenta... setenta e o atual?

José Arthur Giannotti (entrevistado): Bom... essa questão de saber qual a diferença do Giannotti dos anos sessenta e o atual a meu ver é uma questão que:: é difícil ser respondida pelo Giannotti que está aqui... eu sempre gosto de repetir uma historinha que o Antônio Cândido... mestre de todos nós... me contou um dia e que mostra bem como é que nós não podemos controlar essa imagem pública... isto é... havia um poeta que numa cidadezinha publicou um livro chamado As primaveras ... ele foi entrevistado... pra resumir... ele disse... olha... estou comeÇANdo... daqui a pouco eu vou escrever melhor:: ele foi produzindo produzindo vários livros e cada vez mais ele dizia... estou na melhor das minhas formas... ele morre... a sociedade elege .../ ergue um busto em sua homenagem... ao poeta fulano de tal... autor das primaveras... isto É... o que... essas rupturas significam socialmente eu não sei... mas eu posso saber o seguinte... qual foi... isso sim... o:: fio que eu tenho puxado no marxismo para as minhas (obsessões) e... mais do que eu mesmo... o Bento Prado... um velho amigo meu... tá sempre dizendo o seguinte... Giannotti... você só tem um pensamento... você só pensa uma coisa... desde... não só... ah:: no trabalho e refle.../ nas ideias do trabalho... mas até no seu priMEIro livro ((entonação cadenciada)) ... eu estou sempre pensando as condições do conceito... e quando eu estudei Marx... eu estudei justamente pra saber O QUE... como é que o valor se constituía como medida... e como era possível construir esse processo... quando a medida se torna uma questão de REgra... e como o problema do valor não apenas um problema de apliCAR uma regra mas começar a aplicação conforme a própria regra... eu estou num universo wittegeinsteiniano... ai sim... eu tenho a impressão que eu amPLio o meu pensamento... ou pelo menos as minhas obsessões e... não sei realmente se eu sou fiel a eles...

Fernando de Barros e Silva (jornalista da Folha de S. Paulo): Deixa eu retomar o que o Daniel disse por outro ângulo... o outro amigo seu o Roberto Swartz publicou recentemente um artigo na Folha analisando é:: a experiência de leitura do Capital que vocês fizeram... você ... o Fernando Henrique... ele próprio... e um dos pontos cegos dessa leitura que ele aponta... apontava... seria um caráter desenvolvimentista desse marxismo uspiano... ou seja... vocês estariam mais preocupados em achar uma solução pro Brasil... uma preocupação teórico mas

pragmática... enfim... uma coisa com um:: um:: um escape poLítico... do que fazer a crítica do capitalismo... que seria obviamente o que éh:: motivava o Marx... você concorda com essa análise do Roberto e:: e:: como eu acho que a resposta é não... eu queria que você falasse do seu livro... porque o trabalho com a reflexão é uma tentativa de fazer a crítica do capitalismo contemporâneo... talvez uma tentativa mais ouSAda da filosofia brasileira... então... como você vê a análise que o Roberto faz da experiência da sua geração?

José Arthur Giannotti (entrevistado): Eu não diria não à observação do Roberto... eu diria o seguinte... veja bem... a nossa preocupação sempre foi ... aliás a nossa geração teve esse mérito e esse defeito... nós éramos teRRivelmente ambiciosos... nós queríamos transformar o mundo... nós queríamos transformar a filosofia em ciência e nós queríamos transformar o Brasil... não era pouco... certo... ah:: sob esse aspecto a crítica do capitalismo tamBÉM era uma FORma de pensar quais eram as viabilidades do capitalismo brasileiro... e não foi à toa que... entre todos os trabalhos do grupo SAI o livro do Fernando Henrique como eu falei sobre a *teoria da dependência*¹⁰⁷ ... isto é... a teoria da dependência era uma forma de interpretar ((entonação enfática)) o que significavam as várias maneiras de um capitalismo desenvolvimentista no Brasil... isto É... eu acho que o que o grupo foi caracterizado por essa eNORme ambigüidade de ao mesmo tempo querer sair dos fatos e ao mesmo tempo querer se CONFRONTAR com eles e... resolver os problemas mais imediatos...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Ah... desculpe... vocês estudaram Marx e foram à prática ou ficaram na teoria?

José Arthur Giannotti (entrevistado): Quem nós?

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) O grupo que estudou O Capital... eu sei que um foi à prática... e o desaconselhei ((risos))

José Arthur Giannotti (entrevistado): Veja bem...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Me parece que nenhum mais de vocês foi à prática...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Que prática...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) A prática que transforma o mundo...

José Arthur Giannotti (entrevistado): E quem disse que a única prática que transforma o mundo é a prática ((palavra encoberta pela fala seguinte de Oliveiros))

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) AS IDEIAS as ideias que (transformam o mundo)...

Daniel Pizza (editor de Cultura do Gazeta Mercantil): Essa resposta não seria uma resposta à diferença entre o Giannotti dos anos sessenta e anos noventa?

¹⁰⁷ Cardoso, F.H/ Faletto, E. (2004) refuta a noção de “dependência” associada à relação imperialista, ou seja, fundamentada mecanicamente pelos interesses de países dominantes. Partindo de uma perspectiva que integra interpretações econômicas e sociológicas, define um tipo de dependência a partir da análise das condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político de dois diferentes padrões de integração social: 1) países que arregimentam um controle nacional do sistema exportador; e 2) países com economia de enclave. Nos primeiros, a demanda interna de consumo permite a essas economias desenvolvimento e autonomia, já naqueles cuja situação de subdesenvolvimento impossibilita a geração de tal demanda, o mercado internacional interfere mais diretamente nas decisões econômicas.

José Arthur Giannotti (entrevistado): Nós nunca apoiamos o movimento guerrilheiro... desde o início...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Eu não estou me referindo ao movimento guerrilheiro não... eu estou me referindo à ação política...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Ao Fernando Henrique?

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Não não... o grupo estudou Marx... eu pergunto... ficou na teoria... de vez em quando vai à política... à prática... mas o grupo ficou na teoria... exceto o Fernando que foi à prática...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Tá certo...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Agora eu pergunto... o que que o Marx... que é um homem da prática... teve a ver com isso...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Você acha que Marx é um homem da prática?... ele ia para a prática... mas... cada vez que o movimento revolucionário refluía se enfiava no (Britshin) Museum e ficava Anos estudando e fazendo pesquisa... isto é...(...)

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) (...)sim quando refluía...

José Arthur Giannotti (entrevistado): E quem disse que depois dos anos sessenta e quatro... ((sobreposição de vozes))

José Arthur Giannotti (entrevistado): o (profeta) não refluíu...só você...((risos))

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Não... isso é negar seja sociologia..seja o Marx/... é NEgar mudança social...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Não... não é negar mudar social...

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) Ora... o processo revolucionário não pode ter refluído santo deus a miséria aumentou... a concentração de renda aumentou... o processo revolucionário de uma maneira ou outra tem que estar na rua... é preciso alguém captá-lo...

Daniel Pizza (editor de Cultura do Gazeta Mercantil): O senhor não diria que seus escritos são uma prática política? ...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Eu diria que... eles não são uma prática política direta mas é... uma prática na (polis) isto é... ele não tá ligado a partido... tá certo... eu acho que...é função.../ veja bem... como é que eu ajo politicamente... num momento de eleição... num momento mais... mais... QUENTE aí eu VIro militante... eu posso... entendeu...num momento determinado ir para... para... o velho prédio do Sion... fundar o PT... assinar:: assinar aquele documento que depois foi roubado... depois num determinado momento apoiar Fernando Henrique mas... na Hora em que a eleição esfria... eu acho que a minha função é muito mais tentar entender o processo político como um Todo e... apostar... não só Neste partido ou naquele outro partido mas apostar sobretudo no reforço do sistema político brasileiro e na sua melhoria...(...)

Oliveiros S. Ferreira (entrevistador) (...)Mas sem proselitismo...

José Arthur Giannotti (entrevistado): A sim... a Minha atividade é uma atividade de questionador de sentidos... a tolerância é ANtes de tudo um dever e uma prática cotidiana...isto É... na militância a gente evidentemente enfia a mão na massa... mas... é importante que atividade constante do intelectual seja aquela atividade de reconhecer que... por exemplo... o sistema político sem uma representação da direita que seja extremamente orgânica... importante e competente... é um sistema político claudicante e que portanto eu prefiro que haja uma boa direita do que uma boa esquerda embora.../ oh:: desculpe... uma boa.../uma má direita... o que eu acho importante o seguinte... é que na hora da votação... obviamente ou da eleição eu não vou estar militando... (fragmento 26)

A pergunta de Daniel Pizza, editor de Cultura da Gazeta Mercantil, configura-se ponto de articulação entre o referencial temático que perpassa a interlocução transcrita no fragmento 25 e a plurivocalidade presente no fragmento 26, efetivada pelo seguinte enunciado: “*Eu queria fazer uma pergunta ainda nessa interface entre política e filosofia mas por um outro vetor... por um ângulo mais pessoal...*”. Pizza toma como objeto de análise a obra de Giannotti intitulada “*Apresentação do mundo*”¹⁰⁸, com o propósito de estabelecer uma comparação entre o viés teórico predominante do filósofo nos anos 1960 e 1970, momento em que considerava questões ligadas ao pensamento marxista e aquele dos anos 1990 que, segundo o representante da Gazeta Mercantil, privilegiaria o enfoque em temas relacionados à filosofia da linguagem. Com o propósito de responder à pergunta do jornalista, Giannotti porta para dentro de seu discurso a fala de Antônio Cândido ao qual se refere como “mestre de todos nós”. Em se tratando de uma voz de referência na esfera da crítica literária, a inserção do processo enunciativo caracterizado pela narratividade ganha sentido na medida em que *ilustra* a resposta do filósofo cuja posição avaliativa sobre a provável alteração no viés teórico de sua obra consiste em, a princípio, afirmar ser “de difícil resposta” para, posteriormente, pontuar não saber “o que essas rupturas significam socialmente”, corroborando, de certa forma, a existência de alterações nos enfoques teóricos elaborados pelo filósofo ao longo do período mencionado por Pizza. Entretanto, a inserção do discurso citado de outro filósofo, o bergsoniano Bento Prado Jr. (1937 -2007) é empreendida pelo entrevistado em seu próprio discurso como uma voz de autoridade capaz de fundamentar *um direcionamento teórico estável dos seus estudos*, o que implica considerar a manutenção de

¹⁰⁸ Nessa obra, Giannotti (1995) empreende reflexões acerca do conceito wittgensteiniano de jogo de linguagem não verbal.

uma relativa coerência teórica na condução de suas pesquisas, a despeito de aparentes “rupturas”.

Na sequência, o colaborador da *Folha de S. Paulo*, Fernando de Barros e Silva apreende a fala de Pizza, reconfigurando-a a partir de seu filtro axiológico: “*Deixa eu retomar o que o Daniel disse por outro ângulo...*”. Essa retomada se constrói mediante a inserção do discurso citado de outra voz de referência da esfera da Teoria Literária, o pesquisador Roberto Schwarz (2001):

“... o outro amigo seu o Roberto Schwarz publicou recentemente um artigo na *Folha* analisando é:: a experiência de leitura do *Capital* que vocês fizeram... você ... o Fernando Henrique... ele próprio... e um dos pontos cegos dessa leitura que ele aponta... apontava... seria um caráter desenvolvimentista desse marxismo uspiano... ou seja.... vocês estariam mais preocupados em achar uma solução pro Brasil... uma preocupação teórico mas pragmática... enfim... uma coisa com um:: um:: um escape poLítico... do que fazer a crítica do capitalismo... que seria obviamente o que éh:: motivava o Marx...”.

O que Barros e Silva ressalta é uma crítica de Schwarz acerca da leitura de *O Capital*, de Marx, empreendida pelo grupo de intelectuais composto, dentre outros, por Giannotti, Fernando Henrique Cardoso e o próprio Schwarz. O caráter “desenvolvimentista” do marxismo uspiano configurar-se-ia por uma concepção mais “pragmática”, “política”, que teórica. O discurso de Barros e Silva instaura uma PA ao circunscrever, dentro de seu discurso, o posicionamento crítico do ex-companheiro de Giannotti nas análises direcionadas à obra do pensador russo. O discurso tomado como objeto da polêmica aberta articula-se em função de um supradestinatário definido: a ideia de que haja uma imbricação entre a pesquisa científica/ filosófica e a atuação política pragmática. Do ponto de vista inverso, pressupõe-se que a definição de parâmetros que estabeleçam limites entre ambas perspectivas de atuação do intelectual evidencia-se axiologicamente valorizada tanto por Barros e Silva quanto por Schwarz. Se a fala de Pizza toma como referencial o dimensionamento teórico que Giannotti configura à sua própria obra, o colaborador da *Folha* refrata tal objeto atribuindo-lhe nova significação por meio da instauração da PA.

A resposta do entrevistado implica considerar o conteúdo semântico ressignificado por Barros e Silva – atuação do intelectual – a partir de uma perspectiva bivocal contrastiva, portanto por meio de uma PV: como “mérito e defeito”. Em outras palavras, ao mesmo tempo que Giannotti compreende o vínculo entre o estudo teórico e a prática política como incongruentes do ponto de vista científico/filosófico, atribui traços que especificam o caráter

do grupo ao qual o discurso citado de Schwarz empreendido pelo jornalista da *Folha* faz referência: “ambiciosos” ao buscar “as viabilidades do capitalismo brasileiro...”, nomeando a atuação daqueles intelectuais como “*ambígua*”, uma vez que evidenciados pela articulação de duas ações: a de transcender os fatos e, ao mesmo tempo, de confrontá-los, buscando soluções.

Já a fala do cientista político Oliveiros S. Ferreira sinaliza a presença de discursos diametralmente opostos àqueles constitutivos do discurso citado de Schwarz, empreendido por Barros e Silva na instauração da PA, configurando relações dialógicas consonantes ao supradestinatório identificado acima: “*Ah... desculpe... vocês estudaram Marx e foram à prática ou ficaram na teoria?...*”. A inserção da expressão de “psedocortesia” “*ah... desculpe*” antecede a constatação de que, daquele grupo de estudiosos, somente Fernando Henrique Cardoso “foi à prática” emerge a pergunta que, longe de se caracterizar pela busca de informações, *polemiza abertamente* com os discursos que refletem a posição de *outro* supradestinatório: *a ideia de que não haja uma imbricação entre a pesquisa científica/filosófica e a atuação política pragmática*. A PA se evidencia especialmente na seguinte pergunta problematizadora: “*...Agora eu pergunto... o que que o Marx... que é um homem da prática... teve a ver com isso...?*”. O contexto imediato constituído pelos temas levantados no processo de interação verbal, articulados ao horizonte social amplo preenchem semanticamente o pronome demonstrativo “isso”, referindo-se ao fato de que, a grande maioria dos estudiosos marxistas que compunham o grupo de Giannotti teria se limitado a uma abordagem teórica da obra de Marx, ação que se configuraria na “contra-mão” de postulados do pensador russo.

Como resposta à contundente pergunta, o entrevistado ressalta que, quando o movimento revolucionário refluía, Marx também se dedicava à pesquisa: “*...cada vez que o movimento revolucionário refluía se enfiava no (Britshin) Museum e ficava Anos estudando e fazendo pesquisa... isto é...(...)*”. A entonação enfática na palavra “anos” pontua a dimensão temporal das ações do autor de *O Capital*, polemizando abertamente com a fala de Oliveiros, que, em contrapartida, altera o referencial de contexto histórico, inserindo para o centro do debate a situação sócio-econômica da sociedade brasileira contemporânea, afirmando que os discursos que consideram a existência de refluxos dos movimentos sociais caracterizam-se por aqueles que “negam as mudanças sociais”. O discurso de Oliveiros concebe a atuação do intelectual como inserida em um processo de “captação” de forças sociais capazes de

viabilizar transformações, tendo em vista aspectos do horizonte social pertinentes ainda à realidade dos anos 1990, explicitados na seguinte fala: “... *Ora... o processo revolucionário não pode ter refluído santo deus a miséria aumenTOU... a concentração de renda aumenTOU... o processo revolucionário de uma maneira ou outra tem que estar na rua... é preciso alguém capTÁ-lo...*”. Do ponto de vista linguístico, a reiteração do verbo “aumentar” no pretérito perfeito, indicando ação acabada, associada à entonação enfática na sílaba oxítônica expressam uma tonalidade avaliativa de *indignação*, mediante o crescimento da miséria e da concentração de renda (fatos ainda evidentes no contexto social brasileiro). Apesar do reflexo discursivo dessa indignação, Giannotti reitera o seu papel de questionador de sentidos. Abaixo, sintetizamos as posições axiológicas frente ao mesmo objeto de sentido: “*papel do intelectual na sociedade contemporânea*”:

Dessa forma, entendemos que as relações dialógicas polêmicas se instauram no embate entre os discursos que permeiam as três perspectivas acima consideradas. Tendo em vista a existência de um tema sobre o qual resvalam três diferentes tonalidades axiológicas, optamos por considerar o predomínio da *polêmica velada* em tal contexto enunciativo, porém com fortes tonalidades de PA, uma vez que os contornos da PV são em parte delimitados linguisticamente por meio da inserção de discurso alheio, bem como do processo de nomeação. Em outros termos, esta pesquisa defende a proposição de que a Polêmica Velada se constitui principalmente pela *bivocalidade semântica contrastiva*: um mesmo objeto semântico comporta dois ou mais posicionamentos axiológicos dissonantes. Nesse caso, a introdução do discurso citado indireto configura-se procedimento linguístico caracterizador da

Polêmica Aberta, uma vez que é possível identificar, no plano linguístico, a inserção da fala alheia na fala do locutor. Nesse contexto, a noção “tonalidade de PA” justifica-se na medida em que tal bivocalidade semântica contrastiva constrói-se *a partir* do discurso citado – porém, não se limita a ela.

Antes de considerarmos a próxima seção, analisemos uma sequência breve de imagens realizadas concomitantemente aos fragmentos 25 e 26:

Imagem 27

Imagem 28

Imagem 29

As três imagens acima se encontram inerentes à interlocução transcrita no fragmento 25. A primeira delas destaca o momento de fala do colaborador da *Folha de S. Paulo*

Fernando de Barros e Silva que, com as palmas das mãos estendidas uma contra a outra e os braços sobrepostos na bancada, *sinaliza a inserção de um referencial específico* por meio da pergunta: “...*nós temos um intelectual na presidência da república e:: eu queria saber de você... qual a função que os intelectuais devem assumir...*”. A segunda evidencia o entrevistado com os dedos indicadores estendidos no sentido horizontal como forma de reiterar o modo de atuação dos políticos – por meio da *negociação*. Já a terceira, destaca o filósofo com os punhos cerrados, direcionando-os para próximo de si, movimento que acompanha a fala de Giannotti concernente à atividade do estudioso de filosofia: *recolhendo-se para reflexão*.

A sequência abaixo refere-se ao fragmento 26:

Imagem 30

Imagem 31

Imagem 32

Imagem 33

Com a palma da mão esquerda ligeiramente estendida (imagem 30) Barros e Silva lembra que “todo trabalho de reflexão é uma tentativa de fazer crítica”. O subentendido constitutivo do gesto implica a ideia de que tal asserção encontra-se no âmbito de um saber partilhado e, de certa forma, tacitamente aceito. Dessa forma, o movimento gestual do jornalista integra a PA instaurada pelo mesmo por meio do seguinte princípio assumido em seu discurso: se todo trabalho de reflexão é uma tentativa de fazer crítica, a transformação desse trabalho com enfoque pragmático desconfigura a própria atividade do intelectual.

No que tange à imagem 31, as mãos sobrepostas na bancada, os ombros levantados e a expressão fisionômica fechada acompanham a pergunta de Oliveiros: “*Ah... desculpe... vocês estudaram Marx e foram à prática ou ficaram na teoria?*”. O pedido de desculpas, forma de introduzir uma fala capaz de gerar polêmica discursiva, sintaticamente antecedendo a pergunta, cumpre a função de suavizar a tonalidade avaliativa dissonante. Mesmo assim, os movimentos gestuais acima descritos não parecem amenizar nem um pouco a PA instaurada. Ao contrário, são eles que atribuem, inicialmente, à enunciação empreendida pelo cientista político o revestimento marcadamente polêmico.

Compreendendo o subentendido inerente aos gestos e à pergunta de Oliveiros, Giannotti (imagem 32) sorri ironicamente. Mediante a pergunta acima do cientista político, o filósofo responde com outra pergunta: “*Quem nós?*”. Como o critério de *autoria* mostra-se relevante na produção do conhecimento científico, a pergunta do entrevistado visa preencher a lacuna de um genérico “vocês”, cujo valor semântico não se delineava até então por informações precisas.

Olhos bem abertos, testa franzida, mão direita estendida em direção ao entrevistado: são esses os movimentos gestuais de Oliveiros na imagem 31. Gestos empreendidos concomitantemente durante a resposta à pergunta do entrevistado (“Que prática?”): “*A prática que transforma o mundo...*”. A expressão de espanto ou admiração registrada nessa imagem sugere que esse posicionamento avaliativo (ação política do intelectual) não encontra eco de aceitação por parte do entrevistado.

A seguir, destacamos, brevemente, dois outros focos de PV com tons de PV nesta mesa edição.

O primeiro deles emerge da análise do tema “esquerda brasileira”. O contexto político do início dos anos de 1990 no Brasil favorecia a emergência de uma esquerda denominada “social” (Garcia, 2004[1996]). Um de seus postulados fundamentava-se na ideia de que o socialismo somente se tornaria possível caso o projeto socialista encontrasse reverberação positiva no conjunto da sociedade, configurando-se expressão de luta dos trabalhadores. A ascensão de FHC, a despeito de se constituir representante de parte da esquerda nacional, não simbolizava diretamente o ingresso dessa esquerda socialista nos filões que compunham o poder instituído.

Destarte, Genoíno, ao interpelar o entrevistado com a pergunta “*Você se considera um intelectual de esquerda?*”, suscita, por parte do mediador, um outro questionamento que visa considerar o sentido ideológico do termo: “*O que que é ser de esquerda... o que seria ser de esquerda hoje... professor...?*”. Orientada para o especialista tal pergunta encontra uma resposta avaliada pelo cientista social como “insuficiente”:

(...)

Jose Arthur Giannotti (entrevistado): Eu acho que ser de esquerda... em primeiro lugar... não ser governo... certo?... e portanto... acei TAR esta... atitude de:: criticar o possível... e essa lógica do possível... ser de esquerda significa hoje... encontrar certas formas não só de enunciar a injustiça do mundo e do país... mas encontrar certas formas em que essas injustiças possam ser superadas... (...)

Oliveiros S. Ferreira (Cientista Político): Não basta pra definir esquerda...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Hum?

Oliveiros S. Ferreira (Cientista Político): Não basta pra definir esquerda... porque eu posso estar na esTREma direita e denunciar a injustiça... nós temos um BOM exemplo histórico...

(...)

Pouco mais de dez anos após o término do regime de exceção, a pergunta do deputado petista ao ex-companheiro de pesquisas acadêmicas de FHC instiga uma resposta que reitera a cisão inicialmente disposta pelo filósofo no início do programa: aquela que demarca a imagem que o especialista tem de si e aquela (imagem) construída por seus interlocutores sobre si. Dessa forma, sem desconsiderar essa alusão a uma zona limítrofe entre o “eu” representativo do entrevistado e a imagem social gerada por outros “eus”, o “ser de esquerda” ganha contornos ofuscados nesse contexto em que a democracia, ao menos teoricamente, configura-se palavra de ordem.

Contornos tão ofuscados que o próprio mediador, imbuído da função de esclarecer aos telespectadores aspectos temáticos eventualmente obscuros, levanta uma questão que requer, necessariamente, a presença de um enunciado definitório. A PV se instaura na medida em que tal definição é axiologicamente contestada pelo cientista político ao empreender uma alusão ao governo Fernando Collor de Melo – “temos um exemplo recente”. O tom de PA delineia-se, a nosso ver, no primeiro turno de fala do entrevistador que atribui o caráter de “insuficiente” à definição apresentada pelo filósofo: “*Não basta para definir esquerda...*”.

O segundo foco reverbera do processo de interlocução que toma como objeto de sentido o tema “governo FHC”, mobilizado mais diretamente na segunda parte do programa, ou seja, após cerca de 45 minutos do início da edição, fato que revela a não priorização imediata de sua abordagem¹⁰⁹. Outro fator relevante é que a inserção desse tema como objeto de embates polêmicos decorre por iniciativa de telespectadores, por meio do que chamamos “réplicas dialógicas” (foco de análise da última seção deste capítulo). Acreditamos que tais réplicas se realizam em um processo de inter-relação dialógica com os pares de perguntas e respostas, de modo que se constituiria tarefa difícil o desvincular completo de ambas (réplicas e polêmicas discursivas).

Nesse sentido, coube ao mediador congregar as dúvidas dos telespectadores articulando, em sua fala, a inserção do referido conteúdo objetual: “*(...) qual é o balanço que o senhor faria... o que que avançou... o que que não avançou... o que falta fazer... quais são os pontos positivos e **sobretudo** os pontos negativos... do governo Fernando*

¹⁰⁹ Cabe ressaltar aqui que, nesses primeiros 45 minutos do programa a referência ao governo FHC não se constituiu de maneira direta, mas indiretamente ao serem tomados como objetos de avaliação: 1) o sentido valorativo da política; 2) o papel do intelectual no Brasil no contexto dos anos 1990; e 3) a esquerda política no Brasil.

Henrique?...”. Decorrido pouco mais de um ano do governo do PSDB, há nas perguntas formuladas uma ênfase na identificação de aspectos negativos (do ponto de vista quantitativo grifamos as perguntas que portam esse viés avaliativo) ressaltados pelo uso do advérbio de modo destacado acima. Giannotti, por sua vez, enseja um *tom polemicamente velado* em sua resposta, na medida em que defende a necessidade do governo se apresentar com “(...) *uma face NOVA para mudar (...)*. Perceptível por meio da entonação expressiva atribuída ao adjetivo (nova), a PV implica contrapor-se a um direcionamento político e ideológico que caracterizasse o governo FHC como uma continuação do governo Itamar Franco.

Genoíno, por sua vez, problematiza a afirmação de FHC divulgada em outro contexto discursivo – a revista *Esquerda Vinte e Um*¹¹⁰ – negando o atributo de neoliberal ao seu governo. Tal problematização é empreendida na medida em que o deputado opõe semanticamente a fala de FHC ao discurso de Giannotti igualmente pronunciada em outro contexto – uma entrevista –, no qual o filósofo entabularia uma crítica, assumindo a necessidade de se reformar o Estado, tornando-o “enxuto” mas “forte” em políticas sociais. Em seguida, destaca:

José Genoíno (entrevistador): Como você avalia a questão das políticas sociais nesse governo... é meramente compensatória para minimizar a desgraça social... a perversidade social... ou é Eixo de programa de governo... como você avalia a política social (...)

Dessa forma, ao justapor o discurso citado de FHC à fala do entrevistado, o petista revela a intenção discursiva de instaurar uma contraposição de vozes: de um lado, o caráter de FHC afirmando *não* ser neoliberal, o que suscita considerá-lo a favor de intervenções do Estado na economia, de outro, o discurso de Giannotti posicionando-se a favor de um Estado que priorize políticas sociais, revelando assim o desejo menos intervencionista do poder público no mercado. Antes de considerarmos a resposta do filósofo ao questionamento de Genoíno, vale considerar o tom de PA configurado por meio da ordem sintática dos enunciados enumerados na fala do deputado, enfatizando, inicialmente, a possibilidade da política social delinear-se “meramente compensatória para minimizar a desgraça social” para, em seguida, aventar a condição de “eixo de programa de governo”. Destarte, o deputado

¹¹⁰ Segundo informações do site <http://www.tvcultura.com.br/programa/PGMO498>, trata-se da edição de nº 2, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 1996. Acesso em 28 de setembro de 2010.

sugere em sua fala que tais políticas públicas apresentam-se *paliativas e incapazes* de suprir as demandas sociais advindas das classes menos favorecidas.

A resposta do entrevistado, a nosso ver, reflete o discurso do próprio governo FHC:

José Arthur Giannotti (entrevistado): (...) primeiro vamos dizer francamente... esse governo neoliberal... isso é brincadeira...porque o último episódio... por exemplo... da:: decisão importante... se o Brasil is simplesmente se tornar um país importador de carros ou ele is ter uma indústria automobilística implantada no país... nós recuamos de quanto é manual neoliberal... (...) ele é pendular... isto sim... ele fez um corte pela direita... fez... eu acho que era a única possibilidade (...)

Constatamos, assim, que o discurso de Giannotti revela-se imbuído de certo pragmatismo ao caracterizar o governo FHC como naturalmente oscilante no direcionamento ideológico de suas políticas econômicas, de forma a polemizar veladamente contra os discursos que consideram tal governo de perfil neoliberal. Tal contraposição fundamenta-se por uma referência a um dado pertinente ao contexto econômico brasileiro – opção do governo em fazer do país um produtor de automóveis. A fala do especialista igualmente revela a inclinação ideológica de direita – representada em certa medida pela presença dos neoliberais puquianos na composição ministerial – como único caminho de ação possível. Dessa forma, ao analisar o objeto de sentido proposto, instaura uma PV em relação aos discursos representados pela esquerda social na figura do deputado José Genoíno que delineia tons de PA ao mobilizar discursos citados em sua própria fala, contrapondo-os com vistas a problematizar a condição teoricamente assumida por Fernando Henrique Cardoso de compor um governo não liberal.

4.3.3.2 PV: MORALIDADE PÚBLICA X MORALIDADE PRIVADA

O primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso seria caracterizado, dentre outros aspectos, pela privatização dos serviços de telecomunicação no país (Mattos, 2009, p.128). Os incentivos governamentais para o desenvolvimento tecnológico não impediam que a programação televisiva brasileira se pautasse por critérios de gostos duvidosos de produção, como aqueles de entretenimento liderados por Carlos Massa (Ratinho) ou por Fausto Silva (Faustão). A tônica de tal programação configura-se pela *explicitação da intimidade*, desfigurando os limites entre o que seria considerado público e

privado. O processo de interação abaixo transcrito é revelador de uma PV gerada em função da tomada do referencial “*moralidade pública x moralidade privada*” como enfoque de posicionamentos avaliativos:

Matinas Suzuki Jr: Esther...

Esther Hamburger (pesquisadora – entrevistadora) Eu queria mudar um pouco de assunto... você podia falar um pouco no seu interesse em estudar moral... tem uma assim... nessa:: nesse dossiê que a gente recebeu tem uma entrevista no JB que é bem interessante que fala é:: que fala do exacerbamento do individualismo do narcisismo no mundo contemporâneo... que fala da:: do escancaramento da intimidade no espaço público e de como que a moral é estabelecida em cada relação... você podia falar um pouco...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Não... calma calma... você está apressando meu pensamento e o meu pensamento é sempre vagaroso... eh:: o que eu to dizendo é o seguinte... talvez é a tese que eu estou querendo sustentar... é que ao contrário das mo/ das situações de moralidade... de valia... onde há vigência da moralidade clássica... não é possível determinar um único princípio moral que valha para todos os comportamentos e que:: esta distinção entre... o bem e o mal hoje... ela está polarizada por TRÊS pontos... um ponto é o ponto da intimidade... isto é... é o ponto da relação estritamente pessoal em que o outro não aparece como uma pessoa organizada... como tendo um papel... mas que ele.../ você o aceita como tal como se ele fosse uma fissura do mundo... como uma angústia... como queria (incompreensível)essa é uma forma exTREma de moralidade... a outra... o outro ponto da moralidade é a amizade... onde nós temos papéis organizados mas papéis de tal forma que aparece o afeto... aparece o desinteresse e aparece uma coisa extraordinÁria na amizade moderna... primeiro... que ela não está inteiramente ligada à virtude... nós podemos ser amigos de pessoas não virtuosas... não é... uma coisa que era inconcebível na moral antiga... nós admitimos aTÉ ser amigos de pessoas que... mantêm conosco uma amizade por interesses diferentes da... amizade... ah:: que nós mantemos... e temos um outro ponto que é muito importante... que é a moralidade pública... todas essas ... principalmente as duas formas de moralidade são muito ligadas a um determinado tipo juízo moral não é o juízo que se faz no juízo científico em que a gente diz... é correto ou é incorreto... a partir de processos de verificação... nós sempre temos um juízo moral... a apresentação de um tipo... isso a gente sabe desde Aristóteles... pra julgar moralmente eu preciso ter a figura de Péricles como o sábio... o homem prudente... que é capaz de agir desta ou daquela maneira... isto é... nós só agimos moralmente em relação a um determinado tipo de homem... no caso da moralidade pública isto é levado à exacerbação... porque nós não julgamos que este ou aquele comportamento de... uma pessoa que está na praça pública seja moral ou imoral... se nós não projetarmos um determinado tipo ou VÁrios tipos hoje daquilo que corresponde ao homem público... nós pedimos que o deputado TENha um determinado comportamento e é em relação ao tipo DEPUTADO que... as ações do Genoíno vão ser julgadas ou não... se pede... que o intelectual que venha à praça pública tenha um tipo de comportamento e que este comportamento seja julgado em relação a este tipo e assim por diante...

Matinas Suzuki Jr: Professor Giannotti... sobre essa questão o senhor recentemente foi muito corajoso ao defender publicamente um fato da sua vida privada...

José Arthur Giannotti (entrevistado): Não... defender não...

Matinas Suzuki Jr: Ao exPOR publicamente... desculpe... um fato que estava relacionado a sua vida privada e houve uma manifestação bastante corajosa da sua parte... éh:: o mundo contemporâneo perdeu muito essa essa:: fronteira entre o público e o privado? O mundo ... /partindo desses três raciocínios que o senhor estava fazendo.../ se desfigurou demais?... é difícil perceber o limite entre a margem e o rio?

José Arthur Giannotti (entrevistado): Eu acho... de fato... não há margens... o que existe a meu ver são dois vetores contraditórios e... MUITO fortes... em primeiro lugar... uma eNORme defesa da privacidade e TODos nós não estamos dispostos a abrir mão da nossa privacidade... todos nós não... existem narcísicos praticantes... que despem publicamente e o fazem da forma mais despudorada... mas uma boa parte das pessoas que nós conhecemos ou... nós sabemos que existem... elas estão muito ciENtes de que a vida privada é um valor que deve...ser... deve ser preservado... em compensação temos um outro vetor... um vetor que é o da desprivatização da vida pessoal e a mídia nesse ponto de vista tem exercido um papel extremo... de INVASORA da privacidade... há programas como Aqui e Agora... ou certos programas de Silvio Santos são elementos de:: eh:: são (aríetes) na privacidade das pessoas... e eu fiquei.../ eu passei uma semana na Itália e fiquei absolutamente abismado com a::.../ primeiro o baixo nível da televisão italiana...não é... em segundo lugar como aparece uma televisão que apela sobretudo para o baixo ventre e é TUDO melodramático tudo é de tal forma (opeístico ?) que o anúncio de uma comida de gato é feito... é feita... pelo melodrama...

Esther Hamburger (pesquisadora – entrevistadora): Giannotti...((risos))

José Arthur Giannotti (entrevistado): Eu quero dizer o seguinte... eu NUNCA vi... a não ser ... em alguns pro/ alguns momentos muito especiais em programas brasileiros... uma INVAção da privacidade como eu vi na televisão italiana nos últimos dias... eu acho o seguinte... há este conflito... ((gesto que simula conflito)) este vai... a meu ver... tender a um certo compromisso... e é importante que a gente saiba... COmo defender a nossa privacidade e é importante saber quais são as regras morais da mídia e dos outros invasores...

Esther Hamburger (pesquisadora – entrevistadora): Essa.../ do jeito que você está falando da mídia parece não existe uma cumplicidade com as pessoas que:: participam dos programas e vão lá e:: (...)

José Arthur Giannotti (entrevistado): Não... é óbvio que... veja bem... há certas pessoas como dizem os narcísicos profissionais que aDORam ter os seus quinze minutos de celebridade e que são capazes de se despir em público... o que eu digo é o seguinte... o que nós não podemos é simplesmente generalizar este comportamento... e imaginar que toda a população esteja ah:: sob este impacto... **(fragmento 26)**

A temática é introduzida no programa pela pesquisadora do CEBRAP Esther Hamburger que tem como referencial bibliográfico a publicação de entrevista no *Jornal do Brasil* acerca do “... *exacerbamento do individualismo do narcisismo no mundo contemporâneo...*”. A resposta do entrevistado revela sua tese diante do objeto de pesquisa (moral): mediante a impossibilidade “de determinar um único princípio moral para todos os

comportamentos”, o filósofo defende a existência de três tipos de comportamento moral: a extrema moralidade íntima, aquela sedimentada pela amizade e a pública. Há, nessa fala de Giannotti, um *teor didático* ao expor os conceitos. A pergunta de Matinas Suzuki mobiliza um posicionamento avaliativo por parte do entrevistado em relação a uma possível “desfiguração do mundo”, tendo em vista os conceitos elencados em sua fala anterior.

A dimensão “universalizante” da questão ultrapassa os limites do contexto brasileiro, o que viabiliza, por parte do entrevistado empreender análises comparativas mais amplas. É dessa forma que Giannotti considera dois “vetores contraditórios”: a defesa da privacidade, por um lado, e a “desprivatização da vida pessoal”, de outro. Nesse momento, o filósofo considera os discursos veiculados na mídia televisiva, especificamente caracterizada por uma programação cujo foco se constitui na exacerbação da intimidade. Tendo em vista a divulgação de tais discursos, o especialista denomina o papel da mídia de “invasora da privacidade”. O destaque na entonação empreendida no adjetivo porta um revestimento *polêmico velado* contra os discursos fomentadores da explicitação do privado. Tal posicionamento se revela de modo mais contundente quando o entrevistado cita sua experiência junto à programação da TV italiana.

Hamburger ainda reavalia a situação, evidenciando, por meio de *comentário*, a certa cumplicidade das pessoas que participam dos programas que exploram suas intimidades, sinalizando o fenômeno como um possível catalisador de valores sociais que encontram no espaço midiático televisivo a via de expressão necessária. Giannotti, entretanto, limita-se a considerar o fato como restrito a segmentos sociais da população que ele classifica como “narcísicos”.

Abaixo, ressaltamos algumas imagens constitutivas dessa interlocução:

Imagem 34

Imagem 35

Imagem 36

Imagem 59/37

Imagem 60/38

Na imagem 34, os gestos do entrevistado representam a ideia de que não há um único princípio moral para todos os comportamentos. Nesse sentido, os movimentos das palmas dispostas paralelamente no alto da cabeça reforçam *o sentido de unicidade*, bem como o *teor didático* do discurso do filósofo, no que tange à exposição de conceitos. O mesmo ocorre na imagem 35 em que o entrevistado, com vistas a explicar os três pontos que estabelecem a distinção entre o bem e o mal, executa a junção do indicador com o polegar na altura do tórax.

No tocante à pergunta de Matinas (imagem 36), a palma ligeiramente inclinada acompanha a referência discursiva concentrada na ideia de “desfiguração do mundo” tendo em vista o ofuscamento dos limites entre moral pública e privada. A expressão fisionômica fechada revela posicionamento avaliativo *contrário* à dissolução de tais limites empreendidos por uma cultura de massa divulgada em escala mundial. Em outras palavras, o mediador, ao retomar os aspectos teóricos explicitados pelo entrevistado anteriormente (“...*partindo desses três raciocínios que o senhor estava fazendo...*”) expressa um revestimento *polêmico velado* na medida em que toma o conteúdo semântico objetual (moralidade pública X moralidade privada) como foco de sua própria avaliação ao efetivar a pergunta: “*O mundo (...) se*

desfigurou demais?... é difícil perceber o limite entre a margem e o rio?”. Nesse sentido, o verbo “desfigurar”, selecionado pelo locutor guarda em si o sentido de alteração profunda capaz de tornar irreconhecível aquilo que sofreu determinada ação¹¹¹. Tal seleção contribui para delimitar os contornos de tal polêmica que visa o embate discursivo contra o supradestinatório que podemos denominar “ausência de limites entre o público e privado”. Os gestos registrados na imagem 37, desenhando uma posição contrastiva com as palmas das mãos, igualmente realçam a oposição. Já o movimento das mãos de Esther dispostas concomitantemente ao seu comentário acerca da existência de uma *cumplicidade* das pessoas que se interagem com programas de teor intimista, guardam em si um revestimento avaliativo contrário (polêmica velada) aos discursos que consideram o telespectador um sujeito passivo no processo de recepção dessa cultura.

Consideremos, na próxima seção, o terceiro e último bloco temático

4.3.3.3 RÉPLICAS DIALÓGICAS: A INTERFACE ENTRE IDEOLOGIA DO COTIDIANO E SABERES DAS ESFERAS INSTITUÍDAS

Se as réplicas dialógicas empreendidas pelos telespectadores no programa realizado em 1987 com o cientista Herbert de Souza refletiam e refratavam os discursos que circulavam no programa explicitando posicionamentos ideológicos, de certa forma, contundentes, as participações dos telespectadores constitutivas do programa veiculado em 1996, com o filósofo José Arthur Giannotti, e mediadas por Matinas Suzuki, revelam preocupações que não se axiologizam em posições dicotômicas, por exemplo, entre conservadorismo e esquerdismo. Observa-se, primeiramente, que o perfil desse público-alvo concentra-se em categorias de profissionais definidos não apenas em função de aspectos composicionais reiteráveis do gênero: horário de transmissão, formato evidenciado pela seleção de entrevistados que se constituem vozes de referência, mas também por aspectos não reiteráveis, associados ao *tema* do programa. Em outras palavras, a delimitação da especialidade do entrevistado – filósofo – e sua trajetória acadêmica, vínculos intelectuais com o então presidente FHC – apontam uma gama de interlocutores caracterizados pelas seguintes profissões elencadas a partir da análise dessa edição: pedagogo, jornalista, professor. De

¹¹¹ De acordo com o verbete “alterar”. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br>. Acesso em 12 de novembro de 2010.

forma que a análise das réplicas dialógicas constituem-se fator importante para observarmos quais saberes circulam nessas esferas representativas de atuação desses profissionais.

Selecionamos, abaixo, dois fragmentos ainda não transcritos neste capítulo para que possamos analisá-los:

Matinas Suzuki Jr.: Pediria licença aos nossos entrevistadores para pedir ao professor Giannotti responder aos nossos telespectadores éh:: a Maria Cristina de Oliveira que é pedagoga de Sumaré... aqui em São Paulo e a Valquíria de São Bernardo do Campo ((câmera focaliza a folha com as anotações referentes às dúvidas dos telespectadores – em seguida, reaparecem os números de telefone e fax no vídeo)) perguntam pro senhor éh:: qual a opinião do senhor a respeito da:: do ensino de filosofia no ensino de segundo grau...

José Arthur Giannotti: Eu várias vezes me manifestei CONtra o ensino de filosofia no segundo grau... certo... essa poLÊMica que eu...que eu assumi por duas.../ por dois motivos... em primeiro lugar... eu acho que está num momento da gente liberar o ensino de segundo grau de vários constrangimentos impostos de Brasília para o Brasil inteiro é:: se houver condições de um curso de filosofia no segundo grau então que ele seja implementado aqui ou ali... não necessidade neNHUma dessa obrigatoriedade... em segundo lugar... NAS condições em que por exemplo:: foi imPOSta essa obrigatoriedade era previsível que... não havendo uma massa suficiente de professores de filosofia ah:: comPeTENtes e qualificados o resultado é que EStes postos NÃO seriam ocupados por professores de filosofia... mas por professores de educação... por juiz de direito... por ah:: PADres e assim por diante... o resultado é que nós temos a obrigatoriedade do ensino de filosofia no estado de São Paulo e... não se dá.../ se dá muito pouco o ensino de filosofia... portanto... as obrigatoriedades de direito quando não são reportadas às suas condições de possibilidades... em geral resultam no contrário daquilo que a gente pode visar...

Matinas Suzuki Jr.: O senhor... mas o senhor acha que:: havendo condições... por exemplo... a melhoria dos professores... o melhor preparo dos professores poderia se pensar num futuro mais pra frente... de um (...)

José Arthur Giannotti: Não... eu acho antes de tudo Matinas o seguinte... vamos... tornar o ensino bá.../ o ensino de segundo grau muito mais (lábil) vamos deixar que as escolas sejam mais adaptáveis àquelas outras condições ... se uma escola quer... visar mais as humanidades e o ensino de filosofia... muito bem... se outra quer um outro tipo de preparação escolar que o faça... desde que nós tenhamos coisas mínimas e este mínimo não pode entrar filosofia... assim como não pode entrar música... mesmo que seja o canto orfeônico do Villa Lobos... mas quem duvida da necessidade de uma formação musical para nossos estudantes... mas nós fizemos a lista de TODas as necessidades de nossos estudantes nós faremos um currículo absolutamente eNORme e que... terá como resultado... a.../ o AVACALHAMENTO de todas as necessidades mínimas... portanto... se a gente entender a escola como uma escola muito mais fleXÍvel ... podendo admitir carreiras diversificadas... a questão perde o sentido... (fragmento 27)

Observamos que o mediador pontua informações sobre os telespectadores: nome, local de origem e, às vezes, profissão. Em geral, a câmera focaliza as perguntas registradas pelas telefonistas. Tal articulação confere *credibilidade* ao programa que ressalta a efetiva participação dos mesmos. A questão requer um *posicionamento avaliativo do entrevistado acerca do ensino de filosofia no segundo grau*. Considerando que o mediador apresenta a dúvida após o processo de interlocução que considera o papel do intelectual, em especial do filósofo na sociedade contemporânea, o que constatamos é que as telespectadoras reavaliam as apreciações do filósofo acerca dessa temática, segundo os saberes experienciados em suas esferas de atuação – a mais explícita da educação fundamental de segundo grau. Trata-se de um momento histórico de elaboração da LDB e as discussões acerca das mudanças curriculares permeavam o cotidiano de profissionais desse campo de atuação.

A resposta do entrevistado, posicionando-se *contra* a inserção de tal disciplina no currículo, primeiramente por classificar essa ação como um “*constrangimento imposto de Brasília para o Brasil*”, negando, portanto, o caráter de obrigatoriedade do curso nesse nível de ensino. Em segundo lugar, pela inexistência de “condições de possibilidade”, evidenciadas pela ausência de professores com formação específica. Constata-se, que a réplica apresentada, além de reacentuar o tema anteriormente tomado como foco de debate, igualmente suscita posicionamentos polêmicos no programa, nesse caso aberto, uma vez que o filósofo denomina a proposição de ensino de filosofia no segundo grau de “*constrangimento imposto*” pelo governo federal, colocando-se contra a imposição oficial.

A pergunta de Matinas Suzuki visa *problematizar* o posicionamento de Giannotti, uma vez que traça um quadro virtual de melhora das condições citadas. Problematização sinalizada pela conjunção adversativa “mas” que articula uma retomada do discurso do entrevistado acerca da ausência das “condições de possibilidade” ao seu próprio discurso interrompido, porém, subentendido no plano contextual imediato: viabilidade do ensino de Filosofia mediante a existência de tais condições. O que se observa, contudo, na fala do entrevistado é uma instauração de PV proporcionada pela inserção da pergunta efetivada pelo telespectador, uma vez que Giannotti defende a necessidade do ensino de segundo grau se adaptar às suas necessidades e não às imposições de um currículo único que contemple um leque amplo de disciplinas, que, em sua avaliação, inviabiliza o ensino de “coisas mínimas”, o que, acarretaria um “avacalhamento” desse mínimo. Termo esse que remete ao ato de “*avacalhar*”, ou seja,

*desmoralizar-se, aviltar-se ou fazer algo com descaso*¹¹². Ou seja, o entrevistado, ao tomar como objeto de análise em seu discurso *o ensino de Filosofia* entabula um posicionamento dissonante – por meio da instauração de PV - em relação à política educacional brasileira no tocante à formação do currículo mínimo, considerando equivocado o discurso oficial acerca da necessidade de sua expansão (desse currículo) sem que haja condições concretas de viabilizá-la.

Abaixo destacamos o segundo fragmento contendo réplicas dialógicas:

Matinas Suzuki Jr.: E o Eduardo Machado aqui da Freguesia do Ó pergunta singelamente... pro senhor acredita mais em Deus ou na ciência? ((risos))

José Arthur Giannotti: A questão de se acreditar em Deus pode ser uma questão política ou ela foi uma questão do século dezoito e ela perdeu sentido hoje... depois de Kant a gente sabe que não pode conhecer Deus... tá certo?...que a palavra CONHECIMENTO de Deus de certo modo é... uma contradição... eu conheço este fato... eu conheço aquele OUTRO fato... mas CONHECER Deus e perguntar pela existência de Deus eu não sei bem o que significa... eu sei que existe uma televisão que ela existe... que o Oliveiros velho e companheiro tá lá EXISTE...os NÚmeros podem existir de uma certa maneira mas não existem da mesma maneira que este copo ou o... Oliveiros agora... o que significa a existência de Deus eu não sei... portanto a questão pra mim não é relevante...

Esther Hamburger: Giannotti ...

Matinas Suzuki Jr.: Professor... ainda nesse assunto... como é que o senhor vê então esse renascimento éh:: da fé... (...)

Esther Hamburger: (um reencantamento do mundo) ((fala em parte sobreposta àquela de Giannotti))

Matinas Suzuki Jr.: (...)A retomada dos fundamentalismos... quer dizer... a volta da presença da questão religiosa com uma dimensão importante da vida contemporânea...

José Arthur Giannotti: Em primeiro lugar eu queria saber se realmente é uma volta... ou se esse processo não ficou muito subjacente e muito presente em toda... em toda... em toda a vida cotidiana...

José Genoíno: Estava apenas represado...

José Arthur Giannotti: Não... eu não digo represado... não tava sendo expresso... de certo modo ... a inteligência e a mídia estavam muito leigas e deixaram de exprimir ah::esse movimento religioso que sempre existiu... em todo lugar... MAIS ainda o que eu acho que todo movimento científico a partir do final do século dezenove ele adquiriu um caráter religioso de enorme importância... eu não sei se ainda existe... há no Rio de Janeiro... a missa tradicional de domingo às dez horas da sociedade positivista brasileira... eu assisti há anos atrás esta

¹¹² Do verbete “avacalhar”. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br>. Acesso em 12 de novembro de 2010.

missa... um dia eu fui lá com Luiz Costa que tinha acabado de publicar o seu livro de: O positivismo no Brasil e foi literalmente extraordinário porque eu cheguei lá... aliás um dos movimentos mais extraordinários do Rio de Janeiro... uma igreja feita inteiramente de acordo com os cânones de Augusto Comte... não é... com os bustos da humanidade... a estátua.../ o quadro de Clotilde Deveau como se fosse a virgem Maria e eu vi... simplesmente o pastor dar uma cerimônia religiosa a explicação da classificação das ciências em Comte... ora... esta é uma forma encantada da ciência ou é uma forma científica da ciência? Porque o encantamento da ciência contemporânea é enorme...((outro entrevistador manifesta desejo de falar)) só pra terminar... e portanto o que... o que aparece no reencantamento do mundo eu tenho a impressão que é muito mais uma LAIcização das religiões tradicionais... porque mais religioso do que um computador para uma criança de cinco ou seis anos hoje... eu tenho a impressão que eles se relacionam de uma forma muito mais sagrada com um computador do que nós nas nossas juventudes com os nossos santos...

(...)

Oliveiros S. Ferreira: Mas voltando um pouco Giannotti eu me pergunto não de religião mas de Deus... como você vê a inquietação dos físicos modernos... que de repente não conseguem explicar as coisas a não ser apelando para alguma coisa...

José Arthur Giannotti: Não...

Oliveiros S. Ferreira: Não se trata de positivismo...

José Arthur Giannotti: Não... eles não estão de forma nenhuma...(...)

Oliveiros S. Ferreira: Eles estão inquietos... inquietos...

José Arthur Giannotti: Inquietos eles estão...

Oliveiros S. Ferreira: Eles não SAbem...

José Arthur Giannotti: Mas eles não estão apelando a Deus por ((incompreensível pois houve concomitância de falas entre Oliveiros e Giannotti))

José Arthur Giannotti: Certo... mas ai eu gostaria também de fazer uma distinção wittengsteiniana entre aquilo que... por exemplo... o que um físico faz enquanto cientista ou matemático faz... e a PROsa que ele tem quando se.../ quando ele CONta aquilo que faz... por exemplo... logo depois que.../ com o desenvolvimento das teorias... ah:: da teoria do conjunto ... nada mais extraordinário para deixar as pessoas diante de um mistério ... não é isso... do que:: os paradoxos das teorias dos conjuntos... ou como consequência direta... por exemplo... o cálculo dos vários infinitos... é extraordinária... aquilo que era infinito e de repente pode ser clivado ((faz gestos demonstrando enfatizar o movimento de clivagem))... pode estar numerado... pode-se ter uma LÓgica desses infinitos...muito bem... os matemáticos se tornam platônicos por causa disso... ou empiricistas... isso tem alguma coisa a ver com o lucro da ciência?... tem em relação à possibilidade de um platônico ter mais sensibilidade para certos problemas do que um empiricista... mas a ciência como tal não tem nada a ver com isso... portanto... não vamos confundir a inquietação dos nossos ilustres físicos a respeito do big... big bang... não é isso... ou com as:: teorias que eles estão fazendo... e... eu não compartilho com estas inquietações porque eu gostaria .../ as minhas inquietações a respeito da

transcendência não implicam em nenhuma substancialização de (momento de vida)...
(fragmento 28)

A interlocução acima transcrita ocorre logo após o término daquela registrada no fragmento 27 e igualmente reacentua o tema anteriormente abordado: *o papel dos intelectuais*. Essa reacentuação vincula duas esferas distintas: *a religiosa e a científica*, numa relação (de acordo com a leitura filtrada do mediador) evidenciada linguisticamente pelo uso, primeiramente do advérbio de intensidade “mais” e, posteriormente, da conjunção alternativa “ou”, o que implica no sobrepujamento de um saber sobre o outro, não a interação, mas a incompatibilidade de um vínculo de conhecimentos em situação de igualdade. Matinas Suzuki empreende em sua fala o advérbio “singelamente” que traduz em seu discurso uma tonalidade avaliativa de certa forma irônica: considerando o percurso acadêmico de Giannotti vinculado aos estudos marxistas, a avaliação supõe uma contraposição respondida pelo conjunto de subentendidos implícitos no contexto social amplo, dentre os quais as referências a tal percurso.

Mesmo assim, a pergunta suscita reverberações no processo de interlocução. Para responder a dúvida, o filósofo menciona Kant¹¹³ como teórico que postula a inviabilidade da expressão “conhecimento de Deus”. A entonação na palavra “conhecimento” sinaliza uma posição avaliativa que se alinha ao do filósofo citado, desvinculando Deus do conjunto de “fatos”, objetos de estudo da ciência.

Considerando, na sequência, a fala de Suzuki: “...*como é que o senhor vê então esse renascimento éh:: da fé...(...)*”, constatamos que a conjunção conclusiva “então” articulada no referido contexto comporta um revestimento avaliativo que implica numa *contraposição* – com tonalidade de PV – à fala imediatamente anterior de Giannotti, que considera a expressão “*conhecimento de Deus*” algo não “*relevante*”, uma vez que fundamentado por bases teóricas kantianas. O mediador não questiona se *há* “renascimento da fé”, mas o aborda como um dado empírico, real. Posteriormente, no mesmo fragmento, mobiliza outras informações, como “*retomada dos fundamentalismos*”, “*volta da presença da questão religiosa com uma*

¹¹³ Immanuel Kant (1724 -1804), em “*Crítica da Razão Pura*”, publicado em 1781, considera que o conhecimento só é possível em função de duas faculdades: 1) *a sensibilidade*, pela qual as impressões só ganham sentido se situadas num tempo e espaço; e 2) *o entendimento*, pelo qual os entendimentos são pensados nos conceitos. Freitag (1989) destaca duas formas de manifestação da razão, segundo Kant: *a razão teórica pura* que permite ao sujeito epistêmico elaborar o conhecimento do mundo da natureza e *a razão prática pura* que abre caminho para o conhecimento do mundo social.

dimensão importante da vida contemporânea...”. Dessa forma, o discurso do apresentador, imbui-se de uma intencionalidade evidenciada pela *busca de um esclarecimento*, por parte do entrevistado, acerca de uma possível incoerência entre o que se apresenta como “irrelevante” pois teoricamente impossível de se constituir em um tempo e espaço, e um fenômeno social recorrente (religiosidade).

Procedimento semelhante ocorre com a inserção de informações pertinentes ao mundo acadêmico, mais precisamente acerca do que Oliveiros denomina “inquietação dos físicos modernos”. O entrevistado, nesta ocasião, mobiliza um posicionamento teórico a partir da distinção wittengsteiniana que determinaria as peculiaridades que compõem a prática científica e a linguagem utilizada para expressá-la. Em outras palavras, o filósofo corrobora seu posicionamento avaliativo por meio de um discurso de autoridade advindo de seu campo de atuação.

* * * * *

O êxito do Plano Real alcançaria as mais variadas esferas de nossa sociedade. A começar pelo aumento do poder aquisitivo de segmentos sociais menos privilegiados econômica e socialmente. Comprar um aparelho televisor constituiu-se meta para muitas famílias que, a despeito de não usufruírem de uma educação pública de qualidade, empenhavam-se na aquisição do produto. Contudo, no lugar de programas que privilegiavam a disseminação do ensino básico, como nos anos de 1950 e 1960, em prol do desenvolvimentismo, as TVs abertas, na disputa ferrenha pela audiência, de modo geral, empreendem esforços em uma programação de gosto duvidoso. É nesse contexto que a TV-2 prossegue em seu intento de conceber o *Roda Viva* como uma das principais expressões do jornalismo da emissora.

Selecionamos a edição realizada com o filósofo José Arthur Giannotti, de 12 de fevereiro de 1996, com o propósito de observar os fenômenos discursivos das polêmicas aberta e velada, bem como das réplicas dialógicas tendo em vista tal contexto histórico. Imaginamos, inicialmente, estabelecer uma análise comparativa desses fenômenos em situações *aparentemente* diversas: se nos anos de 1980 a inconsistência dos planos econômicos e a precariedade dos serviços públicos suscitavam incisivas contraposições contra o discurso oficial, quer seja no âmbito da saúde pública (edição com o cientista político Herbert de Souza), quer seja na disponibilidade de educação pública de qualidade (edição

com o filólogo Antônio Houaiss); imaginamos que na edição de 1996 haveria a emergência de relações dialógicas polêmicas de natureza diversa, uma vez que o contexto de estabilidade emolduraria os primeiros meses do governo FHC.

Tais relações seriam pautadas pela inter-relação entre tais fenômenos (PA e PV): arregimentando elementos situacionais semelhantes aos circunscritos nas edições dos anos de 1980, como a disposição em circunferência de entrevistadores e entrevistado ao centro, constatamos forte presença de *PV com tons de PA*, de forma que os temas que emergem do processo de interlocução configuram-se pautados, em grande medida, por saberes que se articulam na interface entre filosofia X política.

O primeiro deles (de tais temas) fundamenta-se na análise do sentido valorativo da política interposto – não gratuitamente – por um representante da esquerda social brasileira. Não gratuitamente essa que se constitui por um momento de relativa indefinição do próprio papel da esquerda em um panorama político de sucesso do governo do PSDB, principal adversário nas urnas. Na esteira de tal análise, consideramos a **plurivocalidade semântica contrastiva** formada por três perspectivas axiológicas divergentes em relação a esse mesmo objeto de sentido: 1) a **perspectiva filosófica** defendida pelo discurso do entrevistado que compreende a filosofia imbuída da missão de transcender os fatos e de se comprometer com a “verdade”; 2) a **perspectiva da esquerda social** que constrói discursivamente a ideia de que o sentido da política ultrapassa o jogo pelo poder; e 3) a **perspectiva da ciência política**, cujo ponto de vista direciona-se na contra-mão da referida esquerda, de modo a considerar o “jogo pelo poder” inerente à prática política. Trata-se de refrações polêmicas veladas articuladas em função das esferas de atuação de cada interlocutor.

O mesmo ocorre na tomada do papel do intelectual na sociedade contemporânea como um dos focos temáticos da interlocução. A *PV com tons de PA* se fundamenta a partir do embate de três vozes dissonantes: 1) a **do filósofo**, que compreende a atuação do intelectual pautada acima de tudo pelo plano da reflexão, cujo objetivo é buscar “pontos de fuga” mediante a realidade que se lhe apresenta insolúvel; 2) **as que privilegiam uma atuação delimitada ao escopo de análises teóricas de obras de referência** – posição defendida pelo articulista da FSP Barros e Silva por meio da inserção do discurso de outro teórico (Roberto Schwarz); e 3) as que militam a favor de uma atuação norteadas por uma imbricação entre teoria e prática – posição assumida pelo cientista político.

É a partir da identificação dessas vozes presentes no universo de interação verbal circunscrito nessa edição de 1996, que consideramos a emergência de uma *plurivocalidade semântica contrastiva* evidenciada pelo embate polêmico velado de três perspectivas axiológicas díspares em relação ao mesmo objeto de sentido (papel do intelectual na sociedade contemporânea): 1) *a filosófica*, cuja base valorativa se fundamenta pela transcendência dos fatos, “tomando o impossível” como objeto de estudo; 2) *a teórica*, que não considera plausível a articulação entre teoria e prática política; e 3) *a prática*, que só atribui sentido à atuação do intelectual quando – e somente quando – em estreita articulação com questões de ordem política.

O estudo de tais refrações discursivas revelou-nos uma maior presença de saberes advindos da esfera acadêmica, dialogicamente refratados de acordo com os campos de atuação dos interlocutores circunscritos no processo de interlocução - não delimitado apenas à situação imediata compartilhada pelos interactantes. Trata-se de pontos de vista social e ideologicamente determinados. E é em função dessa determinação que a interface filosofia X política apresenta-se reveladora de polêmicas, igualmente passíveis de análise quando da presença de dois outros temas levantados: 1) *a esquerda brasileira*, cuja definição apresentada pelo entrevistado aparece contestada pelo cientista político e 2) *o governo FHC*, problematizado pelo discurso do deputado petista por meio da inserção da fala do próprio Fernando Henrique Cardoso, proferida em outro contexto enunciativo, negando o atributo de neoliberal ao seu próprio governo. Tal problematização, caracterizada pela PV com tons de PA (pela inserção do discurso citado), configura-se reveladora da intencionalidade discursiva do falante: evidenciar um alinhamento ideológico consonante a uma política neoliberal, em contraposição à bandeira partidária do PT que se proclamava paladino das demandas de segmentos sociais menos privilegiados.

Para finalizar a análise dessa edição, observamos duas outras categorias discursivas: PV em relação ao tema *moralidade pública X moralidade privada* e réplicas dialógicas dos telespectadores. A primeira instaurada por Giannotti ao analisar em tom didático os tipos de moralidade existentes segundo a ótica filosófica, visa, contudo, atingir os discursos midiáticos fomentadores da explicitação do privado. Já o caráter responsivo dos telespectadores, manifesto por meio das réplicas dialógicas, sinaliza a expressão de interesses que emergem de esferas da ideologia do cotidiano, como o ensino de filosofia no segundo grau e a interface entre ciência X religião. A inter-relação dialógica entre tais réplicas e o fenômeno da

polêmica velada aparece na medida em que as perguntas enviadas por tais interlocutores configura-se objeto de avaliação por parte do entrevistado. Esse considerará a proposta do ensino de filosofia um “constrangimento imposto de Brasília para o Brasil”, revelando seu posicionamento ideológico dissonante quanto à política educacional que prevê tal empreendimento. Tal inter-relação igualmente se evidencia na resposta do filósofo à apreciação do tema ciência X religião, por meio do qual Giannotti reacentua o papel do intelectual, evidenciando a incompatibilidade de um vínculo de conhecimento entre ambas esferas.

Contudo, se considerarmos o Plano Real um marco histórico que redefiniu a trajetória de estabilidade do país, podemos lançar a seguinte questão: *haveria, antes do lançamento desse plano, a instauração de quais polêmicas discursivas?* É com o intuito de responder a essa dúvida, bem como de considerar as recorrências de tais fenômenos que nos propomos a uma brevíssima análise da edição de 17 de abril de 1993, com o professor de Direito Roberto Mangabeira Unger¹¹⁴ que traz para o centro do *Roda Viva* a visão de um intelectual que viveu grande parte de sua vida nos Estados Unidos – portanto, trata-se de uma perspectiva *exotópica*¹¹⁵ das questões nacionais acerca dos temas de caráter político-econômico. Acreditamos que o referido contexto configura-se determinante na construção de PA e PV no processo de interação verbal inerente ao enunciado em questão (edição de 1993).

Dessa forma, com vistas a uma análise da PA, instaurada logo no início do programa pelo mediador, o jornalista Jorge Escostegny insere em sua própria fala o discurso do entrevistado e se contrapõe a ela por meio de uma conjunção adversativa com o propósito de formular sua pergunta:

Jorge Escostegny (mediador): O senhor diz alternativas... mas o senhor afirmou... por exemplo... que se tivéssemos um projeto coerente de crescimento econômico... não seríamos capazes de executá-lo... o senhor acha que não há no Brasil pessoas capazes para executar um (...)

¹¹⁴ Durante os anos de 1970, Unger foi professor de Barack Obama. Com 46 anos à época dessa entrevista, Unger era professor titular em Harvard e voz de referência internacional em estudos sociais e econômicos, sob a ótica do Direito.

¹¹⁵ Bakhtin (2006[?]) concebe a ideia de que há sempre um excedente da visão do autor em relação ao seu outro. Ou seja, os horizontes concretos de ambos nunca coincidem, pois o outro sempre arregimentará uma visão composta de elementos, a princípio, não perceptíveis em nossa perspectiva. Ocorre que tais elementos são passíveis de emersão por meio de um prisma alheio.

Roberto Mangabeira Unger (prof. de Direito): Eu acho que o que mais me CHOCA no Brasil é a falência imaginativa das elites (...)

A conjunção adversativa *mas* explicita o tom de PA na medida em que o mediador visa se contrapor à fala de seu interlocutor ao articular duas citações do especialista aparentemente contraditórias: a primeira diz respeito à possibilidade das forças políticas brasileiras elaborarem um projeto para o crescimento econômico e a segunda, na incapacidade de executá-las. Notamos, destarte, certa evolução no papel do mediador no *Roda Viva*: se na edição de 1987 a PA apresentava-se, via de regra, instaurada pelo entrevistado, no programa de 1993 esse fenômeno não se restringe aos entrevistadores e entrevistado. O aspecto recorrente delinea-se, a nosso ver, pela mobilização de categorias verbais como *o discurso citado*, bem como por um processo de *nomeação/adjetivação* exemplificado na fala do entrevistado:

Roberto Mangabeira Unger (prof. de Direito): (...) o governo Itamar Franco é o reflexo dessa indefinição... dessa BANCARROTA imaginativa das elites brasileiras... (...)

Observamos, assim, que subjaz à fala de Unger a intenção discursiva de caracterizar, de *modo depreciativo*, o governo de Itamar Franco ao mobilizar um sintagma de caráter definitório [*é o reflexo dessa indefinição*], cujo pronome demonstrativo entabula referência dialógica com a ideia de “falência imaginativa das elites”. Nesse sentido, a PA emerge igualmente da fala do entrevistado que toma como objeto de refutação o silenciamento dos discursos oficiais diante da crise político-econômica.

Já a análise do tema “*pensamento do direito jurídico/consciência jurídica*” permite-nos considerar a instauração de PV, uma vez que tal *sentido do objeto/tema* encontra-se refratado por meio de duas perspectivas axiológicas, constituindo-se uma *bivocalidade semântica contrastiva*: *a primeira*, assumida pelo entrevistado que concebe o papel do pensamento jurídico imbuído da necessidade de se configurar arauto dos direitos civis ao se compreender como instituição que avalia as demais instituições tendo em vista a conquista da cidadania; e *a segunda*, constitutiva dos discursos de Stephen Kanitz, especialista em Direito da USP e de Mauro Chaves, articulista do jornal OESP, que compreendem a garantia dos direitos adquiridos como fator que provoca uma cisão entre segmentos sociais privilegiados

em detrimento de outros. Chaves cita como exemplo a garantia de “*aposentadorias precoces*” aos deputados e Kanits a aposentadoria que a ministra Zélia¹¹⁶ recebia do pai por ser solteira.

Destarte, enquanto o entrevistado apresenta uma visão idealizada/exotópica do papel da consciência jurídica no Brasil, os demais tomam como parâmetro de avaliação, não apenas a lei em sua integridade abstrata, cuja palavra de ordem deve ser, obviamente, justiça social, mas sua aplicabilidade submersa, não raro, em diferentes pesos e diferentes medidas. Abaixo, sintetizamos a PV instaurada em relação ao tema “*pensamento do direito jurídico/consciência jurídica*”:

Partiremos, nesse momento, para o último capítulo de nossas análises, ocasião em que investigaremos as refrações discursivas constitutivas da edição produzida e veiculada no dia 20 de abril de 2009, com o historiador Carlos Guilherme Mota.

¹¹⁶ Zélia Cardoso de Melo, ex-ministra da economia do governo Collor de Mello.

5. A ERA DA CONFLUÊNCIA TECNOLÓGICA: NOVOS DESAFIOS, VELHOS PROBLEMAS

Se os anos de 1990 acomodariam uma série de acontecimentos no âmbito político e econômico, como a ascensão e queda fulminantes de um líder presidencial forjado em grande parte pela mídia, a vigência do plano Real proporcionaria estabilidade econômica, condição *sine qua non* para a emergência da nova classe média viabilizada pelo governo Lula durante os anos 2000.

Ricci (2010) denomina “lulismo” o fenômeno político característico desse contexto constitutivo da edição do *Roda Viva* de 20 de abril de 2009, com o historiador Carlos Guilherme Mota, foco principal das análises desse capítulo. A escolha dessa edição pautou-se por três critérios: 1) a partir de 2009 novas tecnologias passam a fazer parte do processo de transmissão e recepção do programa; 2) entendemos que o momento delineado pela eminente conclusão de dois mandatos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como das incipientes articulações políticas em prol da sucessão presidencial contribuam para identificação de quais discursos são refratados em relação ao discurso oficial; e, finalmente, 3) trata-se da voz de um historiador, disciplina da área da Humanidades que, juntamente com Ciências Sociais, arregimenta o maior número de entrevistados, delimitando, dessa forma, uma clara intencionalidade do programa de se portar como um espaço de interlocução acerca de temas relacionados a questões de ordem social, política e econômica.

O presente capítulo encontra-se dividido em quatro partes: na primeira, analisaremos aspectos do horizonte social amplo e, especialmente, o contexto inscrito no processo de interação verbal entre os interlocutores. Em seguida, destacaremos elementos caracterizadores da TV Cultura enquanto emissora pública nos anos 2000. Na terceira parte, consideraremos a situação imediata de interlocução, observando elementos centrípetos de constituição do gênero, bem como os centrífugos, como a inserção de gêneros intercalados. Por último, serão levantados traços recorrentes de análise caracterizadores das polêmicas aberta, polêmica velada na mesma edição selecionada. No comentário final do capítulo, consideraremos tais fenômenos discursivos na edição de 06 de março de 2006, realizada com o médico oncologista Miguel Srougi.

5.1 DA “CARTA AO POVO BRASILEIRO” AO FORTALECIMENTO DO LULISMO

“O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo seja ele assumido ou mascarado (...) Quer abrir o caminho de combinar incrementos da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país (...). O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.”

(Carta ao Povo Brasileiro)

O final da década de 1990 revelava um contexto político-econômico diverso daquele que alçou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso à presidência da república. Se em torno do plano Real o líder do PSDB conglomerara respaldo político para viabilizar sua reeleição¹¹⁷, as influências dos sucessivos problemas internacionais¹¹⁸ provocariam a desvalorização do real, impulsionariam a elevação de juros e contribuiriam para o aumento da dívida interna, fatos que, somados a denúncias de corrupção¹¹⁹, atribuiriam ao chefe do executivo a condição de “gerenciador de crises”. Para contorná-las, o governo adotara medidas classificadas como *neoliberais*: câmbio flutuante, metas de inflação e regime fiscal e monetários restritivos combinadas com elevadas taxas de juros (Corazza & Ferrari Filho, 2004).

A campanha de sucessão presidencial de 2002 encontrava-se polarizada entre José Serra, candidato do PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que, em visita a entidades como Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e Escola Superior de Guerra, angariou apoio de setores sociais que jamais haviam acolhido sua candidatura. A “Carta ao povo Brasileiro”, carro-chefe da campanha petista, visava responder aos anseios de diferentes segmentos da

¹¹⁷ Trata-se da Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997, sancionada, portanto, antes do término do primeiro mandato de FHC. A emenda altera o § 5º do artigo 14, ao caput do artigo 28, ao inciso II do artigo 29, ao caput do artigo 77 e ao artigo 82 da Constituição Federal.

¹¹⁸ Refiro-me às crises financeiras mexicana, asiática e russa. A propósito desse tema, consultar Oliveira e Turolla (2003).

¹¹⁹ Dentre tais denúncias encontra-se o desvio de verbas da Construção do Fórum Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo que envolvia o juiz Nicolau dos Santos Neto, empresários e o senador Luiz Estevão (PMDB/DF), segundo dados da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/especial/2002/eleicoes/historia-1999.shtml>. Acesso em: 29 de junho de 2011.

sociedade: por um lado, defendia a implementação de reformas estruturais, por outro, assegurava a manutenção de contratos sociais pré-estabelecidos, o que significava a garantia de que não haveria alterações abruptas, como aquelas levadas a cabo pela brevíssima gestão Collor.

Dessa forma, com um tom apaziguador, mais do que de confronto, Lula inicia seu primeiro mandato, em 2003. Passado o primeiro ano de governo, a sociedade brasileira e internacional constata uma *sequenciação* das políticas econômicas de seu antecessor. Destarte, as alas esquerdistas assistem ao naufrágio de quaisquer esperanças que alimentassem um fim às tais medidas neoliberais atribuídas ao governo FHC. Corazza & Ferrari Filho (2004) destacam que o governo Lula não apenas implementou ações *diferentes* das sinalizadas na campanha eleitoral, como tornaram-se mais ortodoxas em relação à política fiscal e monetária. Esse, contudo, seria o início de um fenômeno político que caracterizaria o contexto social amplo brasileiro da primeira década do século XXI: o lulismo.

Segundo Ricci (2010), mais do que um projeto de desenvolvimento, o lulismo é forjado no escopo de uma *engenharia política* que se delineia a partir da segunda metade da década de 1990, quando o saber técnico das lideranças petistas passa a substituir os mecanismos de consulta de suas bases populares. Ainda de acordo com o autor, trata-se de um processo de legitimação que vai de encontro aos primórdios de nascimento do Partido dos Trabalhadores, uma vez que o circunscreve em um quadro político-partidário pautado em larga medida por alianças pragmáticas entre um conjunto de vozes representativas de lideranças políticas, avessas ao pluralismo.

Três matrizes discursivas fundamentariam, em um movimento pendular, esse fenômeno político: 1) *pragmatismo sindical*, que revelaria a hegemonia de quatro a cinco categorias, como dos metalúrgicos e bancários, em detrimento das demais; 2) *vanguardismo e burocratismo partidário*, por meio das comissões executivas nacionais que visavam o controle do partido, restringindo os fóruns públicos; e 3) *discurso técnico de gerenciamento de mercado*, defendido na *Carta ao Povo Brasileiro* e que previa estímulo às exportações e criação de um amplo mercado interno de consumo. Ricci (2010) observa que esse documento se constitui em uma clara mudança de perspectiva estratégica do PT e uma ruptura com a identidade partidária, antes fundamentada, por exemplo, na moratória da dívida pública e redução dos lucros excessivos dos bancos privados.

Contudo, a constituição de lideranças “técnicas” na estrutura partidária petista não impediu que surgissem escândalos de corrupção iniciados com o caso Waldomiro Diniz¹²⁰, homem de confiança do então chefe da Casa Civil José Dirceu¹²¹. Em meio a tais escândalos e ao malogro de programas sociais como o Fome Zero e o Primeiro Emprego, nova onda de denúncias disparadas pelo deputado federal Roberto Jefferson do PTB/RJ, em junho de 2005, provocaria uma queda no nível de popularidade do presidente, chegando a 28% no quesito bom e ótimo, em dezembro do mesmo ano, segundo o Instituto Datafolha¹²². A partir desse momento, Lula passa a estreitar o contato pessoal com o público eleitor, evitando mediações de líderes do partido. Estratégia essa que viabilizaria sua reeleição em 2006, com 53% de aprovação, a despeito da crise ética que rondava seus antigos companheiros de PT¹²³.

Ricci (2010) considera o segundo mandato de Lula como a expressão mais acabada do *lulismo*, caracterizado como fenômeno sociológico imbuído de um código moral que exigiria inclusão social, mais do que rupturas políticas. Parece-nos relevante observar que tal inserção tenha ocorrido, principalmente, no plano do *consumo* de bens e serviços, não por meio de políticas sociais de *participação do cidadão*. Para Ricci (2010) houve uma inclusão de novos contingentes de consumidores, mas não houve inclusão política, o que poderia supor o processo de redemocratização no país. A hipótese levantada pelo autor é de que a nova classe média configura-se sustentáculo para tal fenômeno, que delinearia o Estado como um tradutor dos interesses sociais desorganizados.

Trata-se, contudo, de uma classe média que comporta uma representação social distinta da já existente no país, fundamentada em grande medida, segundo o autor, por um ideário pragmático em que os valores universais e regras gerais são colocados sob suspeição com facilidade, a não ser que vinculados aos valores religiosos (Ricci, 2010, p. 76). Tal

¹²⁰ Em 2004, uma gravação exhibe Waldomiro Diniz extorquindo o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, em troca de benefícios em uma concorrência pública.

¹²¹ Um dos fundadores do PT, desde 1987 José Dirceu esteve à frente de vários mandatos como deputado estadual e federal. Em 2003, assumiu o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, onde permaneceu até junho de 2005, quando deixou seu cargo, acusado de ser mentor do Mensalão. O seu mandato de deputado federal foi cassado e tornou-se inelegível até 2015.

¹²² Informação disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/2010/06/06/perfil-de-lula-no-governo-mudou-apos-escandalo-do-mensalao.jhtm>. Acesso em: 30 de junho de 2011.

¹²³ O aparente contra-senso entre as denúncias de corrupção que rondavam as altas lideranças da cúpula do PT e a vitória petista nas eleições presidenciais de 2006 configura-se um dos focos de pesquisa de Cervellini (2006) que apresenta a seguinte tese: o brasileiro tolera a corrupção política, pois também comete deslizes éticos. Segundo dados de sua pesquisa, 69% dos eleitores consultados transgrediram alguma lei ou descumpriram alguma regra contratual para obter benefícios materiais, de forma consciente ou intencional.

perspectiva de suspeição de valores configurar-se-ia determinante dos modos de organização sociais. Souza & Lamounier (2010) destacam, por exemplo, que quanto menor a renda familiar, menor é o engajamento político das famílias, com exceção do religioso. Isso porque haveria um processo de seletividade que conduziria aos postos de lideranças regionais cidadãos com nível de renda mais elevado, com nível de escolaridade maior. Considerando o escopo de análise dos pesquisadores – associações paulistanas –, o estudo revela que a lógica seletiva da política formal brasileira perpassa mecanismos de envolvimento popular. Podemos depreender dessas análises que tal perspectiva elitista pautada pelos critérios de maior renda e maior formação educacional contribuem para a manutenção de um *status quo* político em que as lideranças não se alteram¹²⁴, a despeito da ascensão de um ex-metalúrgico ao poder.

Entretanto, esse jogo de contrastes não se limitaria à presença de um chefe do executivo de origens populares que arregimentaria apoio de lideranças políticas forjadas no bojo de um processo político que fomenta a manutenção dos mesmos líderes¹²⁵. Ao lado de notícias que enfatizavam o crescimento econômico, favorecido em grande medida pelos ventos positivos da economia internacional (até 2008 quando tem início a crise econômica capitaneada pelos EUA), emergem, em 2007, novas denúncias de corrupção investigadas sob a alcunha de Operação Navalha, cujo foco eram as fraudes nos processos de licitação de obras públicas – inclusive as do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e Luz Para Todos.

“Contornado” o período de crise política, o governo Lula empenharia esforços para montar uma coalizão sob as batutas do PT e do PMDB, com vistas a obter apoio político aos projetos governistas¹²⁶, dentre os quais a ampliação do Bolsa Família¹²⁷. Na esteira desses

¹²⁴ Vale ressaltar a permanência de José Sarney como presidente do senado e a volta de Fernando Collor como integrante do referido parlamento.

¹²⁵ Em sua retórica, o governo Lula sempre defendeu a reforma política – fato que jamais ocorreu em seus dois mandatos.

¹²⁶ Em julho de 2007, o governo Lula chegou a liberar recursos das emendas individuais aos parlamentares aliados, com o objetivo de aprovar a prorrogação da CPMF (imposto sobre movimentação financeira) (Ricci, 2010). Frustrada a tentativa por pressões de setores empresariais, dentre os quais, a Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), em 2008, o governo anunciaria o aumento do IOF (imposto sobre operações financeiras), para compensar a perda na arrecadação.

¹²⁷ Segundo Ricci (2010, p.112, há um grande déficit de infraestrutura para as famílias beneficiárias do Bolsa Família: cerca de 30% não possuem abastecimento de água, 54% não usufruem de tratamento de esgoto e 30% não recebem atendimento de coleta de lixo.

esforços, as eleições municipais de 2008 confirmariam uma ampliação da base governista nas prefeituras, passando de 54, em 2004, para 76, em 2008 (Ricci, 2010).

No que tange à crise econômica mundial iniciada em 2008 com a pane financeira em importantes setores econômicos norteamericanos (dentre esses o imobiliário), o Brasil sofre alguns impactos no início de 2009. Ricci (2010) observa que, paradoxalmente, o lulismo se fortalece com a crise, pois os municípios assistem a uma queda na arrecadação de impostos, promovida por uma diminuição do repasse de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)¹²⁸, fornecido pelo governo federal e principal fonte de receita para 81% das prefeituras. Tal fato configura-se revelador da perspectiva centralizadora dessa esfera de poder público.

Sinalizada a recuperação da economia brasileira, já em março de 2009, o mundo acompanhava a 5ª Cúpula das Américas¹²⁹, que contou com a presença do recém eleito presidente norte-americano Barack Obama¹³⁰, primeiro afroamericano a ocupar o cargo de chefe do executivo dos EUA, pelo Partido dos Democratas.

É nesse horizonte social amplo que se desenvolve a edição produzida e veiculada *ao vivo* pela internet com o historiador Carlos Guilherme Mota. Antes de considerarmos a situação imediata de comunicação circunscrita nesse enunciado concreto, destacaremos alguns aspetos pertinentes ao contexto de constituição da TV Cultura, enquanto emissora pública nos anos 2000, momento de inserção da TV digital no Brasil.

5.2 A TV CULTURA NA CONFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS

Antes de destacarmos traços institucionais, políticos e ideológicos pertinentes à TV Cultura, enquanto emissora pública de televisão que se delineia em um contexto de avanços

¹²⁸ A origem desse fundo seria: 23,5% do total arrecadado com imposto de renda e IPI (imposto sobre produtos industrializados). Com a isenção desse imposto nos automóveis e produtos de linha branca, houve redução no volume de imposto arrecadado.

¹²⁹ Realizada entre os dias 17 e 19 de abril de 2009, em Porto of Spain, capital de Trinidad e Tobago. Um dos principais temas previstos para debate foi a promoção da prosperidade humana aos cidadãos da América.

¹³⁰ Barack Hussein Obama II, nascido em 04 de agosto de 1961, graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque e também graduado em Direito pela Universidade de Harvard. Atuou como advogado de defesa de direitos civis e senador

tecnológicos dessa importante mídia de massas, é mister observar, a princípio, elementos caracterizadores desse veículo durante os anos 2000.

Mattos (2009, p.151) denomina esse período de “*fase de convergência e de qualidade digital*”, caracterizada por uma relação de complementaridade entre televisão e internet, com programações direcionadas a públicos progressivamente mais segmentados. Tal direcionamento já havia sido sinalizado na década anterior, de 1990, com a disseminação das TVs a cabo, que disponibilizavam canais de esporte, filmes, desenhos, documentários, etc.

Os primeiros testes para inserção da TV digital no Brasil tiveram início em 1999, quando a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), em parceria com a TV Cultura e outras instituições, realizou transmissões experimentais do padrão americano ATSC¹³¹ (Mattos, 2009). Entretanto, a primeira transmissão oficial ocorreria apenas em 2 de dezembro de 2007, na Sala São Paulo, na cidade de São Paulo. O padrão adotado é o ISDB-TB, adaptação do ISDB-T (Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial) padrão japonês.

No que tange à TV Cultura, a despeito de se constituir palco dos primeiros testes de digitalização, a implementação, por exemplo, do IPTV¹³² somente ocorreria no início de 2009, quando na gestão de Paulo Markun, a emissora pública paulista enseja o propósito de se incluir no processo de confluência tecnológica entre a televisão e novas mídias¹³³. Giglio (2010) constata que na era digital a televisão surge num contexto sócio-tecnológico que lhe possibilita assumir características antes restritas apenas ao ambiente web, como portabilidade de serviços e interatividade. É o que contataremos na edição do programa *Roda Viva*

¹³¹ Comitê de Sistemas Avançados de Televisão (Advanced Television System Committee), organização internacional responsável pela implementação do sistema digital norte-americano.

¹³² Internet Protocol Television. Giglio (2010) empreende uma análise comparativa entre três padrões digitais de televisão: IPTV, WebTV (televisão pela web) e TVD (TV digital terrestre), com foco na disseminação do conhecimento. O autor observa que o IPTV consiste em uma TV por protocolo IP, ou seja, oferece uma programação de TV por meio da internet, criando uma interação entre televisão, vídeo e internet, fato que exige conexão de banda larga e a decodificação do sinal de vídeo IP, convertendo-o em um sinal padrão de televisão (Giglio, 2010, p. 74). Já a WebTV enquanto sistema de transmissão televisiva pela web, exigiria apenas um computador conectado à internet. Um exemplo seria o Youtube. No tocante ao público-alvo, as análises de Giglio (2010) apontam o IPTV direcionado ao público dos grandes centros urbanos, em especial as classes A e B e a WebTV voltada para as classes A, B e C com perfil para conteúdos da televisão tradicional ou produzidos pelos próprios usuários.

¹³³ Em 2009, a TV Cultura participa do *Campus Party*, encontro de inovação tecnológica, em que é lançado o IPTV Cultura, canal *on line* em que é possível a realização de coberturas de eventos *ao vivo*, bem como viabilizar transmissões participativas. Também nesse ano é lançado o portal da TV Cultura. Para mais informações, consultar: <http://www.tvcultura.com.br/40anos/linha-do-tempo-2000/b2009>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

produzido em 20 de abril de 2009. Antes, porém, consideremos outros aspectos relativos ao contexto da TV Cultura pertinentes aos anos 2000 e que viabilizaram esse processo de digitalização.

5.2.1 NOVOS DESAFIOS, VELHOS PROBLEMAS

A ascensão peessedebista ao governo de São Paulo exigiria esforços por parte da Fundação Padre Anchieta¹³⁴, no tocante à obtenção de recursos financeiros para viabilizar os projetos em sua programação. Já na gestão Mário Covas reverberaram ecos da dívida de aproximadamente 30 bilhões de reais acumulados até o governo anterior, de Fleury (Lima, 2008)¹³⁵. Lima(2008) relata que com o corte de 30% do orçamento, 600 funcionários foram demitidos¹³⁶. A saída encontrada por Jorge da Cunha Lima, presidente da FPA entre 1995 e 2004, foi inserir espaços de 30 segundos de patrocínios publicitários que rendiam aproximadamente 150 mil reais mensais à fundação (Lima, 2008). Contudo, observamos que o apoio publicitário já se constituía fonte de captação de renda antes desse período, como atesta o seguinte anúncio encontrado na edição veiculada em 10 de dezembro de 1990¹³⁷, realizada com o filólogo Antônio Houaiss:

(imagem 39)

¹³⁴ De acordo com o Direito Administrativo, a Fundação Padre Anchieta se caracteriza como pessoa jurídica de direito público e como tal arregimentada, oficialmente, liberdade financeira e administrativa, com dirigentes próprios e patrimônio próprio.

¹³⁵ Em 1995, Mário Covas reduz a verba destinada à FPA de 57 para 35 milhões de reais (Lima, 2008).

¹³⁶ Com a morte de Mário Covas em 2001 e a ascensão do vice Geraldo Alckmin, aumentariam os cortes nas verbas direcionadas à FPA (Lima, 2008).

¹³⁷ Destacamos que as demais gravações do programa não trazem anúncios, uma vez que a TV Cultura, fornecedora do material para análise, optou por manter uma pausa na transmissão.

Trata-se de um anúncio de aproximadamente 5 segundos que antecede a exibição do programa. Tal fato configura-se revelador de dois movimentos: de um lado, a insuficiência de verbas orçamentárias e a necessidade de uma incipiente abertura em relação a segmentos de mercado interessados em patrocinar a programação; de outro, o modo de inserção desse patrocínio, explicitado como “apoio cultural”, ou seja, a ênfase recai na intencionalidade do anunciante, gerada discursivamente, de se constituir um *apoiador* do programa *Roda Viva*, uma vez que são ressaltados apenas o logotipo da marca e seu slogan, sem a presença de imagens que incitem diretamente o telespectador ao consumo do produto.

Dessa forma, a década de 2000 consolidou essa tendência de geração de verbas próprias por meio da inserção de patrocínios de empresas e de instituições oficiais. Ocorre que tal aproximação passou a exigir da TV Cultura uma atenção especial aos índices do Ibope, antes desconsiderados. Tal redimensionamento de postura em relação aos modos de recepção da programação emerge, por exemplo, do seguinte depoimento do sociólogo Carlos Novaes, assessor da FPA:

Para resumir muito sucintamente era o seguinte: a pesquisa [do Ibope] em si, ela não desqualifica nada, o que pode desqualificar é o uso que você faz dela. E o que eu propunha era que a TV Cultura não só examinasse os dados do Ibope com cautela necessária, como também fizesse pesquisa para saber como a sua programação estava sendo encarada pelo gosto popular, *não para se adaptar à média do gosto popular* [grifo nosso], mas para *não fazer coisas que seguramente não teria ninguém interessando em assistir* [grifo nosso] (...)] (Lima, 2008, p. 239)

Em outras palavras, não bastava apenas se concentrar na programação, fazia-se necessário “auscultar” as preferências de seu público, interpretando-as em projetos que, a despeito de não se coadunar inteiramente com o “gosto popular”, não se configurasse voz em espaço vazio, ou seja, mesmo nesse processo de percepção de novos rumos da emissora, em que passa a oferecer mais atenção às suas formas de recepção, mantém-se a disposição de não se fundir às preferências e gostos que seriam considerados “impróprios”¹³⁸ para uma TV que se delineia historicamente a partir da veiculação de programas de alta relevância cultural, como concertos de música clássica e seriados infantis consagrados internacionalmente como o Castelo Rá-Tim-Bum.

¹³⁸ A palavra “impróprio” aqui entabula referência à programação das TVs comerciais, pautadas em grande medida pela busca de elevados índices de audiência, mesmo que, eventualmente, à custa de uma programação de gosto duvidoso.

É nesse processo que a partir do ano 2000 a TV Cultura instaura a primeira mudança nos estatutos da FPA, desde 1986: a criação da Diretoria de Jornalismo, pautada segundo Lima (2008) pela formação crítica do telespectador, por meio de uma ênfase na abordagem analítica dos fatos. Para viabilizar esse intento, houve a instalação de sistemas de editoração eletrônica, bem como implantação de estações digitais de edição não linear. Surge em 2000 o *Provocações*, programa de entrevistas apresentado por Antônio Abujamra, altamente instigante na proposição de perguntas e que, por meio de *closes* no entrevistado, gerava um tom intimista no processo de interação. No mesmo ano, tem início a divulgação de dois outros programas jornalísticos: o *Matéria Prima*, uma revista vespertina e o *Diário Paulista*, jornal regional vespertino. Em 2002, aparece o *Programa Econômico*, sob o comando do jornalista Luís Nassif, em substituição ao *Conversa Afiada*, liderado por Paulo Henrique Amorim. Como evidência da intenção de ampliar seus índices de audiência estreia, em 2005, o programa *Silvia Poppovic*, em que se discutem publicamente questões de teor particular. No mesmo ano, contudo, aparece o *Opinião Nacional*, programa de entrevistas inicialmente ancorado por Heródoto Barbeiro e que recebia especialistas para análise de temas relacionados ao contexto político e econômico¹³⁹.

A despeito dos esforços da emissora em conferir maior visibilidade e expressividade ao jornalismo, a TV Cultura não passaria imune às influências ideológicas do poder público estadual. Bucci (2009) membro do Conselho Curador da FPA observa, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o “deslize” (termo utilizado por Bucci) da referida TV pública ao “interromper” a programação para um “pronunciamento” de 4 minutos do governador José Serra que inaugurava no dia 26 de março de 2009 o lançamento de dois novos canais digitais: a Univesp TV (Universidade Virtual do Estado de São Paulo, com foco no ensino à distância) e o Multicultura (com produções dos 40 anos da TV-2). O imbróglio levantado pelo professor da ECA-USP consistia no fato de que o chefe do executivo teria disparado críticas a adversários políticos, sem que esses tivessem oportunidade de se manifestar, fato que gerou um desconforto em relação à imagem jornalística da emissora, configurando-se como “chapa branca”¹⁴⁰. A influência não pararia por aí: Hoineff (2010)

¹³⁹ No início de 2009, o programa deixaria de ser produzido, juntamente com o *Observatório da Imprensa*, comandado por Alberto Dines, tendo em vista o “corte de custos”, segundo o site: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/opinioao-nacional-e-observatorio-da-imprensa-fora-da-grade>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

¹⁴⁰ Para mais informações, consultar o artigo em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090910/not_imp432347,0.php <acesso em 21 de abril de 2010>

destacaria a demissão do apresentador Heródoto Barbeiro do programa *Roda Viva* por ter questionado o então candidato José Serra acerca do alto custo dos pedágios em São Paulo¹⁴¹. Medeiros (2011) ao destacar em reportagem a baixa audiência da emissora e os reduzidos patamares de receita auferidos pela gestão de João Sayad, economista e atual presidente da FPA, ressalta o controle empreendido pelo PSDB, desde fins dos anos de 1990, em relação à TV-2. Cita o caso de Marcos Mendonça à frente da FPA entre 2004 e 2007 que se viu, segundo o jornalista, obrigado a deixar o cargo, devido a exigências do governador Serra. Esse teria indicado Paulo Markun que por sua vez parece não ter levado à cabo o processo de “enxugamento” de gastos¹⁴², uma vez que foi substituído por Sayad, graças à indicação do atual secretário da Cultura Andrea Matarazzo.

Tais fatos sinalizam que a TV-2 não angaria total imunidade às influências ideológicas do poder público estadual paulista – especialmente durante os anos 2000. Se na primeira metade dos anos 1980 a *proposta populista* da programação, defendida por políticos como Paulo Maluf, tornava difuso o autoritarismo embutido, segundo pesquisas de Laurindo Leal Filho (1988), a primeira década do século XXI constituir-se-ia um período em que a TV Cultura, enquanto fundação pública, reverberava, em graus variados, os ecos das decisões políticas e econômicas adotadas pelas diferentes lideranças peessedebistas que passaram a ocupar o poder a partir da saída do governador Fleury.

É considerando esse contexto que analisaremos, na próxima seção, a situação imediata de interlocução constitutiva da edição do *Roda Viva* realizada em 20 de abril de 2009, produzida com o historiador Carlos Guilherme Mota, na condição de entrevistado.

5.3 QUANDO PASSADO E PRESENTE SE TANGENCIAM EM DISCURSOS POLEMICAMENTE REFRATADOS

Testemunha da ascensão de Barack Obama à presidência do país mais influente desde o pós-guerra, Martins (2008) destaca o estado de euforia da população norte-americana frente à vitória do primeiro afrodescendente como líder da poderosa nação. Euforia essa que se

¹⁴¹ Mais informações no blog do jornalista Luis Nassif: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/pedagio-derruba-mais-um-jornalista-da-tv-cultura>. Acesso em 13 de julho de 2011.

¹⁴² Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110707/not_imp741736,0.php. Acesso em 13 de julho de 2011.

justificaria não apenas pela ascendência queniana paterna, mas também pela trajetória intelectual do cientista político e bacharel em Direito, formado por uma das universidades consideradas mais rigorosas dos EUA, a Universidade de Harvard¹⁴³.

O fato inédito na história política estadunidense ultrapassaria suas fronteiras geográficas. A repercussão internacional do fato ganhou as telas dos brasileiros e o *Roda Viva* de 20 de abril de 2009 reflete e refrata discursos acerca não apenas da vitória de Obama, como também os ecos da 5ª Cúpula das Américas¹⁴⁴, que ocorreu entre os dias 17 e 19 de abril de 2009 e que contou com a presença de representantes de 34 países integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), incluindo o recém eleito presidente dos EUA.

Considerando o referido horizonte social amplo, analisaremos as polêmicas velada e aberta, bem como réplicas dialógicas de internautas, articuladas à edição considerada como enunciado concreto, em outras palavras, a partir de aspectos caracterizadores do gênero discursivo. Entendemos que emergem desse enunciado *elementos centrípetos* que viabilizam a manutenção da identidade do programa, mas também *elementos centrífugos* responsáveis pela evolução do gênero. Dentre esses últimos, observamos a presença de **gêneros intercalados**¹⁴⁵, como característica recorrente das edições dos anos 2000; **polêmicas aberta e velada**, categorias discursivas intimamente atreladas aos *temas* circunscritos em cada edição e que reverberam, dessa forma, aspectos irrepetíveis do enunciado e **réplicas dialógicas dos internautas** que, circunscritas no todo da edição, ganham diferentes tonalidades, na medida em que se mostram constitutivas do processo de evolução do gênero.

Observando igualmente o contexto de confluência midiática entre televisão e internet, as análises da situação imediata de interação verbal partirão, inicialmente, da gravação integral do programa com seus 79'16'' de duração. Posteriormente, consideraremos aspectos

¹⁴³ Personalidades famosas como a apresentadora Oprah Winfrey e o reverendo Jesse Jackson mesclavam-se à multidão, absortos pelo clima de êxtase pela vitória do candidato democrata. Outras informações: http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2008/11/07/reflexoes_sobre_eleicao_de_barack_obama-586296517.asp. Acesso em 15 de julho de 2011.

¹⁴⁴ Desde 1994, a Cúpula das Américas reúne chefes de estado de países americanos, com exceção de Cuba, com o propósito de empreender acordos comerciais que visem o desenvolvimento dos países que o compõem.

¹⁴⁵ Ao analisar o romance humorístico inglês, Bakhtin (1990[1934-35]) observa aspectos do plurilinguismo, ou seja, a inserção de diversas linguagens que o compõem, dentre os quais a presença de *gêneros intercalados*. O autor observa que há gêneros prosaicos (cotidianos) considerados “inferiores”, como as canções de rua, as anedotas, etc. que refratam a língua oficial, emergente em gêneros “superiores” expressos, por exemplo, por meio da linguagem poética.

pertinentes ao modo de transmissão e recepção via internet. Esse dispõe de recursos peculiares de interação com o internauta, como o uso de *twitter* e *links* que permitem ao usuário escolher acompanhar os “principais momentos do programa”, “bastidores” ou “o programa na íntegra”, por meio do IPTV.

Optamos por empreender um estudo dos gêneros intercalados na estreita confluência dialógica com os pares de perguntas/repostas, uma vez que a construção de sentido se fundamenta tão somente nessa articulação. Quanto às análises das polêmicas discursivas e réplicas dialógicas, concentraremos nossas reflexões, respectivamente, nas seguintes categorias: 1) polêmica velada contra discursos defensores do “jeitinho brasileiro” por meio da análise da performance de Lula enquanto chefe de Estado ; 2) populismo na era Lula?; 3) o sentido das velhas/novas oligarquias; 4) réplicas dialógicas: corrupção como inerente à cultura brasileira?

5.3.1 NA CONFLUÊNCIA ENTRE DUAS PERSPECTIVAS: A SOCIOLÓGICA E A DIALÓGICA

Em se tratando de número de participantes, constatamos uma redução no número de entrevistadores: enquanto a primeira edição analisada com o cientista político reunia oito integrantes e a segunda, com o filósofo José Arthur Giannotti, congregava um número de seis, essa articula apenas quatro. Tal fato parece significativo se relacionado à duração de cada programa: o primeiro 116’50’’, o de 1996, com 89’20’’ e o de 2009 com 79’16’’. Outro dado que merece relevo é a quantidade de blocos do programa, isto é, o número de intervalos presentes: se as edições dos anos 1980 e 1990 apresentam apenas um espaço de cerca de 20’ entre um bloco e outro, a edição de 2009 reúne quatro intervalos com aproximadamente 30’ e quatro blocos de entrevista, sendo que a primeira interrupção ocorre já no momento da apresentação do entrevistado. Tais fatos nos levam a crer que a intencionalidade discursiva do enunciador do programa orienta-se a partir de um caráter responsivo previsto em relação ao perfil de interlocutor – telespectador e, final dos anos 2000, internauta - , considerando-se, inclusive, o meio eletrônico de transmissão e recepção do programa.

Em outras palavras, vale considerar a redução no conjunto do *tempo de duração* do programa e sua crescente segmentação por meio de intervalos, fato que confere maior *dinamismo na composição do gênero*, o que supõe um redimensionamento do discurso a

partir de uma virtual alteração na responsividade do interlocutor (telespectador e, posteriormente, internauta), tendo em vista o contexto de confluência tecnológica¹⁴⁶. Vale considerar, portanto, que se o programa é transmitido *ao vivo* pela internet, supõe-se que haja maior interatividade com o internauta/participante e que esse, no decorrer da edição, formulará comentários, perguntas, acerca dos temas levantados (ou não) no processo de interação, por meio do twitter e e-mail, por exemplo. Para uma análise dessa edição, consideremos a presença dos seguintes interlocutores:

Heródoto Barbeiro: mediador.

Oscar Pilagallo: jornalista e escritor de história do Brasil.

Cláudio Lembo: advogado e secretário da prefeitura de São Paulo.

Mônica Manir: jornalista de OESP.

Robinson Borges: jornalista do caderno Cultura do jornal Valor Econômico.

Lais Duarte: jornalista, apresentadora das perguntas dos internautas.

Como *elemento centrípeto* de identificação do gênero, observamos a **presença de entrevistadores caracterizados como vozes consideradas de referência** em suas respectivas esferas institucionais: 1) a jornalística pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Valor Econômico*; 2) a histórica por meio do escritor (que tem livros publicados pela *Publifolha* sobre história do Brasil) e do próprio mediador – que também é historiador; 3) o poder público institucional, por meio do secretário da prefeitura de São Paulo; e 4) ideologia do cotidiano, representada por meio da “porta-voz” dos interlocutores (internautas). Vale ressaltar aqui o *predomínio de vozes oriundas da esfera jornalística*, fato que sinaliza a presença de refrações mediadas por práticas discursivas características dessa esfera de atividade, como, por exemplo, a articulação entre saberes oriundos da área de especialização do entrevistado e fatos pertinentes à atualidade.

Outro caráter centrípeto emerge no tocante ao **espaço compartilhado** pelos interlocutores presentes, uma vez que permanece a disposição empreendida em formato de circunferência, fato que, como analisamos no capítulo precedente, atribui um efeito de

¹⁴⁶ Vale considerar que a despeito da internet se constituir veículo de comunicação na segunda metade dos anos de 1990, ela se popularizou, principalmente, nos anos 2000.

ausência de hierarquias entre os participantes em termos de papéis sociais a serem exercidos no próprio gênero, a exceção do entrevistado que arregimenta lugar de destaque ao centro:

(imagem 40 – panorâmica aos 5'03'')

Como constatamos, o **posicionamento dos interlocutores** também se configura elemento centrípeto que carrega em si traços da memória histórica de constituição do gênero, fato que possibilita o reconhecimento, por parte do telespectador, do programa veiculado desde 1986 pela TV-2. Contudo, já no canto superior esquerdo aparecem três usuários do twitter, com seus respectivos computadores portáteis e no centro inferior, entre o cartunista e o mediador, encontra-se a porta-voz dos internautas. Tal composição – inexistente nas edições anteriores – circunscreve, a nosso ver, a intencionalidade de inserção de novas linguagens da esfera tecnológica que entabulem diálogo com um interlocutor familiarizado com as novas mídias (*e-mail*, *twitter*, *iptv*, etc.). Dessa forma, entendemos que o próprio formato também sinaliza a presença de elementos centrífugos, como a presença de tais interlocutores.

É nesse contexto imediato de interlocução que se desenvolve o programa. Observemos, a seguir, as análises pertinentes à apresentação e à primeira categoria discursiva: *polêmica velada contra discursos defensores do “jeitinho brasileiro” por meio da análise da performance de Lula enquanto chefe de Estado.*

5.3.1.1 O PAPEL DE LULA NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DE OBAMA

Na véspera do feriado nacional de Tiradentes, o *Roda Viva* receberia o historiador da Universidade de São Paulo Carlos Guilherme Mota, especialista em História do Brasil.

Porém, mais do que ater-se a uma análise única e exclusiva do evento capitaneado por inconfidentes como Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, o apresentador sinaliza *já na apresentação* sua intencionalidade de empreender diálogos entre o passado e o presente – em um visão *interpretativa* do entrevistado. Em outras palavras, o programa, ao convidar um historiador, não se propõe a uma delimitação temática restrita ao campo de formação do especialista. Consideremos o início do programa abaixo transcrito, bem como a presença de dois gêneros intercalados: as *charges*¹⁴⁷ e o que denominados *documentários biográficos*:

Heródoto Barbeiro (mediador): Olá... boa noite... ele é um estudioso do passado brasileiro... há anos na tarefa de recontar a história do nosso país e as histórias das ideias brasileiras... também...seus esTUDos revelaram a movimentação das forças poLíticas e sociais ao longo da vida do Brasil e também... o significado de nossas raízes... nossa formação...e a nossa existência enquanto povo...quem foram e quais foram os brasileiros que ao longo de CINco décadas da... história de nosso país influenciaram o nosso desTIno... criaram a nossa memória e... influenciarão o fuTUro do nosso país... a experiência brasileira ganhou uma visão e uma interpretação peculiar do professor e historiador emérito da USP... Carlos Guilherme Mota... que é o nosso convidado de hoje no Roda Viva...((imagem do entrevistado))... você vai ver essa entrevista em TRIN-ta segundos...((fechamento de cena, em seguida, aparece logotipo do programa))

Heródoto Barbeiro (mediador): O historiador Carlos Guilherme Mota tem demonstrado... em mais de quatro décadas de trabalho acadêmico...que aPÓS quinhentos anos de história...ainda existe no Brasil... um Brasil ainda a ser redescoberto...e esse redescobrimento vem sendo feito ao longo de dezenas de livros... e ensaios que:: se tornaram referÊncia na historiografia brasileira e que mostra quem *somos* e que fuTUro *temos* como naÇÃO...
(fragmento 31)

Observamos que a apresentação ganha uma abertura inicial em que o mediador ressalta duas perspectivas de estudos do especialista: de um lado, pertinente à tarefa de “recontar a história do nosso país e as histórias das ideias brasileiras”, de outro, “a movimentação das forças políticas ao longo da vida do Brasil (...) e o significado de nossas raízes (...)”. Dessa forma, o jornalista sinaliza o escopo temático da entrevista e também o modo de sua abordagem – não limitada a uma exposição objetual dos fatos – dado que o “reconto” já pressupõe uma perspectiva avaliativa acerca dos mesmos. Além disso, Heródoto Barbeiro instaura, por meio de termos genéricos como “ideias brasileiras” e “forças políticas” uma expectativa que contemple uma abordagem analítica a partir de relatos de acontecimentos históricos. Em outras palavras, o caráter genérico de tais termos configura-se

¹⁴⁷ Já presentes na edição de 14/12/1987, mas que ganham novo revestimento composicional, temático, estilístico e axiológico nas edições dos anos 2000.

elemento que vislumbra um possível público-alvo interessado em uma visão axiológica que contemple o leque de sentidos proporcionados por essas expressões.

Após um minuto dessa introdução, aparece o primeiro intervalo de 30'', fato que aponta para um delineamento *não contínuo* do tempo e até mesmo *não linear*, uma vez que, passado esse ínterim, Barbeiro retoma a apresentação do entrevistado, destacando o tempo de atuação profissional - *quatro décadas* – portanto, evidencia a experiência profissional. Vale ressaltar o reiterado uso do “*nós*” inclusivo que gera um efeito de abrangência e que abarca o internauta/telespectador, “convidando-o” a interagir, uma vez que passa a se configurar parte do espectro temático a ser considerado.

Mediante a asserção de que sua produção bibliográfica “*mostra quem somos*” e o “*futuro de nossa nação*”, o mediador oferece a “deixa” para que o “documentário biográfico” apareça:

Valéria Grillo (só a voz):((aparece foto do entrevistado em informações de caráter pessoal)) Carlos Guilherme Santos Seroa da Mota... paulistano... nasceu em vinte de fevereiro de mil novecentos e quarenta e um...e é formado em História pela Universidade de São Paulo...onde fez carreira completa...mestre...doutor... livre-docente ((imagem do especialista concedendo entrevista em outro contexto))... e professor titular de história contemporânea e professor de pós-graduação... é também professor de história da cultura na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie... em São Paulo... na Fundação Getúlio Vargas e professor visitante em Várias universidades na Inglaterra... Espanha e Estados Unidos...autor de dezenas de livros... ensaios e artigos escritos na imprensa brasileira...Carlos Guilherme Mota faz uma conTÍNua revisão da história do Brasil...e coloca em perspectiva nova acontecimentos ((aparecem livros publicados pelo entrevistado)) personalidades que marcaram a construção das ideias brasileiras...o mais polêmico de seus livros foi relançado em dois mil e oito... Ideologia da Cultura Brasileira... ((aparece capa do livro)) prêmio APCA de crítica em mil novecentos e setenta e sete... colocou em discussão as formas de pensamento no Brasil... contrariando a ideia de que somos um país manso de língua única e que não tem contradições... em dois mil... no ((quingentenário)) de descobrimento do Brasil... Carlos Guilherme Mota publicou a obra coletiva... Viagem incompleta... a experiência brasileira... ((aparecem os livros)) dois volumes que reúnem estudos e ensaios de Vários historiadores... de tendências intelectuais diferentes e que mesclam interpretações clássicas e inéditas sobre as identidades ambíguas do Brasil após quinhentos anos de história...seu mais recente livro... escrito em parceria com a historiadora Adriana Lopes... em mais de mil páginas...confronta diferentes linhas de pensamento para buscar uma síntese de interpretação de história do Brasil... e mais uma vez... oferecer novas reflexões sobre passados não muito bem conhecidos e sobre experiências coletivas que deseNHARAM o Brasil e podem desvendar caminhos para o futuro da sociedade brasileira ((imagem de pessoas caminhando)) (fragmento 32)

Abaixo, seguem algumas imagens constitutivas desse documentário inicial:

(imagem 41)

(imagem 42)

A inserção de tal gênero *antes* do início do processo de interlocução empreendido pelos participantes do programa configura-se revelador de sua finalidade: aproximar o internauta/telespectador do entrevistado, ressaltando não apenas dados de caráter particular, mas, principalmente, os pertinentes a sua trajetória acadêmico-profissional, bem como as instituições universitárias com as quais o especialista mantém vínculo quer seja de pesquisa, quer de docência. O destaque a essas informações reitera ao virtual público-alvo o que o mediador já havia sinalizado na parte introdutória da apresentação: o caráter de voz de referência do entrevistado, imbuído de experiência necessária a ponto de suscitar o “*desvendamento de caminhos para a sociedade brasileira*”. Destarte, o documentário se apresenta em um *continuum* revelador de tonalidades que parte do levantamento de aspectos de teor objetual – nome completo, local e data de nascimento e formação acadêmica –, passando por evidenciar a abordagem/perspectiva do especialista em relação ao seu objeto de estudo –, e, por último, ressalta, tendo em vista as informações anteriormente explicitadas, a condição de consultor capaz de desvendar caminhos para o futuro. Se esse continuum se invertesse poderia suscitar em uma falha na legitimação da autoridade do especialista. Em outras palavras, no momento em que o sujeito do enunciado oferece ao internauta/telespectador os dados de caráter objetual, ele *fundamenta* o papel social do especialista – gerado discursivamente – como um agente imbuído da capacidade de se constituir como uma espécie de “futurólogo” da nossa sociedade. Abaixo, pontuamos expressões que caracterizam tal graduação de sentido:

Tonalidade axiológica	Aspecto temático	Expressões
Teor objetual	Nome completo, local e data de nascimento e formação acadêmica	Carlos Guilherme Santos Seroa da Mota... paulistano... nasceu em vinte de fevereiro de mil novecentos e quarenta e um...e é formado em História pela Universidade de São Paulo(...)
Perspectiva em relação ao objeto de estudo	“Nova”, contrariando a visão de que somos um país sem contradições.	Mota faz uma <u>contínua revisão da história do Brasil...e coloca em perspectiva nova</u> acontecimentos(...) <u>confronta diferentes linhas de pensamento para buscar uma síntese de interpretação de história do Brasil...(.)</u>
Condição de “consultor”	Propor caminhos para o futuro da sociedade brasileira.	(...)podem desvendar caminhos para o futuro da sociedade brasileira(...)

Decorridos cerca de dois minutos do documentário, segue ainda a apresentação do programa, ocasião em que o mediador oferece informações sobre os entrevistadores circunscritos na bancada, bem como os agentes que receberão as perguntas/comentários dos internautas¹⁴⁸. Logo em seguida, tem início a entrevista propriamente dita:

Heródoto Barbeiro (mediador): Professor Carlos Guilherme... vamos tentar ligar um pouco o passado ao presente... nós acabamos de ver nesse final de semana da Cúpula das Américas... né... e havia uma novidade... a novidade... as várias novidades... mas vamos chamar a atenção de uma delas que é a presença do presidente Barak Obama e a possibilidade de discutir uma coisa que parecia eh:: impossível de ser discutida... como por exemplo... a volta de Cuba pra OEA... a suspensão do bloqueio... etc...etc...o senhor acha que ta mudando alguma coisa no relacionaMENTo dos Estados Unidos com a América Latina?...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Boa noite Heródoto... boa noite a todos... eu acho que está mudando mesmo Heródoto...ah:: ah:: o impossível... aquilo que parecia impossível pro historiador é:: é:: esta pressão não é muito... comum...porque aquilo que era impossível... / por exemplo o muro de Berlim...ou a bomba sobre Hiroshima e Nagasaki.../ as bombas...ou... coisas dessa natureza... ou A ELEIÇÃO DE BARAK OBAMA... não é... são.../ parecia impossível... depois dos episódios de Miami¹⁴⁹... das eleições mais ou menos fraudadas... ah... em que o Bush... / é *mais ou menos* uma liberalidade...(risos) com perdão da palavra... de

¹⁴⁸ Por se tratar de um programa *ao vivo* apenas pela internet, são consideradas apenas participações de internautas.

¹⁴⁹ Referência à acirrada disputa eleitoral entre George W. Bush e Al Gore nas eleições presidenciais de 2000, nos EUA, em que apenas a Flórida definiria qual seria o novo presidente. Após indefinições, o Supremo Tribunal Americano decide interromper as votações. Dessa forma, o candidato republicano (Bush) vence o pleito com apenas 537 votos de diferença.

fato... aquilo tudo parecia impossível... o mundo numa conjuntura.../ com Hatzinger¹⁵⁰ na igreja... essa figura que .../ quem viveu João vinte e três não pode imaginar que viria.../ seria possível vir... existir um Ratzinger depois para a igreja católica...então isso é o impossível... o Sarkozy... que faz o Chirac¹⁵¹ parecer um grande estadista... ah:: e Berlusconi... não vamos falar de Berlusconi pra não perder tempo... e Bush... a família Bush... é:: é:: em cujo ambiente ((gesticula demonstrando enfatizar essa última palavra)) foi gerado por exemplo o:: Bil Laden... quer dizer... tudo isso parecia.../ define um quadro que seria impossível pensar... no Barak Obama... em vir numa reunião interamericana deste porte... e uma reunião em que ele ROMpe uma série de... vamos dizer a palavra... professor Cláudio... PARADIGMAS ((gesto no sentido vertical para realçar tal palavra)) de convivência política e:: e:: até huMANa... e com uma habilidade ESPANTOSA... então eu acho que é um fato novo e claro que é um fato complexo... que sequer um documento final dos representantes de diversos países teve sucesso...(risos) na verdade só o representante de Trinidad e Tobago assinou o documento que deveria ser um documento ((gesto em círculo indicando a necessidade de abrangência maior da ação a que se refere – imagem panorâmica do estúdio)) coletivo de congraçamento... de interação...

(...)

Oscar Pilagallo (jornalista e escritor): (...) e o relacionamento inicial que ele teve com o presidente Lula... chamou ele de “o cara”... isso é apenas uma retórica descontraída e tal ou tem realmente por trás um significado...

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) tem uma ironia... as pessoas gostam de ver ((sobreposição de vozes)) precisamos ver lá... eu não vou fazer comentário semântico... ou de estilo... maneira de ser... mas tem uma gozação aí por trás.. ah então é você que é o (bem bom)... mas é claro...(..)

((sobreposição de vozes))

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) o Bush também tinha esse ar lhano... esse ar... como dizem os argentinos... muito (cancho) que chega já batendo tapinhas nas COSTas... e tal...(..) eu acho que isso é um detalhe engraçado...interessante... mas não acho essencial... o essencial é que a questão.../ os protecionismos... a temática dos protecionismos... /quando ela.../ passada essa fase de sociabiliDAde... de grandes manifestações de amizade... a integração... retomar as ideias da organização panamericana... as ideias que presidiram a fundação da OEA... Organização dos Estados Americanos... em que Cuba ficou de fora... ah:: a hora em que se retomar a sério isto... que se retomar por exemplo... no Brasil... que seria importante retomar... a linhagem de um Horácio Láffer¹⁵²...o ministro de Juscelino Kubitschek... que lá atrás ele criou a fren/ liga nacionalista... mas dePOIS na época de Kubitschek(...)

¹⁵⁰ Joseph Alois Ratzinger (16/04/1927 -), chamado papa Bento XVI, sucedeu o papa João Paulo II, no conclave de 2005. Detentor de um pensamento católico ortodoxo, é visto como conservador.

¹⁵¹ Na condição de 22º presidente da França, Jacques René Chirac (29-11-1932 -)empreendeu esforços para conter o déficit público, por meio de seu primeiro ministro Alain Juppé. Ameaçou dissolver a Assembleia, devido a protestos populares contra reformas na previdência e congelamento de salários de funcionários públicos. Foi o primeiro presidente francês(1995 e 2007) a ser julgado pela criação de empregos fictícios pagos com fundos públicos entre 1992 e 1995, quando presidia a Câmara de Paris. Outras informações: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1800191&seccao=Europa. Acesso em 19 de julho de 2011.

¹⁵² Horácio Láfer (03/05/1900 – 29/06/1965) foi representante do Brasil na Liga das Nações, durante o governo de Washinton Luis e ministro das Relações Exteriores no governo de Juscelino Kubitschek.

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): o Carlos... você tá pensando numa política bilateral... Brasil... Estados Unidos... do Horácio Láffer... mas eu acho que o Brasil tem hoje um diálogo com todos os países da América Latina... da América do Sul particularmente e pode ser um interlocutor junto aos Estados Unidos... numa série de problemas locais na América do Sul que são MUITO graves... nós sempre esquecemos o problema indígena... nós sempre esquecemos as culturas locais... sempre quisemos a minoria branca dominando toda a América Latina... eu acho que isso muda com o Lula e com o próprio Obama... eu acho que eles são fruto de uma mesma categoria social... são pessoas que sofreram a miséria... a tragédia humana... a luta pela sobrevivência... portanto eu acho que mudou um pouco... o Brasil se insere melhor nesse mundo (...)

Mônica Manir (jornalista de OESP): (...) mas não tem como... a América Latina está sem consenso... como Trinidad e Tobago... só o país assinou... e então como o Brasil pode se ambientar num (lugar) tão heterogêneo como a América Latina?...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Eu creio que:: não vai ser por esse estilo do jeitinho do brasileiro... que nós temos uma facilidade... que já surgiu numa questão pela internet... não é... será que o jeitinho brasileiro... não... não é por aí... o professor Lembo coloca algo que pode sim... ligado mais às biografias... ((sinaliza em direção a Cláudio Lembo um posicionamento de acordo)) são duas lideranças... sem dúvida... não há como... / e são lideranças de novo perFIL... (...)

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): (...) eu vi no Itamarati uma frase muito boa.. a única figura que pode deixar a imagem do Lula opaca é o Obama que vai ser mais popular... em função do nascimento dele nos Estados Unidos...

(...)

Heródoto Barbeiro (mediador): vou passar a palavra pro Robinson...

Robinson Borges (jornalista do Valor Econômico): O senhor já escreveu.../ o brasileiro sempre teve uma sensação de estranha naturalidade... questão cultural e política... considerando nesse contexto de reconfiguração mundial com a crise... e talvez uma redução da hegemonia norte-americana e o Brasil tem um papel um pouco DIFERENTE... mais importante aí... o senhor acha que... quer dizer... há possibilidade de alterar... essa sensação de... estranheza cultural o:/: quer dizer... há possibilidade de melhorar a auto-estima do brasileiro nesse aspecto ou não?...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Essa questão é difícil responder... nós precisamos preliminarmente deixar de ser exóticos... quer dizer... parece que o brasileiro é diferente... ((charge do especialista dizendo: “ o Obama estudou bastante pra fazer do Lula um desenho animado... com jeitinho brasileiro”)) que nós temos um outro jeito amaneirado... e mais cordial que evoca o homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda... de lidar com as coisas do mundo... eu acho que nós estamos.../ se formos pra real politique... nós temos que pensar... que é o que interessa nesse momento... nesse quadro... por mais simpÁTico que seja o nosso presidente... messiânico e carismático... e:: por mais moDERno... no sentido forte que seja da palavra Barak Obama... eles vão ter que confrontar é:: lideranças pra tal da integração... (como você disse) ((fala em direção a outro entrevistador)) com Chaves ((entonação que realça a figura do presidente da Venezuela)) que realmente é:: é:: uma figura mal polida... para dizer o menos... não é... quer dizer... é uma pessoa que ... uma figura com uma metodologia de ação política que aSSUSta... quer dizer... **(fragmento 33)**

É nesse contexto imediato de interlocução que o discurso do entrevistado *polemiza veladamente contra com os discursos que se fundamentam na defesa da inserção do Brasil no contexto internacional a partir de práticas balizadas pelo “jeitinho brasileiro” por meio da análise da performance de Lula enquanto chefe de estado*. Tal contraposição axiológica se desenha dialogicamente a partir do momento em que o entrevistado exalta determinados traços que ele (historiador) considera relevantes em Obama, “(...)capaz de convivência política e:: e:: até huMAAna... e com uma habilidade ESPANTOSA...(...)”. O processo de comparação valorativa entre os dois líderes é reforçado por meio da fala de Cláudio Lembo que considera o *papel de Lula no tocante à situação política internacional redimensionada pela presença de Obama*. De um lado, o então secretário de assuntos jurídicos da prefeitura de São Paulo atribui às duas lideranças tonalidades valorativas políticas *semelhantes*, uma vez que oriundas de classes sociais não privilegiadas e, portanto, representativas desses segmentos. Em decorrência desse fato, o Brasil se “inseriria melhor” no mundo. De outro, a perspectiva do especialista que responde ao comentário de Lembo e não à jornalista Mônica Manir, ao pontuar que tal inserção *não* ocorreria por meio “desse jeito brasileiro”, em uma referência a uma das perguntas dos internautas – não explicitamente instaurada, apenas aludida pelo historiador. O pronome demonstrativo “desse” implica em uma *referência anafórica* – *sem* que o referente esteja linguisticamente explícito no texto. Ou seja, a nosso ver, o entrevistado atribui *indiretamente* ao presidente Lula traços do “jeitinho brasileiro”¹⁵³, compreendendo-os como *insuficiente* para uma representatividade internacional.

Tal bivocalidade semântica contrastiva se evidencia mediante a pergunta do jornalista do Valor Econômico acerca de um possível papel “*diferente*” do Brasil, considerando a “*redução da hegemonia norte-americana*”. O especialista destaca a seguinte fala: “...*precisamos preliminarmente deixar de ser exóticos...*”, de forma a mobilizar um imaginário cultural brasileiro a partir do olhar estrangeiro. Assim, o entrevistado, na condição de intelectual que manteve contato com outras universidades de outros países, atribui o caráter de “*exótico*”, adjetivo que resguarda um tom axiológico de “pitoresco”, que extrapola o que seria considerado “comum” em outras culturas. O “*jeitinho*” evocaria o “*homem cordial de Sérgio*

¹⁵³ Rega (2000) defende que o “jeitinho brasileiro” seja constitutivo de nossa cultura a partir de um círculo vicioso composto por quatro etapas: 1) *descaso do poder público* revelado, por exemplo, por meio da insegurança pública, estradas mal cuidadas ou falta de atendimento médico; 2) *transgressão*: o brasileiro seria, por natureza, um transgressor, até em reuniões empresariais seriam discutidas formas de “driblar” regras impostas oficialmente; 3) *corrupção*: descobertas irregularidades, surgem as propinas (segundo o autor até mesmo o ex-presidente Sarney nas barganhas pelo cinco anos de mandato teria declarado: “é dando que se recebe”); e 4) *impunidade*, exemplarmente representada por duas práticas: o jogo do bicho e o tráfico de drogas.

Buarque de Holanda”. “Cordialidade” essa que longe de se restringir ao campo da polidez, implica considerar um *sujeito motivado acima de tudo pela emoção*, tendo em vista a raiz latina da palavra *-cor*; *-cordis*. Destarte, o historiador entabula referência, em seu discurso, à concepção teórica de Holanda (1997) segundo a qual o homem brasileiro seria, historicamente, compelido a agir na informalidade, dado que as instituições brasileiras com suas leis teriam sido concebidas à revelia dos governados, impostas unilateralmente, e dessa forma, consideradas artificiais¹⁵⁴.

O especialista observa que a partir da “*real politique*”¹⁵⁵ tanto o presidente Lula quanto Barack Obama necessitarão empreender esforços para instaurar diálogos com lideranças como Hugo Chaves. É nesse momento que, ao adjetivar tais autoridades, expressa, em seu discurso, uma perspectiva axiológica que caracteriza o estadista brasileiro como “*messiânico*”, palavra que remete ao substantivo “messias”, *mashiah*, em hebraico ou *christós* em grego, ou seja, *aquele que guarda poderes e atribuições à causa de um povo*¹⁵⁶ e “*carismático*”, adjetivo formado pelo nome “carisma”, do latim *charisma*, *átis* que significa “dom divino”¹⁵⁷. Dessa forma, aponta para a concepção de político *populista*, norteador por insuflar promessas às massas e atribuir rótulos negativos aos adversários eleitorais. Por outro lado, confere ao chefe estadunidense, o caráter de “*moderno*”, ou seja, em consonância com as demandas sociais e políticas atuais.

Segue, abaixo, uma síntese da ***polêmica velada*** encontrada em relação ao tema “*performance de Lula no contexto de ascensão de Obama*”, em que são refratadas duas perspectivas axiológicas: 1) de Cláudio Lembo, que insere as duas lideranças em uma mesma categoria social de não privilegiados e que, portanto, seriam legitimados por representar a maioria historicamente excluída da América Latina e 2) o posicionamento do entrevistado que, a despeito de considerá-los líderes de novo perfil, avalia o estadista brasileiro a partir de critérios que o consideram populista, ao passo que atribui o traço de “*moderno*” ao presidente:

¹⁵⁴ Vale lembrar o adágio popular: “aos meus inimigos, a lei; aos amigos tudo”.

¹⁵⁵ Política que visa à eficácia, sem considerar doutrinas ou princípios. Disponível em: <http://www.significadodepalavras.com.br/Realpolitik>. Acesso em 19 de julho de 2011.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Messi%C3%A2nico>. Acesso em 19 de julho de 2011.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://pt.wiktionary.org/wiki/carisma>. Acesso em 19 de julho de 2011.

Consideremos, agora, a charge enquanto gênero intercalado que aparece durante a última fala do entrevistado, transcrita no fragmento 33 e, em seguida, uma análise dos gestos, circunscritos no processo de interlocução:

Charge 3

Primeiramente, é preciso pontuar que constatamos o aparecimento das charges, enquanto gênero intercalado, já na edição de 1987, contudo, refratavam os discursos constitutivos do processo de interlocução apenas por meio de elementos visuais, com traços que, a despeito de circunscrever uma *bivocalidade semântica contrastiva* (arregimentar duas perspectivas avaliativas) dispunham de traços leves e cores claras que evocavam um contexto de insipiente abertura democrática, mas que mobilizavam em si o propósito de reverberar um tom de *oposição*, por exemplo, em relação aos discursos oficiais sobre saúde pública e aos discursos das medicinas de grupo. Abaixo, um exemplo, a título de comparação:

Charge 2 (já apresentada no capítulo 3)

Trata-se, portanto, do mesmo gênero – *com diferentes formas de acabamento composicional, estilístico e temático*. Na análise da inserção do gênero charge é mister observar dois aspectos: 1) os discursos inerentes ao processo de interação verbal, configurado na e durante a entrevista, mostram-se *refratados* por outro gênero de caráter verbo-visual(charge); e 2) o próprio gênero charge, como elemento de expressão plurilinguística (Bakhtin, 1990 [1934-35]), sinaliza um percurso de evolução consonante à presença de elementos centrífugos e centrípetos inerentes ao programa *Roda Viva*, ou seja, constituem-se dialogicamente por meio de relações de sentido fundamentadas em larga medida *no/por meio do* contexto social amplo.

No que tange à refração discursiva instaurada por meio da charge é preciso considerar que, segundo Medvedev (1991[1928]) cada gênero detém uma orientação própria, tendo em vista um interlocutor específico. Nesse sentido, entendemos que o *endereço* desses enunciados verbo-visuais define-se, *essencialmente*, em direção ao telespectador/internauta. Ao passo que os discursos entabulados durante a entrevista, além de se orientarem para esse virtual interlocutor, configuram-se entre representantes de esferas instituídas, mais notadamente vozes de referência que dialogam em um programa jornalístico delineado por padrões de composição que prezam a formalidade. Dessa forma, enquanto *a entrevista* propriamente dita se circunscreve a partir do que Bakhtin (1990 [1934-35]) denominou “*palavra autoritária*”, uma vez que arregimenta autoridade fundada em um passado

hierárquico¹⁵⁸, as charges comportam a chamada “*palavra interiormente persuasiva*”, pois não se curvam a qualquer autoridade, tendo em vista que nascem de um *presente inacabado*, a partir do fluxo de consciência que é compartilhado entre o chargista e o internauta.

Em se tratando do processo de evolução do gênero charge, cabe ressaltar que a finalização composicional dos enunciados chargísticos da edição dos anos 1980 suscitava uma bivocalidade contrastiva semântica ancorada nos vários discursos circulantes, *sem a utilização de componentes verbais* que entabulassem uma referência mais *direta/explicita* em relação ao discurso refratado. Por exemplo, a charge 2, considerando o contexto de interlocução descrito no capítulo três permite, ao menos, duas interpretações: 1) refração aos discursos oficiais sobre saúde pública ou 2) refração aos discursos oriundos das medicinas de grupo que se recusavam a atender pacientes com doenças infecciosas? Ou ambas? Já a charge 3 da edição de 2009, além de mobilizar um acabamento composicional com traços marcantes e cores fortes, gera quase que um tom de *paródia* das falas articuladas entre Lembo e Mota:

Carlos Guilherme Mota (historiador): Eu creio que:: não vai ser por esse estilo do jeitinho do brasileiro... que nós temos uma facilidade... que já surgiu numa questão pela internet... não é... será que o jeitinho brasileiro... não... não é por aí... o professor Lembo coloca algo que pode sim... ligado mais às biografias... ((sinaliza em direção a Cláudio Lembo um posicionamento de acordo)) são duas lideranças... sem dúvida... não há como... / e são lideranças de novo perFIL... (...)

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): (...) eu vi no Itamarati uma frase muito boa.. a única figura que pode deixar a imagem do Lula opaca é o Obama que vai ser mais popular... em função do nascimento dele nos Estados Unidos... (...)

O que se observa na charge é a *atribuição de falas* a um personagem que resguarda semelhanças físicas – e até gestuais – com o entrevistado, o que permite associar essa imagem (do personagem) ao historiador. Dessa forma, a primeira fala à esquerda do referido personagem também empreende uma *comparação* entre as duas lideranças, em que o critério “estudo” configura-se revelador de diferenças entre ambos, a ponto de fazer do Lula “um desenho animado”, uma figura, cuja formação escolar/acadêmica não alcançaria o nível atingido pelo político norte-americano. O caráter de “desenho animado” ao político brasileiro aparece revestido do “jeitinho brasileiro”. Se tomarmos a concepção de “jeitinho” como maneira de ação regida pela informalidade, emoção, improviso, segundo Rega (2000) ou

¹⁵⁸ Haja vista o destaque para o tempo de atuação dos entrevistados e a explicitação das instituições a que pertencem os entrevistadores. Nesse último caso, é o passado histórico da empresa gerador de credibilidade junto à opinião pública que prevalece, *não apenas* a atuação do profissional. Digo “não apenas” pois há, por exemplo, jornalistas que arrematam destaque na mídia com um teor personalista, como o próprio Heródoto Barbeiro.

compreendê-lo a partir da noção de “homem cordial”, de Holanda (1997), é possível uma **tonalidade depreciativa** que recai sobre o líder petista, corroborada pelo jogo de contrastes entre os nomes “Obama” e “Lula” em cores destacadas – para evidenciar a comparação –, sendo que o primeiro aparece em destaque, com letras maiores e em sequência inicial.

Analisemos, nesse momento, uma sequência de gestos, como elementos não verbais, inerentes à presente interlocução e que consideramos constitutivas da polêmica velada instaurada por meio da análise do tema “o papel de Lula no contexto de ascensão de Obama”

Imagem 43

Imagem 44

Imagem 48

Imagem 47

Imagem 45

Imagem 46

Considerando a participação do secretário de assuntos jurídicos da prefeitura de São Paulo (imagem 43) empreendida em forma de *comentário* – e não de pergunta –, vale observar o delineamento de uma *intervenção* que explicita seu próprio posicionamento avaliativo – “(...) *eu acho que isso muda com Lula e o próprio Obama (...)*” – sendo que o pronome demonstrativo “isso” entabula referência ao contexto social e político de exclusão de minorias desfavorecidas. É com esse revestimento assertivo evidenciado pelo *tom de certeza* demarcado pela presença do verbo no indicativo que a imagem destaca o gesto formado pelo movimento entre indicador e polegar que implicam semanticamente em uma ***relação de equivalência, igualdade***. Dessa forma, seus movimentos gestuais corroboram sua própria opinião acerca da condição de paridade valorativa entre Obama e Lula, no tocante a serem oriundos de “*uma mesma categoria social*”. Nesse sentido, o ex-governador ressalta um (e apenas um) fator de comparação: *a origem social desprivilegiada de ambos governantes*.

Finalizada a fala do secretário e a intervenção de Mônica Manir, jornalista de OESP, que destacada a possível dificuldade de Lula na condução de uma política internacional tendo em vista o ambiente “heterogêneo” da América Latina, o entrevistado observa que “*não será por esse estilo do jeitinho brasileiro*”, fala que acompanha o gesto da imagem 46, delineado pela extensão da palma direita, expressando um posicionamento ***avaliativo contrário*** a esse estilo do “jeitinho”. Nesse momento, o historiador empreende uma referência a uma das participações de internautas – não explicitamente conduzida por nenhum dos jornalistas, o que implica considerar estratégias de interação não inseridas em padrões de recepção pautados exclusivamente pela mídia televisiva.

As imagens 45 e 46 compõem a próxima participação do secretário que traz uma “frase” produzida, segundo Lembo, no ambiente do Itamaraty¹⁵⁹: “*a única figura que pode deixar a imagem do Lula opaca é o Obama*” e completa “*em função do nascimento dele nos Estados Unidos*”. As mudanças no posicionamento das mãos estendidas ratificam o direcionamento discursivo de Lembo no sentido de efetuar uma abordagem comparativa entre os dois líderes. Ocorre que essa comparação é desenvolvida por meio da inserção de uma “frase”¹⁶⁰ que, a despeito de não portar explicitamente autoria, advém de um contexto de órgão público representativo do poder instituído nas relações internacionais. Dessa forma, ao inserir em seu discurso enunciados pronunciados nesta esfera oficial, Lembo, por um lado,

¹⁵⁹ Referência ao Ministério das Relações Exteriores.

¹⁶⁰ A respeito do gênero “frase” (citação) ver Pedrosa (2005).

assume para si o discurso que reverbera uma visão *positiva* em relação ao presidente petista, ao compará-lo a Barack Obama e, por outro, sinaliza que, nesse processo de comparação, o “desnívelamento” se estabelece tendo em vista o local de nascimento do chefe estadunidense, em uma referência ao poder de influência dessa nação em relação aos demais países da América Latina. Semanticamente, os gestos de Lembo nessas duas imagens refletem o teor comparativo de seu discurso e também circunscreve essa “opacidade” de Lula em relação a Obama.

No processo de interação verbal emerge, em seguida, a pergunta de Robinson Borges, jornalista do Valor Econômico - (...) *há possibilidade de alterar... essa sensação de... estranheza cultural o:./ quer dizer... há possibilidade de melhorar a auto-estima do brasileiro nesse aspecto ou não?....* – que considera o contexto de relativa estabilidade econômica brasileira frente à crise internacional e, dessa forma, aventa a possibilidade do brasileiro modificar a representação valorativa que tem de si mesmo. Face a esse questionamento, o entrevistado, na imagem 47, sinaliza, com os quatro dedos na diagonal e o olhar direcionado para o alto, a necessidade de conferir um “ponto final” ao caráter de “exótico” de “nossa” cultura. Importante destacar que o historiador mobiliza um “nós” inclusivo em “... *precisamos deixar de ser exóticos...*”, para evitar o efeito de distanciamento entre ele, o entrevistado e também outros interlocutores presentes (inclusive o internauta/telespectador), de certa forma instaurado na medida em que já no início do programa o mediador traça um perfil de formação acadêmica que legitima o caráter de especialista, estabelecendo uma relação assimétrica entre tais interlocutores.

Já em relação à imagem 48, o historiador ressalta que, a despeito das características de amabilidade demonstradas pelo presidente Lula, esse precisará enfrentar - em meio à “*real politique*”, emergente do contexto de uma prática política pontuada por ações que muitas vezes fogem ao escopo de teorias - lideranças como Chaves¹⁶¹. Com a palma da mão direita virada para cima e três dedos em destaque, Mota aponta três dessas características: *simpatia*, *carisma* e *messianismo*, traços que, a nosso ver, delineiam uma perspectiva axiológica que confere um perfil populista ao estadista brasileiro.

¹⁶¹ A duvidosa compostura do presidente venezuelano se evidenciaria, por exemplo, na XVII Conferência Ibero-Americana realizada em Santiago, no Chile, em final de 2007. Mediante as constantes interrupções de Chaves, acusando o ex-primeiro ministro espanhol José Maria Aznar de “fascista” por uma suposta tentativa de golpe contra seu governo (de Chaves), em 2002, o rei espanhol Juan Carlos desceu de sua polidez e atirou a seguinte pergunta: “¿Por qué no te callas?”

Perfil esse que será objeto de análise no próximo trecho de interlocução abaixo transcrito. Analisemos, assim, a segunda categoria discursiva: “o populismo na era Lula?”.

5.3.1.2 PV COM TONS DE PA: O POPULISMO NA ERA LULA?

Em substituição à república dos coronéis, a Revolução de 1930 instauraria, segundo Trindade (2006), o federalismo, a centralização do poder que gerava uma hierarquia de intermediários subordinados a um líder carismático. Dessa forma, o *getulismo* passaria a se configurar, no período compreendido entre 1930 e 1945, a forma mais exemplar de *populismo* no Brasil. Contudo, tal fortalecimento não abdicaria de ações fisiologistas para manter o “controle” de grupos políticos oligárquicos (Trindade, 2006). Tratava-se de uma nova página que se abria na história do Brasil – com enredos não tão novos assim. Mas se o enredo se reitera, o personagem principal mostra-se perspicaz o suficiente para traduzir – de modo peculiar -as demandas de um país cuja imensa maioria da população, vivendo no meio rural, encontra-se à margem de direitos sociais e políticos. Trindade (2006) assim descreve o político gaúcho:

Ouvia muito e dava a impressão de atender a todos. Confiava no tempo para aparar arestas. Tinha como norma “deixar como está para ver como fica” (...) seus artifícios: malícia, astúcia, e, em última instância, a maldade moral. Não abdicava da perseguição aos adversários. Subornava inimigos, promovia incapazes, neutralizava habilmente as tensões postas (...) Trindade, 2006, p. 115)

O populismo no Brasil ganharia sua face mais representativa na figura de Getúlio Vargas. Passados mais de quarenta anos após a manifestação desse fenômeno político, a pergunta de Robinson Borges, jornalista do Valor Econômico, suscita, ao menos duas refrações discursivas por meio da *polêmica velada* em relação ao tema: “o populismo na era Lula”:

Cláudio Lembo (secretário do município de SP):(...) Escuta... ontem um jornalista do El país... do jornal El país fez uma matéria muito interessante sobre Brasil... América Latina... e achando que a saída pra América Latina é o Brasil e a Argentina... assim como a França e a Alemanha... se unirem... é verdade isso?... o Brasil... vai haver essa possibilidade de um dia argentinos e brasileiros estarem juntos economicamente e socialmente...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Eu acho preliminarmente... Cláudio... a diferença é iMENsa... a população da Argentina é restrita... quantos milhões de habitantes...

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): quarenta milhões...

Carlos Guilherme Mota (historiador): quarenta milhões... e a problemática da Argentina com uma espécie... vamos chamar assim... de classe média que flutua...(...)

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): (...) populismo esclarecido...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Nem sei... não é esclarecido... ((risos de Cláudio Lembo)) quer dizer... essa coisa de populismo raramente é esclarecido... ((caricatura de Cláudio Lembo)) se é que alguma vez foi... nós vamos discutir os populismos no Brasil em algum momento em que eles estiveram em vigência até pra podermos classificar esse que está aí...((gesto do especialista com o indicador reforçando a referência ao atual presidente da república)) não é...?...o atual.. ((pausa que demonstra resvalar em bivocalidade crítica)) acho que não é fácil... é um populismo no exercício...(...)

((sobreposição de vozes))

Robinson Borges (jornalista do Valor Econômico): a professora Marilena Chauí disse ...desculpa((pede desculpas pela interrupção))... recentemente que o conceito de populismo não serviria pro presidente Lula porque o populismo... apesar das várias acepções... ele implica o fato de que é alguém de uma classe dominante que... eh:: vai fazer políticas populistas pra dominar a classe subalterna ou popular... enfim... ah:: e que o presidente Lula como ah:: trabalhador... emergiu daí... não estaria portanto sendo um presidente populista... pelos programas sociais (...)

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): (..) ai a gente pode se atrapalhar um pouco... um populista que foi pintor de parede... né? ...

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) Agora eu discordo da minha querida Marilena Chauí porque existe... há... / ela sabe muito bem... a derrapagem ideológica... eu posso ter uma origem no Cambuci... meu pai pode ter dormido na estação da Luz quando veio de Minas pra São Paulo mas ele pode ter ascendido e ter assumido os valores de uma classe que não era a dele... não é?... aliás... um pouco foi o que aconteceu com o Tiradentes também não é...vamos voltar a essa história... ele na verdade fez um projeto MUITO interessante... maravilhoso... mas na verdade daquela... daquele estaMENto superior do Tomás Antonio Gonzaga (...)
(fragmento 34)

É preciso ressaltar, primeiramente, que o processo de interlocução acima transcrito ocorre na sequência à interação desenvolvida e registrada no fragmento 33, de forma que a alteração na abordagem temática não nasce de uma intervenção rigorosa por parte do mediador que pudesse sugerir a demarcação de limites de uma pauta pré-definida. Dessa forma, constatamos que tal modificação emerge em um fluxo de interlocução que se assemelha a uma *conversa*, com um tom de naturalidade, como em um diálogo corriqueiro que se transforma em um gênero secundário dado à circunstância de realização: interlocutores oriundos de esferas instituídas, produção e circulação do enunciado na esfera jornalística, em uma empresa pública de televisão.

A primeira fala do secretário municipal, por exemplo, sinaliza a continuidade da abordagem temática instaurada, logo no início da entrevista, por Heródoto Barbeiro. Lembo entabula referência, em sua fala, a uma matéria de um jornalista de El Paíz acerca da possibilidade de Brasil e Argentina “estarem juntos economicamente e socialmente” como “saída” para a América Latina. Mediante a resposta do entrevistado que aponta a “iMENsa” diferença entre ambos países, surge o tema do populismo:

Carlos Guilherme Mota (historiador): quarenta milhões... e a problemática da Argentina com uma espécie... vamos chamar assim... de classe média que flutua...(...)

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): (...) populismo esclarecido...

Se levarmos em consideração unicamente os *aspectos linguísticos* da fala dos interlocutores há um aparente *non sense*: o internauta/telespectador (assim como os demais interlocutores circunscritos na arena do programa) deve considerar as relações de sentido existentes entre “classe média que flutua” e “populismo esclarecido” forjadas por elementos do contexto metalinguístico, dentre os quais a base ideológica assumida por Néstor Kirchner e sua esposa e presidente Cristina Fernández de Kirchner¹⁶², definida a partir de pressupostos peronistas¹⁶³, marcadamente calcados pela forte intervenção estatal. Intervenção essa que se fundamenta pela busca do apoio popular – mesmo que por um governo que sinalize cerceamento do direito/dever de informação da imprensa¹⁶⁴.

Dessa forma, no momento em que o entrevistado destaca a existência de uma “classe média que *flutua*”, ou seja, que sofre alterações de padrão de existência devido às instabilidades decorrentes da política econômica argentina, o secretário da prefeitura de São Paulo associa o contexto político e social desse país a um “populismo *esclarecido*”, expressão essa que remete, por sua vez, à ideia de *despotismo esclarecido*, forma de governo que apesar de exaltar o poder do soberano, reveste-se dos valores iluministas que sinalizam progresso.

¹⁶² Que assumiria o poder a partir de 2007.

¹⁶³ Criado a partir do pensamento do general Juan Domingo Perón, o *peronismo* prevaleceu na Argentina entre 1951 e 1973. Em um misto de autoritarismo e paternalismo, o governo peronista definia-se como essencialmente popular.

¹⁶⁴ Em 10 de setembro de 2009, 200 fiscais da Receita Federal ocupariam a sede do *Clarín*, principal jornal da Argentina, para intimidar opositores da presidente Cristina Kirchner. Fonte: <http://educacao.uol.com.br/atualidades/censura.jhtm>. Acesso em 22 de julho de 2011.

A resposta do historiador *problematiza* a fala do secretário na medida em que observa: “(...) *não é esclarecido... (...) quer dizer... essa coisa de populismo raramente é esclarecido... se é que alguma vez foi... nós vamos discutir os populismos no Brasil em algum momento em que eles estiveram em vigência até pra podermos classificar esse que está aí.. não é...?...o atual.. (...)*. Nesse momento, o entrevistado instaura uma polêmica velada com o discurso do ex-governador, por meio da análise do conceito de “populismo esclarecido”: Mota considera incongruente um populismo ser “esclarecido”. Se tomarmos esse adjetivo com sentido de “instruído”, “culto”, chegamos à conclusão de que o historiador posiciona-se axiologicamente contra essa tendência política caracterizada pela presença de lideranças que angariam forte apelo emocional junto ao eleitorado – em especial os menos favorecidos socialmente.

A orientação temática ganha novo rumo quando o especialista diz: “(...) .. *nós vamos discutir os populismos no Brasil em algum momento em que eles estiveram em vigência até pra podermos classificar esse que está aí.. não é...?...o atual.. (...)*”. Nesse momento, o foco de avaliação deixa de ser o contexto argentino e se direciona ao brasileiro, com o propósito de analisar os “populismos no Brasil”- o que não aconteceria no decorrer do programa, uma vez que, a nosso ver, o aprofundamento na abordagem de temas históricos não se encontra no escopo do gênero discursivo em questão. Destarte, verificamos que os saberes do campo de especialização do entrevistado inserem-se em discursos que tangenciam dialogicamente acontecimentos da atualidade, definindo o papel social do historiador no *Roda Viva* semelhante mais a de um *consultor* que avalia a conjuntura social e política, do que de um *acadêmico* que se limita à abordagem de temas eminentemente de caráter histórico, considerando, por exemplo, o processo evolutivo dos fenômenos estudados¹⁶⁵.

O fato é que o historiador explicitamente classifica o governo Lula como *populista* em “(...) *pra podermos classificar esse que está aí.. não é...?...o atual.. (...)*”, referência entabulada por meio do pronome demonstrativo ancorado no contexto extralinguístico, o que suscitaria a intervenção do jornalista do *Valor Econômico*. Para fundamentar seu discurso de que o governo Lula *não* poderia ser assim denominado, Robinson Borges mobiliza um outro discurso de uma especialista, considerada voz de referência no meio acadêmico, de modo a fundamentar sua fala. O critério de análise de Chauí implicaria conceber o político populista oriundo de uma *classe dominante*, em oposição à dominada (social e economicamente

¹⁶⁵ Tal especificidade genérica se constitui em função da esfera de produção, circulação e recepção do gênero.

desfavorecida). Dessa forma, levando-se em consideração as origens sociais do presidente, o caráter de *populista* não lhe seria aplicável.

A polêmica velada é instaurada por Borges, inicialmente, por uma “expressão de cortesia” – *desculpe*. PV essa modalizada pelo uso do futuro do pretérito do verbo “servir” e que refrata a perspectiva axiológica do entrevistado por meio da análise do objeto de sentido: *o populismo no governo Lula*. Os tons de PA aparecem quando o historiador identifica a voz à qual se contrapõe: “(...) *Agora eu discordo da minha querida Marilena Chauí porque existe... há... / ela sabe muito bem... a derrapagem ideológica...* (...)”. Constatamos, assim, que o especialista contrapõe-se diretamente ao discurso da filósofa, mitigando tal embate, chamando-a de “*querida*”, recurso que expressa polidez nesse contexto delineado por tons de PA. Para fundamentar a refração discursiva instalada, Mota insere o conceito de “derrapagem ideológica”, cuja explicação porta para o seio de seu discurso elementos do cotidiano, orientando sua fala para interlocutores não especialistas: “(...) *eu posso ter uma origem no Cambuci... meu pai pode ter dormido na estação da Luz quando veio de Minas pra São Paulo mas ele pode ter ascendido e ter assumido os valores de uma classe que não era a dele... não é?... (...)*. Ao inserir dados de sua própria biografia¹⁶⁶, considera elementos de sua própria trajetória de vida, mais especialmente a origem social paterna, o que, de modo indireto, por meio de uma relação dialógica de comparação, evidencia a possibilidade do presidente Lula ter assumido “*valores de uma classe que não era a dele*”.

Para finalizarmos a análise dessa categoria discursiva, consideremos outro gênero intercalado, presente no referido processo de interação verbal: caricatura. Posteriormente, observaremos traços da gestualidade como elementos não verbais inerentes às refrações discursivas.

Do italiano *caricare*, o termo “caricatura” porta em si o significado de “carregar”, no sentido de exagerar, ressaltar traços fisionômicos, distorcendo-os. Ao considerar a caricatura política, Arrigoni (2011) observa que tal forma de expressão não verbal pode ir além de uma simples representação de um personagem e, dessa forma, atacar ou defender uma pessoa, uma ideologia ou o poder¹⁶⁷. A autora constata o quadro definatório de Gawryszewski (2008) que

¹⁶⁶ Outras informações de caráter biográfico, consultar site da Biblioteca Mário de Andrade: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/memoria_oral/index.php?p=7251. Acesso em 22 de julho de 2011.

¹⁶⁷ Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Mariana%20de%20Mello%20Arrigoni.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2011.

apresenta também uma outra tipologia de caricatura - *a ideológica* - produzida por um sujeito engajado politicamente em uma causa social. De acordo com a ótica bakhtiniana entenderemos como ideológica *toda* charge ou caricatura, uma vez que subjaz a todo enunciado caricatural ou chargístico a intenção valorativa do autor no tocante ao objeto de sentido – intenção essa orientada para o interlocutor presumido, no caso, o internauta/telespectador. Consideremos a seguinte caricatura abaixo apresentada durante a fala do entrevistado no processo de interlocução transcrito no fragmento 34:

(caricatura 1)

Tanto a charge quanto a caricatura constroem sentido na estreita relação com o contexto situacional e o momento sócio-histórico ao qual e no qual se constituem. A caricatura 1, por exemplo, representa a caricatura do secretário de assuntos jurídicos da prefeitura de São Paulo, em um contexto de interlocução com o entrevistado do *Roda Viva*. Da mesma forma que a charge, a caricatura, enquanto enunciado, é produzida a partir de um *presente inacabado*, uma vez que decorre de um processo de interação que se apresenta *inconcluso*. Tal inconclusibilidade mostra-se inerente ao teor não oficial do texto¹⁶⁸ (enunciado caricatural) o que confere o caráter de palavra interiormente persuasiva. Contudo, a caricatura *não* apresenta elementos verbais, limitando-se, nesse caso, a gerar um revestimento humorístico ao carregar traços fisionômicos que se destacam – a partir do olhar do autor – como as sobrancelhas e as orelhas do ex-governador, com a mão direita na boca, portando um ar contemplativo, quando, na verdade, as participações de Lembo apresentavam-se reiteradas vezes – até interrompendo o entrevistado:

¹⁶⁸ Entendendo a palavra texto “como qualquer conjunto coerente de signos” (Bakhtin, 2006a, p.306).

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): É uma figura incrível... um negro dirigindo os Estados Unidos... é algo absolutamente impensado há trinta anos atrás...

Carlos Guilherme Mota (historiador): ((incompreensível por haver sobreposição de vozes))

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): Só Monteiro Lobato pensou isso...

É preciso ressaltar que os traços humorísticos concernentes à caricatura delineiam-se, necessariamente, na conjunção com a responsividade do interlocutor, de modo que esse pode apenas considerar o teor cômico do desenho ou o seu eventual caráter derrisório que pressupõe a existência de tons irônicos/sarcásticos.

Analisemos, agora, alguns elementos não verbais (gestos, expressão fisionômica e entonação) constitutivos da interlocução registrada no fragmento 34, no tocante à instauração da PV com tons de PA:

(imagem 49)

(imagem 51)

(imagem 50)

(imagem 52)

Com o corpo inclinado para frente e os indicadores apontando para baixo, o entrevistado enfatiza o seu posicionamento avaliativo no que concerne ao governo Lula, denominando-o *populista*, por meio da articulação de sentido fundamentada entre o **co-texto** (elementos da superfície linguística) e do **contexto** sócio-político mais amplo: “(...) *nós vamos discutir os populismos no Brasil em algum momento em que eles estiveram em vigência até pra podermos classificar ESSE que está aí..(...)*”. Observamos, nesse caso, que o historiador mobiliza um processo de referenciação em que o pronome demonstrativo – esse - não recupera nenhum elemento linguístico presente em sua fala e sim empreende alusão ao governo representado pela figura do então presidente Lula. Tal pronome emerge de seu discurso carregado de uma *entonação enfática* que ***polemiza veladamente contra os discursos que não consideram populista o governo do Partido dos Trabalhadores.***

Representativo desse último tipo de discurso é a palavra do jornalista do Valor Econômico (imagem 50) que, por meio do discurso citado, insere a fala da filósofa Marilena Chauí em sua própria fala para se contrapor à do entrevistado no que tange a considerar o governo de Lula um populista: “(...) *a professora Marilena Chaui disse ...desculpa((pede desculpas pela interrupção))... recentemente que o conceito de populismo não serviria pro presidente Lula(...)*. O sorriso e a expressão fisionômica de simpatia constituem-se recursos não verbais que atenuam os tons de PA – uma vez que a polêmica se constitui pela citação clara de outro discurso contrário à fala do historiador. Tais elementos evidenciam a orientação social da palavra do jornalista direcionada a um interlocutor que arregimenta, tacitamente, ao menos, dois papéis sociais imbuídos de autoridade: um enquanto especialista em sua esfera de atuação e outro enquanto entrevistado que detém o status de *fonte* de informações e opiniões e, por isso mesmo, turnos maiores de fala, por exemplo.

Já na imagem 51, com a mão direita acima da esquerda, na altura do peito, Borges expõe a definição de “populismo” atribuída a Chauí: “(...) *ele implica o fato de que é alguém de uma classe dominante que... eh:: vai fazer políticas populistas pra dominar a classe subalterna ou popular...(...)*”. O movimento gestual que ilustra a “explicação”, que, a nosso ver, configura-se extensão do discurso citado, sinaliza a intenção de *esclarecer* o conceito – pressupondo que *não* seja eventualmente compartilhado por *todos* os interlocutores presentes e virtuais - o que poderia suscitar dúvida ou descrédito em relação à sua fala, uma vez que essa limitar-se-ia apenas à apresentação de uma contraposição (tese): *o governo Lula não pode ser compreendido como um governo populista, segundo Chaui.* Dessa forma, a fala do

representante do *Valor Econômico* não constitui uma pergunta e sim uma *problematização* à fala do entrevistado, por meio de PA.

Em resposta a tal problematização, o historiador estende a palma da mão direita em direção ao jornalista (imagem 52) em uma *referência ao discurso de Chauí*: “(...) Agora eu discordo da minha querida Maria Helena Chauí porque existe... há... / ela sabe muito bem... a derrapagem ideológica...(...)” . O gesto *reitera* a refração discursiva do entrevistado que vem acompanhada de uma oração coordenada explicativa – *porque existe...(...) a derrapagem ideológica*, que também fundamenta o posicionamento axiológico de Mota. Fundamentação que se fortalece quando em seu discurso insere um comentário seu: “*ela sabe muito bem*”. Comentário indicador de que o intelectual é conhecedor da perspectiva teórica da filósofa no tocante à análise do mesmo objeto de sentido: *populismo*.

Sintetizemos as duas vozes que compõem a bivocalidade semântica contrastiva refratadas por meio do tema: “*o populismo no governo Lula?*”:

Analisemos, na subseção seguinte, a próxima categoria discursiva: o sentido das velhas/novas oligarquias.

5.3.1.3 AS VELHAS/NOVAS OLIGARQUIAS: “MUDAR PARA PERMANECER COMO ESTÁ”

Decorridos cerca de 23’ 4’’ de programa, o segundo intervalo seria sucedido pela intervenção do mediador que, a guisa dos momentos iniciais da edição, empreende uma articulação entre fatos históricos do passado e aqueles concernentes à realidade

contemporânea. Heródoto elegeria o tema das *oligarquias* como objeto de sentido sobre o qual e no qual os discursos se refratariam no seguinte processo de interlocução:

Heródoto Barbeiro (mediador): ((logotipo do programa, segue fusão desta imagem com a do entrevistado em tomada do alto – câmera girando em sentido horário)) Nós voltamos aqui no Roda Viva com o nosso entrevistado de hoje que é o historiador e professor emérito da USP Carlos Guilherme Mota... professor Mota ah:: ao longo da história do Brasil a gente ouviu muitas vezes falar na palavra oligarQUIA... a minha pergunta é a seguinte... as oligarquias ainda existem no Brasil... esse recente exemplo no Maranhão com a volta da família Sarney à capitania... à CAPITANIA não... desCULpa... ao governo local ((risos)) é ainda um resquício desse passado... desse coronelismo... desses sistemas oligárquicos principalmente ligados às áreas mais distantes dos centros de decisão?

Carlos Guilherme Mota (historiador): Seguramente... agora... essas oligarquias... aliás... o pequeno lapso... realmente... a capitania do Maranhão... se você não cometesse esse lapso eu ia cometer... ((risos)) de fato e não é só o Maranhão... acho que há toda uma problemática aí de coronelismo pelo país todo... inclusive coronelismo mais modernizado... inclusive coronelismo eletrônico... quem distribui... quem faz as concessões.../ eu gosto muito de falar numa TV pública... porque eu posso falar dessas coisas... eu não sei se .../ outras entrevistas que eu dei não saía essa coisa... quer dizer... o coronelismo.../ quem quem... dá a concessão dessas rádios... também as igrejas... essa coisa toda... há todo uma... um controle... é:: que é de certa maneira oliGÁRquico... quer dizer... só que as oligarquias tinham marcas... no período... ou no século dezenove... no século vinte... período da primeira república... tinham marcas das famílias que mandavam... se sucediam... casamentos... oligarquia é muito definida não só pelo grupo forte que se sucede no poder ... ou controla o poder mas também por casamentos inTERnos... ((charge do entrevistado apontando o indicador dizendo: “Olhaligarquia!” – “ali” aparece em cor vermelha e “garquía” em cor azul)) por associações e que forma.../ realmente não é uma classe social com mobilidade... mas o ESTAMENTO e lá embaixo ((gesto enfatizando sua asserção)) casta... então tem essa história dos estamentos oligárquicos... por exemplo da primeira república eles permaNEcem... a história do Brasil é uma história diFÍcil de se fazer porque é:: / às vezes você tem é:: SURtos de modernidade não é... ou ameAças de modernidade não é... e depois que se mesclam com classes novas sociais emergindo e são cooptadas pelos velhos estamentos oligárquicos... então fica essa sensação do coelho da Alice... você correndo o tempo todo e sempre no mesmo lugar... o:: o:: Visconti tem aquele filme... o Lampeduza... não é ...

((alguém fala o nome do filme)) Leopardo...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Leopardo... toda a vez que vejo o Leopardo eu sempre estou pensando no Brasil... quer dizer... talvez ainda não tenhamos o Visconti... mas o Leopardo nós já temos aqui ((risos)) que está nos devorando... além do leão... (**fragmento 35**)

Observamos que a fusão da logomarca do programa com a imagem do entrevistado girando em sentido horário constitui-se elemento centrípeto que visa corroborar a instância discursiva do gênero como um espaço de interação que privilegia a presença de um entrevistado, cuja fala se configure referência em sua esfera de atuação. Em se tratando dessa edição de 20 de abril de 2009, a ancoragem criada por Heródoto se legitima não só por ocupar

o papel de mediador do programa, mas também por compartilhar saberes do campo de especialização do entrevistado¹⁶⁹. É nesse sentido que a pergunta guarda em seu bojo, não apenas uma simples busca pela informação, mas também um juízo de valor.

Destarte, constatamos que a expressão “*a gente*” possibilita a mobilização de duas interpretações: *exclusiva*, se fizer referência apenas ao conjunto dos pares especialistas ou *inclusiva*, se entabular referência não apenas aos historiadores, mas também a qualquer sujeito que esteja imbuído de conhecimentos mínimos de história do Brasil acerca da existência de classes sociais privilegiadas, especialmente representadas pelas “oligarquias”. Considerando que um dos papéis precípuos do jornalista é levar informação às grandes massas por meio de veículos de comunicação¹⁷⁰, entendemos que haja o predomínio desse último viés interpretativo. Tal seleção estilística orientada a partir da virtual participação do internauta/telespectador antecede à pergunta propriamente dita.

Pergunta essa que sugere uma relação entre o conceito de oligarquia e a “*volta da família Sarney*”. Nesse sentido, a intenção do jornalista não é traçar um quadro definitório acerca do termo, mas direcionar seu discurso para uma análise do fato político atual, pressupondo que os interlocutores envolvidos já o conheçam. Levando-se em consideração o significado da palavra – *governo de poucos*¹⁷¹ – a (re)ascensão dos Sarney não se constitui propriamente um referencial de alternância de líderes políticos – traço de um estado democrático. Dessa forma, a associação entre o conceito e um acontecimento da atualidade configura-se elemento instaurador de PV, uma vez que o enunciador, enquanto porta-voz de seu público, polemiza indiretamente contra os *discursos que consideram o retorno dos Sarney uma expressão do exercício de uma prática política que possibilite modificações no quadro das lideranças*.

Ao contrário. E tal juízo de valor é explicitado, por exemplo, ao sugerir que a “*volta da família Sarney*” *poderia representar “um resquício desse passado... desse coronelismo... desses sistemas oligárquicos principalmente ligados às áreas mais distantes dos centros de*

¹⁶⁹ Heródoto Barbeiro foi professor de história durante mais de 20 anos. Lecionou inclusive na Universidade de São Paulo. Depois de se graduar em história e direito e fazer mestrado, reiniciou novo curso de graduação: jornalismo, ao lado de ex-alunos. Outras informações: <http://www.herodoto.com.br/portal/page.php?6>. Acesso em 26 de julho de 2011.

¹⁷⁰ Sobre o papel do jornalista, consultar: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as-funcoes-de-um-jornalista>. Acesso em 26 de julho de 2011.

¹⁷¹ Do grego *oligarkhia*: *oligoi* (poucos) e *arkhein* (governar). Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/arquivo-perguntas/2010/11/18/>. Acesso em 26 de julho de 2011.

decisão”. A “sugestão” se circunscreve em uma *pergunta problematizadora*: conhecedor do percurso intelectual do entrevistado e também do contexto social e político gerador da pergunta ela não visa garimpar uma informação, mas uma *avaliação* que reflita o posicionamento axiológico do entrevistador e refrate os mesmos discursos com os quais Heródoto polemiza veladamente.

E é exatamente isso que acontece, sinalizado por um “sonoro” “seguramente”. Nesse momento, é a vez do historiador empreender sua *associação semântica*, relacionando a ideia de *oligarquia política* com a de *coronelismo eletrônico*, em uma referência às concessões de rádio e TV que historicamente agraciaram segmentos sociais e políticos “amigos” do poder público instituído. Para tanto, insere em sua fala características das oligarquias históricas no Brasil ao evidenciar as “marcas” das famílias que se substituíam na governança durante os séculos XIX, XX, primeira república, o que constituiria não uma classe social com mobilidade, mas um *estamento*. Ocasão essa em que o entrevistado possibilita a explicação de um termo próprio da sua esfera de especialização, porém, em estreita relação com um acontecimento histórico atual: “a volta da família Sarney”. Em seguida, arremata sua fala pontuando que os “SURtos de modernidade” sofrem “ameaças”, pois as classes novas são “cooptadas pelos velhos estamentos oligárquicos”, *persuadidas*, pelas artimanhas do poder, a assumir o mesmo discurso conservador. Mota termina sua fala com duas alusões comparativas:

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) então fica essa sensação do coelho da Alice... você correndo o tempo todo e sempre no mesmo lugar... o:: o:: Visconti tem aquele filme... o Lampedusa... não é ...

((alguém fala o nome do filme)) Leopardo...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Leopardo... toda a vez que vejo o Leopardo eu sempre estou pensando no Brasil... quer dizer... talvez ainda não tenhamos o Visconti... mas o Leopardo nós já temos aqui ((risos)) que está nos devorando... além do leão...

A primeira, em relação à história de Lewis Carroll, *Alice in Wonderland* ¹⁷²(*Alice no país das Maravilhas*), em que a personagem principal poderia representar as tais “*novas classes*” que são absorvidas pelos interesses das velhas oligarquias (que também são novas, pois se mantêm no poder). Também configura a ideia de que por mais que surjam novos segmentos de comando no país, o foco essencial do problema se mantém: “(...)você correndo

¹⁷² No filme de Walt Disney, produzido em 1951, a personagem principal, Alice, persegue um coelho branco de colete e relógio até a toca do animal, quando cai no país das Maravilhas.

o tempo todo e sempre no mesmo lugar...(...)”, em que o pronome de tratamento não faz referência ao interlocutor presente, mas a toda a nação brasileira. Daí decorre alusão a outro filme, *Il Gattopardo* ¹⁷³ (*O Leopardo*), produzido por Luchino Visconti a partir do romance de Lampedusa: o Leopardo, metáfora da decadente aristocracia italiana também se constitui, no discurso do entrevistado, como metáfora das velhas oligarquias brasileiras que estão “*nos devorando*”, ou seja, se fortalecendo em detrimento de um “*nós*” que se exclui dessa categoria social privilegiada. Tais alusões, a nosso ver, configuram-se inerentes do processo de construção da *polêmica velada* instaurada inicialmente pelo mediador ao interpor uma pergunta problematizadora ao entrevistado acerca do tema “oligarquias no Brasil”.

Abaixo, destacamos a charge que aparece no referido contexto de interlocução:

(Charge 4)

Observamos que o enunciado verbo-visual reflete o diálogo entabulado pelos interlocutores, tendo em vista a presença virtual do internauta/telespectador. Dessa forma, o dedo indicador apontado para o alto delineia um tom de denúncia em sintonia com a fala definida dentro do contorno do balão: “*Olhaligarquia!*”, em que o advérbio “*ali*” porta o subentendido de “*lugar*”, seguido do verbo “*olhar*” no imperativo. A charge, portanto, carrega no *tom de delação* que parte de uma figura representativa do entrevistado. As cores azul, vermelho e preto contribuem para a distinção dos termos que compõem a palavra criada pelo autor da charge, o que favorece ao internauta a compreensão de sentido construída tendo em vista todo o contexto de interação.

¹⁷³ Realizado em 1963, o filme *Il Gattopardo* baseou-se no romance de Giuseppe Tomasi di Lampedusa que aborda a decadência da aristocracia italiana, na segunda metade do século XIX. No filme, o príncipe Fabrizio Salinas, representado por Burt Lancaster, vê seu sobrinho Tancredi (Alain Delon) aderir aos rebeldes de Garibaldi que desejam a unificação da Itália. Mediante a invasão dos garibaldinos, Tancredi afirma ao tio: “*precisamos mudar para que tudo permaneça como está*”.

Acompanhemos, nesse momento, elementos não verbais (gestos e expressões fisionômicas) constitutivos dessa PV:

(Imagem 53)

(Imagem 54)

(Imagem 55)

(Imagem 56)

Tendo em vista referenciais políticos que confirmavam a (re) ascensão da família Sarney no governo do estado do Maranhão¹⁷⁴, o mediador, na retomada de mais um bloco do programa, articula, em uma pergunta problematizadora, o conceito de “oligarquia” à manutenção do poder político arrebatado há mais de 50 anos pelo então deputado federal José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney), pai de Roseana Sarney – governadora pela terceira vez. Com a palma da mão esquerda elevada na altura do ombro (imagem 53), Heródoto questiona se o “*recente exemplo no Maranhão*” seria um “resquício do passado”, do “coronelismo”. O gesto, constitutivo do discurso do jornalista e historiador, sinaliza a intenção de evidenciar o fato ocorrido em região relativamente distante da capital paulista (local de realização do programa). Gesto que, aliado à expressão fisionômica delineada por

¹⁷⁴ Roseana Sarney assumiria pela terceira vez o poder não por ter ganhado o pleito para o cargo de governador do estado, mas porque o então chefe do executivo maranhense, Jackson Lago, teve seu mandato cassado por abusos durante a campanha eleitoral de 2006. Para mais informações, consultar: http://veja.abril.com.br/290409/p_082.shtml. Acesso em: 29 de julho de 2011.

um discreto sorriso, sinaliza o posicionamento axiológico do locutor em relação ao próprio acontecimento, levantando a possibilidade de classificá-lo como “*resquício(...) desses sistemas oligárquicos*”. Fala essa que acompanha a imagem 54 caracterizada pela mudança na posição das mãos, cujo sentido se ancora, principalmente no pronome demonstrativo “*desses*”, palavra que compreende referência à noção de “sistemas oligárquicos”. Dessa forma, os gestos do mediador delineiam-se no sentido de destacar dois acontecimentos: um histórico, pela análise do termo “oligarquia” e outro da atualidade, pela observação da “vitória” de Roseana.

Já na imagem 55, o entrevistado evidencia o caráter de imobilismo das oligarquias – como um traço característico de um “estamento”, daí o posicionamento paralelo das duas mãos na altura da cabeça para reforçar a fixidez de domínio de um determinado grupo social oligárquico. Nesse momento, o historiador, em sua fala, considera o fenômeno político sem entabular referência a quaisquer caso específico, como empreende o jornalista. Ao contrário, analisa o que seria peculiar a qualquer governo oligárquico: o poder centrado em uma classe social que se mantém por um período relativamente longo no poder. Por último, na imagem 56, Mota, com uma das mãos girando sobre a outra reitera o que seria típico da história do Brasil: a presença de “*surtos de modernidade*” com a geração de “*novas classes sociais*” que são “*cooptadas pelos velhos estamentos*”, movimento esse que mimetiza um “eterno retorno” de um passado enraizado no presente.

Sintetizemos os discursos que se refletem e se refratam, por meio de PV, na interlocução destacada no fragmento 35:

Analisemos, na próxima seção, a quarta categoria discursiva: *réplicas dialógicas: corrupção como inerente à cultura brasileira?*

5.3.1.4 RÉPLICAS DIALÓGICAS: A VOZ REFRATADA DO INTERNAUTA

Alteradas as condições de transmissão *ao vivo* do programa *Roda Viva*, da TV convencional para o IPTV que integra televisão e internet, modificam-se aspectos pertinentes à interação/ participação do interlocutor, caracterizado como internauta/telespectador. Esse é o primeiro fator que gostaríamos de ressaltar na análise das réplicas dialógicas, enquanto categoria discursiva que evidencia o teor de responsividade dessa audiência que, em grande medida, orienta toda a produção do enunciado.

Se o horário noturno de veiculação pela TV-2 dispensava não apenas o computador, mas também conhecimentos de acesso à internet, a edição de 20 de abril de 2009 os exige como condição de participação do programa por parte desse virtual público-alvo. Isso significa, a nosso ver, uma segmentação desse público que encontra no portal - <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm1150#vplayer> - a única forma de interagir com os interlocutores (entrevistadores/entrevistado/mediador). Por meio da referida página de internet, o internauta envia perguntas e comentários via *twitter* – miniblog que permite a inserção de até 140 caracteres. Em nossa pesquisa, consideraremos *as réplicas dialógicas que emergem da edição gravada com seus 79' 16'' de duração*. Ou seja, interessamos observar a responsividade de tais interlocutores refratada pelas vozes que compõem o processo de interlocução – sem olvidar o contexto de recepção do programa.

E é por meio desse processo que constatamos a emergência de tais réplicas presentes, inicialmente, na seguinte fala do entrevistado:

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): (...) o Carlos... você tá pensando numa política bilateral... Brasil... Estados Unidos... do Horácio Láffer... mas eu acho que o Brasil tem hoje um diálogo com todos os países da América Latina... da América do Sul particularmente e pode ser um interlocutor junto aos Estados Unidos... numa série de problemas locais na América do Sul (...)

(...)

Carlos Guilherme Mota (historiador): Eu creio que:: não vai ser por esse estilo do jeitinho do brasileiro... que nós temos uma facilidade... que já surgiu numa questão pela internet... não é... será que o jeitinho brasileiro... não... não é por aí... o professor Lembo coloca algo que pode sim... ligado mais às biografias... (...) (fragmento 36)

Observamos que a primeira manifestação do caráter responsivo do internauta surge via fala do entrevistado, já no primeiro bloco do programa, ocasião em que os interlocutores analisavam o “*papel de Lula no contexto de ascensão de Obama*”, o que pressupõe a possibilidade de participação desse virtual interactante *antes* do início do historiador tomar a palavra durante o período de transmissão da entrevista. Tal emergência de fala (referimo-nos à fala do internauta na fala do especialista) sinaliza a presença de concepções oriundas da esfera que Bakhtin (2004[1929], p. 118) denomina “ideologia do cotidiano”: trata-se da explicitação, por meio do esboço de uma pergunta – “...*será que o jeitinho brasileiro...*” –, de valores que circulam de modo não ordenado entre segmentos sociais que compõem o referido público-alvo. Dentre tais valores, o foco na temática do “*jeitinho brasileiro*” como elemento integrante do *fazer política* entre chefes de estado, em especial, no caso do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tendo em vista o objeto de sentido selecionado inicialmente pelo mediador do programa – *eventuais mudanças políticas internacionais com a ascensão de Barack Obama e o papel do presidente brasileiro nesse processo* – a pergunta delineada na fala de Mota pontua um tom de *certeza* de que há o tal “*jeitinho brasileiro*” que circula nas esferas políticas institucionais. Destarte, a nosso ver, a participação do internauta mobiliza não a dúvida da existência desse fenômeno cultural no âmbito instituído, mas o *grau* de interferência do mesmo nas relações políticas.

Laís Duarte (apresenta perguntas de internautas): Professor... uma das perguntas mais votadas na nossa enquete aqui na internet foi a seguinte... o problema da corrupção está enraizado no sistema... na cultura brasileira?

Carlos Guilherme Mota (historiador): Bom... em primeiro lugar não existe essa cultura brasileira... e paguei um preço alto pra dizer que essa coisa da cultura brasileira é uma ideologia que foi criada no Estado Novo ... e que... era preciso criar um conceito de cultura tão forte e ela apareceu depois com o maiúsculo porque tinha uma cultura alemã... uma cultura italiana...uma cultura espanhola... não é... tinha que haver naquele momento...naquela conjuntura sobretudo naquela primeira metade do século vinte... a Europa das nações... e onde nossa cultura... olha... então.... preliminarmente o próprio conceito de cultura brasileira tem que ser demolido... revisto... revisitado... foi a cristalização ideológica de uma época... com grandes pensadores... não é... uma pessoa que é de grande admiração do professor Cláudio Lembo e também hoje da minha... por outras razões...

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): Melhorou então...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Melhorei mas pela esquerda... ((gesto indicando sua posição ideológica – seguido de risos)) o fato é o seguinte... que o Gilberto Freyre ele inventou uma maneira própria de ser... de ver... que faz a diferença... a miscigenação... ele foi muito importante... e É ainda muito importante... se você pegar toda... o repertório da escola dos (Anale) ...a história da vida privada... da sexualidade...

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): Se você pegar o Oliveria Viana...(...)

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) Não o Oliveira Viana ainda não cheguei lá... eu tenho amigos advogados... juristas que querem muito que eu leia MAIS Oliveira Viana... Oliveira Viana era um crítico do Gilberto Freire... Gilberto Freire teve esse problema.../ pra responder...

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): (iluminador)

Carlos Guilherme Mota (historiador): Ele criou essa cultura própria... com certas características e que .../ de miscigenação... de cor... ele deslocou os heróis da raça branca do século dezenove... tipo histórico-geográfico pra um novo tipo social e... étnico que é o mulato... não é... na verdade é um deslocamento de valores étnicos que também pra nós hoje ((gestos de demonstram a irrelevância da proposição atualmente)) é:: não funciona...

Oscar Pilagallo (jornalista e escritor): Onde entra a corrupção nisso?

Carlos Guilherme Mota (historiador): Como?

Oscar Pilagallo (jornalista e escritor): Onde entra a corrupção nisso?

Carlos Guilherme Mota (historiador): Estamos tentando chegar lá... o público e o privado .../ ((sobreposição de vozes e risos)) é que as respostas pros historiadores são longas... como eu não sou sociólogo... se eu fosse sociólogo responderia taxativamente... eu não tenho essa... o historiador remonta... aliás é um galicismo... ((risos))de onde vem a corrupção.. a corrupção... bom em primeiro lugar temos uma história que precisamos discutir um pouco antes de entrar porque há vários tipos de colonização... ou pelo menos dois básicos... sistema colonial... colonização de povoamento... e você é deslocado de seu país... da região e vem pra montar uma nova sociedade idealista... comunitária... e coisa e tal... e a colonização de exploração...essa colonização de exploração é a colonização que faz com que você ande pela rua Oscar Freire e parece que ainda há um sertão pulsando ainda... o terceiro mundo... o quarto e o quinto mundo juntos... essa coisa toda... quer dizer... a monTAgem da cidadania é precária... claro que pra fazer uma calçada muita gente já ganha dinheiro... já inventou não sei o que... corrupção... mas não vem daí... vem lá de trás... e que o senhor de engenho não era exatamente um cidadão... e o escravo... o escravo não era NADA aliás... o escravo não existia... o branco pobre podia ser alguma coisa mas também era um desclassificado como definiu bem a Laura de Melo e Souza num livro clássico (Os desclassificados...) quer dizer... onde você tem a corrupção é num tipo de Estado também que faz a concessão das terras... (as donatárias)e aí há uma indefinição entre o público e o privado... e onde a coisa enrijece entra a corrupção... a própria Inconfidência Mineira foi marcada por por traços de:: corrupção na verdade... então você vai encontrando ao longo da história uma série de figuras que vão praticando aquele que teve.../ o livro clássico que nós historiadores gostamos muito e é muito atual... A arte de furto...((risos)) que é um clássico...

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): E o autor é desconhecido...

Carlos Guilherme Mota (historiador): E o autor é desconhecido porque poderia ser perseguido ((risos))...

Heródoto Barbeiro (mediador): Poderia ser mandado pra cadeia...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Eu não sei se responde à questão da corrupção... mas esse eu acho que tem uma outra questão aí ((charge do entrevistado dizendo: “Vou explicar a corrupção: no princípio era a verba...- corrupção e verba em cor vermelha”)) Oscar que é a seguinte... é:: a sociedade de conTRAtos não se montou aqui direito ainda... nós estamos numa sociedade estamental escravista ainda... eh:: esse capitalismo é senzaLEIro ainda... é um conceito novo... eu gostaria de saber se ele tem alguma vigência... mas é aquela história... eu sou moderno aqui mas eu prefiro passear em Miami ou na Europa...

Cláudio Lembo (secretário do município de SP): Principalmente com passagem paga pelo congresso... (fragmento 37)

O processo de interação verbal acima desenvolve-se logo após a interlocução registrada no fragmento 35, que porta como conteúdo semântico objetual a análise do termo “oligarquias”. Observamos, inicialmente, que a primeira participação dos internautas refratada no programa por meio da jornalista que arregimenta a função de intermediar a fala desse público no programa, ocorre após cerca de 30 minutos decorridos da transmissão, fato que indica a existência de um *tempo para avaliação das participações* quanto ao que a jornalista considera pertinente interpor no diálogo entabulado entre as partes. Avaliação empreendida por meio de um *critério de organização* determinado pelos organizadores do *Roda Viva: votação em uma enquete*.

O que se constata é que as réplicas dialógicas dos internautas emergem de forma “difusa” sem a identificação autoral, diferentemente das edições das décadas de 1980 e 1990. Nessas últimas havia indicação de nome, local de origem dos telespectadores e, eventualmente, a profissão dos que enviavam perguntas por telefone ou fax, de modo que as participações refletiam a autoria, bem como a expressão axiológica desses discursos que chegavam a alçar posições valorativas que se alinhavam ideologicamente ora à esquerda – em consonância a do cientista político, como na edição de 1987 -, ora à direita – congruentes ao conservadorismo que fomentava os resquícios dos governos de exceção (na mesma edição), recém destituídos do poder em 1985. Ou sinalizavam preocupações oriundas da esfera da ideologia do cotidiano, como a questão da religiosidade ou do ensino de filosofia nas escolas públicas, no caso da edição de 1996.

E é nesse processo de inserção difusa da fala do internauta que se circunscreve o contexto sócio-político brasileiro do final da primeira década do terceiro milênio, caracterizado pelo final do segundo mandato do presidente Lula. Por meio da palavra da jornalista Laís Duarte, observamos que tal processo se fundamenta na proposição de temas/perguntas antecipadamente postas a esse virtual público. Trata-se, portanto, de um movimento inverso ao das edições das décadas anteriores: os enunciadores propõem as questões e não os telespectadores. Esses teoricamente efetuam suas escolhas a partir do leque

de alternativas disponibilizadas¹⁷⁵ na enquete, fato que evidencia um *direcionamento* dos produtores quanto a tal participação. Dessa forma, se por um lado, a autoria se dilui, por outro, há uma “esquematização” do processo de participação o que pressupõe, no nosso entender, uma *redução do caráter polifônico das réplicas* e uma maior presença da voz dos autores do *Roda Viva*.

Destarte, a “*pergunta mais votada*” na enquete – “*(...)o problema da corrupção está enraizado no sistema... na cultura brasileira?*” – mobiliza, na verdade, um referencial atemporal que não prescinde dos acontecimentos políticos que fervilharam nas duas gestões petistas¹⁷⁶. Atemporalidade sugerida pelo tempo presente do verbo “estar” que sinaliza a intenção de se extrair uma *análise do tema* por parte do historiador, no tocante à corrupção como “*enraizada no sistema*”, “*na cultura brasileira*”. Enraizamento esse que não expressa um posicionamento contrastivo por meio de polêmica aberta em que a fala do outro é tomada como objeto de refutação, mas por meio de uma polêmica com *tonalidade velada* em que a refração discursiva seja instaurada por meio da avaliação do objeto de sentido, no caso: “*possível enraizamento da corrupção na cultura brasileira*”.

Contudo, a resposta do entrevistado não se concentra, de início, no foco “corrupção”, desviando-se para avaliação do sintagma “cultura brasileira” e o viés ideológico que subjaz a ele, tendo em vista o contexto estadonovista de Vargas do começo do século XX. Dessa forma, o entrevistado articula saberes do campo da história do Brasil, no sentido de evidenciar a necessidade de “revisitar” o conceito, problematizando-o nos moldes delineados por teóricos que consideram a existência de tal cultura e, destarte, contrapõe-se veladamente a eles, em uma alusão final a Gilberto Freyre¹⁷⁷, que passaria a se constituir objeto de admiração do historiador “*por outras razões*” - não pelo fato de defender a existência de uma cultura tipicamente nacional, mas por ressaltar o caráter miscível da formação social no Brasil.

¹⁷⁵ Vale ressaltar que não se encontra no escopo dessa pesquisa analisar as participações diretas dos internautas via twitter, mas as refratadas durante o processo de interação verbal, no caso, por meio da “enquete” aludida pela jornalista Laís Duarte.

¹⁷⁶ Desde as irregularidades na aplicação do Programa Fome Zero, passando pelo escândalo de recebimento mensal de propinas, o chamado “mensalão” e pelo escândalo dos “aloprados”, esquema de falsificação de documentos que incriminavam políticos do PSDB, nas eleições de 2006; o governo Lula se ressentiria de lideranças acima de quaisquer suspeitas para a sucessão presidencial.

¹⁷⁷ Autor de “*Casa Grande e Senzala*”, de 1933, Freire aponta elementos positivos da miscigenação constitutivos a formação cultural brasileira, em oposição à ideia de inferioridade étnica devido à congregação de brancos, negros e índios.

Posteriormente, Pilagallo retoma a referência à pergunta eleita pelos internautas: “*Onde entra a corrupção nisso?*”, evidenciando que o foco principal do enunciado se concentra no termo “corrupção”. Assim, o jornalista reitera seu papel de porta-voz/intermediador do público ouvinte ao redirecionar a abordagem temática da entrevista. Tal retomada instiga a reação responsiva do historiador que, segundo características peculiares de sua profissão afeita a “*longas respostas*”, destaca a existência de dois tipos de colonização: de *povoamento* e de *exploração*. Nesse sentido, mais uma vez observamos que os conceitos não aparecem isolados, mas integrados a fatos do cotidiano ao observar que ainda há um “*sertão pulsando*” na rua Oscar Freire¹⁷⁸. Dessa forma, o entrevistado avalia a coexistência de duas faces: de um lado o progresso e o requinte, de outro a “*montagem precária da cidadania*”. Destarte, o historiador *polemiza veladamente contra os discursos oficiais acerca do cumprimento pleno de direitos essenciais do cidadão*. Para tanto, destaca que a corrupção “*vem lá de trás*”, ou seja, fundamenta sua fala a partir de conhecimentos de sua esfera de atuação profissional, ao evidenciar a condição de ausência de cidadania, por um lado, de vastos segmentos sociais, inclusive o senhor de engenho e, de outro, o poder de mando do poder estatal cujo exercício encontra-se, não raro, na nebulosa zona limítrofe entre o público e o privado. Daí ressaltar a relevância da obra “*A arte de furtar*”¹⁷⁹, como pertinente ao estudo desse fosso que, de certa forma, ainda persiste entre fragilidade de composição de um estado de direito e o poder público instituído nem sempre imbuído do *efetivo* propósito de cumprimento desse estado.

Para finalizar, o historiador assevera que “*a sociedade de contrato não se montou aqui direito ainda*”, o que vale considerar que Mota reitera o **caráter polêmico velado** de sua fala contra os discursos oficiais que defendem a concretização de laços sociais sempre pautados pela obediência a regras de conduta legal e moral. Na análise do tema “corrupção”, o historiador se contrapõe a tais discursos, para tanto, denomina a sociedade brasileira de “*estamental escravista*” pautada por um “*capitalismo senzaleiro*”. Ou seja, termos que congregam em si as discrepâncias sociais, políticas e econômicas que fundamentam (quase) toda sorte de desigualdade criada socialmente no Brasil.

¹⁷⁸ Localizada no bairro de Cerqueira César, em uma das regiões mais elegantes de São Paulo, denominada “Jardins”.

¹⁷⁹ Prosa barroca portuguesa atribuída ao padre Manoel da Costa e escrita possivelmente em 1652, investida do propósito de “desmascarar as múltiplas espécies de ladrões”. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_de_Furtar. Acesso em: 31 de julho de 2011.

Ainda nessa última fala de Mota, emerge uma charge que refrata o discurso do entrevistado a propósito da utilização de recursos públicos para obras públicas: “(...)claro que pra fazer uma calçada muita gente já ganha dinheiro...(...)”:

(Charge 5)

É com a reiteração de elementos verbo-visuais que a charge reverbera os discursos entabulados a partir da inserção da “fala” refratada do internauta. Tal reverberação desenvolve-se, por exemplo, pela associação semântica entre as palavras “corrupção” e “verba”, ambas demarcadas com a cor vermelha, em uma evidente manifestação de destaque. No primeiro balão, à esquerda da figura representativa do entrevistado, aparece uma fala com tom *assertivo* – “vou explicar a corrupção:”. Os dois pontos que se seguem ao enunciado sinalizam que, na sequência, haverá uma outra fala, do mesmo personagem, com valor apositivo. Para tanto, o autor da charge, mobiliza a memória discursiva do internauta/telespectador ao estabelecer um paralelo semântico entre o discurso explicativo e o discurso bíblico cristão – “no princípio era o verbo”¹⁸⁰. Mas, se na passagem de São João o “verbo” configura-se metáfora de Deus que representa o princípio de cunho religioso da natureza humana, a paródia empreendida pelo chargista - considerando a situação comunicativa na qual e pela qual se inscreve - evidencia a “verba” como fonte de corrupção. O trocadilho contribui para a instauração da PV uma vez que alça o dinheiro público à condição de *fonte* de desvios de conduta, improbidade administrativa. Ou seja, considerando

¹⁸⁰ Evangelho de São João, capítulo 1, versículos 1-3.: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. Há outras versões para esse prólogo: “No começo, a Palavra já existia: a Palavra estava voltada para Deus, e a Palavra era Deus”.

todo enunciado chargístico no contexto da situação comunicativa apresentada, o efeito de sentido da PV ancora-se em *subentendidos extralinguísticos* (os escândalos de corrupção amplamente divulgados na mídia acerca de desvios de dinheiro público) e em outras fontes textuais.

Antes de finalizarmos o presente capítulo, consideraremos, brevemente, um conjunto de recorrências pertinentes à análise de PV com tons de PA circunscritas na edição de 20 de abril de 2009 do *Roda Viva*.

5.3.1.5 PV COM TONS DE PA: RECORRÊNCIAS AO LONGO DA EDIÇÃO

Empenhamo-nos, neste momento, a um estudo das recorrências de PV com tons de PA de forma a corroborar nossa tese de que no presente *corpus* há o predomínio do referido fenômeno discursivo *refratado a partir das esferas de atuação de cada interlocutor* constitutivo do processo de interação verbal. Para tanto, selecionamos dois objetos de sentido por meio do qual duelam diferentes perspectivas axiológicas: 1) o paralelo entre as revoluções burguesas e o contexto político brasileiro da era Lula e 2) a ideia de “capitalismo senzaleiro”, proposto pelo historiador Carlos Guilherme Mota.

Com relação ao levantamento do primeiro tema, é preciso ressaltar que ele não emerge de modo abrupto e descontextualizado. Ao contrário, origina-se de um fluxo de diálogo semelhante a uma conversa, com um tom de informalidade, ocasião em que se reverberam réplicas dialógicas dos internautas acerca do tema “corrupção” por meio da pergunta do mediador direcionada ao entrevistado: “(...) *a sociedade brasileira é complacente com a corrupção?*”. Dessa forma, Heródoto Barbeiro seleciona em sua fala um ator social – a sociedade brasileira –, que teoricamente comporta segmentos sociais não inclusos nas esferas de poder público. O adjetivo selecionado – *complacente* – constitui-se revelador de um posicionamento axiológico do enunciador que, imbuído de sua função no gênero, circunscreve sua fala em uma pergunta, relativizando o revestimento avaliativo de seu discurso.

Mediante a resposta negativa de Mota frente a tal questionamento, Lembo acrescenta, em seguida, outro adjetivo: “*é participante*”, o que em certa medida, reflete a fala do mediador. O tom responsivo do historiador, mais uma vez, se desloca para a mobilização de saberes inerentes ao campo acadêmico de atividade: “(...) *a sociedade é uma coisa muito*

ampla (...)”, discurso esse que relativiza o sintagma “sociedade brasileira” de modo a evidenciá-la, não como uma eventual “massa homogênea”, mas heterogênea, com nuances a serem consideradas.

É nesse contexto dialógico que tem início o *paralelo entre as revoluções históricas e o contexto político contemporâneo da era Lula*. Tal paralelo semântico tem início com a fala de Lembo que, chamando o entrevistado pelo primeiro nome – fato revelador de certa aproximação –, sinaliza a intenção de “justificar” a existência da corrupção no Brasil, por meio da importação da “burocracia portuguesa”. É interessante observar que o enunciador não problematiza sua fala em forma de pergunta, mas assume uma posição de fala que teoricamente caberia ao entrevistado: emitir opiniões explícitas acerca do foco temático levantado: “Carlos... mas há um problema... a burocracia portuguesa é muito pesada... (...)”. O tempo presente do indicativo do verbo “haver” implica em certeza de sua proposição, fato que delinea o discurso de um sujeito que define explicitamente uma posição axiológica – a revelia de outras.

O foco axiológico de PA configura-se na tomada da fala do entrevistado como objeto de refutação, no momento em que Lembo nega a afirmação de Mota quanto ao caráter da burocracia importada: enquanto o primeiro atribui o traço “ibérico”, o segundo compreende como “português”. Mota fecha tal impasse com a emergência, em seu discurso, do que consideramos o principal objeto de sentido da presente interlocução: a formulação do paralelo acima apontado. Dessa forma, legitimado pela condição de *principal fonte de informações e opiniões* no gênero, prevalece o desvio temático interposto pelo historiador:

Carlos Guilherme Mota (historiador): É mas eu não queria cair nessa coisa do iberismo... eu acho que não houve revolução burguesa... nós adoramos ir a países onde houve revolução burguesa (...) onde há uma sociedade de contrato pra valer... agora aqui a conversa é sempre de *flexibilização* [grifo nosso]... (...) tinha que flexibilizar e essa flexibilização implicou em deixar pra trás uma tradição de lutas (...) há coronelismos por toda parte (...) Agora... o que nós não tivemos aqui... o Raymundo Faoro¹⁸¹... que é um autor de grande importância... pensou muito bem essa tradição estamental... essa falta de ruptura (...)

Dessa forma, o historiador instaura uma PV no momento em que refrata axiologicamente o termo “flexibilização” – concebido nas esferas oficiais desde o governo

¹⁸¹ Jurista, historiador, cientista político e sociólogo, Faoro (27/04/1925 -15/05/2003) constitui-se voz de referência com sua obra “Os donos do poder” ao defender a existência não de bases medievais do Estado brasileiro, mas o *caráter patrimonialista do poder público colonial* configurado no escopo de um pré-capitalismo.

FHC como “*manifestação de um diálogo democrático*”, compreendendo-o (tal termo) como uma forma de cooptar vozes divergentes do *status quo* estabelecido, o que configuraria em uma nova modalidade de coronelismo. Para tanto, o especialista fundamenta seu discurso entabulando referência a outro historiador – recurso utilizado tipicamente na esfera acadêmica.

Na sequência, o ex-governador de São Paulo questiona o entrevistado quanto à eventual existência de “jacobinos” no Brasil, em uma alusão a figuras históricas de perfil revolucionário. Pergunta essa lançada com o intuito discursivo de comprovar sua posição valorativa (de Lembo) acerca do tema, calcada na ideia de que tais personagens combativos não existiram ao longo da história: “*Nunca houve jacobino no Brasil...*”. E, mais uma vez, Mota altera o foco de análise – da existência ou não de líderes que poderiam ser caracterizados como “jacobinos” para o estabelecimento de uma análise comparativa entre a Revolução Francesa, base ideológica de outras revoluções – dentre as quais a própria Conjuração Baiana – e o contexto político caracterizado pela era Lula:

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) O problema é saber se você *sans culotte* chega ao poder ((gesto acentuando a ascensão de classe)) não é... presidente Lula... por exemplo...se aquela ideologia... aqueles proJETos iniciais do chão de fábrica... não é... inclusive a visão sindiCAL propriamente que ele possa trazer... se ela não foi também absorvida exatamente pelos coronelismos... (...)

Observamos que a fala do entrevistado, nesse momento, delineia-se por uma crítica velada ao (eventual) processo de alteração ideológica que compõe o percurso de atuação política do então presidente Lula, antes¹⁸² marcado pelos intensos debates que euforizavam a participação direta de segmentos da classe trabalhadora. Já na primeira década dos anos 2000, os brasileiros acompanhariam a popularização do chefe de estado petista em função de programas sociais de distribuição de renda, e, paralelamente, a emergência de lideranças partidárias que, imbuídas da crença da representatividade, não raro, pautavam-se por ações nem sempre movidas por princípios éticos¹⁸³. Daí a ideia de “absorção da visão sindical pelos coronelismos”, plural esse que possibilita entabular referência não apenas ao poder de

¹⁸² Em especial nos anos de 1980.

¹⁸³ Os sucessivos escândalos de corrupção sinalizam o pouco apreço à coisa pública, concebendo-a como extensão dos bens privados.

influência de grupos políticos dominantes no nordeste, mas circunscritos em outras partes do Brasil.

E é tendo em vista esse quadro de alteração na trajetória política e ideológica do governo Lula que Mota ressalta a concepção das “reformas de base”, dos anos 1960 em comparação com os ensaios de Lula em viabilizar as necessárias reformas estruturais. Nesse sentido, o historiador analisa o poder vigente como “incapaz de concretizá-las”, fato que suscitaria “levantes”, como os vividos na gestão Lembo, em 16 de maio de 2006¹⁸⁴:

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) fazer as reformas de base era repensar a república... com o que... /com reforma política... que não sai aqui afinal... neste momento... reforma universitária... reforma agrária não é... e várias outras reformas que não resolvidas pela ditadura de sessenta e quatro oitenta e cinco E depois os outros governos... não é... tá dando nessa situação horrível que é essa que dirige ...só um ponto... quando houve o levante... uma das conclusões... uma das situações contemporâneas... o professor Cláudio Lembo viveu quando era governador de São Paulo (...)

Dessa forma, o historiador, ao relacionar problemas cotidianos de violência à não realização das reformas já previstas na Carta ao Povo Brasileiro em junho de 2002, *polemiza veladamente* contra os discursos oficiais que se configuram autores do referido documento, considerando “tímida” a ação do governo no tocante às citadas mudanças. Contudo, a despeito da instauração de PV, o secretário da prefeitura de São Paulo dispara a seguinte pergunta:

Lembo(secretário da prefeitura de SP): Carlos... você que conhece história do Brasil...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Sim...

Lembo (secretário da prefeitura de SP): (...) O Lula vai pro terceiro mandato?

Subjaz a essa questão, além da perspectiva de vislumbamento do futuro por parte do entrevistado, uma orientação social e ideológica que considera a possibilidade de cambiamento das regras eleitorais em prol de Lula. Destarte, a fala de Lembo considera a possibilidade de reeleição presidencial, apesar de não existir, até aquele momento, base legal que pudesse fundamentar tal proposição.

¹⁸⁴ Nessa data, as forças de segurança do estado sofreram ataques de facções criminosas e a população paulistana e do interior se viu refém do medo.

O processo de interlocução relacionado à análise do referido objeto de sentido ganha contornos de um relativo acabamento quando Lembo retoma a ideia de existência de corrupção e Mota empreende tons de PA em relação à fala do ex-governador:

Lembo (secretário da prefeitura de SP): A corrupção mostra que não há república no Brasil...

Carlos Guilherme Mota (historiador): Mas a república houve... houve corrupção na república francesa também... não é... lá houve ministros que estão presos (...) o que eu vejo ultimamente é... um mundo RÓseo que os amigos europeus vêem o Brasil como a coisa espantosa... notável...(…) anteoentem eu estava vendo aqui... em Mauá... uma fila muito tristonha de oito mil pessoas a cento e vinte lugares e salários nem tão confortáveis... quer dizer... que sociedade civil... de que Brasil nós estamos falando? (...)

Dessa forma, mediante a asserção de Lembo quanto à “não existência da república no Brasil”, o historiador, além de contradizer a fala do ex-governador, instaurando uma tonalidade de PA por meio da conjunção adversativa “mas”, empreende alusão a dois fatos: 1) a imagem internacional do Brasil, em que o adjetivo “RÓseo”, enfaticamente destacado pela entonação, reverbera um revestimento irônico na contramão do que se configuraria um estado de plena pujança e desenvolvimento social: a acirrada disputa por empregos em uma das cidades de São Paulo, cidade essa considerada centro do progresso industrial no país, constitui-se, a nosso ver, alusão a um acontecimento que corrobora a perspectiva do entrevistado delineada pela instauração de PV contra os discursos oficiais que desenhavam um quadro de prosperidade desenfreada, coma a emergência de uma nova classe média formada a partir do aumento do poder aquisitivo, não apenas em função de programas sociais, mas também pelo crescimento econômico, favorecido pela conjuntura internacional favorável até 2008.

Por fim, ressaltamos que Mota, ao avaliar o *contexto sócio-político-econômico do governo Lula* – real objeto de sentido- polemiza veladamente contra os discursos mais otimistas advindos desse mesmo governo e igualmente assinala tons de PA em relação à fala do secretário ao empreender desvios temáticos que aproximam o seu discurso (do entrevistado) de saberes oriundos da esfera acadêmica com o intuito de fundamentá-los (tais desvios), bem como ao mobilizar a partícula adversativa em contraposição ao discurso do ex-governador.

No tocante ao segundo tema, constatamos que a noção “*capitalismo senzaleiro*” perpassa a ideia coexistência de forças progressistas e retrógradas ao longo da história do Brasil, e que, a despeito de aparecer de modo difuso ao longo do discurso do entrevistado, desponta como principal foco temático de análise nos momentos finais da edição do programa.

O próprio termo proposto por Mota arregimenta uma contraposição semântica evidenciada, por um lado, pela ideia de expansão de produção de mercadorias em um Estado Unificado, por outro, pelas noções de precariedade e imprevisto que permeiam o termo designante do espaço compulsoriamente atribuído aos escravos – subcategoria social isenta de quaisquer benesses das autoridades presentes.

Destarte, ao eleger o epíteto “senzaleiro”, o entrevistado circunscreve sua perspectiva avaliativa em relação ao *capitalismo brasileiro*, tomado como conteúdo semântico objetual em seu discurso, de forma a refratar *veladamente* os discursos tipicamente desenvolvimentistas pautados predominantemente pela busca do crescimento econômico por meio de uma participação ativa do Estado, tendo em vista o aumento do consumo e resultados econômicos favoráveis. Tal posicionamento se delineia na interlocução abaixo transcrita, momento em que o referencial, interposto pelo mediador, constitui-se pela disputa de terras entre brancos e indígenas no território denominado “Raposa Terra do Sol”¹⁸⁵:

Heródoto Barbeiro (mediador): (...) Mas isso não é um exemplo de aFRONta do agronegócio brasileiro?... haja vista que lá tem uma...

Carlos Guilherme Mota (historiador): A questão do agronegócio nós devemos pensar que... a empresa capitalista não pode ser do capitalismo selVAgem... não é... não pode ser do capitalismo senzaLEIro... não pode ser assim da expropriação assim de terras sem maiores discussões e os poderes da república deveriam funcionar melhor... (...)

Em uma alusão à referida disputa por meio do pronome demonstrativo “isso” e do advérbio de lugar “lá”, o mediador empreende uma pergunta problematizadora que classifica as ações do agronegócio na região como uma “aFRONta”. A entonação enfática, reveladora de indignação, sinaliza seu posicionamento avaliativo frente ao fato, demonstrando repudiar os discursos defensores da permanência dos agroindustriários em tal localidade. Dessa forma,

¹⁸⁵ Área de terra indígena situada a nordeste de Roraima. Em junho de 2007, o Supremo Tribunal Federal determinou a desocupação da reserva por não índios, o que provocou protestos por parte de agroindustriários instalados nessa região.

os tons de PA emergem não apenas do recurso da nomeação mobilizado por Heródoto Barbeiro ao entabular tal classificação, mas também por meio da negação explícita desenvolvida pelo historiador ao longo de sua fala: “... *não pode ser do capitalismo selVagem...*”; “*não pode ser do capitalismo senzaLEIro...*” – em que o enunciador entabula relações dialógicas consonantes entre os adjetivos destacados pela entonação enfática constitutiva de PV com tons de PA em relação aos discursos de segmentos políticos e econômicos que visam impor formas de desenvolvimento capitalistas que desconsideram as demandas sociais de grupos menos favorecidos, como os indígenas.

Para finalizar o processo de interlocução, Barbeiro alça o entrevistado à condição de voz capaz de, em certa medida, prever o futuro. Ao propor a abordagem, o tema arregimentado pelo entrevistado é o próprio *capitalismo* a partir de elementos aparentemente “novos” como globalização, aquecimento global, etc. A pergunta do mediador surge tendo em vista tal contexto: “(...) *estamos passando por uma nova etapa ou é o mesmo capitalismo?*”. A resposta do entrevistado expõe uma perspectiva axiológica que considera *a ausência de mudanças substâncias no capitalismo emergente*:

(...)

Carlos Guilherme Mota (historiador): (...) eu vejo que estamos formando novos yuppies para administrar o MESmo capitalismo com pequenas palavras novas... sustentabilidade... mais não sei o que... a teoria da dependência... a sustentabilidade... (...) essas palavras parece que vão mudando de:: de:: conteúdo... mas a coisa a que se refere é mais ou menos a mesma... (...)vou dar... vou lembrar por exemplo a:: a:: questão dessa sociedade de classes hoje (...) as lutas de classes desapareceram (...) mas não continua... desemprego... a questão da terra... as pessoas estão... Celso Furtado e outros defendiam o MST... eu vejo uma quantidade de professores acoelhados quando se trata de MST...

(...)

Oscar Pilagallo (jornalista e escritor): O senhor defende?

Carlos Guilherme Mota (historiador): Eu defendo... é claro que eu defendo(...)

Ressalte-se, igualmente, o tom de PA instaurado pelo entrevistado ao caracterizar o silenciamento de vozes representativas de sua própria esfera de atuação – acadêmica – frente a questões de ordem social, como o MST. Dessa forma, identificamos no discurso do especialista a instauração de duas refrações discursivas caracterizadas pela instauração de PV por meio da análise do tema levantado “capitalismo senzaleiro”: de um lado, contrapõe-se veladamente aos discursos de setores dominantes, de prestígio social e econômico que impõem parâmetros de desenvolvimento em prol de minorias; de outro, polemiza contra

discursos de segmentos intelectuais que demonstram passividade no tocante a problemas de ordem social pública que se arrastam há décadas no Brasil.

* * * * *

Tendo em vista a premente necessidade de gerar recursos financeiros capazes de suprir investimentos em sua programação, a TV-2, durante a década de 2000, encontrava-se em uma encruzilhada: ou resignava-se com o orçamento restrito disponibilizado pelo governo estadual –legalmente a única alternativa viável até fins do período -, ou embrenhava-se no universo do patrocínio por anunciantes. Assumida a segunda trajetória, fazia-se necessário ampliar o leque de telespectadores, considerando-se o embricamento de novas tecnologias. Foi assim que, durante a gestão de Paulo Markun, optou-se por alterar as condições de transmissão e recepção do *Roda Viva*.

Norteados por uma responsividade diversa daquela virtualmente prevista em relação ao público da TV convencional, os novos interlocutores do mundo da internet demonstram balizar, em grande medida, a orientação sócio-dialógica da edição realizada em 2009 com o historiador Carlos Guilherme Mota. Apesar de permanecerem elementos centrípetos como a *disposição do espaço compartilhado* pelos interlocutores, traço mantenedor da identidade do programa, elementos centrífugos emergem suscitando a evolução do gênero: redução do tempo de interlocução, aumento do número de blocos e, conseqüentemente, do número de intervalos, redução do número de entrevistadores – pertencentes em sua maioria à esfera jornalística, fato que determina, por exemplo, uma ênfase na articulação entre saberes advindos do campo de atuação do entrevistado com a análise de fatos da atualidade; sem falar na presença de gêneros intercalados que refratam – a partir de suas peculiaridades composicionais e estilísticas – os temas circunscritos no enunciado concreto que constitui a presente edição.

Inerente a tal enunciado, aparece o contexto social amplo pautado pela ascensão do novo presidente Barak Obama, em visita à 5ª Cúpula das Américas, e pelo fortalecimento do fenômeno político denominado por Ricci (2010) de lulismo, cujo projeto político fundamentava-se pelo fortalecimento de programas sociais de caráter assistencialista que, aliados aos bons ventos da economia internacional até 2008, viabilizou a inclusão de grandes contingentes sociais menos privilegiados na chamada *nova classe média*. Inclusão essa que

não viria acompanhada das reformas estruturais defendidas na Carta ao Povo Brasileiro, programa de intenções da campanha do governo Lula na campanha presidencial em 2002.

No tocante ao contexto imediato de interlocução – que circunscreve tal horizonte social amplo – constatamos, por exemplo, a presença de gêneros intercalados como o *documentário biográfico* que arregimenta, do ponto de vista temático, três elementos: 1) aspectos de conteúdo objetual calcados em informações objetivas como nome, idade, etc; 2) abordagem/perspectiva de especialização em relação ao objeto de estudo do entrevistado e 3) ênfase na condição de consultor capaz de desvendar caminhos para o futuro. Formulado a partir de uma intencionalidade discursiva que visa aproximar o internauta/telespectador do especialista a ser entrevistado, tal enunciado verbo-visual surge *antes* do início do processo de interação verbal, de forma que tal interlocutor vê-se diante de uma voz legitimada fundamentada por se constituir referência em seu campo de atuação.

É nesse sentido que as polêmicas discursivas evidenciam-se fenômenos sócio-dialógicos característicos do gênero *programa televisivo de entrevistas chamado Roda Viva*. Constatamos que, no delineamento de tais fenômenos, destaca-se a PV com tons de PA emergente, por exemplo, da análise do tema “*papel de Lula no contexto de ascensão de Barak Obama*”, ocasião em que é possível observar a refração de duas perspectivas axiológicas por meio do mesmo objeto de sentido – o que caracteriza a *bivocalidade semântica contrativa*, típica de PV. A primeira delas configura-se pelo posicionamento valorativo do historiador que visa entabular um embate em relação aos discursos defensores do “jeitinho brasileiro”, caracterizando Lula como “messiânico” e “carismático” – adjetivos que se constituem base dos tons de PA. A perspectiva delineia-se pela defesa de Lembo pela equivalência de legitimação entre Obama e Lula, tendo em vista o critério “origem social”.

Considerando ainda a inserção de novos gêneros e sua imbricação com as polêmicas discursivas – elementos que consideramos centrífugos, uma vez que fundamentados na abordagem temática do enunciado – observamos a presença recorrente de *charges* e *caricaturas*. Constitutivas de um presente inacabado, uma vez que formuladas a partir do caráter inconcluso do processo de interlocução, tais enunciados orientam-se, prioritariamente, para o telespectador/internauta, de modo a se constituir em *palavra interiormente persuasiva*. Apesar de carente de legitimidade oficial, delineia-se como voz que se reveste de um poder derrisório capaz de parodiar falas, refratar discursos instaurando polêmicas veladas por meio da plurivocalidade que permeia a construção composicional, estilística e temática ancorada no

contexto não apenas situacional imediato, mas também fundamentadas nas relações dialógicas dissonantes entre interlocutores não presentes na interlocução. É dessa forma que refratam os discursos oficiais do governo Lula ao realçar, por exemplo, aspectos comparativos entre Obama e Lula.

Constitutivos do referido processo, elementos não verbais como *gestos*, *expressões fisionômicas* e, acima de tudo, as *entonações*, conferem acabamento às tonalidades axiológicas dos discursos que se refletem e/ou se refratam. Os primeiros, por exemplo, corroboram a opinião do enunciador acerca das paridades valorativas instauradas, podem, aliados às expressões fisionômicas atenuar com um sorriso a instauração de PA, como na fala de Robinson Borges quando da análise de Lula como eventual liderança populista. Mas são as entonações que, a nosso ver, mais evidenciam o teor valorativo dos discursos que circulam entre os interlocutores, uma vez que enfatizam termos que, mobilizados ao contexto de interlocução, revestem ideologicamente os discursos segundo as esferas de atuação de cada interlocutor.

É dessa forma que a ideia de “populismo no governo Lula” suscita posicionamentos contrários entre o discurso do entrevistado – que atribui o caráter de *populista* ao governo petista, arregimentado o conceito de “derrapagem ideológica”, e o discurso do jornalista Robinson Borges que mobiliza a fala de Chauí para sustentar sua tese contrária, utilizando-se de um instrumental típico na esfera jornalística – que é a citação. Mas não só de tal esfera. A científica também. Contudo, enquanto a primeira a concebe como forma de inserção de um discurso de autoridade, uma referência que se constitui legitimada por si, a segunda concebe o discurso citado como base de fundamentação de uma tese proposta, como modo de auto-afirmação. É dessa forma que o discurso citado de Chauí é interposto pelo jornalista do Valor Econômico como voz aparentemente autônoma autorizada por se constituir referencial de saberes oriundos do campo da Sociologia. Já a citação de Faoro por parte do entrevistado congrega em si a necessidade de fundamentação da ideia de Mota de *precariedade de instalação de uma sociedade de contrato no Brasil* – daí a corrupção campear as mais diversas relações sociais, políticas e econômicas. Tal movimentação vai ao encontro das diferentes finalidades que permeiam essas duas esferas – jornalística e a científica: enquanto a primeira pauta-se pelo interesse de divulgação, mediação de saberes e/ou análise de dados, a segunda constitui-se base de formulação de novos saberes, cujo processo de argumentação constitui-se recurso essencial para sua legitimação.

Por último, vale considerar o teor difuso das réplicas dialógicas presentes na edição de 2009. Alteradas as condições de transmissão ao vivo da TV convencional para o IPTV, modificam-se aspectos pertinentes à interação/participação do telespectador/internauta. Tais réplicas emergem – no processo de interlocução – sem a identificação autoral, diferentemente das edições dos anos de 1980 e 1990. Mediadas pela jornalista, as perguntas apresentam-se antecipadamente propostas em forma de enquete, de forma a reduzir o caráter polifônico de tais réplicas, na medida em que os objetos de sentido configuram-se pré-determinados pelos autores do *Roda Viva*.

Quanto às recorrências ao longo da edição, constatamos que a PV com tons de PA decorre da análise de dois outros focos temáticos: *o contexto político do governo Lula* e a *ideia de “capitalismo senzaleiro”*, termo que congrega em si contraposições pautadas por um progresso fundamentado por focos de atraso, o que configuraria o círculo vicioso da permanência de grupos dominantes nas esferas instituídas de poder político. É nesse sentido que o discurso do entrevistado polemiza veladamente contra os discursos oficiais que desenhavam um quadro de desenfreado otimismo, frente a uma realidade que não parecia tão “rósea” assim, bem como polemiza veladamente contra segmentos da esfera acadêmica que se mantinham em silêncio frente às demandas sociais consideradas de extrema relevância por Mota como as do MST.

Ciente de que o embricamento tecnológico teve início apenas no início de 2009, consideramos prudente observar, brevemente, outra edição produzida nos anos 2000 com o intuito de constatar quais elementos configuram-se recorrentes em relação não apenas ao gênero, mas também no que diz respeito às polêmicas aberta e velada.

Trata-se do processo de interlocução produzido e veiculado *ao vivo*, em TV convencional, no dia 06 de março de 2006, com o médico urologista Miguel Srougi, ocasião em que já se evidenciava a imbricação tecnológica por meio do envio de e-mails, sinalizando a inserção de mais um meio de interação entre interlocutores (entrevistado/medidor/entrevistado) e o virtual público-alvo.

Constatamos que a referida edição não apresenta intervalos, fato que nos leva a crer na ausência ainda de vínculos dos produtores do programa com patrocinadores. Há contudo,

vários enunciados chargísticos que refletem e refratam dos discursos que circulam no programa, bem como documentários biográficos – um no início e outro no final da edição.

Trata-se de uma edição que se circunscreve no contexto social amplo caracterizado pelo último ano do primeiro mandato do então presidente Lula, momento em que passadas as volumosas denúncias impetradas pelo deputado Roberto Jefferson¹⁸⁶, o poder público instituído determina o pagamento de cerca de 127 bilhões de juros da dívida externa, em contraposição aos sérios problemas de saúde pública no Brasil. Destarte, observamos que a grande maioria dos entrevistadores configuram-se emergentes de esferas de saberes acadêmicos – pares do especialista – ou atuantes em editorias de ciência de jornais de referência no Brasil.

É nesse contexto que constatamos a emergência de contraposições discursivas acerca do tema “*papel da universidade no enfrentamento de problemas de saúde pública no Brasil*”: A PV se instala na medida em que Dráuzio Varella considera que o conhecimento científico praticamente não chega na sociedade e que a universidade é “acomodada” em um sistema “injusto” de saúde pública – atributos que conferem à sua fala tons de PA contra os discursos acadêmicos que defendem tal distanciamento. Por outro lado, o entrevistado considera que a comunidade de médicos tem cumprido seu papel de diagnosticar e indicar tratamento, contudo, a ausência de financiamentos públicos condizentes com as demandas de saúde pública prejudicaria a concretização de tais ações, demonstrando polemizar contra discursos oficiais que consideram suficientes a aplicação de recursos, a ponto de direcionar divisas financeiras para pagamento de juros da dívida externa.

Já a PA se evidencia, por exemplo, no momento em que a editora de ciência da TV-2, Mônica Teixeira contrapõe-se à fala do entrevistado:

Mônica Teixeira (editora de ciência da TV-2): mas doutor Miguel... eu conheço a pesquisa médica e biomédica no estado de São Paulo com uma... sei lá... com algum deTAlhe e **em absoluto isso que o senhor está dizendo... de ter uma pesquisa para promoção do professor::** incipiENTE é o que acontece na Universidade de São Paulo... na Unifesp... na Universidade de Campinas... é:: exatamente do que o senhor está falando... então?

Ressaltamos que a pergunta de Teixeira delinea-se após a fala de Srougi acerca da trajetória de produção do conhecimento acadêmico pautado pela pesquisa e publicação. O

¹⁸⁶ Concernentes ao suposto pagamento de propinas por parte do governo a membros do congresso para aprovação de projetos.

entrevistado considera insuficiente essas duas etapas e polemiza contra os discursos de segmentos acadêmicos que consideram divulgação de trabalhos apenas como forma de “cumprimento do seu papel”, preocupados em “engrossar seu currículo”. Destarte, o especialista defende a atuação do pesquisador de modo a transformar a sociedade. A PA é instaurada no momento em que a editora toma como objeto de refutação a própria fala do entrevistado para evidenciar sua contraposição discursiva, afirmando o oposto. A pergunta, ao final emerge com o propósito de relativizar o embate, posteriormente reavaliado pelo próprio entrevistado, no sentido de ressaltar a importância das publicações em sua esfera de atuação.

CONCLUSÃO

Delineado com o propósito de fomentar reflexões acerca das polêmicas discursivas que perpassam os usos da língua, esta pesquisa visa compor uma linha de análise possível para tais fenômenos discursivos considerados em estreita relação de sentido com a noção bakhtiniana de gênero discursivo. A despeito de Bakhtin (2008 [1963]) apontar para limites nem sempre nítidos entre as polêmicas aberta e velada, o percurso teórico adotado pelo autor fundamenta a concepção de que no âmbito da palavra congregam-se vozes nem sempre consonantes. Determinar cientificamente os limites discursivos de tais fenômenos constitui-se um de nossos principais objetivos. Óbvio que outros trabalhos instigarão debates a partir de novas perspectivas, refletindo ou refratando este que ora congrega um ar de acabamento, fato inerente ao “natural” teor inconcluso dos trabalhos desenvolvidos no âmbito científico, como afirma Bakhtin/Medvedev (1991[1928]).

E no intuito de compreender certos contornos caracterizadores de tais refrações, notamos o quão imprescindível se constitui o contexto social amplo, especialmente as esferas de atividade humana imbricadas no processo de interlocução. Citamos como exemplo as três primeiras edições consideradas: a de 1987, com o cientista político Herbert de Souza, a de 1990, com o filólogo Antônio Houaiss e a de 1993, com o professor de direito Roberto Mangabeira Hunger. No primeiro caso, o incipiente processo de redemocratização forjava ainda um ambiente que, até certo ponto, dicotomizava os posicionamentos axiológicos em relação aos discursos do poder público instituído, de modo que, o entrevistado, imbuído de sua condição não apenas de entrevistado, mas de intelectual reconhecido na esfera acadêmica e política, arregimenta legitimidade para polemizar abertamente contra os discursos oficiais que por meio de slogans como o “*Tudo pelo social*” conclamava massas de “*fiscais do Sarney*” para uma luta contra segmentos que preferiam a especulação financeira ao investimento industrial. De lado ficavam mesmo alguns direitos essenciais como atendimento aos serviços de saúde pública. Em contexto social de emergência da Aids, a indignação passa a fundamentar o tom das polêmicas. O que não impediria a realização de réplicas dialógicas de telespectadores saudosistas do regime oficialmente terminado em 1985, fato indicativo da heterogeneidade do virtual público-alvo que em comum congregava a disposição em conhecer o recente programa criado pela TV-2 – com duas horas de duração – e que reunia personalidades de referência dos mais variados campos de atividade humana para uma entrevista coletiva.

No segundo caso, em que nos pautamos para uma análise das recorrências dos fenômenos estudados na edição anterior, o contexto, caracterizado pelo governo Collor, suscita, por parte do entrevistado, uma contundente análise do sistema educacional brasileiro. A condição de filólogo e tradutor de Antônio Houaiss o impulsiona a entabular uma polêmica velada contra os discursos oficiais sobre políticas públicas educacionais que se norteavam por ações que conferissem ao poder público mais visibilidade do que resultados que efetivamente retirassem milhões de pessoas da condição de analfabetismo e – além disso – lhes proporcionassem uma formação escolar nos níveis de países desenvolvidos – daí a comparação com o percurso educacional empreendido por países como a França, Inglaterra, etc. Nesse momento, a ironia se constitui, a nosso ver, traço de PV, ao destacar que o brasileiro precisa nascer mais inteligente que outras crianças de outros países. A PA emerge no momento em que o entrevistado se contrapõe às vozes contrárias ao processo de padronização ortográfica, entendida como “unificação da língua”. Ou seja, em fins dos anos de 1980, constatamos que a realização das polêmicas constituem-se em grande medida por dois aspectos: 1) contexto social amplo e 2) especificidade de formação acadêmica do entrevistado. Enquanto na edição de 1987 a epidemia de Aids e a fragilidade do sistema público de saúde formava um coquetel de indignação, o programa de 1990 inscrevia em seu processo de interlocução políticas sociais advindas de um governo que se ascende ao poder em resposta justamente às demandas não atendidas durante o governo anterior, o que se constitui elemento de frustração. No bojo da formação de linguista, também o envolvimento de Houaiss com a política, o que lhe confere um ponto de vista delimitado às análises do contexto educacional brasileiro – sem mobilizar em seu discurso a citação de outros discursos no que concerne ao olhar do especialista sobre esse contexto.

Já a edição de 1993 porta uma visão que, a nosso ver, configura-se exotópica uma vez que o entrevistado – professor de direito da Universidade de Harvard Roberto Mangabeira Hunger – ao analisar *o papel da consciência jurídica* a concebe como instituição que avalia as demais instituições, ao passo que vozes de especialistas em direito presentes como entrevistadores observam que o mesmo objeto de sentido deve se pautar por observar que os tais direitos adquiridos, que se tornaram vinculados por meio da constituição de 1988, priorizam determinados segmentos sociais em detrimento de outros. Em outras palavras, o contexto social e a esfera de atuação de cada interlocutor forjam perspectivas que se chocam no mesmo objeto de sentido que ganha tonalidades de polêmica aberta quando, por exemplo, o entrevistado confere um caráter negativo explícito às lideranças políticas capitaneadas pelo

governo Itamar Franco, identificando “*a falência imaginativa das elites brasileiras*” – crítica essa justificada em grande monta por uma inflação anual de mais de mil por cento ao ano.

Ainda para evidenciar a inerente constituição do horizonte social no plano discursivo e de formulação das refrações discursivas, a edição de 1996 realizada com o filósofo José Arhur Giannotti configura-se emblemática: companheiro de academia do então presidente Fernando Henrique Cardoso, Giannotti é chamado ao *Roda Viva* em um contexto político e econômico em que reverberavam os primeiros resultados do chamado Plano Real. Freada a inflação, o foco temático do programa concentra-se, por exemplo, no *sentido valorativo da política*, tema proposto por nada mais nada menos que um representante da esquerda social brasileira. Isto é, no bojo de tal questionamento encontrava-se a ideia de “qual rumo a esquerda poderia assumir” mediante um governo que se assentava na luta pela estabilidade econômica e criava políticas assistências – alvo de críticas, mas assumidas posteriormente pelo próprio governo petista após 2002. Destarte, o mesmo objeto de sentido arregimenta diferentes pontos de vistas configurando o que denominamos bivocalidade semântica contrastiva, ou seja, um mesmo conteúdo semântico objetual congrega duas, três (ou mais) perspectivas avaliativas. Bakhtin (1990[1934-35]) consideraria uma forma de plurilinguismo, uma vez que tais pontos de vistas pressupõem diferentes esferas de atuação de cada interlocutor e, conseqüentemente, usos da palavra que ganham diferentes tonalidades em cada campo ideológico do saber. É dessa forma que para o filósofo, *o sentido valorativo da política* se constitui por meio da transcendência dos fatos, de forma a manter um “compromisso com a verdade”. Para a esquerda social, constitui-se na negação do “poder pelo poder” – como traço distintivo de políticos da situação (governo FHC), e, finalmente, para o cientista político para quem subjaz à política o “jogo pelo poder”.

Além desse “*sentido valorativo da política*” dessa edição emergem ainda temas que consideramos mais “afinadas” com questões de ordem acadêmica como, por exemplo, o “*papel do intelectual na sociedade contemporânea*”. Assim, para o entrevistado esse papel se pauta pela busca do impossível como objeto de estudo, por meio da transcendência dos fatos. Para fundamentar sua fala, empreende referência a outros filósofos, cuja base teórica se coaduna com sua própria visão. Por outro lado, para o jornalista (FSP) a perspectiva assumida é a *teórica*, ou seja, defende a *não* imbricação entre teoria e prática política. Posicionamento diverso do cientista político presente que não concebe o papel do intelectual longe de tal articulação.

Vale ressaltar a presença de elementos não verbais nessas edições, como a entonação que, umbilicalmente ligada ao discurso confere o tom avaliativo das falas dos interlocutores, ao enfatizar determinadas palavras que – selecionadas em função da intencionalidade do locutor – devem ser compreendidas no escopo de análise das refrações discursivas, uma vez que atribuem tonalidades, por exemplo de indignação, de dúvida, de desacordo, acordo, etc. Demais elementos não verbais como gestos, expressões fisionômicas e até mesmo movimentação corporal constituem-se, a nosso ver, peças integrantes dos fenômenos discursivos das polêmicas aberta e velada, uma vez que são mobilizadas ora para *didatizar* um conceito, como no caso da edição realizada com o historiador Carlos Guilherme Mota, em 2009, evidenciando, por exemplo, a noção de “estamento social”, ora para enfatizar um posicionamento avaliativo acerca do objeto de sentido, ora para ilustrar o discurso com um acontecimento. Em todos os casos, os gestos só constituem sentido se, e somente se, analisados como elementos constitutivos do processo de interação verbal, na relação entre horizonte social, situação imediata de comunicação, gênero e elementos linguísticos.

Contudo, é preciso ressaltar que se até os anos de 1990 os elementos centrífugos responsáveis pela evolução do gênero concentram-se preponderantemente na e por meio das refrações discursivas caracterizadas pelas polêmicas aberta, polêmica velada e polêmica velada com tons de PA, os anos 2000 comportariam, a nosso ver, elementos responsáveis por novo acabamento dos enunciados (edições). Elementos esses já sinalizados na edição de 1987 com a inserção do gênero charge como forma de refratar os discursos que circulavam no processo de interlocução desenvolvido entre entrevistadores/entrevistado/mediador. Constatamos que o modo de transmissão do programa produzido em 2009 – via internet - apresenta-se em parte responsável pela formatação do programa que passa a se constituir por um maior dinamismo, uma vez que comporta vários blocos de entrevista, com intervalos praticamente inexistentes até então. É dessa forma que observamos a presença de documentários biográficos não apenas na edição de 2009, mas também na edição de 2006, com o médico Miguel Srougi. Em ambos os casos, entendemos que a finalidade de tais documentários fundamenta-se pela exposição de elementos informativos que aproximem o entrevistado do telespectador/internauta, no sentido de “tornar conhecida” a trajetória de atuação do especialista e evidenciar o grau de relevância em sua esfera de atuação. Trata-se de destacar a fala de uma autoridade, pressupondo um passado historicamente construído.

Por outro lado, o gênero charge passa a se constituir por elementos verbo-visuais, de modo a refratar polemicamente (em forma de PV) os discursos que circulam no processo de interação. Configuram-se gêneros produzidos no contínuo de inacabamento desse processo e mantém diálogo especialmente com o telespectador/internauta. Não se fundamentam como voz de autoridade – ao contrário – são forjados com tons de paródia das falas desenvolvidas, comportando interpretações que suscitam um revestimento derrisório. Eis porque os associamos a um uso da palavra interiormente persuasiva.

Destacamos ainda que os desvios temáticos que se desenvolvem especialmente na edição de 2009, suscitados por uma interlocução que se delineia por contornos de uma conversa, de modo que há trocas rápidas de turno, interrupções. Os desvios, caracterizados por uma redimensionamento do objeto de sentido por parte do entrevistado evidencia o caráter assimétrico desse processo de interação que se fundamenta precipuamente pela presença do entrevistado como fonte de informação e, dessa forma, legitima-se no papel de lançar outro foco de análise sobre o tema anteriormente lançado. Tais desvios devem ser igualmente compreendidos como peças imprescindíveis na constituição das polêmicas uma vez que evidenciam os ângulos de importância que o especialista/entrevistado atribui aos conteúdos abordados. Um exemplo é a questão sobre a existência ou não de jacobinos no Brasil. A esse respeito, o foco sofre um “desvio” para a situação que envolve o então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva, de modo que o historiador, ao associar o governo petista à revolução francesa, entabula uma crítica ao abandono dos ideais de “chão de fábrica” do partido dos Trabalhadores.

Vale ainda observar o processo de diluição de autoria circunscrito no que consideramos réplicas dialógicas: se as edições até 2006 trazem participações de telespectadores com nomes, lugares de origem e questões – que a despeito de selecionadas – partiam desse público, a edição de 2009 fundamenta essa categoria discursiva por “enquetes”, isto é, perguntas previamente elaboradas e “eleitas” pelo internauta. O que é preciso observar é que tais réplicas ainda mantém relações dialógicas com o processo de interlocução. Em outras palavras, as questões são retomadas principalmente pelo mediador que são reacentuadas axiologicamente a partir do prisma dos participantes – dado revelador do caráter *ativo* da palavra em que o voz do *outro* influencia a do *eu*.

Por último, destacamos que a hipótese inicialmente levantada de predomínio de PA na década de 1980, em contraposição ao suposto predomínio de PV nas décadas subsequentes

não se sustentou durante as análises. A cada edição considerada aumentou nossa convicção de que tais fenômenos não devem ser considerados de modo isolado, mas imbricados dialogicamente. Até mesmo as réplicas dialógicas constroem sentido tendo vista a inter-relação semântica entre tais fenômenos discursivos, uma vez que as vozes oriundas dos telespectadores, apesar de mediadas pelos jornalistas presentes, não se configuram delimitadas em si mesmas. Ao contrário: lançam bases axiológicas de análises para os interlocutores que refletem e refratam os temas propostos a partir de suas perspectivas valorativas mediadas por suas esferas de atuação. É nesse sentido que corroboramos a tese lançada na introdução da presente pesquisa de que: “*os discursos oficiais são predominantemente refratados por meio da polêmica velada com tons de polêmica aberta tendo em vista a esfera de especialização do entrevistado*”. Isso significa dizer que um mesmo objeto de sentido – via de regra – é refratado a partir de dois ou mais pontos de vista e que nessa refração há pontos de polêmica explícita demarcados, por exemplo, pela inserção de um discurso citado, ou pela mobilização de adjetivos, ou ainda pelo uso de conjunções adversativas que implicam a instauração de contraposições explícitas.

Dessa forma, se considerarmos o funcionamento de PV, observaremos que se trata de um discurso de dupla vocalidade centrado em um único objeto de sentido, de forma que um mesmo tema suscita diferentes perspectivas axiológicas dissonantes, cuja base de sentido se constrói na e por meio da noção de *bivocalidade semântica contrastiva*. Enunciados verbo-visuais como charges, por exemplo, podem evidenciar uma plurivocalidade discursiva, de modo que mais de duas perspectivas valorativas de interpretação poder emergir, tendo em vista o contexto de produção e circulação. Entendemos PV como um exemplo típico de *discurso ativo* em que o outro exerce forte influência no EU. Outro exemplo de discurso de tipo ativo são as réplicas *dialógicas dos telespectadores* que, formuladas a partir do processo de interação verbal, portam valores que circulam na esfera da ideologia do cotidiano e apresentam-se refratadas de acordo com os campos de especialização de cada interlocutor. Campos esses não imunes revestimentos ideológicos.

No tocante à PA, constatamos que igualmente se delineia como um tipo de discurso bivocal, contudo centrado na voz do EU que se arregimenta do poder de interpor em seu discurso a fala do *outro* exercendo-lhe a sua influência. Dessa forma, se a bivocalidade em PV se constitui de forma difusa em expressões irônicas e em enunciados palco de embates de vozes dissonantes, a bivocalidade em PA constitui-se de modo explícito por meio de

evidências linguísticas que nos permitem a identificação da fala tomada como objeto de refutação. Não se constitui, a nosso ver, forma de expressão do discurso de tipo *ativo*, pois o *outro* define-se como foco de contraposição direta. Retomando Bakhtin (2008[1963], p. 228), trata-se de um *discurso bivocal de orientação vária*, em que a palavra do *outro* é transmitida com nova acentuação valorativa, ao passo que em PV *o outro exerce influência ativamente* (Bakhtin, 2008 [1963], p. 226). Isso fica evidente, por exemplo, nos enunciados chargísticos e caricaturais, em que os discursos dos interlocutores envolvidos no processo de interação verbal influenciam a fala/discurso do enunciador/produtor de tais enunciados, refratando os temas que circulam no decorrer de cada edição, de modo a polemizar, indiretamente, com outros discursos.

Entretanto, é na confluência de ambos fenômenos que nossa tese se fundamenta e não na segmentação descontextualizada dos mesmos. Destarte, PV com tons de PV articula-se na análise da emergência de objetos de sentido que resguardam em si o embate entre discursos sócio-historicamente situados e ideologicamente compreendidos nas esferas de atividade humana. A identificação de traços linguísticos de PA na instauração de PV apenas ratificam as contraposições delineadas por meio da bivocalidade semântica contrastiva.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Z. G. O. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. 1997, 397p. Tese (doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ARRIGONI, M M Debatendo os conceitos de caricatura, charge e cartum. Universidade Estadual de Londrina, 2011. In: ENE IMAGEM, 2011, Londrina. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Mariana%20de%20Mello%20Arrigoni.pdf>>

BAKHTIN, M. A tipologia do discurso na prosa. In : LIMA, L. C. *Teoria da literatura em suas fontes*. V. 1 Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983[1929]. p. 462-484.

_____. *Questões de literatura de estética: a teoria do romance*. Trad. Bernardini, A et al. São Paulo: Hucitec, 1990 [1934-35].

_____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. Os gêneros do discurso. In *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo : Martins Fontes, 2006b[1952-53]. p. 261-306.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008[1963].

_____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a [1965].

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello; Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro&João Editores, 2010b[1920-24].

BAKHTIN, M. M. ; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud ; Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo : Hucitec, 2004 [1929].

BAKHTIN, M. M.; MEDVEDEV, P. N. *The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetics*. Translated by: Albert J. Wehrle. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991 [1928].

BEZERRA, P. Introdução. In *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.p IX –XII.

BLUTEAU, R. *Vocabulário Português & Latino*, Coimbra [1727-1728], p. 574. Disponível em <www.ieb.usp.br/online>. Acesso em 16 de maio de 2010.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. In *Gragoatá* n. 20, p. 47-62, 2006.

CAPARELLI, S. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

CARDOSO, F. H. O modelo brasileiro de desenvolvimento. In: *Debate e Crítica - Revista Debate e Crítica*, nº 1. São Paulo: Hucitec, 1973.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, E. Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v. VII. n.146 (128), 2003. Disponível em <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(128\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(128).htm)>. Acesso em 23 de setembro de 2010.

CARVALHO, J. M. de *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERVELLINI, S. *Corrupção na política: eleitor vítima ou cúmplice?* IBOPE Inteligência, 2006. Disponível em <http://www.ibope.com.br/congressoabep/publicacao2008/8_Corruptao_na_Politica_Eleitor_Vitima_ou_Cumplce.pdf>

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, E.(org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004[1996], p. 19 -30.

COGGIOLA, O. A esquerda e o governo FHC, *Revista Adusp*, n.2 p. 06-10, 1995. Disponível em <<http://www.adusp.org.br/revista/02/r02a01.pdf>> Acesso em 23/09/2010.

CORAZZA, G. & FERRARI, F. A política econômica do governo Lula no primeiro ano de mandato: perplexidade, dilemas, resultados e alternativas, *Indic Econ FEE*, Porto Alegre, vol.32, n. 1, p. 243-252, maio de 2004.

DASCAL, M. Espistemologia, controvérsias e pragmática. *Revista SBPC*, n. 12, p. 73-98, 1994.

_____. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

DAGNINO, E. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004[1996].

GARCIA, M. A. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: Dagnino, E. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004[1996]. p.119 -136.

GAWRYSZEWSKI, A. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. *Domínios da Imagem*, Londrina, Ano 1, n.2, p. 07-26, maio de 2008.

GIANNOTTI, J. A. *Apresentação do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIANNOTTI, J. A. *Certa Herança Marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GIGLIO, K. Análise comparativa entre IPTV, WEBTV e TVD com foco em disseminação do conhecimento, 2010. 155f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Kamil-Giglio.pdf>>

GOMES, D.C.; NEDER, H. D. Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização. *Gestão e Desenvolvimento*, Bragança Paulista, v. 5, n. 2, p. 11 – 26, 2000. Disponível em<www.sep.org.br/artigo/vcongresso.42.pdf>

HOINEFF, N. Trololó na Cultura. ed. 597, 2010. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/trololo-na-tv-cultura>>

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 3. ed. 1997.

IAKUBINSKI, L. Sobre El discurso dialógico. In:VOLEK, E.(org.) *Antología del formalismo ruso*. Madri: Fundamentos, V.II, 1995, p. 171-188.

JORDÃO, F. P. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1979

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Le discours polémique et ses definitions In KERBRAT-ORECCHIONI, C et GELAS, N (org.) *Le discours polemique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, p.03-40, 1980.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009[2004].

LEAL FILHO, L. *Por trás das câmeras: relações entre Cultura, Estado e Televisão*. São Paulo: Summus, 1988.

LIMA, J. C. *Uma história da TV Cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2008.

MATTOS, S. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAINGUENEAU D., *Sémantique de la polémique*. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1983.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Criar, 2005 [1984]

MARTINS, M. H. Reflexões sobre a eleição de Barak Obama. *O Globo*, São Paulo, 07 nov. 2008. Disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2008/11/07/reflexoes_sobre_eleicao_de_barack_obam-a-586296517.asp>

MEDEIROS, J. Audiência e receita da TV Cultura desabam. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 jul. 2011. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,audiencia-e-receita-da-tv-cultura-desabam,741736,0.htm>>

MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, E. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004[1996], 162 -172.

MICELI, S. *A noite da madrinha*. São Paulo: Perspectiva, 1972

NIETZSCHE, F. W. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

OLIVEIRA, G. & TUROLLA, F. Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em condições adversas. *Tempo Social-USP*. São Paulo, p. 195 – 217, nov. 2003.

PERELMAN, C. & OBRICHT-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEDROSA, C. E. F. “Frase”: caracterização do gênero e aplicação pedagógica. In: BEZERRA, M. A. et alii *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 151 - 165.

PRIOLLI, G. A tela pequena no Brasil grande. In LIMA, Fernando Barbosa; Priolli, Gabriel; Machado, Arlindo.(Org.) *Televisão e vídeo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 19-52.

REGA, L. S. *Dando um jeito no jeitinho: como ser ético sem deixar de ser brasileiro*. São Paulo: Mundo Cristão, 2000.

RICCI, R. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

SCHLINDWEIN, M. M.; SHIKIDA, P.F.A. Aspectos da evolução da economia brasileira nos anos 90: década perdida? *Ciência Empresarial da UNIPAR*, Umuarama, v. 02, p.89 -108, 2000. Disponível em <<http://revistas.unipar.br/empresarial/article/view/1439/1261>>

SCHWARTZMAN, S. ET. ALII. A educação no Brasil em uma perspectiva de transformação, 1993. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/transform.htm>. Acesso em: 25 de junho de 2011.

SCHWARZ, R. O neto corrige o avô (Giannotti X Marx). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 de março de 2001. Disponível em <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/schwarz_05.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. *A nova classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro/Brasília: Elsevier/CNI, 2010.

SGUISSARDI, V. R. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro Educação Social, Campinas, v. 27, n.96, p.1021 -1056, 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

TARAPANOFF, F. *Roda Viva: a arena da notícia*, 2004. Disponível em <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2004/10/19/imprensa5243.shtml> Acesso em: 16/03/2010

TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Édition du Seuil, 1981.

TOLEDO, C. N. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In DAGNINO, E. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004[1996], p. 127-136.

TRINDADE, S. L. B. O populismo no Brasil. Revista da FARN, Natal, vol.5, n. 1/2, p. 111 - 130, jan./dez., 2006. Disponível em <<http://www.revistafarn.inf.br/revistafarn/index.php/revistafarn/article/viewFile/7/154>>

VOLÓCHINOV, V. N. Le discours dans la vie et le discours dans la poésie: contribution à une poétique sociologique In TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Seuil, 1981[1926]. p. 181 -214.

_____. La structure de l'énoncé. In TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Seuil, 1981[1930]. p. 287-316.

WOSIEN, M. G. *Danças Sagradas : deuses, mitos e ciclos*. São Paulo: Triom, 2002.